

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA

**RESSONÂNCIAS DA POLÍTICA NA LITERATURA
AMAZONENSE**

Paula Mirana de Sousa Ramos

Manaus

2016

Paula Mirana de Sousa Ramos

**RESSONÂNCIAS DA POLÍTICA NA LITERATURA
AMAZONENSE**

Tese apresentada à banca examinadora, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia- PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas.

Orientador: Dr. Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto

Manaus

2016

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados
fornecidos pelo(a) autor(a).

Ramos, Paula Mirana de Sousa
R175r Ressonâncias da Política na Literatura Amazonense / Paula
Mirana de Sousa Ramos. 2016
250 f.: il. color; 31 cm.
Orientador: Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto
Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -
Universidade Federal do Amazonas.
1. intelectual. 2. nativo. 3. política. 4. literatura. I. Pinto, Ernesto
Renan Melo de Freitas II. Universidade Federal do Amazonas III.
Título

BANCA EXAMINADORA:

Profº Dr. Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto (presidente da banca)- UFAM

Profº Dra. Edna Maria Ramos de Castro (membro)-UFPA

Profº Dr. Odenei de Souza Ribeiro (membro)-UFAM

Profº Dra. Marilene Corrêa da Silva (membro)-UFAM

Profº Dra. Rosa Mendonça de Brito (membro)-UFAM

*Ao Senhor e Salvador da minha vida.
Aos meus amados pais:
À Paulo Pinto Ramos (in memoriam)
À Ivete Ferreira de Sousa (in memoriam)
À minha irmã Tereza de Sousa Ramos.*

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por ter me dado força e inspiração para concluir esta tese, sem Ele eu não teria conseguido. A Ele toda honra e toda Glória! Para minha amada família. Para meu amado pai Paulo Pinto Ramos (in memoriam), sua leveza de espírito e o seu sorriso sempre me fizeram encarar a vida de forma mais leve. Para minha amada mãe Ivete Ferreira de Sousa (in memoriam), meu porto seguro, minha melhor amiga, minha maior fã, sempre me inspirou com a sua força, amor e generosidade. Agradeço a Deus por meus pais, pois tudo o que tenho e tudo o que sou devo a vocês, que tiveram como maior missão nessa terra nos amar e nos proteger. Eu sou o legado de vocês. Para minha irmã Tereza de Sousa Ramos, obrigada por sua amizade, ao seu lado eu sou mais forte.

Ao meu orientador professor Ernesto Renan Freitas Pinto, por suas orientações e apoio para a construção desta tese. Aos professores do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, que contribuíram para a tessitura desta pesquisa. Aos amigos que de alguma forma apoiaram esta pesquisa, seja com contribuições intelectuais ou apenas com palavras de apoio e risos. A todos o meu muito obrigada.

Resumo

Estudar a gênese do Pensamento Social brasileiro e Amazônico, por meio de uma análise da sociologia das obras e dos discursos, de intelectuais da primeira metade do século XX, como Álvaro Maia, nos auxilia no processo de esclarecimento do próprio pensamento social atual. Álvaro Maia, jornalista, escritor, advogado e político, tornou-se ainda nas primeiras décadas do século XX uma liderança intelectual e política, por encarnar os ideias e anseios de mudança esperados por diversos setores sociais diante de um cenário de crise. No entanto, sua atuação como político profissional, ao longo de quatro décadas, revela também um projeto intelectual, comum a inúmeros intelectuais dos países periféricos deste período que, além de forjar a nação, buscavam compreender o processo de modernização em países periféricos. Assim, ao se fazer um itinerário das ideias de Álvaro Maia durante seu período como interventor no Estado Novo, foi possível compreender que a partir de sua condição de intelectual, Maia tornou-se um ideólogo do regime varguista. No entanto, a produção da obra literária de Maia não pode ser reduzida como uma mera estratégia para adquirir capital simbólico, perdido no campo político, como um representante do movimento da *Caboclitude*. Álvaro Maia, assim como outros escritores amazonenses buscavam, através de suas obras, construir uma identidade verdadeiramente cabocla. O seringueiro, um dos personagens centrais em sua obra, foi exaltado por sua força e bravura, simbolizando o verdadeiro agente de desenvolvimento da região. Porém, como membro das classes conservadoras, havia uma ambiguidade de sua parte no tratamento ao modelo extrativista, representando uma forma suavizada, como no caso da personagem Fabio Moura no livro *Beiradão* de 1956. Após a década de 1930, Álvaro Maia passa por um processo de aperfeiçoamento e depuração de sua profissionalização política, como um representante do Estado Novo atuou como um ideólogo do Regime. Todavia, apesar de seu carisma e sua ligação com o governo varguista, sua permanência só aconteceu devido sua consonância com os interesses da elite local. Portanto, as ressonâncias da política na literatura alvoreana revelam o quanto este intelectual, representante do movimento nativista, via que a construção da identidade amazônica através da valorização do elemento nativo, não poderia ficar apenas no plano das ideias, mas implicaria sobretudo sua atuação política.

Palavras-Chaves: intelectual, nativo, política, literatura.

Abstract

Study the genesis of the Brazilian Social Thought and Amazon, through a sociology analysis of the works and speeches of intellectuals of the first half of the twentieth century, as Álvaro Maia, assists in the process of clarification of own current social thought. Álvaro Maia, journalist, writer, lawyer and politician, became even in the first decades of the twentieth century intellectual and political leadership, to embody the ideas and desires change expected by various social sectors facing a crisis scenario. However, its role as a professional politician over four decades, also reveals an intellectual project, common to many intellectuals of the peripheral countries of this period, in addition to forging the nation sought to understand the process of modernization in peripheral countries. So when making an itinerary of Álvaro Maia ideas during his time as intervenor in the Estado Novo, it was possible to understand that from their intellectual condition, Maia became an ideologue of the Vargas regime. However, the production of literary work of Maia can not be reduced as a mere strategy to acquire symbolic capital lost in the political field, as a representative of the movement of *Caboclitude* Álvaro Maia, as well as other Amazônia writers sought, through his works, build a truly cabocla identity. The tapper, one of the central characters in his work, was exalted by his strength and valor, symbolizing the true agent of development in the region. Though, as a member of the conservative classes was an ambiguity of their part in treating the extractive model, representing an understated way, as in the case of the character Fabio Moura in *Beiradão* 1956. After the 1930s, Álvaro Maia goes through a process improvement and debugging of its political professionalization, as a new state representative acted as an ideologist of the regime. Although, despite his charisma and connection with the Vargas government, its permanence only happened because their line with the interests of the local elite. Therefore, policy resonances in alvareana literature reveal how this intellectual, representing the nativist movement, via the construction of the Amazon identity by exploiting the native element, could not stay only in terms of ideas, but would mainly political activity.

Key Words: intellectual, native, policy, literature.

Lista de Figuras

Figura nº 01: Álvaro Maia e sua defesa pela borracha.....	53
Figura nº 02: Álvaro Maia ao lado do Presidente Getúlio Vargas.....	101
Figura nº 03: O homem do povo.....	104
Figura nº 04: Álvaro Maia e Getúlio Vargas.....	202
Figura nº 05: Álvaro Maia sendo retratado pelos jornais como o libertador....	208
Figura nº 06: Maia na década de 1950.....	220
Figura nº 07: Álvaro Maia e Arthur Cezar Ferreira Reis.....	231

Lista de Quadros

Quadro 01.....210

Quadro 02.....210

Sumário

Considerações Iniciais.....	12
Capítulo 1: A Formação de uma liderança.....	17
1.1.A importância do estudo sobre o Pensamento Social.....	17
1.2. Repensando o engajamento político do intelectual.....	21
1.3. Da poesia à política: uma trajetória.....	27
1.4. Maia e a política: a ideologia liberal e a valorização da Amazônia.....	56
1.5. A Interventoria do Príncipe dos Poetas.....	78
1.6. A ideologia do Estado Novo em Álvaro Maia.....	98
Capítulo 2: A Amazônia em Álvaro Maia.....	117
2.1.Breve história da Literatura Brasileira na primeira metade do século XX..	117
2.2. Maia e a literatura no Amazonas.....	122
2.3. O lugar da região amazônica na obra de Álvaro Maia.....	134
2.4. Temas Amazônicos na Literatura Alvareana	142
Capítulo 3: O projeto político e intelectual de Álvaro Maia.....	192
3.1. Uma elite política amazonense	194
3.2. O legado intelectual e político de Álvaro Maia: uma luta pela permanência no campo.....	227
À Guisa de Conclusão.....	236
Referências Bibliográficas.....	241

*Antes eu te conhecia só por ouvir falar,
mas agora eu te vejo com os meus
próprios olhos.
Livro de Jó- Bíblia Sagrada.*

Considerações Iniciais

Conhecer a trajetória intelectual e política de Álvaro Botelho Maia, mais do que identificar um escritor e político em sua singularidade é poder apreciar a maneira como se organizaram as ideias que nortearam a sua produção intelectual e a sua ação política. Isto implica nos defrontarmos com uma série de possibilidades de esclarecimentos sobre a formação do próprio pensamento social brasileiro.

Esta tese surge como fruto de um questionamento gerado durante o período da dissertação intitulada: *Da Poesia à Política: a trajetória inicial de Álvaro Maia* (2010), na qual buscou-se compreender, em sua trajetória inicial, o modo como manejou sua carreira de poeta e escritor laureado, no sentido de obter sua inserção no campo político. A partir de 1930, a profissionalização política de Maia já se estabelecia e com ela a dinâmica da permanência torna-se diferente da dinâmica da inserção e por este motivo, fez-se necessário compreender as mudanças na intencionalidade presente nos discursos e na sua produção literária.

Neste sentido, fica claro que o lançamento de livros nas décadas de 1950 e 1960 não serviu como uma mera estratégia para sua permanência no campo político. Maia pensou a realidade amazônica em suas crônicas, contos, romances e poemas, e essa realidade foi relatada a partir de suas especificidades. Todavia, ao mesmo tempo buscava compreender a realidade social, econômica e política da região com seus dilemas e neste processo, o caboclo seringueiro foi retratado como o agente mais apto a dar cabo ao projeto de desenvolvimento da região.

Como homem de ação, pregava que a ideologia de valorização da região deveria ser posta em prática por homens que moralizassem a esfera política, corroída por políticos demagógicos e corruptos, como já denunciava em sua *Canção de Fé e Esperança* (1923). A atuação política de Álvaro Maia, portanto, além de estar alinhada aos interesses e aos setores economicamente dominantes da região, respondia aos anseios de mudança nos presentes anseios de mudança esperados pela população diante de um cenário de crise. Sua longa interventoria durante o período do Estado Novo, Álvaro Maia, além de reproduzir uma política centralizadora em consonância aos interesses do regime,

atuou como o ideólogo das massas devido à sua postura carismática. Foi o agente local responsável por reproduzir as ideias de reconstrução da nação por meio de um Estado forte e, com o fim do regime ditatorial, Álvaro Maia permaneceu no poder atrelado à figura de libertador da região.

O primeiro capítulo intitulado **O processo de formação da liderança do príncipe dos poetas**, inicia fazendo uma reflexão sobre a importância do estudo sobre a formação do pensamento social na Amazônia. Neste sentido, ao fazer um itinerário das ideias dos intelectuais, dentre eles o próprio Álvaro Maia, é possível apreender a gênese do pensamento em suas diferentes formas, bem como as inquietações de atores sociais que não faziam parte do corpus institucionalizado das Ciências Sociais, como no caso de escritores, políticos, ensaístas, entre outros.

Ainda no primeiro capítulo, buscou-se repensar seu posicionamento intelectual cuja ambiguidade de seu posicionamento intelectual e político era um reflexo da própria condição dos intelectuais periféricos, posição diferente da *intelligentsia* russa do século XIX, que assumiu uma posição de distância em relação às questões sociais, políticas e econômicas, como um sinal de protesto frente às transformações da sociedade moderna (MARTINS, 1986). Os intelectuais dos países periféricos, como no caso brasileiro, se engajaram na política, seja por assumirem a missão de forjar a nação, ou como estratégia de permanecer nos estames do poder (cf. PECAUT, 1990; MICELI, 1978). Entretanto, sendo considerado um dos representantes menores da intelectualidade brasileira, o estudo sobre Álvaro Maia se torna mais importante por trazer uma nova visão sobre a natureza e a identidade do país em sua abrangência.

No entanto, para compreender a intencionalidade de seus posicionamentos, fez-se necessária uma análise sociológica da trajetória de Álvaro Maia com vistas a entender como suas visões de mundo refletidas em seu pensamento político e em sua ação política não são apenas fruto de sua rede de relações, mas da própria circulação de ideias do contexto no qual o autor estava inserido e que contribuía também para demarcar.

Ainda neste capítulo, buscou-se fazer um itinerário das ideias políticas presentes em seus discursos pronunciados no período em que foi interventor federal para compreender como o defensor das intuições liberais da década de

1920 tornou-se um ideólogo do regime varguista. Inspirado nas ideias de organicismo e corporativismo, ele via a sociedade como um organismo vivo, no qual todos os setores sociais eram vitais, porém precisando de um cérebro para os conduzirem. Este cérebro seria um Estado forte, e o Estado era o próprio Getúlio Vargas.

O segundo capítulo intitulado **A Amazônia em Álvaro Maia** começa fazendo um breve panorama da literatura brasileira, no sentido de compreender que o regionalismo encontrado nas obras literárias de Álvaro Maia fazia parte de um movimento da intelectualidade brasileira com o intuito de construir uma identidade nacional.

Ainda neste capítulo, buscou-se identificar produção literária de Maia a visão do autor sobre a Amazônia. Em sua trajetória inicial, sua poesia refletia a necessidade de posicionamento no campo intelectual e político. Seus livros, publicados a partir da década de 1940, revelam um político e escritor consolidado nos campos literário e político. A Amazônia elaborada por Maia em sua obra procura desconstruir as ideias preconceituosas que tratavam a região apenas como um lugar inóspito, selvagem e exótico.

A temática da borracha é composta a partir da construção de dois personagens centrais que norteavam a totalidade de sua produção: o seringueiro e o seringalista. O primeiro, elaborado a partir de suas qualidades hercúleas, através de sua força e bravura, que demonstravam a adaptabilidade necessária para o desenvolvimento no meio amazônico. O segundo, aparece através de sua contribuição no sentido de dar cabo ao projeto de desenvolvimento do interior. Contudo, o foco central de Álvaro Maia não eram os barões da borracha que viviam uma vida de luxo na cidade de Manaus, e sim o pequeno seringalista que juntamente com os seringueiros foram os verdadeiros desbravadores na região, como no caso da personagem de Fabio Moura no livro *Beiradão* (1956), personagem que simbolizava os verdadeiros agentes do desenvolvimento em solo amazônico, indivíduos que independente da origem decidiram fazer do Amazonas o seu lar, apesar da crise do preço da borracha permaneceram na região cultivando outras culturas, além da produção da hévea. Tal ideia era reforçada em seu programa político, no qual Maia acreditava que além da borracha, principal cultura do modelo extrativista da região, outras culturas tais

como a castanha, dentre outras, deveriam ser valorizadas reforçando a produção extrativista do estado.

No terceiro capítulo intitulado **O Projeto Político e Intelectual de Álvaro Maia**, abordou-se a relação entre Álvaro Maia e as elites políticas. Álvaro Maia inicia seu processo de depuração política por meio de sua relação com o regime varguista. Getúlio Vargas estabelece a política dos interventores a partir da ideia de harmonizar os grupos políticos tradicionais por intermédio da escolha de pessoas “neutras” aos grupos oligárquicos, que se espalhavam no poder durante o período da República Velha. Neste sentido, Maia foi escolhido por não possuir uma ligação direta com os esses grupos.

No entanto, sua permanência no poder, mesmo após o regime do Estado Novo, deu-se pela capacidade que ele tinha de manejar seu carisma no sentido de conferir ganhos ao seu grupo de “assessores”. A escolha desse grupo reforçava seu posicionamento e legitimação junto aos seus pares e essa escolha incluía membros de sua família e aliados, como a escolha de Antônio Botelho Maia para o cargo de prefeito de Manaus e Arthur Cezar Ferreira Reis para o cargo de diretor da instrução Pública.

Além de manter uma política alinhada com os interesses do governo central, sua relação com as elites locais foi fundamental para a sua permanência no poder, pois essas elites precisavam superar seus interesses arcaicos, voltando-se para a inovação. Essa demonstração de apoio tornou-se uma estratégia para não perderem sua condição de elite dominante. Diante de um cenário de transformação dos atores políticos, a partir do governo de Getúlio Vargas, houve uma modernização e burocratização do aparelho estatal. Todavia, a permanência de Maia só se deu pela conciliação dos interesses entre os dois grupos.

Por fim, o capítulo faz uma análise comparativa entre a contribuição intelectual e política de Álvaro Maia e Arthur Cezar Ferreira Reis, contemporâneos, ambos intelectuais com uma trajetória intelectual e política semelhante. Ao atentar para a trajetória desses intelectuais é possível perceber que a relação entre Arthur Cezar e o Instituto Geográfico Histórico Brasileiro foi fundamental para a sua projeção e legitimação em nível nacional, enquanto Álvaro Maia, apesar de uma trajetória intelectual laureada, como um dos fundadores da Academia Amazonense de Letras, esteve limitado pelas

dinâmicas próprias do jogo político local e esse investimento impedia-o de investir na ampliação da sua legitimação intelectual em plano nacional.

Neste sentido, estudar o pensamento e a ação política deste autor acaba por ganhar certa autonomia, ultrapassando a própria direção ou expectativa do autor. Assim, tal estudo se torna importante pois esclarece o modo como a região foi vista e explicada por Álvaro Maia, compreendendo assim os caminhos tomados em sua intervenção política, bem como de outros políticos durante este período.

CAPÍTULO 1

O processo de formação da liderança do Príncipe dos Poetas

1.1. A importância do estudo sobre o pensamento social

Ao se fazer uma reflexão sobre a região Amazônica é possível, também, produzir uma compreensão sobre os posicionamentos políticos e os caminhos assumidos pela intervenção política, tomados por uma *intelligentsia* durante uma determinada época.

Neste sentido, além da importância de focar a atenção para o posicionamento social e político desses intelectuais, é mister compreender os matizes ideológicos e sociológicos que nortearam as obras e seus posicionamentos, onde não só os autores, mas suas ideias são importantes para uma compreensão do Pensamento Social Amazônico. A partir de uma análise da história das ideias e do itinerário intelectual desses autores, é possível recuperar suas relações mais amplas com os pensadores da região e do país.

Segundo Élide Rugai Bastos (2007), a história das ideias serve como uma importante ferramenta para a compreensão adequada do entendimento de uma obra. A análise da institucionalização, das relações entre produtores intelectuais, a legitimação do campo, são ferramentas indispensáveis para quem se dedica a fazer uma análise sobre a formação do Pensamento Social na Amazônia. Todavia, fazer uma análise a partir da relação das ideias que norteiam possibilita uma compreensão mais ampla sobre esse processo.

Ao limitar o estudo de uma obra a sua relação com o contexto religioso, político e econômico, ou analisar uma obra a partir da própria autonomia desta obra é possível encontrar limitações nessas duas metodologias, que comprometem sua amplitude para a formação do pensamento social.

A partir das restrições apresentadas em relação as duas metodologias, buscando superar seus limites, passa a uma proposta que busca abordar a história intelectual de um modo simultaneamente intertextualista e contextualista. Mostra que existem inúmeras coisas importantes a serem computadas, além do próprio texto para que de fato se alcance sua compreensão. Esse entendimento compreende as motivações das ideias, sua referência imediata ou mediata, e o modo pelo qual os autores aceitam ou rejeitam outras argumentações (BASTOS, 2007, p. 3).

Nos anos de 1930, a ideia central que norteava as obras dos autores brasileiros era o papel da elite pensante no processo de mudança social, esse ideário ligado ao pensamento político do Estado Novo, quando caberia às elites a função de reconstrução nacional, pois cumpririam a tarefa de solucionar uma dicotomia entre o Brasil real e o Brasil legal, pois detinham, acima de tudo, um saber socialmente valorizado, visto que os intelectuais brasileiros da década de 1930 reivindicavam uma ciência do social; esta era, sem dúvida, uma estratégia para se fazer ouvir pelos detentores do poder na medida em que só acreditavam em uma administração fundamentada na ciência dos homens e da natureza.

Assim o conhecimento das condições reais do Brasil evitaria o uso de “diagnósticos pré-estabelecidos”, ideias “vindas de fora”, pois essas ideias importadas falseariam a realidade, daí a necessidade de retorno às raízes. Neste contexto, os intelectuais seriam os únicos capazes de perceber de modo direto as aspirações do povo brasileiro (BASTOS, 2007).

A partir da década de 1950, os diagnósticos ajudaram nas mudanças em curso. O Brasil deste período vivenciava o processo do desenvolvimento econômico fundamentado na lógica global, o que muito estimulou os intelectuais brasileiros a refletirem sobre a nação. Por isso, a temática mais comum entre os pensadores sociais deste período esteve relacionada à questão dos impasses, encaminhamentos e buscas de soluções para o chamado atraso nacional.

Assim, a necessidade de se estudar a gênese do pensamento social no Brasil e na Amazônia, por meio de uma releitura das obras e discursos de autores como Álvaro Maia, se dá no sentido de se obter o esclarecimento do próprio pensamento social atual. Torna-se importante, portanto, resgatar as discussões em torno da compreensão dos processos e das estruturas que articularam a região amazônica com o restante do Brasil e com o mundo. Segundo Ernesto Renan Freitas Pinto (2007), para tal propósito era necessário apreender o Pensamento Social em suas diferentes formas, tanto as sistematizadas pelas Ciências Sociais como nas inquietações intelectuais de homens públicos, ensaístas, cronistas, políticos, entre outros.

Embora haja diferentes posições entre os intelectuais, um aspecto comum em relação à intelectualidade brasileira está relacionado à questão dos impasses, busca de soluções para o chamado atraso nacional e às desigualdades que marcam sua heterogeneidade espacial e sociocultural. Deste

modo, a articulação entre elementos tradicionais e modernos, símbolos do progresso ou do retrocesso da sociedade brasileira, são temas recorrentes no pensamento de vários estudiosos da nação (BASTOS, 2007).

Neste contexto, Ernesto Renan Freitas Pinto (2008) destaca que a Amazônia tem aparecido como território de excelência deste universo de “contrastes e confrontos”, pois sempre esteve no interior dos principais movimentos pela implantação do projeto de Estado-Nação. No entanto, sua inserção também foi marcada pela insatisfação incompleta e tangencial devido às peculiaridades desta região, o que despertou o interesse de um grande número de autores que contribuíram para a formação de um pensamento sobre o homem amazônico e a sua relação com a natureza, dando, assim, as bases para a formação de um pensamento social na Amazônia, que estuda os modos como os homens enfrentaram os problemas, os desafios e as questões que moldaram as instituições, as representações, a cultura, os valores e o modo de vida peculiar na Amazônia.

Ao longo dos anos, a Amazônia acumulou um considerável acervo de conhecimentos sobre a relação homem e natureza na região. No entanto, o conhecimento adquirido ainda é fragmentado e incompleto. Neste sentido, a reconstrução deste pensamento social torna-se tarefa relevante, pois vai além de compreender os movimentos de seleção, elaboração e interpretação de dados e dos objetos que se transformaram nas diferentes representações do universo social da Amazônia, mas também restabelece a possibilidade de uma “história das ideias” e de uma sociologia dos intelectuais.

Neste cenário, a retomada do pensamento surge como uma forma de recuperarmos uma interpretação histórica, social e ecológica da região, a qual lança a Amazônia em suas bases culturais, econômicas, sociais e políticas.

Ao se inventariar os autores e as ideias que contribuíram para a formação do Pensamento Social da Amazônia que são antecedentes aos estudos das pós-graduações em Ciências Sociais, deve-se fazer um resgate dos relatos e narrativas que privilegiam as visões, interpretações e até a preocupação sobre a região que se liga de maneira integrada a vida natural e social.

As pesquisas acerca de ideias precursoras e seus mecanismos de difusão permitem apreender dimensões explicativas e compreensivas da natureza e das sociedades amazônicas no ambiente acadêmico em inúmeros aspectos. Um deles é a capacidade com a qual os grupos de

pesquisa podem ser capazes de se reproduzir em novos grupos do pensamento social brasileiro onde as particularidades regionais do Brasil estão inseridas. Outro diz respeito à busca da especificidade sobre abordagens precursoras da Amazônia, com nexos sobre a história das ideias em campos disciplinares presentes. E ainda aspecto não menos importante, é aquele que organiza a ação da pesquisa propriamente dita, em função de recortes temáticos prescritos pelas e para as grandes áreas do conhecimento da pesquisa científica ordenados pelas agências de fomento (FREITAS PINTO, 2007, p. 28).

Nesse processo de resgate pode ser entendido como uma recuperação da infância desse pensamento social no Brasil, que serve para esclarecer as realidades contemporâneas. Esse levantamento auxilia, também, na identificação das ideias de várias áreas do conhecimento, possibilitando a redefinição do contexto explicativo em suas mais diversas formas de manifestações na vida social: as instituições de sobrevivência, suas relações internas e externas, as manifestações da inteligência, e as imagens do poder.

Neste sentido, é possível relacionar a formação do pensamento social aos autores que privilegiam a literatura, dentre os quais podemos destacar Álvaro Maia, cuja importância do estudo de sua obra e de seus discursos políticos auxiliaria no revigoração das abordagens intersubjetivas da teoria sociológica, que criam e recriam relações entre as estruturas do pensamento e a ação de indivíduos e coletividades por meio da análise e críticas da intertextualidade e uma significação da psicologia dos fatos culturais.

Esses estudos sobre as releituras auxiliariam ao admitir-se que essas narrativas, frente à relação com a intelectualidade pré-modernista, aproximam a relação da literatura e da sociedade sob a ótica dos fatores explicativos e compreensivos de estratégias identitárias, ou seja, a partir desta perspectiva é possível estudar esses autores como verdadeiros interpretes da região amazônica.

Segundo Miceli (1999), no entanto, o risco de ancorar uma análise pautada apenas no itinerário das ideias, pode limitar a interpretação uma vez que o leitor não tem acesso às fontes primárias a respeito do próprio autor, a posição da obra na conjuntura intelectual e política na qual as ideias foram tomando corpo, das condições de sua recepção nos círculos da intelectualidade e da política.

Todavia, é necessário fazer um trabalho de relação entre a obra e o contexto social do autor, tampouco deve ser esquecido o tratamento específico

da elaboração de uma obra literária. Segundo Freitas Pinto a obra deve ser analisada:

Texto, vírgula, autor, suas referências sociais e intelectuais, grupos de pertinência de classe e status tem grande importância analítica quando o sentido que lhe é conferido é integrado ao todo da obra em sua coerência interna, sem desprezo ao impacto sobre os leitores (2007, p. 30).

Neste diapasão, esse processo de inventariar essas interpretações sobre a Amazônia, como no caso da obra e os discursos de Álvaro Maia, servem para legitimar as visões sobre a região partindo de várias tradições intelectuais, onde essas tradições refletem a importância destes autores e suas ideias para as próprias sociedades amazônicas, bem como, no caso específico de Álvaro Maia o poder emanado de suas visões interferiu em sua ação política no plano local, ou seja, o poder emanado das ideias alvareanas sendo e no processo de autoconhecimento nacional e regional.

1.2. Repensando o engajamento político do intelectual

Ao pensar em Álvaro Maia e suas contribuições intelectuais e políticas para a compreensão da formação social e política de um dado contexto brasileiro, esse exercício faz-se sob o “olhar” de um intelectual local, porém que representa um típico caso de representação política e ideológica dos setores dirigente brasileiros durante as décadas de 1920 a 1950.

Contudo, é necessário compreender o próprio posicionamento social e político dos intelectuais brasileiros durante este período. Ao se pensar nos intelectuais como um grupo socialmente constituído, deve-se tomar em mente que a intelligentsia brasileira apesar de detentora de uma vocação para um saber “puro” assume uma posição de destaque na sociedade por sua forte relação com as classes dirigentes, seja por origem ou por representação (MICELI, 1979). Eles passam, desse modo, a ter um caráter de engajamento social e político.

Essa característica da intelligentsia brasileira os colocava em uma posição elevada na sociedade sem, contudo, se comportarem como os *mandarins* alemães que adquiriram a condição de elite social e cultural por seus atributos educacionais, eram espécies de doutrinadores do saber “puro”, entretanto com as mudanças sociais comuns ao processo de modernização pelo

qual a Alemanha passava no final do século XIX. Passaram a assumir uma postura de distanciamento em relação às mudanças. Assim, a postura de alguns desses intelectuais, de colocar-se muito acima das classes e interesses socioeconômicos, levou-os a assumir posições sectárias, e facilitou o ingresso de muitos alemães cultos no mundo pseudoidealista do antissemitismo e do nacionalismo agressivo (RINGER, 2000).

Segundo Martins (1986), o posicionamento da intelligentsia russa no século XIX, se comportando como um grupo alienado em relação às condições sociais, políticas e econômicas da época, indica que eles usavam essa alienação como estratégia para a crítica social à defesa da educação, pois a educação era, segundo eles, o principal recurso para ocidentalizar, racionalizar e modernizar os aparelhos administrativos do Estado. Todavia, essa alienação não tratava de se “exilarem” de seu local de origem ou de serem privados de viver os privilégios assegurados por sua posição social. O que estava em questão para os intelectuais russos era um clamor por uma sociedade nova em meio a um vazio social, vazio este criado pela ausência de uma sociedade civil. Assim, seu isolamento não lhes conferia a função de serem os capazes de preencher o vazio social, mas apenas de serem as testemunhas desse processo.

A intelligentsia brasileira, durante o século XIX, tem como traço mais marcante a reivindicação para si da liderança moral da nação, no entanto não conseguiu pensar uma nova sociedade. Segundo o autor, a cooptação dos intelectuais pelo Estado não era suficiente para explicar a ausência de pensamento utópico, isto é, eles não tinham um *projeto* de transformação da sociedade, suas análises ficavam no plano da condenação, substituindo a utopia por uma esperança em um futuro impreciso e um ufanismo exacerbado.

A partir da década de 20, o engajamento político torna-se a marca dos intelectuais dos países periféricos. No caso brasileiro, ou se aliam ao Estado como uma estratégia de permanecerem nas classes dirigentes, uma vez que foram aliados do poder com a decadência das velhas oligarquias rurais (MICELE, 1979), ou adentravam nos estames do poder como uma espécie de missão na qual estavam imbuídos uma vez que estavam insatisfeitos com a implementação das instituições liberais no país (PÈCAULT, 1990). Com o Estado Novo, os intelectuais permanecem mantendo uma íntima ligação com o Estado. Segundo este autor, na falta de uma vida cultural pujante não surgiram condições de

suscitar um corpo autônomo em condições de criar gratificações materiais e simbólicas. Assim, os intelectuais redefiniam e redesenhavam seus projetos para uma inclinação política.

Entretanto, ao se pensar no posicionamento dos intelectuais brasileiros em comparação aos intelectuais alemães e russos em cenários de mudanças sociais em seus países, vale lembrar que própria condição do intelectual em um país periférico durante este período envolve uma série de problemáticas e características diferentes, visto que estavam passando por um processo de construção da própria identidade de suas nações, por este motivo é comum a estes intelectuais uma postura de engajamento social e político.

O contexto periférico de sociedades não europeias é permeado por especificidades inescapáveis que condicionam as trajetórias e influenciam este grupo de formas distintas das dos países centrais. Vale lembrar que ao se pensar nestes intelectuais periféricos, deve-se pensar sob um contexto de modernização da periferia global.

Estes projetos tinham na verdade uma dupla função. Ao mesmo tempo em que buscavam forjar a unidade, pressuposto para a identidade sociocultural de um povo, manifestavam diante do mundo (europeu, principalmente) a viabilidade desses novos países, enquanto Estados-nação. Muitos destes intelectuais têm em sua trajetória um intenso contato com os principais centros culturais europeus (a maioria de origem abastada), assim ao chegar ao retornar a sua terra natal tenta através da literatura recriar uma cultura refinada em um país onde mais da metade da população é analfabeta.

Uma vez refeitos do choque e/ou deslumbramento com as “culturas imperiais”, esses intelectuais passam a busca estratégias para firmar sua identidade fazendo uma fusão entre a periferia “selvagem” e o centro “civilizado”. Neste diapasão, faz-se necessário atentar por alguns instantes para formação de outra intelligentsia no continente Latino Americano para compreendermos como esses detentores do “saber puro”, tinham no engajamento social e político uma missão junto a sua nação.

No livro *Os Intelectuais e a Invenção do Peronismo* (1997), de Frederico Neiburg, o posicionamento dos intelectuais argentinos durante o período do peronismo é fundamental para compreendermos o processo de construção da identidade argentina, encerrando a ideia de duas Argentinas (a Argentina real e

a Argentina oficial), ao mesmo tempo em que a importância que se dava a cátedra universitária estava ligada a um projeto americanista de construção de uma consciência filosófica no continente. Esses “profetas” eram os únicos agentes capazes de interpretar a crise da identidade nacional que ocorreu durante a década de 1930, que se configurou com a separação do país em duas Argentinas.

O CLES buscava realizar a “unidade nacional”, patrocinando a discussão de um projeto de país que levasse em conta as particularidades provinciais e regionais, “quebrando o centralismo portenho”. Desejava ser “mais que uma instituição cultural metropolitana” e empreendia um “avanço para o interior”. Por meio da recriação de todos os motivos próprios ao mito das duas Argentinas, o CLES convidava a “conhecer outras realidades” para criar “uma só Argentina” (NEIBURG, 1997, p. 134).

A ligação dos intelectuais com o peronismo seja como opositores ou defensores, em muito se assemelha com a relação entre a intelligentsia brasileira e o Estado Novo, pois o que estava em jogo no posicionamento destes intelectuais era compreender como nestes dois projetos dessas duas nações se dava a própria modernização do país e suas consequências.

Segundo Ribeiro e Miranda (2011), essas posições ambivalentes dos intelectuais são interessantes na medida em que a própria ideia de ambivalência desconstrói os modelos binários de poder: centro x periferia, dominante x dominado, “alta” x “baixa” cultura, e partir desta lógica é possível compreender que os posicionamentos assumidos por estes intelectuais não são cristalizados devido a própria dinâmica das relações sociais.

Assim, deve-se compreender que um mesmo sujeito se posiciona ora como contestador do *status quo*, ora como reforçador do processo de dominação. A atividade intelectual, portanto, pode ou não ser concretizada nestes grupos sociais. Em Álvaro Maia, o intelectual em debate nesta pesquisa, vemos nessas dúvidas tomadas de posição ao longo de sua trajetória uma nova forma de pensar o sujeito, considerando que seus posicionamentos e sua ambivalências em relação a sua própria origem social podem ser explicadas de um complexo processo de (re) significação das próprias identidades de um mesmo indivíduo.

Para Bastos e Pinto (2014), o estudo sobre Álvaro Maia pode ser considerado como a representação de um dos elos mais fracos dessa intelligentsia brasileira. Todavia, ao se atentar para o olhar de um desses elos mais fracos, é possível ter um novo ângulo sobre a natureza do país. Quando Maia aponta a questão de extração da borracha como o ponto de solução para o problema do desenvolvimento do Amazonas, sendo esse processo de desvalorização fruto do próprio descaso com que as autoridades locais. O que estava em jogo na verdade era a forma como o processo de modernização estava sendo implementado na região com seus impactos e problemáticas.

Esse estudo permite ampliar a compreensão sócio-política e capturar a singularidade das formações periféricas. Segundo Ramos (2010), ao comparar as trajetórias de Álvaro Maia e de seu contemporâneo Raimundo Monteiro é possível perceber que as tomadas de decisão de Raimundo Monteiro no campo intelectual sempre estavam ligadas à possibilidade de uma consagração nacional e até internacional, enquanto Álvaro Maia, apesar de sua comprovada relação com a intelligentsia nacional, sempre valorizou em primeiro lugar a consagração local, isto é, as pretensões de Raimundo Monteiro sempre foram ajustar sua obra à universalização, enquanto que Maia facilmente se enquadrou no regionalismo.

Pensar Maia como um intelectual periférico nos ajuda a compreender suas visões de mundo acerca de quão complexo e por vezes dispendioso o processo de adaptação à modernidade e as transformações sociais: “O ponto mais fraco da corrente ao se romper- não se adaptar ao movimento do mundo, como se fosse algo exótico, diverso, não assimilável” (BASTOS & PINTO, 2014, p. 10). A Amazônia desde que deixou de ser a Colônia portuguesa do Grão Pará e do Rio Negro e passou a fazer parte do Brasil sempre experimentou a implementação de estratégias modernas de desenvolvimento para a região desde o projeto malsucedido de agricultura capitalista do Marques de Pombal, a economia extrativista da borracha, a estrutura eletrônico-industrial da Zona Franca, à atual proposta de desenvolvimento sustentável. Neste diapasão, a população amazônica vem sendo historicamente experimentada em processo de modernização (SOUZA, 2014).

O que ocorre é um tradicional questionamento dos países centrais em relação às desigualdades e os privilégios legitimados pelo direito que aparentar

se configurar muitas das vezes de forma diferente nas regiões periféricas, apesar das semelhanças com os fundamentos constitucionais com os países centrais. Assim, no estudo dos autores ditos menores é possível encontrar essas singularidades, compreendendo como se dá o processo de circulação e adaptação destas ideias, e seus efeitos nas instituições e representações da região.

A história das classes subalternas está ligada à própria luta da unidade histórica da classe dirigente do Estado, pois a posse do Estado garante a memória das lutas dos setores dominantes. Por este motivo, a privação do controle sempre foi o maior obstáculo para a unidade das classes subalternas, ou seja, tem-se uma luta pela “posse da história”.

Assim, ao se atentar para a questão regional, percebemos que sempre houve um processo de esterilização das vozes dos autores ditos “menores”, no que os autores do Sul do Brasil têm maior facilidade de receber o título de “universais” e os autores do norte sempre caem na pecha “regional”. Não se trata de apenas um processo de categorização estética e literária, mas de uma hierarquização intelectual que acaba por garantir a hegemonia de certas regiões avançadas e modernas sobre outras primitivas e pobres (SOUZA, 2014).

As inúmeras questões ligadas ao posicionamento dos intelectuais na sociedade revelam como problemática fulcral as visões de mundo desses autores. O intelectual em seu processo de criação não está restrito ao seu círculo social. O imaginário, que não necessariamente possui um vínculo explícito com uma realidade, também está ativo na construção de enredos e personagens. Neste sentido, a obra expressa as visões de mundo que são coletivas de determinados grupos sociais (cf. LEPENIES, 1996). As visões de mundo são constituídas por uma vivência histórica dos grupos, sendo formada pela ação dos atores sociais que são construtores dessa experiência. Compondo assim, a prática social dos sujeitos e de seus grupos sociais. Nesse caso, ao analisar os diversos pontos de vista de Álvaro Maia explicitados em sua obra, é possível observar a forma como se deram as condições de produção, bem como o contexto sócio-histórico desse autor.

1.3. Da poesia à política: uma trajetória

Segundo Ramos (2010), as primeiras décadas do século XX foram marcadas pelo fim da dominação dos proprietários rurais ligados à produção e exportação agrícola, com um destaque especial para a produção de café. A partir da década de 1920, surge, no cenário nacional, uma série de fatores sociais e políticos que influem decisivamente para o declínio e derrocada da República Velha.

O Brasil estava vivendo uma grave crise não apenas econômica, como também social, política, ideológica e cultural, que colocava em discussão toda estrutura política da chamada República Velha. O sistema de dominação oligárquico, implantado com o advento da República, começava a apresentar sinais de crise. Durante os anos 1920, a situação política do país agravou, passando por várias etapas de um processo gradativo de contradições sociais e políticas, que terminaria por levar ao colapso final das instituições oligárquicas com a crise mundial de 1929.

Diversas camadas sociais urbanas passaram a reivindicar participação nos processos de tomada de decisão do governo e reformas institucionais no Estado, pressionando o sistema de poder para acabar com a corrupção, o coronelismo e a fraude. Surgem pressões também por mudanças na economia, reivindicando maior investimento e incentivo público ao setor industrial e o fim da política protecionista ao café. Por outro lado, com o crescimento e organização das classes trabalhadoras, surgem os sindicatos. Os sindicatos tinham como principais reivindicações o fim das longas jornadas de trabalho, os baixos salários, as condições degradantes no espaço fabril e a vigilância e repressão policial.

Para os setores dirigentes, as reivindicações eram tratadas com uso da força policial. Mas a constante repressão contra os manifestantes não impediu, porém, a eclosão de greves por todo o país. As pressões e reivindicações cada vez mais intensas demonstravam a necessidade de uma política de ampliação e proteção dos direitos dos trabalhadores que salvaguardassem formas dignas de trabalho e de remuneração

O agravamento da crise econômica durante a década de 1920, a eclosão de revoltas e levantes militares, o crescimento das camadas sociais urbanas,

além do acirramento dos conflitos entre os grupos políticos devido aos inúmeros conflitos entre as facções oligárquicas dominantes, culminaram com a eclosão da Revolução de 1930.

Durante este período, a política dos governadores firmada pelo presidente Campos Salles consistiu num acordo tácito entre as oligarquias cafeeiras paulista e mineira com o intuito de estabelecer a hegemonia na política nacional em defesa dos seus interesses. Por meio de acordos entre o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM), os dois estados indicavam um nome de consenso como candidato ao governo federal e elegeram praticamente todos os presidentes da República. A aliança entre São Paulo e Minas Gerais ficou conhecida como a política do "café-com-leite". Contra a hegemonia política paulista e mineira, insurgiram-se as oligarquias das regiões Sul e Nordeste. No final da década de 1920, as pressões e conspirações das oligarquias dissidentes ampliaram-se. Entretanto, foi o rompimento da aliança entre São Paulo e Minas Gerais que provocou o movimento revolucionário que solapou a República Velha.

No Amazonas, a decadência econômica do modelo extrativista da borracha nas primeiras décadas do século XX desencadeou uma série de movimentos políticos na região. Em relação à esfera cultural, a borracha foi de relevância para o desenvolvimento dos povos amazônicos. A prosperidade econômica proporcionada pela extração gomífera atraía uma gama de agentes sociais de diversas regiões do país, em especial os nordestinos, atraídos pela possibilidade de riqueza propiciada pela borracha (RAMOS, 2010).

No período áureo, as cidades de Manaus e Belém passaram a ser o cenário da *Belle Époque*, emanando sinais de civilização possíveis de serem mobilizados. No entanto, os mais pobres embrenhavam-se pela selva, explorando a floresta, abrindo estradas para a coleta de látex de seringueiras, alargando as fronteiras do Brasil, exercendo um importante papel de desbravamento da Amazônia. Na Segunda Guerra Mundial, o Amazonas reviveu um período de crescimento econômico, igual ao período áureo da borracha com a reativação dos seringais nativos, devido ao fato dos seringais localizados no Oriente se encontrarem sob o domínio de forças contrárias aos Aliados. Trazendo para a floresta uma nova leva de nordestinos em busca de melhores condições de vida, os "soldados da borracha". Esse curto período de aparente

prosperidade só foi possível graças ao acordo de Washington, no qual se criou o Banco de Crédito da Borracha destinado a comprar a produção gomífera reservada aos esforços de guerra.

Segundo Bourdeu (1996a), a condição econômica não deve ser tomada como fator determinante para a compreensão dos desdobramentos culturais. Segundo o autor, não se deve estabelecer uma conexão direta entre obra e determinadas camadas sociais, como se a obra apenas refletisse os reclamos de um grupo social específico. O contexto social mais abrangente no qual os diferentes campos sociais encontram-se inseridos, principalmente em contextos de mudança, traz sim implicações para a configuração da relação de forças no âmbito dos campos sociais. Esse processo se reflete, por sua vez, na relação da obra com o público, pois é esse jogo de forças dentro do campo que definirá o público para o qual será destinada a obra.

É neste contexto que inúmeros intelectuais se radicaram na Amazônia. Muitos desses enraizaram-se ao constituírem família, formando assim uma *intelligentsia* amazonense que tinha como principal finalidade criar um mundo novo, estudando e revelando essa região para o “mundo civilizado”, isto é, esse grupo de intelectuais pretendia estabelecer um elo entre a Amazônia e a Europa por meio da cultura. Estes intelectuais foram os responsáveis por criar uma interpretação sobre a região. No entanto, do mesmo modo, o estado do Amazonas sofreu o efeito inverso, quando vários intelectuais migraram para grandes centros do país.

Esses intelectuais tomaram para si a importante tarefa de engajamento político que deveria ser realizada de “cima para baixo”, ou seja, pela elite dirigente; os intelectuais tomam para si como uma forma de missão primordial essa representação na medida em que é sua tarefa forjar a nação política e culturalmente (PÉCAUT, 1990). O Amazonas agregou muitos imigrantes, atraídos pela borracha; neste contexto, tais lideranças intelectuais começaram a dominar o terreno social e político do estado.

Álvaro Maia, do mesmo modo como outros intelectuais desse período, foi cooptado para essa missão e se autodefiniu como um porta-voz legítimo desse conjunto da sociedade ante o poder do Estado, passando a usar sua obra como um crivo avaliativo para perceber sua relação com os elementos que exprimem uma cultura nacional (RAMOS, 2010).

Ao atentarmos a algumas passagens da vida de Álvaro Maia, é possível compreender de que forma a sua trajetória revela certa visão de mundo, bem como sua posição no âmbito de um campo de produção cultural específico; evita-se, dessa forma, que se perceba sua obra como um todo autônomo, e isso na medida em que sua posição no interior do campo tende a se alterar e a se reelaborar ao longo de sua trajetória.

Nascido em 19 de fevereiro de 1893 no seringal da família, o seringal do “Goiabal”, na cidade de Humaitá. Além de seus pais Fausto Ferreira Maia e Josefina Botelho Maia, outros personagens foram marcantes na sua formação, bem como na orientação de lances decisivos de sua repentina afirmação como liderança intelectual e posteriormente política. Os irmãos Antônio e Raimundo sempre estiveram envolvidos com o funcionalismo público e com a política local. Antônio Botelho Maia foi prefeito de Manaus e deputado pelo estado do Amazonas; a relação com o irmão foi fundamental na composição de seu secretariado durante o período de sua interventoria.

As relações familiares de Álvaro Maia, contribuíram consideravelmente para o estabelecimento de sua carreira. Segundo Bourdieu (1996b), as famílias detentoras dos meios de produção têm na estratégia da representação política uma estratégia de manutenção do poder destes grupos. Contudo, isto não significa afirmar que sua obra sirva apenas para representar determinados “interesses”. Esses elementos são fundamentais para desmistificar que o escritor corresponde, ou pretende corresponder, seja aos interesses de uma classe dominante, seja aos interesses gerais da sociedade. Entretanto, é inegável atender para o fato de que essa relação permitiu a ele manter-se envolto em diversas atividades políticas e ideológicas.

Em sua trajetória inicial, Álvaro Maia buscava uma valorização da região amazônica e, nesse sentido, suas estratégias no interior do campo intelectual e suas tomadas de decisões, estavam voltadas para uma possível consagração em âmbito local, como no caso de sua eleição ao título de *príncipe dos poetas*, como veremos adiante. Assim, buscou construir sua imagem como poeta (RAMOS, 2010).

Durante seu período de formação, Álvaro Maia sempre esteve ligado às instâncias de formação da produção cultural e ideológica da época. Segundo as análises de Sergio Miceli (1979) e Lilia Schwarcz (1993) no Brasil, até meados

da República Velha, a Faculdade de Direito constituiu-se como uma instância intermediária na importação e difusão intelectual europeia. Nesse sentido, agrega as principais funções políticas e culturais. Junto à Faculdade de Direito, agregavam o movimento editorial das principais revistas e jornais literários da época. Estas instituições serviam também como o celeiro que supria a demanda de funcionários treinados para assumirem os postos parlamentares e os principais cargos administrativos, além de contribuir de forma primordial com os demais estamentos burocráticos.

Álvaro Maia realizou seus estudos primários e secundários em Manaus, este último no Ginásio Amazonense Pedro II. A partir de 1913, frequentou durante dois anos a Faculdade de Direito do Ceará, transferindo-se em seguida para o Rio de Janeiro, Distrito Federal, onde concluiu seus estudos superiores em 1917 pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, graduando-se bacharel em direito.

Segundo Miceli (2001), a possibilidade de ocuparem postos de destaque, não dependiam dos títulos ou diplomas, mas muito mais do capital adquirido nas redes de relações. As principais instâncias de formação e produção ideológica e cultural estavam ligadas à grande imprensa. Assim, o êxito das carreiras intelectuais dependia das estratégias ligadas às burocracias intelectuais, ou seja, nisso aparece a grande imprensa, as instituições políticas (Assembleias locais e nacionais) e organizações partidárias (os partidos políticos).

Suas atividades jornalísticas se iniciam em publicações estudantis como a revista *Aura*. Ainda como estudante secundarista, começou a trabalhar no *Jornal do Commercio*, colaborando ainda no jornal *O Libertador*, todos de circulação local. No Ceará, onde começou seus estudos de Direito, foi um dos redatores do jornal estudantil *O Vaticano*, onde aparece com o codinome Alberto Maia e foi um dos colaboradores do jornal *Radical*. De volta a Manaus, em 1917, após a conclusão de seus estudos no Rio de Janeiro, Álvaro Maia funda junto com Caetano Estelita o jornal *A Imprensa*, cuja direção estava sob o comando do doutor Alfredo da Mata.

No início do século XX, a atividade jornalística tornara-se um ofício compatível com a atividade de escritor. Nesse sentido, o vínculo de Álvaro Maia com as atividades jornalísticas e o cenário nacional, nos ajuda a compreender

esse processo. Em 1921, durante sua permanência no Rio de Janeiro, trabalhou na *Gazeta de Notícias*. Nos primeiros meses de 1926, foi nomeado pelo governo de Efigênio de Sales para o cargo de Diretor da Imprensa Oficial. A partir da II Guerra Mundial passou a colaborar de forma permanente para os Diários Associados por escolha pessoal de Assis Chateaubriand que, anos depois, publicaria um artigo como prefácio, *Na vanguarda da retaguarda* de Álvaro Maia; é assim que seus artigos passaram a ser divulgados e citados nesta corporação jornalística.

O jornal, na primeira metade do século XX, era de fundamental importância para a atuação dos intelectuais. Os jornais serviam como uma fonte de renda, daí o fato de se submeterem a simples atividade de redação, tais como as notícias mundanas (sessões policiais, sessões femininas, entre outras) sem nenhum cunho literário; servia também para criar um ambiente favorável para suas atividades de escritor.

O jornal no Amazonas emerge como uma estratégia utilizada pela elite letrada para manifestar sua real opinião com relação ao sistema político vigente, para isso usavam de suas habilidades linguísticas (o humor, a charge e a caricatura). No entanto, também pode se configurar como uma forma de mediação entre uma pequena parcela da população instruída e a grande parcela com pouquíssima ou nenhuma instrução (PINHEIRO, 2001).

No Amazonas, como no resto do país, a imprensa possibilitou a participação de muitos intelectuais. Em Manaus, as revistas *Redenção* e *Equador* atrelavam notícias mundanas a poemas da elite intelectual amazonense. Segundo Broca (1996), a participação de imortais no exercício profissional fazia parte de uma tradição que se estendia por todo o país. Nesse sentido, no Amazonas, assim como no resto do país, é nos jornais que encontramos uma das principais instâncias de consagração para os interessados em criar uma carreira de sucesso no mundo das letras, onde aparece como uma espécie de centro de cooptação de intelectuais, fossem escritores consagrados, fossem jovens promissores que teriam destacada participação no estado-maior intelectual dos grupos dirigentes. Daí o engajamento desses intelectuais com as facções políticas desses jornais.

Segundo o depoimento de Genesino Braga¹ (1969, p. 55) a respeito de Álvaro Maia: “[...]Foi através do artigo de jornal, durante toda a sua vida que ele dera impulso expansivo às suas ideias, nas múltiplas atividades que exercera.”

Segundo Ramos (2010), a ligação de Álvaro Maia com a imprensa garantiu-lhe destaque em âmbito nacional, graças a sua participação nos *Diários Associados*. Esse fato refuta a ideia de que o poeta só se destacou literária/politicamente em nível local. Graças a sua amizade com Assis Chateaubriand e de sua atuação naquela corporação jornalística, Álvaro Maia manteve contato com a elite intelectual brasileira que se concentrava na então capital do país, Rio de Janeiro.

No entanto, foi a atividade de jornalista que permitiu a Álvaro Maia alcançar, de fato, a consagração política local, devido à própria dinâmica de circulação da imprensa que garantia uma velocidade necessária para a exposição de suas ideias. Contudo, durante este período da República Velha, o controle dos jornais constituía-se em um importante móvel de luta na qual estavam envolvidas as facções oligárquicas; nesse sentido, o jornal servia como um meio de vocalização dessas facções e para aqueles que estavam envolvidos nesse processo, onde os diferentes intelectuais acabavam por converter-se em representantes de tais facções.

Segundo Bourdieu (1989), dentro de um determinado contexto do campo político, os agentes se distinguem de acordo com o seu capital político, o qual, por seu turno, pode ser expresso e mensurado pelo usufruto de um capital simbólico de outros campos sociais, como, por exemplo, o capital intelectual que, ao ser reconvertido para o meio político, já desfruta de certa notoriedade. A conversão de um determinado capital simbólico em capital político de um determinado agente dá-se através de uma espécie de investidura, como se fosse uma espécie de iniciação, e que marca a transmissão de um capital político. Essa *investidura* é feita, inicialmente, pela instituição à qual o agente social pertence, nesse caso, representado pelo contexto da República Velha no Brasil, a imprensa.

A aquisição de um capital delegado obedece a uma lógica muito particular: a investidura- acto propriamente mágico de instituição pelo qual o partido consagra oficialmente o candidato oficial a

¹ Cf. Revista da Academia Amazonense de Letras. Manaus. ano XLVII. n°14. 1969.

uma eleição e que marca a transmissão de um capital político, tal como a investidura medieval solenizava a <<tradição>> de um feudo ou de bens de raiz (BOURDIEU, 1989, p.192).

A imprensa converteu-se em um instrumento que conferia visibilidade e configurou-se em uma fonte potencial de formação de capital político, isto é, a presença de um agente na imprensa não só pode gerar um determinado acúmulo de capital político, mas também acaba por conferir maior visibilidade ao político ou à facção política que tal jornal representa, garantindo seu sucesso ou o seu fracasso.

Álvaro Maia também atuou como conferencista, fato que lhe rendeu uma grande notoriedade no estado e lhe possibilitou dialogar com intelectuais de destaque nacional tais como: Olavo Bilac, João do Rio, Félix Pacheco, João Lage, entre outros. As conferências, além de proporcionar maior visibilidade, garantiam um retorno financeiro. Dentre os principais conferencistas do estado, podemos destacar, além do próprio Álvaro Maia, Hemetério Cabrinha, que se consagrou como o “orador das massas” ao proferir discursos para agremiações operárias. Entretanto, tais conferências renderam a Álvaro Maia a possibilidade de estabelecer laços de intimidade com figuras nacionais; o “príncipe dos poetas” era famoso por promover almoços dominicais para as principais personalidades da literatura, fazendo-lhes toda a “corte” aos ilustres convidados (cf. PINHEIRO, 2001).

Segundo Ramos (2010), foi através da atuação no mundo das letras que Álvaro Maia acumulou capital simbólico e pode reconvertê-lo em capital político. A atuação de Maia como intelectual se divide em várias vertentes, desde poeta, romancista, conferencista até professor; durante sua formação escreveu e elaborou seus versos publicando-os em jornais onde trabalhou.

A estreia de Álvaro Maia no mundo das letras foi com a publicação do soneto “Cabelos Negros” em o *Curumin*², jornal estudantil, em 1904. O poema demonstra um desejo do poeta de posicionar-se e inserir-se no mundo das letras, visto que, ainda muito jovem (então com 11 anos), simplesmente almejava sua própria legitimação como poeta.

Louca tormenta são os seus cabelos,

² BATISTA, 1969, p. 124.

Cabelos negros como nunca vi!
Mágico poema de fatais anelos
Há nessas tranças, como nunca li!

Cabelos crespos, revoltoso oceano,
Cabelos negros como a tempestade!
Cabelos castos de infinito arcano,
Que me consolam nesta soledade!

Cabelos magos que me seduzem tanto,
Cabelos negros que beijar quisera,
Cabelos plenos de magia e encanto
Cabelos lindos como a primavera!

Formosos laços de sonhado enleio,
Cabelos negros da mulher que eu amo,
- vagas olentes sobre um puro seio,
Por elas morro e, suspirando, chamo!

O uso do simbolismo e dos termos alegóricos neste poema revelam os anseios por uma legitimação como poeta. A ideia da mulher por quem ele está apaixonado e anseia conquistar reflete a própria necessidade do autor de se legitimar no interior do campo literário. Em sua trajetória inicial, Álvaro Maia ainda buscava uma legitimação entre seus pares como um verdadeiro poeta e, ao analisar seus poemas deste período, encontramos elementos que justificam a ideia de que a partir do discurso literário é possível produzir uma espécie de “efeito do real” (cf. BOURDIEU, 1996a).

Ao analisarmos sua obra, é possível perceber os instrumentos simbólicos e ideológicos imbricados na sua produção literária e que posteriormente foram por ele manejados no sentido de lhe garantir subsídios para se tornar uma liderança que encarnava ideais de mudança no cenário político. Segundo Ramos (2010), a ideia dos *cabelos negros* revela uma espécie de justificação para a estratégia por ele adotada no sentido de construir uma imagem que pudesse diferenciá-lo dos outros poetas; nesse sentido, se constrói o poeta místico. Neste poema de estreia estava preocupado com a sua própria legitimação entre seus pares.

Em 1918, figurou como um dos trinta fundadores da Academia Amazonense de Letras, tendo escolhido como patrono Maranhão Sobrinho, há pouco falecido. A escolha do patrono foi manejada com muito senso de oportunidade pelo poeta no sentido de se relacionar com a sua própria intenção de construir uma aura de poeta “puro”, tentando escapar, dessa forma, da ideia

de que sua inserção no mundo das letras servia apenas como uma estratégia para uma possível inserção no campo político.

As Academias de Letras, a Faculdade de Direito, assim como o Instituto Geográfico Histórico eram as instâncias responsáveis pela elaboração da história “oficial” do Brasil, bem como as primeiras tentativas de institucionalizar o labor intelectual no Brasil. A implementação destes institutos em todos os estados, vinha da necessidade de dar um caráter maior às singularidades regionais, dentro da formação do que seria a interpretação oficial do país.

Segundo Paiva (2002), a criação desses institutos deu-se em virtude da decadência dos setores oligárquicos, pois com o paulatino alijamento de seus interesses no centro das decisões da nação, buscaram no plano da representação o papel crucial da “região” para a própria construção da identidade nacional. Neste sentido, fica fácil perceber o outro lado dessa regionalidade, e da formação de uma tradição regional no pensamento social, no reclame desses “representantes” em ter seu quinhão de participação nos estamentos do poder. Como o próprio caso de Álvaro Maia, representante do movimento glebarista, e defensor da identidade “cabocla” exerceu várias funções nos aparatos do poder, tendo como principal bandeira política a valorização do elemento nativo.

Em Manaus, a fundação desses institutos, buscava dar novos contornos para a região em plena crise, tentando recolocá-la e readaptá-la num novo contexto, não só nacional, mas também internacional. Assim, a produção intelectual da época em busca de dar essa configuração nacional através das especificidades regionais da Amazônia, cria uma cultura amazônica pautada em uma ideologia “cabocla”.

É possível perceber neste momento de crise no qual Amazonas oferecia uma oportunidade aos setores dirigentes de um olhar para o próprio interior, que seja capaz de atender tanto aos interesses desses setores diante de problemas sociais políticos e econômicos, exigindo que seus representantes criassem soluções para a região a partir de uma posição legitimada pela dinâmica interna do campo intelectual local em processo de formação (FALCÃO, 2014).

Embora o contexto das décadas de 1920 e 1930 seja de conturbações políticas e sociais, a interlocução entre o movimento regionalista pode assumir outros contornos, que em combinação com os fatores externos do período criam

fecundas análises sobre o posicionamento da intelligentsia amazônica e suas adesões políticas e estéticas.

Dentro deste diapasão, surge um conjunto de autores dentre os quais Abguar Bastos, Bruno Menezes, entre outros que representam uma espécie de regionalismo amazônico renovado, isto é, uma produção intelectual com uma forte ênfase ao elemento nativo sem, todavia, se alienar das correntes modernistas. Revistas como *Redenção* e *Equador*, fundadas durante este período são exemplos do empenho destes intelectuais em criar obras que confrontassem com o *passadismo* comum durante este período.

Assim, a incorporação de novos elementos estéticos europeus, que foram adaptados pelos modernistas paulistas, foi assimilada pelos intelectuais locais que os associaram aos elementos endógenos da região. Esse processo fica claro com a assimilação do primitivismo, tema comum dos intelectuais de vanguarda, com o cenário selvagem do Vale Amazônico.

Tratava-se de uma inquietação, em especial dos intelectuais mais jovens. A poesia simbolista tornou-se uma forte opção de desgosto por parte deste segmento. Assim, propunham uma literatura nova que retomasse os elementos nativos da Amazônia, ao mesmo tempo em que fosse mais contundente frente as calamidades econômicas.

Fortemente carregados da herança euclidiana, a visão dos defensores da “caboclitude” não caracterizava o regional ligado a uma forma de como eles identificavam os elementos próprios e específicos locais, mas sim em decorrência dos elementos que a diferenciavam das outras regiões. Todavia, esses elementos não podem ser percebidos como dotados de uma existência própria na realidade da região, mas sim enquanto alguns aspectos que ganham visibilidade ao serem confrontados com outras regiões, como afirma Marco Aurélio Paiva (2002):

No entanto, torna-se sintomático a partir do desencadeamento da crise da borracha o tipo de relação estabelecida entre as oligarquias setentrionais e as oligarquias meridionais que foram expressas por seus respectivos porta-vozes políticos no âmbito da arena institucional. Os agentes políticos representativos da região amazônica acusaram os setores oligárquicos das regiões Sul e Sudeste de emperrarem qualquer tentativa de recuperação da economia “regional” em função do prevailecimento de seus interesses em escala nacional (p. 64).

No caso alvoreano de valorização do elemento nativo pode ser percebido pelo tratamento dado, em especial ao seringueiro, que foi sempre visto como um trabalhador virtuoso para Maia, deixando de lado os aspectos da exploração e da alienação ligadas a atividade extrativista, resquícios de um sistema produtivo colonial.

Essa ideologia de valorização da região surge em virtude, de um processo de mudança no próprio tratamento dado a questão regional. A região passa a ser tratada como um espaço social e não apenas natural. A intelectualidade amazonense volta-se para um “olhar nativo”, na tentativa de transformar os elementos estigmatizantes sobre a região como a questão da indolência, em algo positivo.

Álvaro Maia durante as décadas de 1920 a 1950 foi uma referência intelectual no processo de formulação de uma “visão nativa” sobre a realidade amazônica, daí a facilidade em transitar entre os setores dirigentes regionais e a intelectualidade local no sentido da promoção da recuperação econômica e cultural da região. Foi eleito “príncipe dos poetas amazonenses”, título conferido pela revista *Redempção*, em 1925, tendo como concorrentes nomes de prestígio como Jonas da Silva, Raimundo Monteiro, dentre outros. Conhecido por seu público como o poeta “místico”, característica dada em função da conotação teológica que suas poesias transmitiam. Os temas religiosos demonstravam uma mensagem salvífica sem qualquer vínculo com as coisas materiais; nesse sentido, Álvaro Maia soube manejar sua legitimação literária no sentido de transformar o poeta/profeta no político messiânico que encarnou os ideais de mudança que o cenário nacional ansiava.

O seu primeiro livro, na *Vanguarda da Retaguarda*, só foi publicado em 1943. O livro é uma reunião de crônicas aparecidas durante a campanha da produção da borracha. O prefácio foi escrito por Assis Chateaubriand sob o título “*O Mujik da Steppe Verde da Amazônia*”. A interessante comparação de Chateaubriand entre Álvaro Maia e um importante personagem da literatura russa reflete uma espécie de missão ser destinado ao sofrimento, o mujik russo, o camponês trabalhador livre, mas que vivia sob uma espécie de servidão, porém o verdadeiro representante da terra que se enquadra perfeitamente na imagem de Maia: o homem sofrido por assumir para si a dura missão de conduzir o Amazonas para fora da decadência gerada pela crise da borracha.

Esse reforço ideológico foi fundamental no momento da primeira publicação em formato de livro de Maia; em pleno período da Interventoria do Estado Novo, trata-se, portanto, de uma auto-defesa de sua atuação política, o seringueiro é abordado como um “novo tipo” como um herói que agora exerce a dura missão de contribuir como um soldado para os esforços de guerra, sem, todavia, deixar de transparecer a importância de sua atuação como fio condutor deste processo.

Um fundo místico, que vemos e sentimos no trato dos assuntos corriqueiros do “faitdivers”. Se a solidão dos espaços ilimitados deste vale, tal qual a “steppe” russa, pode dar a resignação de um mujik chama-se o interventor, que dirige no antigo acampamento dos barés e dos manaus, o destino da primeira secção do Solimões e de uma parte do Amazonas (MAIA, 1943, p.VI)

Em 1956, publica *Gente dos seringais*, onde apresenta um mapa da região amazônica que serve de cenário para as suas narrativas. Em 1958, foram três volumes: um de poemas, *Buzina dos Paranás*, livro que é uma compilação de seus poemas, *Nas Barras do Pretório*, livro no qual Álvaro Maia pretende fazer uma espécie de “defesa” de sua atuação como político. E, no mesmo ano, publica no Rio de Janeiro o romance *Beiradão*, retratando o período de conquista do rio Madeira e seus afluentes que serviam de pano de fundo para dramas e tragédias.

Banco de canoa, publicado em 1963, retratava cenas de rios e seringais da Amazônia. Esse livro propiciou ao autor uma guinada em sua produção literária, convertendo seu estilo. Neste livro, uma linguagem formal e solene, herança do simbolismo, muito próprio de sua juventude, passa a ser substituída por uma linguagem coloquial de períodos curtos e incorpora termos tópicos, sem desprezar os neologismos telúricos (cf. FARIAS, 2007).

Seguindo esse novo estilo, foi lançada em 1966 a coletânea de pequenas histórias intitulada *Defumadores e Porongas*. Por fim, aos 64 anos, poucos meses antes de sua morte, Álvaro Maia lança o livro *Tenda de Emaús*, livro sobre suas divagações espirituais; nesse livro, o “místico” demonstra toda a sua elevação espiritual.

A atuação intelectual de Álvaro Maia, é marcada por uma série de tarefas políticas e ideológicas; entretanto, este processo reflete a necessidade do autor

permanecer no interior do campo literário em um momento em que se travavam lutas no sentido de impor os princípios e modelos estéticos que pretendiam fazer uma mudança de paradigma das artes como no caso do modernismo.

No Amazonas, durante a década de 1920, eclode o movimento nativista denominado de *Glebarismo*, sob a liderança de um grupo de jovens; inspirados no próprio Álvaro Maia, o movimento tinha o intuito de comemorar o centenário de adesão do Amazonas à Independência. Entretanto, o objetivo do movimento era a mobilização da *intelligentsia* amazonense para assumir de modo mais incisivo o destino de seu povo. O movimento glebarista apresentou fortes indícios de ser uma repercussão no extremo Norte do movimento paulista de 1922 (FARIAS, 2007).

Duas correntes nativistas fortes atuavam no interior do Movimento de 1922: os grupos Anta e Verde-Amarelo. O Movimento de 22, em São Paulo se caracterizava, por uma preocupação com a estética, que revelasse a identidade brasileira. No Amazonas, entretanto, tal preocupação centrava-se em uma conotação de natureza política. O discurso de Álvaro Maia, “*Canção de Fé e Esperança*” (1923), tornou-se o documento mais importante do movimento glebarista na região, bem como, serviu de fio condutor para a ascensão política de Álvaro Maia (cf. BARROSO, 1969³, p. 107).

Segundo Ramos (2010), o discurso transformou-se numa espécie de ideário de vida, constantemente lembrado por lideranças intelectuais como um programa de ação que orientaria a vida política, e que posteriormente voltou às mãos dos amazonenses por um longo período. Arthur Cezar Ferreira Reis publica o livro *História do Amazonas* (1931), inspirado nos ideais de civismo e moralidade do discurso alvareano. Durante o período republicano, o *Glebarismo* foi o movimento de maior relevância para a vida política do Amazonas.

A identidade cabocla se revela também nos discursos por ele proferidos. A heroificação de Ajuricaba abordada no discurso *Pela Glória de Ajuricaba* (1930), o líder indígena foi reconhecido pelo príncipe dos poetas como o verdadeiro símbolo de Amazonas. Neste discurso Maia enfatizou, também a importância dos programas educacionais voltados para o ensino primário.

³ Cf. Revista da Academia Amazonense de Letras. Op. cit.

Outro importante discurso proferido por Álvaro Maia por ocasião da comemoração do movimento de 1924, intitulado, *Após a Campanha* (1926), serve como um importante parâmetro para compreender o aumento de capital político dentro de um cenário de plena interferência dos campos sociais. O discurso tratava de uma exaltação a essa rebelião, na qual o místico poeta afirma ser necessário o uso de armas em favor de uma causa maior, a redenção do Amazonas. Vale ressaltar que, com a rebelião de 1924, os setores aliados do poder foram convidados a participar do governo. Todavia, esses grupos preferiram manter uma postura favorável ao levante sem, no entanto, participarem efetivamente. Com o fim do levante esses grupos foram os maiores beneficiados com o novo processo de rearranjo político, dentre eles o próprio Álvaro Maia.

O discurso proferido pelo já então interventor Álvaro Maia, em 1943, em favor da circunscrição do alistamento, mostra além de suas tradicionais estratégias de legitimação, consagração e permanência no campo político, um reforço ideológico ligado a valorização do regime político vigente: o Estado Novo; onde ele faz uma alusão entre o soldado que vai para o front de guerra para defender as fronteiras do país com o trabalho do seringueiro conhecido como soldado da borracha (RAMOS, 2010).

No entanto, não podemos nos esquecer dos condicionantes sociais e simbólicos que interferiram decisivamente na trajetória deste líder intelectual propiciando seu ingresso em uma carreira política. Segundo Miceli (1979), as posições autônomas dentro do campo intelectual e os mecanismos de consagração, estavam durante o período da República Velha, sob completa dependência das instituições e dos grupos que exercem o trabalho de dominação.

Assim, ao se pensar na obra não se deve reduzir o texto e nem situá-lo na visão reducionista de contexto, pois a construção dos sentidos das obras depende das relações entre diversos atores, o que vem contradizer a ideia da absolutização do texto, como se uma obra estivesse envolta em uma espécie de aura que não a liga a um contexto social ou político ou que se trata de uma estrutura estruturada sem a presença de um sujeito estruturante. Neste sentido, Bourdieu (1996a) se apropria do estruturalismo simbólico de Michael Foucault (1992), o qual observa que nenhuma ideia ou conceito existe por si próprio, pois

representa especificamente um recorte em relação à unidade primeira, sólida e fundamental, que é a do autor e sua obra.

Neste sentido, ao se partir da ideia de que a noção de autor constitui o momento mais forte da individualização na história das ideias e das literaturas e de que existe uma relação entre as obras e o espaço social mais abrangente, pois esta relação pode refletir diretamente as características sociais do seu autor, torna-se necessário não se desprezar quem foi o Álvaro Maia e sua ideia de valorização da Amazônia.

O nome de Álvaro Maia não é um simples elemento de um discurso. Seu nome exerceu influência em seus discursos. Desta forma há uma caracterização de suas obras pela própria relevância conferida ao seu nome. Vale lembrar que ele era um dos principais representantes da “caboclitude”. A relevância intelectual de Álvaro Maia deu-se muito pela sua capacidade de tornar um porta-voz de determinados grupos. Segundo Foucault (1992), a posição do intelectual como “porta-voz” das massas está ligada à existência de um sistema de poder elaborado pelos próprios intelectuais que proíbe/barras ou estimula esses discursos. Seu papel não é mais de ficar acima ou ao lado da sociedade, para determinar o que é verdade.

Assim, a visão sobre o “nativo”, criada por Álvaro Maia era uma visão que lhe conferia um poder. A “caboclitude” da qual ele era um legítimo representante provinha de um discurso produzido por um determinado grupo social detentor não apenas das condições da produção da vida material, mas também os responsáveis pela produção dessa consciência.

Quando Álvaro Maia ingressou na carreira docente já havia se firmado como jornalista, poeta, prosador e membro renomado da Academia Amazonense de Letras. Álvaro Maia foi nomeado pelo interventor Alfredo Sá para a função de professor interino do Ginásio Amazonense Dom Pedro II, em 1925, assumindo diversas cadeiras nesta instituição. Ensinou, efetivamente, até 1930. Nesse período, ainda lecionou no Colégio Dom Bosco, onde tentou continuar a dirigir as classes em 1931, já interventor federal, verificando, logo no início do ano, a falta de tempo. Entre 1931 e 1933, enquanto esteve no Rio de Janeiro, voltou ao magistério em colégios particulares, tendo atuado ainda como inspetor de ensino.

Álvaro Maia, defensor de doutrinas nacionalistas, criticava o governo por ter arruinado, de forma permissiva, o quadro das transições regionais. Tais ideias não ficavam apenas permeando as lutas por posição entre os docentes. Ultrapassaram esse limite e chegavam as esferas das organizações estudantis. Neste sentido, o Ginásio Amazonense Dom Pedro II, no Amazonas, se constituía com a mesma relevância que, no Rio de Janeiro, a Faculdade de Direito detinha, no sentido de revelarem-se como principais instâncias de recrutamento e formação do futuro quadro de políticos e intelectuais das classes dirigentes da oligarquia (RAMOS, 2010).

Álvaro Maia representava o papel de uma figura de relevância entre os estudantes do Ginásio Amazonense Dom Pedro II, tornando-se liderança e adquirindo carisma entre as elites. Maia passou a ser o intérprete ideal dos anseios deste grupo, tornando sua presença indispensável nos principais eventos sociais. Através de sua atuação como professor que ele se transformou em porta-voz das elites oligárquicas.

Por ser dotado de carisma, foi elevado a uma posição messiânica. Assim, ele soube manejar tal legitimação no sentido de transformar o poeta místico no político messiânico que encarnou os ideais de mudança que o cenário nacional ansiava em sua trajetória inicial. O título de místico, que lhe fora atribuído, provinha de uma percepção de que sua obra revelava um caráter de espiritualidade totalmente despreendida das coisas mundanas. Neste sentido, construiu-se a ideia de que Maia era uma espécie de profeta messiânico portador de uma mensagem salvífica que responde bem aos anseios de mudança do período.

Como o carisma está ligado, segundo a ideia weberiana, com a capacidade de conseguir que o grupo acredite em suas crenças, o poder carismático de Álvaro Maia dependia, portanto, de suas qualidades individuais, todavia não se deve esquecer que sua inserção no campo político e sua posterior permanência provinham, também, da construção de uma rede de relações sociais, intimamente ligada aos setores dirigentes do estado.

Segundo Ramos (2010), o estereótipo de “místico”, a linguagem poética e a vestimenta, serviram como um reforço para a aquisição de capital simbólico suficiente para uma reconversão em capital político. A admiração adquirida por Maia deu-se devido ao próprio posicionamento político; sua participação ia além

dos círculos culturais ou instituições educacionais e, assim, seu nome passou a ser reconhecido como símbolo de mudança. Tal admiração foi reforçada por sua rede de relações que identificavam como o “evangelizador das gerações moças” nas palavras de um intelectual contemporâneo de seu período, Djalma Batista.

Álvaro Maia ao pronunciar o discurso “*Canção de Fé e Esperança*”, incita os jovens à luta, pois seriam os herdeiros do compromisso para com o Amazonas e a nação brasileira, ou seja, delegava aos seus jovens alunos a função de se rebelarem contra as elites titubeantes e a proclamarem uma revolução contra o sistema político decadente.

Álvaro Maia exercia uma espécie de fascínio sobre seus alunos que ia além dos bancos escolares. A fama e o prestígio se destacavam além de outros grandes nomes da intelectualidade amazonense deste período. Segundo Mario Ypiranga Monteiro (1996), ao traçar um comparativo entre Maia e outro importante professor do Ginásio Amazonense Dom Pedro II- Agnello Bittencourt, que destacava-se como um dos principais motivos de admiração entre os alunos. Agnello Bittencourt, sempre cortês demonstrava uma postura impecável e sempre trajava roupas escuras. Por outro lado, Álvaro Maia, mais comunicativo, sendo cortejado pelos alunos com maior frequência do que outros professores do ginásio, um assédio que vinha inclusive por parte das mulheres. Este fascínio foi um dos fatores que o levaram a servir de fonte de inspiração para suas ações que culminaram com o motim que se deflagrou em 1930 no Ginásio Amazonense Dom Pedro II.

Segundo Falcão (2014), o motim ginasiano reflete um processo de transição no qual o Amazonas passava, onde havia um processo de autonomização e ao mesmo tempo de indiferença da esfera intelectual em relação a esfera política, revelando em primeiro lugar os mecanismos de resistências da intelectualidade, a partir do posicionamento crítico desse grupo em relação as elites dirigentes do Amazonas durante este período. Trata-se de um movimento interno rumo ao estabelecimento de mecanismos próprios de reconhecimento e consagração do campo intelectual.

A década de 1930 é marcada pelo desejo de renovação de valores em relação à ambiência dos setores dirigentes do Amazonas. Por este motivo, os trajés vestidos pelos políticos e personalidades locais representavam o

estereótipo de uma representação incapaz de apresentar um projeto alternativo à crise financeira e a estagnação na qual o Amazonas se encontrava.

Álvaro Maia estabeleceu um perfil que, de acordo com os padrões da época, atendia às demandas do público, conseqüentemente, de um potencial eleitorado. Trajava-se de ternos de cor branca, estabelecendo um perfil caracterizado com cabelos fartos e uma oratória desenvolta, assim se construía o poeta místico; a figura do poeta com ares messiânicos surgia como a única resposta viável para encarnar as mudanças de que o estado necessitava. Maia, por sua vez, via a política como uma “missão” que lhe foi incumbida pela sociedade amazonense e sua dedicação deveria ser feita com o maior afinho possível. Segundo Monteiro (1996, p. 162): “E foi a política que o desviou da religião a que se votara o moço idealista, o teórico da célebre *Canção de Fé e Esperança*”.

Através desse perfil construído por Álvaro Maia, seu discurso passou a refletir uma intencionalidade que evidenciava certa identificação com seu público/eleitor, pois exercia, dessa forma, uma espécie de “violência simbólica” sobre seus receptores. Neste contexto, Álvaro Maia tornou-se um representante ideal para esse projeto de remanejamento do pacto oligárquico.

A dependência material e institucional do poder público desvelou uma postura de ambigüidade nos intelectuais, durante este período, tornando-se uma estratégia no campo da produção cultural. Assim, situam-se na condição de dependentes do estado, em que, ao mesmo tempo anseiam por libertar-se da condição de produtores de uma obra engajada, cedem aos encantos de justificações idealistas (MICELI, 1979).

Ao se pensar qual o real posicionamento de Álvaro Maia dentro do cenário político e intelectual da região, o esforço de elaborar uma “posição” torna-se praticamente inviável em virtude do fato de que o intelectual possui diferentes performances. O fato de Álvaro Maia ser conhecido e/ou criticado pela sua ambigüidade reflete antes de qualquer coisa a simultaneidade dos posicionamentos por ele assumidos, reflexos do próprio processo de modernidade tardia no qual o descentramento empurra o sujeito a um constante processo de (re)construção de sua identidade. Assim, apesar do campo intelectual e o campo político serem campos de tensões, nele as diferentes

identidades se articulam e se (re)constróem incessantemente, (re)criando signos muitas das vezes dissonantes (RIBEIRO & MIRANDA, 2011).

Entretanto, dentro deste projeto político ideológico, é possível perceber que Álvaro Maia só ascendeu ao poder contando com uma rede de apoio que se espalhava pelas classes dirigentes. Nesse caso, o poeta aparece vinculado a diversas áreas e atuava como porta voz dos setores oligárquicos, mantendo e reproduzindo políticas protecionistas e garantindo, dessa forma, os interesses de seus “protetores”. Assim, submetendo-se a estratégias comuns deste período, Álvaro Maia envolveu-se em inúmeras atividades ligadas ao funcionalismo público, fato que possibilitou a ampliação de sua rede de relações. Neste sentido, seu poder consistia na sua capacidade de tomar para si o discurso, visto que o próprio intelectual faz parte deste complexo sistema de poder, por isso não pode ser pensador como um “detentor” deste poder (FOUCAULT, 1992).

Segundo Santos (1996), quando o estado do Amazonas emerge no período republicano catalisa os interesses do segmento comercial exportador e importador, autodenominado “classes conservadoras do Amazonas”. O grupo tinha sua representação corporificada pela Associação Comercial do Amazonas (ACA) e se tornara a liderança comercial da região. Os principais fundadores da ACA eram comerciantes, sendo principalmente exportadores e comerciantes aviadores, que além das atividades mercantis na cidade de Manaus, possuíam seringais, navios e embarcações. Realizavam ainda, atividades de exportação da borracha fora do país.

Com a criação da Revista da Associação Comercial do Amazonas, em 1908, divulgando o extrativismo vegetal e o comércio do estado, buscando assim abrir mercados externos e o estabelecimento do capital estrangeiro nas cidades de Belém e de Manaus; a procura pela borracha tornou o estado conhecido ao mesmo tempo em que o tornou totalmente dependente. O capital estrangeiro incentivou a exploração uma vez que não havia outra opção. Entretanto, quando a Ásia passa a oferecer o produto com preços mais baixos, o capital estrangeiro muda seu foco, deixando a região em crise. Ao longo da década posterior a ACA buscou várias formas de tentar revalorizar o preço da borracha. As classes conservadoras amazonenses buscaram inclusive junto ao governo federal ajuda para solucionar a crise. Contudo, apesar de que a borracha chegou ao nível de

segundo produto de exportação no país, o polo de decisão permaneceu nas mãos dos cafeicultores do Sudeste.

Durante a Primeira República, o Amazonas sofreu com divergências entre os grupos dominantes que disputavam o poder, no sentido de garantir seus interesses particulares. Segundo Santos (1996), não houve no Amazonas uma liderança política coesa, as facções se acusavam mutuamente sobre a corrupção administrativa e restava ao governo federal intervir. A maioria dos governadores do estado eram pessoas de outras regiões e sem vínculos políticos com grupos locais. Assim, o capital político dos grupos no poder no momento anterior a crise, não foi o suficiente para transformar a região em um elemento de defesa, quando houve o rearranjo de forças nacionais em 1930. Neste sentido, regiões como a Amazônia e o Nordeste acabaram sofrendo um processo de exclusão no novo processo de reordenamento político e econômico pelo qual o Brasil passava (FALCÃO, 2014).

Maia foi secretário do monsenhor Raimundo Oliveira do superintendente do território federal de Guaporé (atual Rondônia), entre 1920 e 1921. No ano de 1922, participou da comissão de propaganda e organização do centenário de independência do estado do Pará, então chefiada pelo cunhado Djalma Cavalcante. No mesmo ano, tornou-se relator da Comissão de Saneamento Rural do Amazonas, função que exerceu até a eclosão da revolta de 1924 no 27º Batalhão de Caçadores, em solidariedade ao levante de guarnições paulistas contra o governo de Arthur Bernardes.

Logo após esse período, Álvaro Maia inicia suas atividades políticas em uma organização partidária, o recém-criado Partido Revisionista, sem prejudicar suas atividades na Comissão de Saneamento Rural; foi, então, nomeado Secretário da Prefeitura Municipal de Manaus na gestão de Jessé Francisco de Araújo Lima. Na Associação Comercial do Amazonas, foi assessor jurídico e redator até 1930. Tal fato mostra que ele sempre esteve próximo das classes conservadoras amazonenses.

A obra literária de Álvaro Maia, em especial, sua produção inicial, estava fundada em um nativismo que tinha como elementos principais a paisagem e o homem da Amazônia. Nesse sentido, a defesa do homem do interior serviu como um elemento importante para lhe trazer relevância política. Devido ao carisma, Maia manejou sua capacidade de adquirir a admiração das classes menos

favorecidas. Apesar de oriundo de família abastada, Álvaro Maia tinha facilidade em dialogar com setores sociais mais rebaixados, na medida em que buscava elementos com os quais poderia identificar-se. Segundo Farias (2007), todos os anos Maia retornava ao seringal do Goiabal, onde retirava o paletó e se vestia como os pescadores da região e com eles dialogava.

A partir desta imagem construída, Álvaro Maia foi nomeado em 1930 para o cargo de interventor por Juarez Távora, chefe da revolução no Norte e Nordeste, cargo que ocupou até o início de agosto de 1931, quando pediu exoneração por divergências políticas. Uma das características mais importantes da habilidade política de Álvaro Maia era o fato de saber o momento certo de se afastar dos embates políticos e ressurgir em outro momento mais oportuno. Após sua exoneração do cargo de interventor, permaneceu no Rio de Janeiro exercendo outras atividades.

No Amazonas, segundo Hosenildo Alves (2009), o *Jornal do Comércio* fazia parte dos grupos que foram aliados do poder após 30, por esse motivo manteve uma postura crítica ante os fatos políticos ao longo de sete anos. Tal postura deu-se em virtude da impossibilidade de dirigir críticas diretas aos setores dominantes sem correr o risco de sofrer uma represália, assim assumindo uma postura alheia. No entanto, com a instituição do Estado Novo a imprensa como um todo passou a ser obrigada a colaborar com a difusão do regime através da não recusa nas publicações de comunicados oficiais.

As elites dirigentes no Brasil eram, também, as detentoras dos veículos de comunicação em massa (jornais) que, por conseguinte, manejavam em favor dos interesses desses grupos, tais como o lançamento de candidaturas de seus representantes no cenário político, ou seja, a imprensa sempre usada como meio de manobra desde o período da República Velha. E desde esse período jornais como *Jornal do Comércio*, entre outros, também eram as principais instâncias de consagração para os interessados em criar uma carreira de sucesso no mundo das letras; neste sentido, o próprio Álvaro Maia esteve envolvido em tais atividades por serem elas um dos principais veículos de publicação de sua produção literária. Como durante as décadas de 1910 e 1930 constitui-se o principal mecanismo para ascensão política, fica fácil compreender o fato de ele manter uma estreita relação de engajamento com as facções políticas desses jornais.

A política de valorização da borracha sempre foi uma das maiores preocupações de Álvaro Maia, desde que assumiu pela primeira vez a Interventoria do estado do Amazonas em 1930, publicando alguns atos públicos que reestruturassem a atividade extrativista que era a principal fonte da economia no estado. Em 1931, na ocasião em que falou com Juarez Távora, delegado Federal do Norte, pediu apoio à borracha do interior que passava por período de crise e desvalorização, segundo o Interventor esse fator seria um dos motivos para o despovoamento do Amazonas⁴.

Retorna em 1932 para Manaus quando ocorre a convocação de eleições para a formação de uma Assembleia Constituinte, em que ajuda a fundar a União Cívica Amazonense (UCA). No pleito realizado em 1933, a UCA elege, além de Álvaro Maia, mais três deputados, tomando posse no final do mesmo ano. Em 1934, foi eleito deputado federal pelo Partido Popular (PP); entretanto, não chegou a assumir o cargo, pois em 1935 foi eleito Senador da República e logo em seguida nomeado novamente governador do Amazonas. Optou por este último cargo que tomou posse em fevereiro de 1936. Getúlio Vargas o nomeia Interventor Federal em 1937, mantendo-se no cargo até 1945.

Em 1945 Álvaro Maia ajuda a fundar o PSD, que assume um caráter populista. Neste momento ainda dotado de prestígio o ex-interventor consegue se eleger senador junto a Waldemar Pedrosa. Após 1946, o jornal Diário da Tarde que congregava os opositores de Maia passaram a tecer críticas em relação ao projeto da Batalha da Borracha denunciando a desorganização e carência administrativa em relação a este projeto implementado pelo Estado Novo sob a tutela da interventoria de Maia. Com o agravo das crises internas do partido e com a crise da borracha, Álvaro Maia abandona a presidência do partido.

A Constituinte de 1946 convocada em virtude da queda do Estado Novo, no qual em seus esclarecimentos não soube precisar o número de nordestinos mortos durante este período, alegando não disponibilizar de dados atualizados.

⁴ Segundo Eloína Monteiro dos Santos (2013, p.48): “Diante desse quadro, em exposição a Juarez Távora, o interventor Álvaro Maia, pediu, em 1931, a defesa da borracha e da agricultura visando conter o êxodo rural. [...] Álvaro Maia pediu providências urgentes no que dizia respeito à borracha, sugerindo a compra os estoques existentes e o amparo a lavoura pela divisão das terras ao estado e as municipalidades, em pequenos lotes, distribuindo-os aos habitantes dos seringais que procuravam outras formas de trabalho”.

Discordando que tais trabalhadores estavam morrendo “à mingua”, ou que houve grandes prejuízos com a campanha, reconheceu as dificuldades enfrentadas alegando que os problemas de abastecimento enfrentados ocorreram em virtude do bloqueio dos mares do norte, tendo assim que buscar suprimentos no sul e nordeste, distribuindo-os aos seringais em embarcações ou aviões norte-americanos (SANTOS, 1996).

Em meio a disputas partidárias, Álvaro Maia se afasta do cenário político local, atuando na III Conferência da Borracha, realizada em Belém em 1949, enfatizando que a borracha deveria ser encarada como um problema amazônico, mas como um imperativo nacional. A produção do látex traria emprego para o seringueiro, promovendo a integração nacional e a defesa da Amazônia.

No plano intelectual em âmbito nacional o ano de 1945, reflete uma nova tomada de consciência rumo à redemocratização⁵ com o Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores (1945). No campo intelectual, marcou-se o fim do Modernismo e no campo político era o fim do Estado Novo. Neste sentido, é possível perceber que um processo de autonomização do campo literário que vai culminar com o surgimento de intelectuais mais preocupados com a estetização da obra, nesse cenário surgindo um grupo chamado “Geração de 45” que tem por característica fundamental o experimental. O Modernismo com sua evocação para o elemento nativo se torna tradicional e obsoleto, o que entrava em questão era um grande debate sobre uma nova opção histórica ao Brasil. De um lado os partidários da agricultura (economia colonial) e de outro lado os partidários da industrialização, ou seja, o que estava em jogo era um Brasil sob a intervenção estatal ou sob a liberdade econômica. Contudo, a

⁵ Segundo Martins (1979, p. 219-220) a Declaração de Princípios afirmava: “Os escritores brasileiros, conscientes da sua responsabilidade na interpretação e defesa das aspirações do povo brasileiro, e considerando necessária uma definição do seu pensamento e de sua atitude em relação às questões políticas básicas do Brasil, neste momento histórico, declaram e adotam os seguintes princípios:

Primeiro- A legalidade democrática como garantia da completa liberdade de expressão do pensamento, da liberdade de culto, da segurança contra o temor da violência e do direito a uma existência digna.

Segundo- O sistema do governo eleito pelo povo mediante sufrágio universal e secreto

Terceiro- Só o pleno exercício da soberania popular em todas as nações torna possível a paz e a cooperação internacionais, assim a independência econômica dos povos.

Conclusão- O Congresso considera urgente a necessidade de ajustar-se a organização política do Brasil aos princípios aqui enunciados, que são aqueles pelos quais se batem as forças armadas do Brasil e das Nações Unidas”

eleição que põe no poder Eurico Gaspar Dutra nada mais era do que uma continuação do governo anterior.

Se a principal forma de inserção nos quadros dirigentes ocorresse através da imprensa ou do funcionalismo público, a carreira dominante para a qual se encaminham as esperanças dos intelectuais da República Velha seriam os quadros políticos. Pois os postos conquistados no campo político não divergiam da carreira intelectual. Ao contrário, se configuravam como uma instância importante de produção ideológica no campo intelectual (MICELE, 2001). A partir das décadas de 1940 e 1950, a problemática do enquadramento social, político e ideológico do intelectual cria um novo contorno, sua função social se não estiver ligada à Igreja ou ao Estado, deveria estar ligada à Universidade (MARTINS, 1979).

O problema da educação sempre foi o “calcanhar de Aquiles” da *intelligentsia* brasileira. Na década de 1950, cerca de 50% da população era analfabeta. Isso mostra uma grande contradição na história brasileira, ter criado uma alta civilização intelectual, num país com praticamente metade da população analfabeta. Esse complexo processo não esterilizou a sociedade brasileira com o analfabetismo, homogeneizando-a pelos dominadores mais baixos, do mesmo modo em que os intelectuais não conseguiram homogeneizá-la pelos dominadores mais altos.

No Amazonas, a questão educacional sempre fora posta em segundo plano, contudo para a intelectualidade amazonense esse problema tinha uma preocupação maior. A reforma educacional evitaria a total deterioração do estado como uma unidade social. Eles viam que desde o período do ciclo borracha a elite incapaz de gerir seus próprios negócios estava a mercê de um executivo estrangeiro, daí a enorme preocupação com a criação de um centro de saber que pudesse formar uma mão-de-obra culta e especializada.

No Amazonas, ligado à literatura da Geração de 45, surgiu um movimento chamado Clube da Madrugada. Esse movimento caracterizado pela presença de jovens artistas buscava lutar contra a estagnação cultural dos tempos anteriores. Contudo, além de ser um movimento literário antenado nas tendências literárias da época, principalmente as que dominavam o nordeste e o sudeste, esse grupo também tinha uma preocupação social, ligada com o ambiente social e político do estado. O Clube da Madrugada promovia uma série

de atividades artísticas e literárias tais como programas de rádio, suplementos literários, dentre eles podemos destacar o Caderno da Madrugada. Essas atividades se apresentavam como uma alternativa à Academia Amazonense de Letras que se apresentava o conservadorismo literário. Dentre seus principais representantes, podemos destacar Jorge Tuffic, Elson Farias, este último ao falar sobre a Cidade Flutuante revela uma região passando por uma fase de transição onde o estágio pelo qual passava a economia extrativista no Amazonas, não permitia a fixação do homem. Assim na Amazônia o povoamento era rarefeito e esparso (AGUIAR, 2002).

Figura nº 01



Álvaro Maia e sua defesa pela borracha.
Fonte: O Jornal, Setembro de 1950.

Na década de 1950, ainda tendo a borracha como principal plataforma política, Maia se vê diante acentuação da crise da produção da borracha, com o abandono do plantio da hévea, ele sugere a diversificação com extração de outras culturas, garantindo assim estabilidade e sobrevivência do interior do estado. Defendeu uma planificação econômica para o estado, uma tentativa de dar um caráter racional de melhorar a produção amazônica.

Quando a guerra acabou e os americanos foram embora, a cidade caiu novamente no marasmo. De todos os investimentos federais voltados para o desenvolvimento da infra-estrutura e indústria de base, a Campanha da Borracha não era, na verdade, um plano de valorização regional a longo prazo, embora assim se apresentasse, mas consequência do esforço de manter a demanda de borracha e outras matérias-primas da selva, em nível satisfatório às exigências do mercado internacional dominado pelos Estados Unidos. (SOUZA, 1978, p.145).

Seu governo de 1951 a 1954 transcorre com imensas dificuldades administração em virtude de um desalinamento com os grupos dominantes, sofrendo com a desagregação do sistema extrativista que culminou com duas grandes problemáticas o inchaço da população urbana, que agrava as tensões urbanas e o aparecimento dos ribeirinhos, os antigos soldados da borracha que agora inserido entre os povos das florestas vivem nas margens dos rios criando um modo de vida baseado na subsistência (LIMA, 2013).

O retorno à literatura é marcado por um momento específico de sua trajetória política, com a derrota em 1954, vemos no momento de volta as suas atividades literárias, uma estratégia de recuperação de um capital simbólico perdido devido as suas atividades dentro do campo político. Como foi mencionado anteriormente, o campo político, assim como o campo intelectual é um espaço de lutas com uma dinâmica de funcionamento específica diferentes do espaço social mais abrangente, todavia, o grau de autonomia desses microcosmos sociais sofre interferências externas, que podem variar em maior ou menor intensidade.

Neste princípio a consagração passa por um constante crivo de “purificação”. Assim o público interno servirá como legitimador da consagração das obras. Com a perda de capital político na década de 1950, Álvaro Maia busca na literatura um investimento para a aquisição do capital perdido. Assim, como pertencente a um grupo de intelectuais responsáveis por criar uma identidade cabocla, decide-se por seu “exílio” ao seringal e sua posterior publicação de várias obras entre as quais *Gente dos Seringais* (1956), *Beiradão* (1958), entre outros. Onde, segundo Santos (1996), o elemento “trágico” do processo de extração da hévea, foi amenizado ao ser ressaltada bravura e heroísmo do seringueiro.

Segundo Marcio Souza (1978), o realismo identificado em seus romances reflete um homem experiente na política e conhecedor da realidade do interior do Amazonas. Diferente de outros escritores que trabalhavam o mesmo tema, seu olhar “clínico” representava com clareza o lugar do homem amazônico, que tinha sido posto à margem da história. Segundo o autor, sua obra revela, mesmo se perceber, um sinal de libertação, pois já estava afastado dos resíduos da ostentação e da decadência que influenciou a visão da literatura local durante este período.

Neste sentido, o processo de interferência da esfera cultural na esfera política, apesar de ser um processo de ganho de considerável volume simbólico, acarreta riscos e prejuízos. Ao se inserir na política como político profissional, Maia foi penalizado pela falta de um reconhecimento que correspondesse às suas inegáveis habilidades no campo das letras. Quando Mario Ypiranga Monteiro em seu livro *Mocidade Viril- 1930: o motim ginasiano* (1996), afirmou que Álvaro Maia cedeu à tentação demoníaca da política e perdeu seus valores cardeais, reflete uma espécie de desconforto em relação ao posicionamento ambíguo do interventor, esse posicionamento mostra os conflitos existentes entre os dois campos, conflitos esses que constituiu o campo intelectual em Manaus, filtrando as influências externas no trabalho de construção de representações sobre a realidade social (FALCÃO, 2014).

Esse processo revela um novo rearranjo de forças no Amazonas, saem de cena as elites conservadoras ligadas a uma economia extrativista e entra em cena um novo grupo que assume o poder político do estado, defendendo a bandeira do populismo e da política de massa, esse grupo representava o jogo de aspirações populares e nacionalistas. Assim, Maia passa a ser visto como o representante da geração histórica da decadência, pois trazia a carga do Estado Novo e da depressão.

Dentro desse novo quadro político, as classes dominantes brasileiras na era do populismo, período que compreende aos governos dos presidentes Eurico Gaspar Dutra à João Goulart, pautam seu discurso na política desenvolvimentista com o objetivo de desenvolver o Brasil ao capitalismo industrial, através da captação de recursos internacionais. No Amazonas, esse discurso populista abre as portas para a eletricidade e mais demagogia.

Todavia, essa nova elite política com ares populista acaba por reverberar seus traços extrativistas, assim o Amazonas saía do isolamento e o governo pautava sua política na proteção de uma classe: a classe média. Nesse contexto, o interior do Amazonas fica marcado por um aumento do êxodo rural e o esvaziamento do interior, visto que a política populista amazonense era destinada para a classe média e o proletariado urbano. Neste sentido, não foram criados programas políticos para o interior. O resultado desse processo foi um inchaço da cidade de Manaus durante a década de 1950, uma espécie de processo de segregação desses ribeirinhos alijados da dinâmica da cidade, permanecendo na periferia, como no caso do surgimento da Cidade Flutuante (SOUZA, 1978).

Em 1958, foi nomeado presidente da Caixa Econômica Federal. Após duas derrotas em eleições em 1958 e 1962, fase em que o escritor entrou novamente em cena. Com o golpe de 1964, que marca o fim do populismo e dá início na história do Brasil, a uma das mais duras e controversas fases do ordenamento político: a Ditadura Militar; Álvaro Maia foi nomeado Senador da República pela legenda da Aliança Renovadora Nacional (Arena), iniciando o mandato em 1967; nessa ocasião, precisou se licenciar da presidência da Academia Amazonense de Letras, cargo que vinha exercendo desde 1966. Casado com Amalises Cavalcante Maia, com quem teve duas filhas, faleceu em maio de 1969 durante seu mandato como senador.

1.4. Maia e a política: a ideologia liberal e a valorização da Amazônia

Nas eleições de 1930, a Aliança Liberal apresentou para presidente Getúlio Vargas e João Pessoa como vice-presidente para candidatos. Getúlio foi derrotado pelo candidato do governo, Júlio Prestes, mas este não chegou a tomar posse, visto que meses depois das eleições eclodiu a revolução que colocou Getúlio Vargas no poder. Contando com o apoio militar dos tenentes, as oligarquias dissidentes de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul desencadearam um movimento de revolta em várias regiões do país. Diante de uma eminente guerra civil, as Forças Armadas (Exército e Marinha) deram um golpe de Estado, depondo o presidente Washington Luiz, colocando Getúlio Vargas como presidente interino.

O Presidente Getúlio Vargas tinha como estratégia a centralização e o controle dos estados por parte do poder central. Segundo Eloína Santos (1996), o governo central nomeava indivíduos que, apesar de oriundos desses estados, se identificavam com as perspectivas dos grupos dominantes; no entanto se encontravam em uma posição marginal com relação à influência dentro dos partidos. Álvaro Maia, durante os anos de 1920, obteve sua consagração no mundo das letras, e sua atuação durante a rebelião de 1924 foi decisiva para que ele pudesse ser indicado ao poder.

Votada a Constituição de julho de 1934, organizou-se a vida política estadual, sendo em 1935 escolhido pela Assembleia Estadual para Senador Federal juntamente com Alfredo da Mata. Logo depois, também em eleição indireta, foi eleito Governador Constitucional do Estado. Com o golpe político do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, foi nomeado Interventor Federal, mantendo-se no poder até a queda de Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945. Com a implantação do regime autoritário do Estado Novo, o Amazonas, assim como outros estados, não sofreu um remanejamento de lideranças políticas, e sim sua acomodação, visto que já vinha ocorrendo um alinhamento dos grupos políticos dominantes nos estados. Assim, o estabelecimento da nova ordem ocorreu sem grandes traumas.

Ao se analisar os elementos ideológicos imbricados nos discursos pronunciados e na obra alvareana, a partir da perspectiva contextualista⁶ de Skinner (1969), será possível identificar dentro do vocabulário de Maia a contextualização da sua ideologia de valorização da borracha. Esclarecendo assim, o tipo de ação política pretendida por ele ao expressar tais ideias. A partir dessa abordagem complementar aos procedimentos metodológicos na análise literária discutidas anteriormente, surge a concepção de que os sujeitos elaboram suas visões de mundo como parte de sua experiência, experiência essa que é compartilhada com um ou mais grupos sociais. Nesse sentido, os literatos são formuladores de ideias, veiculadores de visões de mundo que são construídas coletivamente.

⁶ Segundo Quentin Skinner (1969), os “textos” devem passar por um processo de contextualização histórica e social, permitindo assim a identificação da intencionalidade dos autores no ato da escrita. Ou seja, é necessário compreender o que o autor “faz” ao dizer o que diz. O contexto, portanto, nos permitirá identificar os problemas que despertaram a atenção do autor.

Ao analisar seus discursos, é possível identificar uma espécie de ideologia política fundada na mudança e na exaltação das origens amazônicas a partir da valorização do elemento nativo, o caboclo; insinua-se um retorno ao tempo passado e a valorização do cenário amazônico, e isso em função das mudanças sofridas pelo estado durante esse período que de fato não trouxeram melhorias à vida dos amazonenses. Segundo Santos (1996), Álvaro Maia pode ser caracterizado como um regionalista, daí a valorização de sua identidade cabocla presente em sua obra literária e em seus discursos proferidos ao longo da sua trajetória.

Em julho de 1926, a pedido de estudantes de direito do Amazonas que residiam no Rio de Janeiro, Álvaro Maia saudou o presidente recém eleito Washington Luís em sua visita ao estado do Amazonas, e assim escreveu uma carta aberta, “*Em nome dos Amazônidas*”, na ocasião do segundo aniversário da rajada libertadora do Amazonas.

Neste discurso, Álvaro Maia constrói uma das suas principais ideologias políticas, a defesa da ideia de que o estado era o “paraíso verde”, em contraposição à ideia de Alberto Rangel que havia denominado a região amazônica como “*inferno verde*”.

Tentando explicar a má interpretação dadas às palavras do escriptor, dizia, vae para seis annos, o humilde signatario destas linhas: - “Inferno Verde? Não. El-Dorado Verde! Paraíso Verde! E’ uma denominação falsa applicada ao norte, à bacia que povoam as immensas florestas, onde vivem creados pelo mysterio impenetravel, myriades de lendas, que definem a sua maravilha e a sua fecundidade⁷.

Pautado na ideia de valorização do Amazonas, Álvaro Maia procura desconstruir a pecha preconceituosa de que o estado era um lugar que levava ao óbito todos os que se aventurassem em desbravá-lo. Para se contrapor a este conceito, ele criou a ideia de “paraíso verde”, isto muito em função de ser um poeta simbolista, conceito que se relacionava ao paraíso mencionado na Bíblia e que será destinado a todos os que o merecerem. Do mesmo modo, a ideia de El-Dorado Verde está ligada à lenda do eldorado, um lugar escondido, detentor de muitas riquezas intocadas. Ainda no mesmo discurso, ele irá relacionar esta

⁷ MAIA, Álvaro. Em nome dos Amazônidas. Manaus: Imprensa Pública, 1927. p. 6.

ideia de paraíso perdido com o “ouro negro” (a borracha), ou seja, este lugar, a priori conhecido como um lugar de morte, na verdade é um paraíso cheio de riquezas, isto é, a borracha seria a fonte destas riquezas. No entanto, segundo Álvaro Maia, este paraíso verde está abandonado, esquecido dentre os outros estados do país.

Ele desenvolve a ideia de paraíso verde/eldorado verde, justificando que o Amazonas não poderia ser considerado um inferno, pois não é um cárcere que prende todo aquele que pretende adentrá-lo. No entanto, por se tratar de um lugar onde vivia um povo simples, tornou-se terreno fácil para aqueles que chegavam para “desbravá-la” na intenção de dominar, defraudando a moral deste povo.

Segundo Freitas Pinto (2008), as ideias que predominavam as abordagens sobre a região Amazônica durante esse período estavam ancoradas no racismo, no exotismo e no progresso. Neste sentido, o exotismo aparece na ideia de inferno verde como algo diferente, misterioso, e como tudo que é desconhecido pode ter riscos.

Nesse contexto, as ideias de Rangel apresenta uma visão de civilizações diferentes dentro do próprio Brasil, onde regiões como o Nordeste e em especial o Norte estivessem em uma escala inferior em relação às demais, ou seja, o Sul e o Sudeste representavam a modernização que eram um dos principais objetivos da Ocidentalização a partir de uma ótica eurocêntrica, daí o investimento econômico, político e principalmente cultural no desenvolvimento dos Estados nacionais, o pensamento de Rangel, portanto revela uma visão evolucionista sobre a região.

Para Álvaro Maia é impossível conceber a ideia de que o Amazonas levaria à morte todo aquele que tentasse desbravá-lo, pois fazendo uma alusão ao seringueiro, o homem que penetra a selva, derrubando-a para construir os primeiros sinais de civilização, consegue, apesar de estar em pleno estado de solidão, modificar a paisagem, demonstrando um esboço da vitória do homem sobre a natureza.

Álvaro Maia, partindo dessa visão, conseguia identificar os sinais civilizatórios tão importantes para o desenvolvimento da região, seus ideais nacionalistas fruto de uma tradição intelectual europeia do século XIX, via na

consolidação dos Estados nacionais como a única forma de desenvolver e modernizar a região.

Segundo Silveira (2007), o projeto de formação nacional brasileiro é fruto, desde suas origens mais remotas, de um processo de patrimonialismo, onde desde a colonização foi marcada pela assimilação de arquétipos institucionais tipicamente patriarcais. Enquanto colônia portuguesa, o Brasil assimilou o modelo de estrutura administrativa do poder patrimonial, esse processo é refletido na formação do estamento brasileiro composto por um patronato rural dominante (coronéis, líderes regionais, etc.).

Diante desta estrutura política, o povo não conseguiu se organizar e se contrapor a este sistema, tornando-se totalmente dependente da atuação estatal na vida privada e alheio aos assuntos coletivos. Para Corrêa (1989), o estado-nação faz parte do projeto moderno burguês, onde esta classe na busca pelo poder rompe com os setores tradicionalmente dominantes e alia-se as classes subalternas que os legitimam como os novos representantes, no caso brasileiro este projeto foi feito através de um rearranjo de forças com os setores tradicionais, excluindo o povo desse processo de formação nacional.

Neste sentido, ele vê nesse paraíso verde, através da atividade solitária do seringueiro que se aventura na selva amazônica, um traço embrionário da nacionalização do Brasil. Para Álvaro Maia é justamente este pequeno gesto de homens simples que levarão o progresso aos lugares mais ermos do Brasil.

Contudo, apesar do discurso “*Em nome dos Amazônidas*” ficar preso a uma linguagem literária, utiliza-se também de uma retórica política. Daí o começo das críticas de Álvaro Maia com relação à situação política do estado e do país, pois, para ele, o projeto republicano naquele momento não garantia a nacionalidade do país: “[...] Adstricta a essas normas de liberdade intransigente, adstricta ao nacionalismo sadio, a nossa pátria não inspira respeito pelo seu presente, que se esboça ainda em falsas projecções”⁸. Neste sentido, ele vê com preocupação o futuro do país, atemorizado de que esse projeto político possa comprometer definitivamente a nação brasileira.

Álvaro Maia era um nacionalista e defendia a política republicana, no entanto, como um conhecedor do jogo político, ele sabia que a retórica de seu

⁸ MAIA Op. cit. p. 9.

discurso direcionando para a defesa do sistema político vigente se harmonizava com os interesses dos grupos políticos então no poder; neste sentido, construía sua carreira política e criava a imagem do líder/poeta.

O ideário político de Álvaro Maia era fundado na construção do país como uma nação; isso justifica muitos de seus atos ao longo de sua trajetória, como o fato de apoiar o Estado Novo, sua defesa de uma educação moral e cívica e a solidariedade dedicada à rebelião de 1924 demonstram como seu *ethos* político estava sendo firmado e posteriormente justificariam suas atitudes como um político já consagrado após a década de 1930.

Era comum aos intelectuais deste período a construção do ideal de nação, e em suas obras e Álvaro Maia via na educação o fator decisivo para reverter a apatia na qual a república brasileira se encontrava. Assim, seria a ausência de civismo que geraria um comportamento indiferente ante a situação política do país. Segundo Santos (1996), Álvaro Maia acreditava que nos “imperialismos estaduais” estavam a fonte para a produção de uma espécie de regionalismo, que era responsável pela falta de unidade da pátria.

Para Álvaro Maia, estes “imperialismos estaduais” sacrificavam os estados menores ou com menor população o caso do Amazonas, ante outros estados que dispunham de mais prestígio e poder de influência. O fim desse tipo de regionalismo só ocorreria com princípios constitucionais e normas centralizadoras. Contudo, como parte de seus fundamentos políticos, a questão dos “imperialismos estaduais” possui uma relevância ainda maior, um enfoque moral, pois ele acreditava que, com o aumento destes regionalismos, aumentava também os desdobramentos dentro do país:

Não defendemos princípios regionalistas, que produzem a desunião e a fraqueza, mas pedimos folhas de serviços reaes, méritos reconhecidos ou escalas de sofrimento, como direitos naturaes, que reclamam recompensas justas⁹.

É interessante ressaltar que Álvaro Maia é defensor de ideias regionalistas, tais como a valorização da Amazônia diante do cenário nacional, a desconstrução da ideia de que a Amazônia é um inferno verde, a integração da região ao Brasil para a construção de uma identidade verdadeiramente

⁹ Idem p. 20.

nacional e a valorização da produção local da borracha (o ouro negro amazonense).

Segundo (GOULARTI FILHO, 2006), para entender as regiões brasileiras é necessário compreender que estas são resultado de processos históricos com determinantes e condicionantes específicos e cada qual reage à sua maneira em função da sua estrutura social, econômica e a cultural herdada, neste sentido, o posicionamento político de Álvaro Maia contra o regionalismo político de algumas regiões, parte de sua intenção em inserir o Amazonas dentro do cenário nacional como uma região que apresenta condições de desenvolvimento, visto por muitos como adverso ao desenvolvimento de uma economia regional.

Todas as vezes que o destino me há proporcionado o bem de transpor o rio Amazonas, tenho erguido os olhos em extase às alturas, na tentativa de sorver o Cruzeiro do Sul, reflexo millenar de nossa Historia, baixando-os logo a superficie liquida, onde, como em lousa resplandescente, os reverberos das estrellas ensolaram as ondas, unindo esse ganglio formidável de nossa pátria ao céu, que a protege e a dignifica¹⁰.

A posição do Amazonas junto ao resto do Brasil é identificada neste discurso, através da analogia em que Álvaro Maia faz ao Rio Amazonas resplandecendo às outras estrelas do Cruzeiro do sul (uma referência a Bandeira do Brasil). Nota-se a intencionalidade do autor em defender as ideias de regionalismo e integração nacional. Neste trecho, todavia, o poeta místico aflora a todo o momento no discurso de Álvaro Maia, ao passo que tece duras críticas às facções políticas nacionais e regionais e faz uma defesa pessoal de sua atuação política; ele se vale de uma linguagem poética para demonstrar sua necessidade de intervenção na vida pública.

Sendo o Brasil um Estado novo em construção, São Paulo, segundo Álvaro Maia, possuía uma posição de destaque não apenas pela sua relevância econômica, mas pela relevância política. Segundo o autor a Amazônia já despontava como uma região desenvolvida nos ramos administrativos como por representar para as regiões menores uma referência de liberalismo político. A América Latina foi fortemente influenciada pelos ideais do liberalismo, a elite intelectual assumiu a missão de pôr em prática as ideias vindas da Europa ao

¹⁰ Maia Op. cit. p. 2.

defender a modernização política e a nacionalização. O Brasil durante este período, não possuía uma sociedade liberal mas, ao contrário, parental, clânica e autoritária (IANNI, 1992).

Álvaro Maia não via um caminho natural pelo qual a sociedade brasileira pudesse progredir sozinha do estágio em que se encontra até tornar-se liberal. Ele só identificava em São Paulo uma sociedade política e civil preparada para pôr em prática um projeto liberal para toda a nação.

[...] São Paulo serve de modelo não para os estados, mas a própria nação, em todos os ramos administrativos, nos processo políticos, na liberdade à imprensa na formação de uma admirável litteratura exclusivamente brasileira, no respeito às bancadas das circumscrições menores, dando exemplos de cultura e liberalismo¹¹.

O projeto liberal falha no Brasil em virtude do excesso de corrupção por parte das elites detentoras do poder. Neste sentido, é possível identificar a partir deste contexto o problema das relações entre o Governo Federal e os estados e municípios, onde a partir da Constituição de 1891, buscou-se resolver essa questão através da descentralização política em favor de uma determinada elite local e em detrimento dos "interesses nacionais".

Neste sentido Ianni (1992), os intelectuais durante este período assimilavam as ideias de acordo com seus desejos e projetos. A ambiguidade de Álvaro Maia se revela justamente no fato de que era pertencente a este grupo, defensor de ideias que explicavam o “porque” do atraso da nação, acreditava ao mesmo tempo em profundas reformas nas instituições sociais, visto que até este momento o Estado nacional garantia a continuidade do conservantismo e de estruturas sociais ligadas a uma herança colonial lusitana. Todavia, apesar de defensor destas ideias, Álvaro Maia pertencia a uma elite que propunha as mudanças necessárias para que o Estado nacional se modernizasse, sem contudo alterar as tradicionais posições políticas.

Segundo Ortiz (1992), o processo de readaptação das ideias “importadas” passava por um processo duplo: em primeiro lugar escolher dentre as teorias disponíveis as mais interessantes aos seus objetos, e em segundo lugar considerar dentro destas interpretações o que se encaixaria na

¹¹ MAIA Op. cit. p. 22.

problemática nacional. Assim, adaptavam as teorias de acordo com as suas ideologias e seus interesses (econômicos e políticos) no espaço social mais abrangente. Neste sentido, é possível compreender o pensamento alvareano sendo um reflexo de um processo, que após a Primeira Guerra vê surgir um conjunto de intelectuais com ideais nacionalistas e propostas de desenvolvimento de suas regiões e do país.

Isso faz parte de um processo no qual um grupo de intelectuais, que elaborou um rearranjo dos sistemas de pensamento europeu e norte-americano. Como o Brasil estava em fase construção da interpretação da identidade nacional, os intelectuais modernistas que faziam parte da comunidade tradicional brasileira, onde podemos situar o próprio Álvaro Maia, necessitando de novos argumentos intelectuais buscavam aqueles que reforçassem suas posições, isto é, eles assimilaram as ideias e as adequaram ao contexto da realidade brasileira, justificando assim suas posições.

É como se o pensamento e o pensado se encontrassem mais transparentes. Mais uma vez, procura-se reduzir o hiato entre as sugestões do pensamento universal e os temas da realidade nacional. Intelectuais formados no espírito europeu, no outro lado do mar-oceano, mas sensíveis aos desafios do presente e aos enigmas do passado, passam a explicar como se compõe e decompõe o Brasil como nação (IANNI, 1992, p. 28).

No trecho: “ao estadista de amplo descortino que despertou a alma unanime do país nesta phase de reconstrucção,-ha-de caber o milagre de abrir a um simples gesto, as portas ainda trancadas, do Paraíso Verde”¹². Álvaro Maia propõe ao presidente Washington Luís uma ênfase maior no projeto de centralização do Governo Central no sentido de garantir uma maior participação do Amazonas no cenário nacional, numa linguagem literária ele se refere ao estado como um Paraíso Verde, paraíso que estaria adormecido e que ao ser acordado ascenderia em grandes realizações nacionalmente e mundialmente.

A história do pensamento brasileiro no início do século XX pode ser encarada como um esforço persistente e reiterado de criar uma compreensão e impulsionar as condições da modernização do Estado nacional. Esse esforço da elite pensante ocorreu por dois motivos, o primeiro consistia no fato de que essa elite pretendia fazer com que a sociedade e o Estado e todas as suas instituições

¹² MAIA Op. cit. p. 24.

sociais se aproximem dos padrões estabelecidos pelos países desenvolvidos. E o segundo consistia em criar no pensamento brasileiro um processo de identificação, valorização ou exorcismo das peculiaridades da formação social brasileira tais como, os séculos de escravidão, a diversidade racial, a mestiçagem, o trópico, o lusitanismo, o europeísmo, etc.

Contudo o autor observa que tais esforços não se davam sempre na mesma direção, pois alguns teóricos focavam essas ideias de modernização em uma direção democrática, outros difundiam as ideias de modernização em termos mais conservadores, dentre os quais podemos destacar o próprio Álvaro Maia, visto que na medida em que pertencia à elite dominante do Amazonas, defendia uma modernização que não alterasse profundamente a ordem social vigente, já outros pensadores focam em termos mais autoritários.

Nos anos de 1930, a ideia central que norteava as obras dos autores brasileiros era o papel da elite pensante no processo de mudança social, esse ideário ligado ao pensamento político do Estado Novo, onde caberia às elites a função de reconstrução nacional, pois cumpririam a tarefa de solucionar uma dicotomia entre o Brasil real e o Brasil legal, pois detinham, acima de tudo, um saber socialmente valorizado, visto que os intelectuais brasileiros da década de 1930 reivindicavam uma ciência do social. Esta era, sem dúvida, uma estratégia para se fazer ouvir pelos detentores do poder na medida em que só acreditavam em uma administração fundamentada na ciência dos homens e da natureza.

Assim, o conhecimento das condições reais do Brasil evitaria o uso de “diagnósticos pré-estabelecidos”, ideias “vindas de fora”, pois essas ideias importadas falseariam a realidade, daí a necessidade de retorno às raízes. Neste contexto, os intelectuais seriam os únicos capazes de perceber de modo direto as aspirações do povo brasileiro (BASTOS, 2007).

Assim, a necessidade de se estudar a gênese do pensamento social no Brasil e na Amazônia, por meio de uma releitura das obras e discursos de autores como Álvaro Maia, se dá no sentido de se obter o esclarecimento do próprio pensamento social atual. Torna-se, portanto, importante resgatar as discussões em torno da compreensão dos processos e das estruturas que articularam a região amazônica com o restante do Brasil, e com o mundo. Segundo Freitas Pinto (2007), para tal propósito era necessário apreender o Pensamento Social em suas diferentes formas, tanto as sistematizadas pelas

Ciências Sociais como nas inquietações intelectuais de homens públicos, ensaístas, cronistas, políticos, entre outros.

Embora haja diferentes posições entre os intelectuais, um aspecto comum em relação à intelectualidade brasileira está relacionado à questão dos impasses, busca de soluções para o chamado atraso nacional e às desigualdades que marcam sua heterogeneidade espacial e sociocultural. Deste modo, a articulação entre elementos tradicionais e modernos, símbolos do progresso ou do retrocesso da sociedade brasileira, são temas recorrentes no pensamento de vários estudiosos da nação.

Neste contexto, Renan Freitas Pinto (2008) destaca que a Amazônia tem aparecido como território de excelência deste universo de “contrastes e confrontos”, pois sempre esteve no interior dos principais movimentos pela implantação do projeto de Estado-Nação. No entanto, sua inserção também foi marcada pela insatisfação incompleta e tangencial devido às peculiaridades desta região, o que despertou o interesse de um grande número de autores que contribuíram para a formação de um pensamento sobre o homem amazônico e a sua relação com a natureza, dando, assim, as bases para a formação de um pensamento social na Amazônia, que estuda os modos como os homens enfrentaram os problemas, os desafios e as questões que moldaram as instituições, as representações, a cultura, os valores e o modo de vida peculiar na Amazônia.

A principal preocupação da intelligentsia¹³ amazônica consistia em elaborar um pensamento social que contribuísse para a inserção da Amazônia no cenário nacional, no sentido de garantir um desenvolvimento até então não alcançado devido às distâncias geográficas, naturalmente impostas ao povo amazônica, onde todavia o autor via como empecilho devido à falta de unificação e políticas centralizadoras comuns a um moderno estado-nação. Por este

¹³ Segundo Mannheim (1968), os intelectuais que tenham a missão de produzir pensamentos síntese de épocas e preocupações sociais devem pensados também em termos de uma nova ordem e, portanto, não só avaliá-la mas sugerir, propor mudanças. Neste sentido, podemos pensar a ambiguidade de Álvaro Maia enquanto membro oriundo de grupos dominantes da economia extrativista e intelectual que se revelou com tendências varguistas ao criticar o abandono da Amazônia interiorana no ambiente da produção literária, e que produz o processo de formação do perfil de independência política pelo caminho da imprensa e da literatura, alcançando o reconhecimento político pela legitimação no não político entre os circuitos do poder central.

motivo, o atraso da região era acentuado pelas distâncias políticas, econômicas e sociais pois, segundo o argumento de Álvaro Maia:

Quanto ao Amazonas, que vê v. exc. em confronto aos seus irmãos na Republica? o povo é, talvez, o mesmo, embora sobre diferentes, segregado nestes confins da patria, sem ideas corruptoras, que, em alguns Estados, dessoram os sentimentos de unidade, fatalmente necessario às raças em juventude¹⁴.

Para Álvaro Maia, o Brasil sofria com uma regionalização que era acentuada pelas práticas corruptas de um determinado grupo que dominava as esferas do poder e apenas reproduzia políticas que privilegiavam os interesses próprios em detrimento da coletividade. Segundo Ricupero (2008), a política brasileira reproduzia um comportamento colonial que se refletia em um excesso de corrupção nas instituições públicas, causando um desnivelamento no processo de modernização das regiões, onde alguns estados, em especial no sudeste já experimentavam o progresso fruto da implementação de políticas sociais liberais, enquanto que outros dentre os quais o Amazonas ainda reivindicava sua participação.

Para o autor, a maior reivindicação da elite pensante dessas regiões esquecidas estava pautada no processo de unificação do Brasil, pois segundo esse grupo graças ao sentimento de provincialismo que ainda dominava o Brasil que ocorria o excesso de sentimentos mesquinhos por parte de principalmente os grupos dominantes. Todavia, o estímulo ao patriotismo contribuiria para o desaparecimento do egoísmo, de maneira que surgissem cidadãos virtuosos, seus representantes assumiriam uma postura que visasse o bem-estar da coletividade.

Segundo Álvaro Maia o caso do Acre é uma demonstração de que o estado do Amazonas, já partilhava desse sentimento de patriotismo tão importante para a construção do Estado-nação: “O Amazonas guerreou e venceu uma nação, para depois entregar o pomo conquistado - o Acre ao governo federal”¹⁵. É interessante salientar a questão do Acre se configura como mais um exemplo dos processos de desigualdades sociais, econômicas e políticas, nos quais o Amazonas sofreu durante este período. Para Álvaro Maia,

¹⁴ Maia Op. cit. p. 10.

¹⁵ Maia Op. cit. p. 10.

a resolução da questão do Acre deixou o estado preterido, visto que perdera grande parte de suas rendas que eram de lá provenientes ao enviar e escoar sua produção de borracha para o Amazonas. No processo de transformação do Acre em estado brasileiro, o Amazonas contribuiu decisivamente com o envio de armas, alimentos e dinheiro; todavia, a recompensa pela ajuda recebida foi considerada lesiva aos amazonenses. Neste sentido, o posicionamento de Álvaro Maia diante desta questão não deixa de refletir sua intencionalidade em demonstrar a autodefesa na inserção nos estamentos do poder, visto que neste período ele ainda não era um político profissional.

Neste discurso, o poeta procura além de defender a inserção do Amazonas no projeto nacional, desconstruir a ideia de atraso da região, afirmando que uma efetiva política de desenvolvimento levará o Amazonas ao tão sonhado progresso no qual outros estados, tais como São Paulo já experimentavam a muitas décadas, visto que já conseguiam se adequar à lógica europeia e norte-americana de desenvolvimento. No trecho em que Álvaro Maia rebate as críticas publicadas trinta anos antes no *Jornal do Comercio de São Paulo* por Eduardo Prado intitulada “O Perigo Amazônico”:

A Amazonia é um paiz de exportação. Não há possibilidade de haver alli industrias tão cedo. Economicamente, a sua união com o Brasil só lhe serve para tornar ali a vida carissima, para os direitos de importação. No dia que forem supprimidas as alfandegas do Pará e de Manaós, vida dos paraenses e amazonenses será mãos folgada e cômoda.

A orgia republicano-financeira do Rio depreciou e envileceu a moeda em nosso paiz, reduzindo de dois terços a fortuna publica. O Pará e o Amazonas têm uma exportação muito mais que sufficiente para garantir-lhes o cambio ao par, se elles vierem a ter uma moeda propria...

...Como todos os brasileiros (paraenses e amazonenses) sofrem os males do nosso pessimo regimen politico, isto creou-lhes um estado d'alma que, certamente, não os predispõe a uma exagerada fidelidade para o pouco estimavel governo, cuja existência no Rio de Janeiro eles apenas sabem pelo sangue, por sua ordem derramada nas disposições de governadores e pelos pesadissimos e absurdos direitos de importação¹⁶

Segundo Ianni (1992), a formação econômica brasileira se caracterizou por ciclos de desenvolvimentos desiguais e combinados, ou seja, os ciclos econômicos: pau-brasil, açúcar, especiarias, gado, ouro, café, borracha, cacau,

¹⁶ MAIA Op. cit. p 21-22.

etc.; sempre se apresentaram em combinação com outros processos sociais tais como: povoamento, expansão de fronteiras, extrativismo, industrialização, entre outros, que geravam as mais diversas e contraditórias formas de vida e trabalho. Neste sentido, o autor via a História Brasileira durante o século XX por um misto de progresso graças ao capitalismo, industrial e urbano, sendo confrontado por vários momentos de atraso.

Neste sentido, Álvaro Maia como um representante de um grupo de pensadores que buscava a valorização do Amazonas, através de uma produção intelectual e política que lutava para desconstruir a ideia de que o atraso da região devido a suas condições físicas era empecilho para o seu progresso e sua unificação com o resto do país.

A maior preocupação de Álvaro Maia neste discurso consistia em acelerar o processo de modernização na região amazônica, visto que o Brasil passava por um processo de modernização, onde algumas regiões se desenvolviam e se diversificavam, como ele percebia ao mencionar a situação de São Paulo como, um exemplo, de uma profunda transformação social em curso, enquanto que, ao mesmo tempo, outras regiões dentre as quais o Amazonas estava inserido, preservava e recriava marcas do passado. Assim, a formação da sociedade amazonense, observava o poeta, era marcada por anacronismos, exotismos, ecletismos, e formas de organização da vida e do trabalho que transformavam a principal fonte de riqueza da região: a borracha, em um sistema que ao invés de servir o processo de desenvolvimento da Amazônia, em apenas uma fonte de riqueza de um determinado grupo em detrimento do esforço e da pobreza de muitos.

Ainda neste trecho é possível perceber que a ideia de desenvolvimento está ligada a ideia de modernidade, onde as regiões amazônicas eram consideradas atrasadas, pois não acompanhavam o ritmo das modernas civilizações europeias. Neste sentido, partindo de uma ótica de um darwinismo social as sociedades europeias, já evoluídas pressionariam as regiões menos desenvolvidas a se adequarem a esses padrões de modernidade e desenvolvimento.

Através da história é possível perceber que um dos maiores empecilhos à construção de um ideário original para o desenvolvimento do Brasil, ajustado ao seu perfil ecológico e cultural foi o fenômeno das “ideias fora do lugar”.

Segundo Schwarz (2000), no Brasil as ideias eram formadas sempre de fora para dentro. Sua explicação para esse deslocamento se dá no próprio âmbito da história, pois as ideias que interpretavam o Brasil como nação eram fruto das relações de produção e do parasitismo do país, da dependência econômica, da hegemonia intelectual da Europa, revolucionada pelo Capital.

Neste sentido, o poeta com ares messiânicos construía um discurso no qual representava o papel de ser a única resposta viável para encarnar as mudanças de que o estado necessitava, ou seja, a proposta de desenvolvimento da região estava intimamente ligada à sua inserção no cenário político local. Ele, por sua vez, via a política como uma “missão” que lhe foi incumbida pela sociedade amazonense e que deveria cumpri-la com o maior afinho possível.

Sempre de branco, alegre continuamente, cabelos fartos e poeta (ou místico?) na maneira de servir-se da cátedra para influenciar, ele se tornaria nosso ídolo, elemento a um só tempo perigoso e aceito como líder, se houvesse condições e oportunidade. E, no entanto as condições e oportunidades surgiram mas ele era avesso, sempre fora, à violência e não se prestaria a insuflá-la, aceitando o respaldo da política de 1930. E foi a política que o desviou da religião a que se votara o moço idealista, o teórico da célebre *Canção de Fé e Esperança* (MONTEIRO, 1996, p. 162).

A principal crítica em relação ao desenvolvimento da região estava pautada nas ideias de uma criminalização desse estado social, pois desde a obra euclidiana construía-se uma ideia de que na região amazônica representava o oposto das outras modernas e industrializadas regiões brasileiras. Neste sentido, a região amazônica representava o lado contraditório deste processo de desenvolvimento, onde haveria uma sociedade primitiva, vivendo em nível de subsistência, rural, em um profundo atraso urbano, com padrões de pobreza e ignorância comparáveis aos povos afro-asiáticos. Para Octávio Ianni (1992), esse cenário revela a existência de dois “brasis”, todavia apesar da literatura social deste período identificá-los como dois grupos distintos, estão ligados por relações processos e estruturas que os reiteram como grupos de regiões distintas, ou seja, esse processo de distinção entre “excluídos” e “participantes” é estabelecido e imposto pela parcela dos “participantes”.

No trecho a seguir Álvaro Maia busca desconstruir essa ideia de atraso definida por dois brasis: “Um homem, penetra a selva, investe-a, subjuga-a,

rasga o primeiro caminho, o primeiro arremeso virginal de civilização”¹⁷. Na revista *Redempção* (1924), o poeta justificando a ideia de que o homem que desbravar o Amazonas não poderia sucumbir ao fracasso, pois não é um cárcere que prende todo aquele que pretende adentrá-lo. No entanto, por se tratar de um lugar onde vivia um povo simples, tornou-se terreno fácil para aqueles que chegavam para “desbravá-la” na intenção de dominar, defraudando a moral deste povo. Todavia, a própria condição do solo que anteriormente seduziu os *tarados* é que vai fulminá-los.

Para Álvaro Maia, é impossível conceber a ideia de que o Amazonas levaria à morte todo aquele que tentasse desbravá-lo, pois, fazendo uma alusão ao seringueiro, o homem que penetra a selva, derrubando-a para construir os primeiros sinais de civilização, consegue, apesar de estar em pleno estado de solidão, modificar a paisagem, demonstrando um esboço da vitória do homem sobre a natureza.

Neste sentido, ele desenvolve a ideia de paraíso verde, na qual a atividade solitária do seringueiro que se aventura na selva amazônica, encontra-se um traço embrionário da nacionalização do Brasil. Para Álvaro Maia, é justamente este pequeno gesto de homens simples que levarão o progresso aos lugares mais ermos do Brasil:

São os surto embyionarios, tornados em realidade prática, de um progresso firme, phase ainda vacilante do paraíso verde, onde as Amazonas celebravam os estos da vida nos recontros sangrentos¹⁸

É interessante salientar que as ideias defendidas por Álvaro Maia durante seus discursos reflete o ideário de uma intelligentsia, que se formava neste período, ao mesmo tempo em que justifica uma atuação política, visto que se tratava de uma missão da qual ele, assim como outros intelectuais deveriam o fazer.

Neste sentido, apesar do discurso “Em nome dos Amazônidas” ficar preso a uma linguagem literária, utiliza-se também de uma retórica política. Daí o começo das críticas de Álvaro Maia com relação à situação política do estado

¹⁷ MAIA Op. cit. p. 7.

¹⁸ MAIA. Op. p. 7-8.

e do país, pois, para ele, o projeto republicano naquele momento não garantia a nacionalidade do país: “[...] Adstricta a essas normas de liberdade intransigente, adstricta ao nacionalismo sadio, a nossa pátria não inspira respeito pelo seu presente, que se esboça ainda em falsas projecções”¹⁹. Neste sentido, ele vê com preocupação o futuro do país; esse trecho revela o temor do poeta de que esse projeto político possa comprometer definitivamente a nação brasileira.

Ianni (1992) afirma que a maior contradição em relação ao projeto de modernização do Brasil ocorre no fato de que a nação parece neste período desconjuntada, pois a formação social capitalista resultante dos “ciclos” gerou um processo de desenvolvimento desigual entre as regiões, desenvolvimento este que se tornou o principal empecilho para a elevação do nosso Estado-Nação para outro patamar.

Neste sentido, é possível compreender que o principal entrave em relação ao desenvolvimento do Amazonas deu-se em virtude do fato de que após o ciclo da borracha, o estado não avançou na superação das desigualdades, contradições sociais, econômicas, políticas e culturais, diminuindo assim as barreiras entre regiões e nação e neste sentido Álvaro Maia levanta uma das suas principais bandeiras políticas, o atraso econômico e social do Amazonas se deu em virtude da pouca exploração do potencial da maior força trabalhadora amazonense: o seringueiro, pois na medida em que esse potencial é explorado ao máximo não haveria um desenvolvimento do campo, mas os centros urbanos se desenvolveriam e assim se concluiria essa etapa da modernização.

Assim, torna-se profícua uma breve discussão sobre a importância da ideia de desenvolvimento para o itinerário de ideias dos discursos de Álvaro Maia, no sentido de compreender seu posicionamento em relação ao projeto político-científico de modernização do Brasil e sua auto-defesa como um dos agentes capazes de transformar tais ideias em práticas políticas, econômicas e sociais.

Durante o século XIX a ideia de desenvolvimento estava ligada a uma conotação evolucionista de etapas de crescimento econômico, onde a industrialização estava ligada a evolução tecnológica. Em meados do século XX,

¹⁹ Idem, p. 9.

o termo desenvolvimento foi assimilado pelo discurso político, transformando o desenvolvimento em sinônimo de modernização dos Estados.

Álvaro Maia fazia parte de um grupo de intelectuais como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Celso Furtado, entre outros, que adequava a ideia de desenvolvimento a ideia de progresso. Assim uma região desenvolvida seria aquela que conquistaria o conforto material e espiritual, isto é, o aperfeiçoamento do homem e de seu bem-estar (CANDEAS, 2010). Neste sentido, o poeta adequa a ideia de desenvolvimento a sua ética política, na qual o líder messiânico seria o mais apto a conduzir o Amazonas para o progresso. Para ele o estado já apresentava as condições ambientais para o desenvolvimento, todavia esse processo emperra na incapacidade e egoísmo de seus gestores.

Assim, o poeta afirma:

Refeito de uma visita encaminhava os passos para outra manifestação de progresso, onde as colmeias operarias labutam, lembrando a intensidade das populosas cidades européas. No Amazonas, encontra as primeiras tentativas de fabricas, representando herculeo esforço de seus construtores, que as edificaram as próprias custas, sem bafejos protecionistas, em lueta aberta, muitas vezes, contra a voracidade de impostos sobre a indústria em sonho²⁰.

O poeta assim como os outros intelectuais deste período criticavam os equilíbrios regionais e sociais oriundos de um processo de industrialização sem planejamento adequado. Para Maia, era necessário uma série de programas políticos voltados para o seringueiro, o caucheiro e o balateiro. Desta forma, o autor acreditava ser possível minimizar as distâncias entre os dois Brasis, o rico e o pobre.

Para o príncipe dos poetas era necessário desconstruir a ideia de que o Amazonas era desprovido de qualquer conhecimento útil para o desenvolvimento e neste sentido, ele defendia que apesar da pecha preconceituosa em relação ao desenvolvimento político-econômico e social, as técnicas voltadas para o processo de industrialização no estado davam frutos incipientes, porém frutos que demonstravam o quanto o Amazonas tinha condições de chegar à modernização necessária, e assim alcançar os padrões

²⁰ MAIA. Op. cit. p.12.

estabelecidos pelos países capitalistas mais desenvolvidos, pois, graças às falhas institucionais e a dificuldade em efetivar o projeto de nacionalização, o desenvolvimento do Amazonas estava atrasado em relação a outras regiões.

Já no campo institucional, vale mencionar a desorganização e a ineficiência político-administrativa causadas por corrupção, autoritarismo, carência de quadros, insegurança jurídica, fragilidade do Estado, deficiências legais, dificuldade de absorção de novas tecnologias e outras adversidades (CANDEAS, 2010, p. 34).

Maia construía sua ideia de desenvolvimento adequando as condições locais e defendendo que o atraso econômico estava pautado na falta de políticas públicas, visto que o próprio sistema político local era mergulhado por corrupções e descaso. Sua visão de desenvolvimento estava ligada ao emprego correto de modelos e alternativas voltados para a realidade amazônica. Assim, a borracha se tornou uma de suas principais defesas políticas que posteriormente, ao se tornar um político profissional, tornou-a um dos centros do seu foco de atuação política, vendo na borracha uma possibilidade de integrar a região ao resto do Brasil.

Segundo Ianni (1992), no final do século XIX o Brasil tenta efetivamente se modernizar. Aboliu a escravatura e a Monarquia e adota a República e o trabalho livre, cria uma Constituição pautada nas doutrinas do liberalismo e assim constitui relações comerciais externas, em especial com a Inglaterra, fundadas no liberalismo econômico; internamente, predominava o patriarcalismo da casa-grande e do sobrado, do seringalista e do seringueiro, entre outros e assim criou-se uma República simultaneamente Liberal e Patrimonial. Neste sentido, havia um reordenamento entre sociedade e poder estatal. Todavia essas mudanças não alteravam profundamente a ordem estrutural vigente e neste contexto surge um grupo de pensadores que buscavam compreender o trabalho livre e a república, mas fortemente marcados por uma sociedade de castas, herança dos séculos anteriores.

Dentre o grupo de pensadores sobre a Amazônia deste período podemos destacar Euclides da Cunha como um dos principais influenciadores da formação do pensamento social amazônico, mesmo que não de forma institucionalizada. Todavia, para entender a importância deste autor para a formação do pensamento social e o itinerário de Álvaro Maia é necessário fazer

um breve resgate do pensamento euclidiano. Para Schwarz (2000), a maioria das ideias que pautaram o pensamento social são frutos de importações e não de experiências vividas localmente. Assim, essa assimilação de ideias estrangeiras de forma acrítica gerou um caráter postiço, inautêntico e imitativo da vida cultural. Da mesma forma, Candeas (2010) afirma que a apropriação instrumental do pensamento externo servia principalmente para fins políticos.

Segundo Pontes (2005), Euclides apreende um conjunto de ideias, entre as quais o evolucionismo social, como resultado de um processo de “ideologia do colonialismo”, ou seja, um processo de apreensão de um ideário que legitimaria a exploração colonial (conceitos sobre clima, raça e civilização). Euclides era um representante de uma intelligentsia que estava preocupada em desenvolver a região amazônica e integrá-la ao estado-nação.

Assim, Euclides acreditava que a Amazônia era uma terra inacabada, o último capítulo do Gêneses, no qual o homem não teria chegado na hora apropriada e se defrontou com um clima inóspito e hostil à presença do homem, leitos de rios ainda em formação, mostram um Amazonas despreparado para o convívio humano:

O aclimado surge de um binário de forças morais que vão, de um lado, dos elementos mais sensíveis, térmicos ou higrométricos, ou barométricos, às mais subjetivas impressões oriundas dos aspectos da paisagem; e de outro, da resistência vital da célula ou do tônus muscular, às energias mais complexas e refinadas do caráter. Durante os primeiros tempos, antes que a transmissão hereditária das qualidades de resistência, adquiridas, garanta a integridade individual com a própria adaptação da raça, a letalidade inevitável, e até necessária, apenas denuncia os efeitos de um processo seletivo. Toda a aclimação é desse modo um plebiscito permanente em que o estrangeiro se elege para a vida. Nos trópicos, é natural que o escrutínio biológico tenha um caráter gravíssimo. (PONTES, 2005, p.151-152)

O perigo desta afirmação pairava justamente no fato de que não passava por um processo mínimo de adaptação com a realidade local (CANDEAS, 2010). As adoções destas teorias levavam à conclusão sobre a relativa inviabilidade da região amazônica ao processo civilizatório em comparação aos padrões europeus.

A importância do pensamento euclidiano é relevante para compreender a relação com as ideias de Álvaro Maia em relação ao desenvolvimento da

Amazônia. As teses euclidianas sobre o espaço amazônico apareciam como reflexo de um processo de aceitação acrítica das teses evolucionistas (PONTES, 2005). Todavia, esse processo vai se enfraquecendo quando o autor se defronta com a realidade local.

Euclides, assim como Álvaro Maia, faz uma defesa de personagens que representam o ideal de nação, sendo contudo esquecidos: o seringueiro, o caucheiro e o balateiro. Euclides ao abordar a figura do seringueiro faz uma análise crítica sobre a própria integração da Amazônia ao resto do Brasil. Para o autor, o seringueiro e o caboclo viviam durante este período sem um mínimo laço com o resto do país, levando-o a propor formas de desenvolvimento que estimulasse esse processo de integração. Álvaro Maia em seu discurso “Em Nome dos Amazônidas” não apresenta o homem amazônico como indolente ou fraco, ao contrário, representa-o através da figura do seringueiro, como o verdadeiro desbravador e, por conseguinte, o principal representante do projeto nacionalista:

Increpal-o por indolente? Dizer que lhe faltam características de lucta? Não. O homem no El-Dourado, é uma sentinella avançada da nacionalidade: o seringueiro fulge no resplendor bronzeo de um indomavel Paes Leme, de um titânico soldado das selvas: a um só “mateiro”, descobrindo cauchaes e contornando nascentes de rios, com os olhos no sól e nas estrellas, deve mais o Amazonas do que a muitos governos pesados e reunidos²¹.

A obra e os discursos alvareanos procuram identificar um Amazonas esquecido. Em um primeiro momento, enquanto ainda não era um político profissional buscava apenas reconhecê-lo em sua obra literária e ao pronunciar seus discursos. Contudo, ao adentrar no campo político profissional após a década de 1930, Álvaro Maia encarna o papel do político messiânico como uma estratégia para demonstrar sua capacidade de encabeçar o processo de mudança necessário para integração do Amazonas ao resto do Brasil e assim modernizá-lo.

Maia era um defensor das ideias euclidianas no que tange à defesa do seringueiro, por ser o agente mais apto a encarnar o projeto de desenvolvimento da Amazônia e por este motivo deve ser exaltado e defendido, visto que o seringueiro era considerado um dos principais participantes do projeto de

²¹ MAIA. Op. cit. p. 14-15.

nacionalização. Neste sentido, Álvaro Maia, ao se tornar um político profissional após 1930, buscou embasar suas ações políticas pautando-se nestas ideias. Entretanto tais ideias não ficam apenas no plano teórico, Maia criou várias ações para a valorização do preço da borracha. Assim, ele conciliava o carisma criado junto à grande população e os setores econômicos dominantes.

O tom de denúncia social no qual Euclides da Cunha aborda a situação do seringueiro, em especial na sua obra *Judas Asvero*, no qual faz uma comparação entre o seringueiro e sua condição de trabalho com o mito de Asvero que foi condenado a ser um errante até o final dos tempos (PONTES, 2005). Álvaro Maia ao pronunciar: “Cada gota de suor, perdida na abertura de uma “estrada”, ou no incensório dos defumadores, deve ser tão sagrada como uma palavra de oração”²². O labor penoso do seringueiro é descrito por Álvaro Maia como um trabalho que não recebe nenhuma recompensa, e ao descrever tal esforço o poeta lança mão de uma conotação religiosa para reforçar seu discurso de valorização, comparando essa atividade com os ritos sagrados do cristianismo. Não devemos esquecer que o poeta místico não estava presente apenas na produção literária de Álvaro Maia, mas era claramente identificado na retórica de seus discursos (RAMOS, 2010).

Em *Judas Asvero* o seringueiro é retratado como um ser consciente de seu drama, e esse drama não é produto de ordem metafísica. Assim, o texto euclidiano reflete que o seringueiro ciente de seu árduo trabalho, as doenças, as duras condições de trabalhos, as dívidas junto ao dono do seringal que tornam seu retorno a terra natal impossível e a solidão do seringal; no dia desta festa sua prática religiosa revela uma espécie de vingança à sua própria condição.

O seringueiro teria incutido uma espécie de resistência ao seu drama; ao fazer uma digressão ao pensamento alvareano observamos que a conotação religiosa com a qual se refere ao seringueiro em muito se liga a um tom crítico às condições nas quais este representante da principal fonte de renda do estado do Amazonas estava submetido. A contradição acentua ainda mais o tom crítico com relação a condição da política do período, onde se vivia pautado em leis inspiradas nas doutrinas liberais da democracia e do trabalho livre. Entretanto, ao analisar a situação do seringueiro em condições quase escravas é possível

²² MAIA. Op. cit. p. 15.

observar o tom de semelhança entre a crítica social de Álvaro Maia em seus discursos e obras literárias e a de Euclides da Cunha na obra “A Margem da História”, que refletem os posicionamentos desses autores em relação a própria inserção do Amazonas na corrida do capitalismo:

[...] a sina do seringueiro não deriva simplesmente de seu isolamento no interior da floresta. É consequência de uma cadeia mais ampla de fenômenos, sobretudo do avanço do capitalismo sobre a periferia e do sistema de organização do trabalho que prevalece na Amazônia (PONTES, 2005, p. 101)

Diante deste contexto, o discurso “*Em Nome dos Amazônidas*” reflete o posicionamento de Álvaro Maia diante do abandono do poder público e ao mesmo tempo ligado ao própria situação do Amazonas no processo de sua inserção na história de expansão do sistema capitalista.

1.5. A Interventoria do Príncipe dos Poetas

A partir de 1937, o Brasil instaura um governo autoritário que tem por peculiaridade a cooptação dos intelectuais para o seu regime. A Carta Constitucional de 1937 permitia que o presidente governasse a partir de decretos-leis, criou uma política centralizadora e através do apoio dos setores políticos e militares que garantia a permanência de Vargas no poder. De 1934 a 1937, o cenário político brasileiro passou por profundas transformações que liquidavam a democracia liberal, levando o país para um estado de autoritarismo e perda de liberdades individuais (FAUSTO, 1997).

Assim, como medida preventiva, Getúlio Vargas decretou em 1937 o Estado Novo, pautando-se no argumento de que o regime constitucional vigente ‘perdera seu valor prático’, provocando assim um Estado que se encontrava em total desordem e irresponsabilidade. As Assembleias Legislativas, a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional foram dissolvidos e assim ampliou seu poder político como chefe do Executivo. Também fechou todos os partidos e organizações civis.

A política dos interventores se inicia em 1930 quando Getúlio Vargas assume o poder e nomeia pessoas de sua confiança demonstrando a inclinação centralizadora do governo de Vargas e esses interventores passam a ser

escolhidos a partir de uma escolha que obedecia a diferentes critérios. Contudo, de modo geral a escolha dos interventores nos maiores estados brasileiros, deu-se a partir da escolha de algum setor da oligarquia regional. Neste diapasão, os interventores que governavam sob um decreto-lei, ficaram sob a tutela de um Departamento Administrativo, em 1939, no qual dependia a autorização de todos os seus decretos-leis e orçamentos. Segundo Eloína Santos (1996), o governo central nomeava indivíduos, que pertencentes a estes estados, se identificavam com as perspectivas dos grupos dominantes; no entanto se encontravam em uma posição marginal com relação à influência dentro dos partidos.

Em 1930, Álvaro Maia assume pela primeira vez o cargo de Interventor Federal sendo indicado pelo Tenente-Coronel Floriano Machado que estava à frente do governo militar no estado, Maia exerceu o cargo até meados de 1932 em face de uma crise econômica devida a queda do preço da borracha e o incidente da dissolução do Tribunal de Justiça do Amazonas (RAMOS, 2010). Em 1935 foi escolhido pela Assembleia Estadual para o cargo de Senador e logo após, foi eleito de forma indireta para o cargo de Governador. Todavia, com o golpe político do Estado Novo em 1937, foi nomeado pela segunda vez para o cargo de Interventor, mantendo-se no cargo até 1945 com a queda de Getúlio Vargas.

No Brasil, durante este período, em virtude da sua estrutura patriarcal, autoritária e sua própria condição de país periférico com um enorme contingente de analfabetos, transformou a prática da representação onde os intelectuais tomavam para si o papel de guia, ocorrendo assim um processo de interferências entre o campo intelectual e o campo político. O realismo deste período deu-se em virtude da crença que os intelectuais tinham de que a onipotência das ideias era corroborada pela crença em concretizá-las, associado ao fato de que a partir do regime de 1930 os intelectuais passaram a ser reconhecidos como os responsáveis pela “redescoberta do Brasil” e sua atuação estava intimamente ligada a construção científica da identidade brasileira (PÉCAUT, 1990), ou seja, para o regime de Vargas os intelectuais eram necessários para fazer a teoria da realidade nacional, ao passo que tomavam parte do desenvolvimento da propaganda nacionalista.

Assim, os pensadores deste período estiveram empenhados em definir como a cultura brasileira influiria de forma ativa ou não na elaboração das novas

representações do político. Assim, não haveria espaço para a arbitrariedade dos interesses e paixões democráticas e neste sentido, ao assumirem o papel de realistas, assumiriam o papel de forjadores da nação brasileira.

A trajetória de Álvaro Maia durante as décadas de 1910 e 1920 revelam como os intelectuais deste período buscavam o ideal de brasilidade através da construção da identidade da nação. Por sua própria condição de intelectual, estes se julgavam como os capacitados para conhecer o Brasil. Neste sentido, é possível ver como Álvaro Maia tinha na Literatura a forma de atingir a realidade, tecer críticas aos grupos político dominantes e apresentar alternativas para o desenvolvimento do estado. Tais argumentos eram reforçados pelos discursos por ele proferidos criando a imagem dotada de certo messianismo de que sua posição em um engajamento político mais profundo era necessário para o Amazonas.

Segundo Ortiz (2012), o modernismo foi o primeiro grande movimento em busca de uma nova interpretação e da criação de uma história verdadeiramente nacional, que até então se encontrava esparsa na sociedade. Todavia, com o advento dos elementos de uma sociedade moderna e com a Revolução de 1930, quando as mudanças consolidadas passam a ser guiadas pelo Estado, ocorre a necessidade de consolidação do próprio a desenvolvimento social. O quadro de teorias raciológicas tão utilizadas para explicar a realidade brasileira em décadas anteriores se tornam obsoletas e precisam ser superadas. Surge um conjunto de intelectuais dentre os quais podemos citar Caio Prado Junior e Sergio Buarque de Holanda como importantes atores do surgimento da USP, que aparecem como fruto de um processo de ruptura na produção do conhecimento social.

Em outro quadro, podemos situar outro conjunto de intelectuais que não representam a ruptura, mas a reinterpretção do Brasil e dentre os principais podemos citar Gilberto Freyre e o próprio Álvaro Maia, pois este último formou-se no nordeste, seu contato mais ativo com o sudeste vem após o Golpe de 1930. É possível observar esse processo quando Gilberto Freyre transforma a negatividade do mestiço em positividade. Do mesmo modo, quando o próprio Álvaro Maia não representa o caboclo mais como o indolente, mas como um trabalhador forte e valoroso.

A ambiguidade da identidade do ser nacional forjada pelos intelectuais do século XIX não podia resistir mais tempo. Ela havia se tornado incompatível com o processo de desenvolvimento econômico e social do país. Basta lembrarmos que nos anos de 1930 procura-se transformar radicalmente o conceito de homem brasileiro. Qualidades como “preguiça”, “indolência”, consideradas inerentes as raças mestiças, são substituídas por uma ideologia do trabalho (ORTIZ, 2012, p. 42).

Com a revolução de 1930, a produção intelectual brasileira assumiu uma posição em direção a uma atuação mais ativa no âmbito, do Estado; neste sentido, sua produção passou a identificar o próprio Estado como a principal representação da nação brasileira. Para Velloso (2003), a sociedade seria um corpo conflituoso e fragmentado, ao passo que o Estado seria o “cérebro” que coordenaria e faria funcionar de modo harmônico todo o organismo social.

Neste contexto, Daniel Pécaut (1990) observa que o organicismo social fortemente marcado pelo positivismo estava pautado na ideia de uma desmobilização da sociedade, daí a necessidade de se criar um Estado forte que atuaria no sentido de garantir a cooperação dos mais diversos setores sociais. No entanto, o “jusnaturalismo” pregado por esses intelectuais apenas dava um caráter de redirecionamento às elites no poder, saindo de cena uma elite política tradicional pautada nos moldes do liberalismo para a entrada de uma elite mais apta a cumprir o projeto de adequação a realidade sem, todavia, perder o caráter de uma revolução vinda do “alto”.

Álvaro Maia com a ideia de valorização do seringueiro, uma das principais temáticas trabalhadas em sua produção literária, transpõe essa ideia para seu discurso político como uma proposta de adequação da realidade, contudo em uma análise mais profunda dessa proposta de valorização é possível perceber uma consonância de seu discurso com a ideia de organicismo social, visto que esse seringueiro que seria o verdadeiro homem amazônida estava desamparado diante do Estado, devido ao fato de que os velhos grupos que se revezavam no poder levaram os “interesses individuais” as últimas consequências, perdendo assim a principal finalidade do Estado que é a de garantir o bem-comum.

Em 15 de janeiro de 1942, ao reassumir o cargo de Interventor do estado do Amazonas, Álvaro Maia publica um folheto publicado pela Imprensa Oficial do Amazonas intitulado: *Nota Oficial* (1942), um conjunto de relatórios

destinados à Caixa Econômica em favor de um empréstimo para melhorias no abastecimento de água no estado e nesta mesma publicação há o discurso proferido em razão do momento em que reassume o cargo de Interventor e o discurso de Araújo Lima o então Interventor interino do Amazonas.

Apesar de tratar-se de um conjunto de textos técnicos com assuntos estritamente administrativos, o texto deixa revelar algumas características sobre a visão de mundo de Álvaro Maia, seu pensamento político e suas estratégias dentro do campo político, em alguns trechos, os textos dos relatórios se distanciam da neutralidade da linguagem oficial e do tom predominantemente objetivo dos textos burocráticos e deixam revelar o príncipe dos poetas que assume a dura missão de salvar o Amazonas e integrá-lo ao resto do Brasil.

Logo nas primeiras páginas do Relatório de Álvaro Maia é possível afirmar que sua retórica estava pautada na ideia de integração do Amazonas ao resto do Brasil; o trecho ainda revela o tom de segurança ao afirmar que seu feito realiza seu projeto de integração, nos seus discursos anteriores a 1930 quando de fato se torna um político profissional. Sempre criticava o fato de que o maior problema do Amazonas era o seu esquecimento em relação ao resto do país, fato este que estava intimamente ligado ao descaso dos seus políticos locais em cumprir esse projeto de integração, neste sentido ele afirma: “A instalação de emissora local, dando-lhe capacidade para estender as suas informações a todos os quadrantes do estado, possibilitando ao interior acompanhar o ritmo da vida nacional”²³

Segundo Werneck Sodré (1970), a partir da Revolução de 1930 ocorre um processo de aceleração no desenvolvimento das relações capitalistas, gerando o aumento quantitativo e qualitativo da burguesia e do proletariado. No campo, essas relações se desenvolvem de forma mais lenta, no Amazonas excetuando a capital Manaus ocorre uma disparidade em termos de desenvolvimento, as relações de desenvolvimento operam em prejuízo de outras. No interior do estado a produção ainda se baseia nas velhas estruturas que se colocam de forma dependente e consumidoras, de igual modo às antigas colônias.

²³ MAIA, Álvaro. **Nota Oficial**. Manaus, Imprensa Pública, 1942. p.6.

Em relação à radiodifusão no Brasil durante este período, o desenvolvimento das relações capitalistas afetam o desenvolvimento do rádio, particularmente devido seu caráter de veículo de publicidade comercial, associando as principais formas de mobilização de multidões: o futebol e a música se tornando um importante instrumento de universalização do gosto, costumes e paixões. As elites políticas observando a importância deste veículo como instrumento de penetração e incorporação de numerosas e isoladas massas não alfabetizadas no interior utiliza-o como importante instrumento de transmissão de suas ideologias.

Durante o período da República Velha, não havia um campo intelectual autônomo, portanto, a relação com as instâncias políticas, bem como os mecanismos de consagração intelectual estavam intimamente ligados à imprensa que, nesse período, exercia o papel de instância de consagração. A imprensa constituía a principal instância de produção cultural, fornecendo as maiores gratificações e as melhores posições para os intelectuais durante esse período.

As elites dirigentes no Brasil eram, também, as detentoras dos veículos de comunicação em massa (jornais) que, por conseguinte, manejavam em favor dos interesses desses grupos, tais como o lançamento de candidaturas de seus representantes no cenário político, ou seja, a imprensa era usada como meio de manobra entre as oligarquias e o poder político. Jornais como *Jornal do Comércio*, entre outros, também eram as principais instâncias de consagração para os interessados em criar uma carreira de sucesso no mundo das letras; neste sentido, Álvaro Maia via-se envolvido em tais atividades que, nesse momento, eram o principal veículo de publicação de sua produção literária. Tratando-se do principal mecanismo para ascensão política em 1930, fica fácil compreender o fato de ele se engajar com as facções políticas desses jornais (RAMOS, 2010).

A partir de 1930, com a sua consagração no campo político quando assume pela primeira vez o cargo de Interventor, Álvaro Maia vê a possibilidade de pôr em prática a sua “mudança pelo alto”, ou seja, a retirada das elites oligárquicas tradicionais sem, no entanto, alterar a ordem social vigente e o sistema de produção pautado nas relações tradicionais e patrimoniais. Já como um político consagrado, dentro do campo político, ele está ciente da importância

dos veículos de comunicação para o processo de consagração. Assim como o jornal escrito o auxiliou em décadas passadas, ele teve a sensibilidade de perceber no rádio seu novo instrumento para a aquisição de capital político e difusão da sua ideologia política.

Graciliano Ramos, assim como Álvaro Maia e outros intelectuais deste período, teve uma trajetória intelectual que sofreu uma intensa interferência do campo político, foi Prefeito de Palmeira dos Índios, cidade do interior de Alagoas no qual assumiu o mandato por duas vezes, de 1928 à 1929, em 1930 renuncia ao cargo e assume o cargo de diretor da Imprensa Oficial de Alagoas e se demite em 1931, em 1933 é nomeado diretor da Instrução Pública de Alagoas, cargo equivalente a Secretário Estadual da Educação. Com forte inclinação ao comunismo é preso após o “pânico” causado pela intentona Comunista de 1935 em Maceió e levado para o Rio de Janeiro; no início de 1937 é libertado; em 1939 é nomeado Inspetor Federal de Ensino Secundário do Rio de Janeiro, em 1940, frequenta assiduamente a sede da revista "Diretrizes", junto de Álvaro Moreira, Joel Silveira, José Lins do Rego e outros "conhecidos comunistas e elementos de esquerda", como constam de sua ficha na polícia política, em 1945 filia-se ao Partido Comunista Brasileiro – PCB, a convite de Luís Carlos Prestes, Secretário Geral do partido. Dentre seus principais livros publicados estão *Vidas Secas* (1938) e o livro póstumo *Memórias do Cárcere* (1953).

No seu relatório de janeiro de 1930, o então prefeito também transparece seus ideários dentro das linhas de um texto de caráter burocrático. Logo no início de seu relatório, ele já afirma que a prestação de contas já tinha sido feita pelos canais burocráticos competentes:

E nas contas regularmente publicadas há pormenores abundantes, minudência que excitaram o espanto benévolo da imprensa. Isto é, pois, uma reprodução de fatos que já narrei, com algarismo e prova de guarda livros, em numerosos balancetes e nas relações que os acompanharam (RAMOS, Graciliano, 1994, p.1)

O tom meio humorado de certos trechos revela uma crítica social em relação ao homem do Nordeste e o cenário político da época: “[...] Apesar de ser o negócio referente à claridade, julgo que assinaram aquilo às escuras. É um bluff. Pagamos até a luz que a lua nos dá” (p.1). A crítica sobre as condições de vida do nordestino e a corrupção fica clara neste trecho, visto que por se tratar

de um homem das letras deste período estava descontente como as instituições políticas e sociais da maneira como estavam sendo conduzidas pelas elites dirigentes deste período. Entretanto, esse tom de ironia e despreocupação em desagradar as classes dirigentes também revela sua afinidade com os ideais socialistas que ficará mais claro através de seu comportamento após a Revolução de 1930, no qual é preso e depois quando filia-se ao PCB.

Segundo Sodré (1970), os escritores nordestinos tais como Jorge Amado, José Lins do Rego possuíam um caráter documentarista, ou seja, eles pretendiam fazer um retrato do Nordeste, contudo suas obras se caracterizavam por apresentarem um conteúdo muito à frente da forma. A obra de Graciliano já apresentava um equilíbrio entre conteúdo e forma como é possível observar no tom crítico apresentado em seu relatório:

Dos administradores que me precederam uns dedicaram-se a obras urbanas; outros, inimigos das inovações não se dedicaram a nada. Nenhum, creio eu, chegou a trabalhar nos subúrbios. Encontrei em decadência regiões outrora prósperas; terras aráveis entregues a animais, que nelas viviam quase em estado selvagem. A população minguada, ou emigrava para o Sul do País ou se fixava nos municípios vizinhos, nos povoados que nasciam perto das fronteiras e que eram para nós umas sanguessugas. Vegetavam em lastimável abandono alguns agregados humanos. E o palmeirense afirmava, convicto, que isto era a princesa do sertão. Uma princesa, vá lá, mas princesa muito nua, muito madraça, muito suja e muito escavada. Favoreci a agricultura livrando-a dos bichos criados à toa; ataquei as patifarias dos pequeninos senhores feudais, exploradores da canalha (RAMOS, Graciliano, 1994, p. 3)

A missão do engajamento político de Graciliano Ramos fica clara neste trecho, através da necessidade de tratar os serviços públicos do município com mais interesse e objetividade com que os políticos até então não estavam tratando, segundo o autor. Graciliano ressalta a importância de prestar assistência às áreas rurais, que eram as mais esquecidas pelo Estado, gerando o aumento da emigração do povo do Norte e do Nordeste para as regiões do Sul e Sudeste para viver em condições piores das que as vividas em sua terra natal, assim homem hostilizado pelo ambiente, pela terra, cidade, o homem devorado pelos problemas que esse contexto lhe impõe, vinha sofrendo com o esquecimento político acentuando ainda mais a exclusão social em que viviam. É interessante salientar como Graciliano critica o mau uso do termo “princesa do

sertão” para a cidade de Palmeira dos Índios, afirmando que está princesa estava esquecida e mal cuidada

Graciliano faz uma crítica contundente contra os pequenos feudos regionais que enriquecem em detrimento da grande maioria da população que vive em total miséria. Álvaro Maia, também, tece fortes críticas contra os feudos políticos que apenas reproduzem os interesses de um pequeno grupo detentor dos meios de produção.

Segundo Carlos Guilherme Mota (1977), um traço importante em relação ao regionalismo destes intelectuais é que o elemento “regional” não deixa de ser “nacional”. Segundo o autor, o regionalismo deve ser compreendido a partir do contexto de transição ao qual estava inserido, pois diversas elites regionais passavam por um período de contestação de seu poder de mando pelos revolucionários de 30 que eram portadores do ideário do nacionalismo, sendo assim alguns membros desta elite intelectual e política souberam estabelecer um comportamento de engajamento social e político seja por fórmulas “regionais” ou “universais” revelando na realidade como se davam as relações de mando no país, bem como não deixava de ser uma estratégia de permanecerem nos estames do poder.

É interessante observar como o discurso de Álvaro Maia sempre esteve afinado com os interesses de determinados setores das elites dirigentes, em 1942 então como Interventor Federal durante o governo de Getúlio Vargas em plena ditadura do Estado Novo; da evocação à figura do estadista se torna necessária para a própria permanência no cargo:

O maior estímulo da pretensão veio, no entanto da simpatia com que foi o assunto encerado pelo Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas D. Presidente da República, quando ouviu os auxiliares do Govêrno, em sua recente viagem ao Amazonas sugerindo uma transação com a Caixa Econômica Federal²⁴.

Dentro de um determinado contexto do campo político, os distintos agentes se distinguem de acordo com o seu capital político, o qual, por seu turno, pode ser expresso e mensurado pelo usufruto de um capital simbólico de outros campos sociais, como, por exemplo, o capital intelectual que, ao ser reconvertido para o meio político, já desfruta de certa notoriedade. Ao converter-se um

²⁴ MAIA. Op. cit. p. 10.

determinado capital simbólico em capital político, quando, por exemplo, da aquisição de um mandato político, abre-se a possibilidade de uma carreira política na medida em que o capital simbólico inicial fica subtraído pelo capital político conquistado (BOURDIEU, 1989).

Quando o príncipe dos poetas inseriu-se no campo político como um político profissional, sofreu uma perda de capital simbólico específico, capital este que possibilitou sua inserção no campo. Entre as suas estratégias de recuperação deste capital simbólico estava a auto-defesa política facilmente identificada em seus discursos. No entanto, ao se fazer uma análise mais atenta de seus Relatórios oficiais, é possível também encontrar essa estratégia:

[...] Tudo o que vimos apreciando e trazendo ao conhecimento de V. Excia., é a expressão da verdade, colhida em observações diárias no serviço e o fazemos no louvável intuito de colaborando, humildemente, com o patriótico govêrno de Vossa Excelência, evitar que dias sombrios e mais impressionantes venham perturbar a bôa marcha da administração pública²⁵

O tom poético se revela na sua auto-defesa política, bem como na exaltação ao governo de Getúlio Vargas. Álvaro Maia lança fora a linguagem burocrática comum dos documentos oficiais e busca construir um estereótipo de confiança à sua figura de político. Vale ressaltar que apesar de se tratar de um documento público, esse Relatório destinava-se a setores do governo federal. Por esta razão, o texto é carregado de uma linguagem burocrática e possui um tom que tenta transmitir a competência do então Interventor reempossado, assim como tenta deixar claro sua fidelidade aos ideais do regime.

Ao examinar atentamente os Relatórios do prefeito Graciliano Ramos e o Relatório do Interventor então reempossado Álvaro Maia revela-se no primeiro um tom crítico diante da realidade social do homem nordestino totalmente esquecido diante do projeto de modernização e desenvolvimento comum ao resto do país visto que esse processo se deu de forma “tardia” nas Regiões norte e nordeste e o descontentamento comum aos intelectuais do período anterior a Revolução de 30 com que viam a queda das oligarquias tradicionais (Graciliano era neto de fazendeiro e filho de comerciante) no desenvolvimento do capitalismo industrializante e no surgimento das novas classes, não tendo como

²⁵ Idem. p. 10.

outra opção desvelar o desnudamento do estamento ao qual pertencia (MOTA, 1977).

No Relatório de Álvaro Maia de 1942, ele também foge em alguns momentos da linguagem burocrática. Contudo revela a retórica de político messiânico, ou seja, o único a possuir a capacidade de conduzir o estado ao desenvolvimento e à sua inserção dentro da conjuntura nacional. Por se tratar de um “ideólogo do Estado” faz a defesa da política getulista, contudo revelando certo tom de preocupação em desagradar os setores federais dirigentes.

No Estado Novo de 1937 a 1945, o caráter autoritário do pensamento político brasileiro assume contornos mais definidos. Surge a “ideologia do Estado”, um conjunto de teses que se opõem as teorias de autorregulação social influenciadas pelo “mercado”. Esses pensadores tinham em comum uma profunda crítica contra o liberalismo; os antiliberais pautavam suas ideias em duas premissas em relação a realidade brasileira: a primeira era de que já existe um mercado que fomenta os antagonismos ou fragmentações que ameaçariam a unidade social, e a segunda premissa era de que não existiria de fato um “mercado brasileiro”, gerando assim uma total ausência de um verdadeiro corpo social ou político, neste sentido não havendo de fato uma classe ou identidade social.

Desconfiança em relação ao funcionamento do capitalismo da época ou condenação por princípio de sua lógica; dúvida sobre a viabilidade do liberalismo político no Brasil ou antipatia doutrinária em relação as próprias premissas do liberalismo; temor inspirado pela multiplicação anárquica de interesses particulares ou pessimismo devido à desorganização do social; eis o que levou grande parte dos intelectuais a aderir a uma “ideologia do Estado” (PÉCAUT, 1990, p. 44-45).

A ideia de construção da nação brasileira já era um projeto historicamente intentado pelos pensadores. A partir de 1930, a participação dos intelectuais se intensifica, pois estes não aceitam que as instituições sociais ainda estejam sendo construídas nos moldes dos modelos estrangeiros. Com o período do Estado Novo, essa inserção se torna mais profunda visto que este grupo passa atuar na organização político-ideológica do regime. Além de uma produção intelectual fortemente carregada de críticas às instituições criadas segundo moldes estrangeiros e com um forte discurso anti-liberal e autoritário,

esse grupo sai da *Torre de Marfim*²⁶ e entra no meio social através de uma atuação mais ativa- a arena política.

O intelectual munido da missão de ser o agente responsável pelo projeto político-pedagógico do regime, ou seja, responsável difusão da ideologia do Estado, passa a se engajar nas lutas nacionais. Assim, esse representante da consciência nacional passa a caminhar lado-a-lado com o Estado, seja através de uma produção intelectual que defende o regime, seja sendo cooptado para funções nos estamentos do poder.

Em 1943, período em plena Segunda Guerra Mundial o então Interventor Álvaro Maia fez um pronunciamento em favor da circunscrição do alistamento militar, entretanto ao fazer o itinerário das ideias que influenciaram a formação de seu pensamento político é mister compreender como os intelectuais brasileiros deste período tinham como uma das principais funções sociais o engajamento político.

No pronunciamento de 1942 quando Álvaro Maia é reempossado no cargo de Interventor Federal, pronuncia um discurso com forte tom defesa do Estado Novo. Contudo quando se observam os discursos anteriores a 1930 revela-se uma forte conotação de defesa ao Liberalismo político. A partir de 1930 já é um político profissional e então Interventor do governo de Vargas a retórica do discurso se modifica e passa a fazer uma forte alusão ao autoritarismo.

No Amazonas, durante esse período, as lideranças políticas se mantinham no poder a partir do apoio oferecido pelos grupos oligárquicos, então constituídos por comerciantes ligados à extração e exportação da borracha. Os dois principais grupos políticos que se revezavam no governo do Amazonas pertenciam às famílias Rego Monteiro e Nery, durante as primeiras décadas da República Velha.

No interior do Estado, à medida que a família Rego Monteiro se consolidava no poder, os municípios se transformavam em verdadeiros feudos dos chefes políticos que usufruíram de seu beneplácito. As concessões de vastas regiões, a saber: castanhais, balatais e seringais eram feitas a indivíduos

²⁶ *Torre de Marfim* é um termo usado Machado de Assis para designar a função da Academia Brasileira de Letras para a sociedade. Segundo Monica Pimenta Veloso em *Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo* (2003), o termo "*Torre de Marfim*" serve para compreender a função social do intelectual brasileiro no período da República Velha, refere-se a condição de isolamento dos intelectuais dentro da sociedade onde apenas criavam as "ilusões" necessárias ao bom andamento da ordem social

privilegiados, os quais necessitavam da ajuda parcial para submeter as populações revoltadas contra essa servidão (SANTOS, 1996, p. 40).

Com a crise do preço da borracha e as violentas repressões do governador contra os oposicionistas, muitos grupos civis e militares mantinham uma maciça articulação no sentido de ter uma nova tomada de posição na política amazonense, no qual Álvaro Maia fazia parte como um dos membros dos grupos opositores. Os grupos marginalizados pela Primeira República em busca de uma estratégia para inserção estamental passam a defender a revitalização do Liberalismo em detrimento do Liberalismo excludente comum às instituições republicanas da época.

Após a Revolução de 1930, as classes então marginalizadas tais como os setores oligárquicos marginalizados, a classe média, os intelectuais passaram a participar dos estamentos burocráticos, condição possível devido ao governo de Getúlio Vargas que nomeava indivíduos que se identificassem com os ideais dos grupos dominantes, mas que possuíam uma posição no campo político daquele período.

Assim, muitos daqueles intelectuais, dentre eles Álvaro Maia, que defendiam ideias com forte teor liberal tais como: a modernização brasileira, uma democracia alcançada somente através de uma república federativa; passam a agora uma democracia conduzida por um Estado forte que levaria a sociedade brasileira a verdadeira nação. Segundo Schwab (2010) os políticos e teóricos liberais toleraram as ideias de Estado forte comuns nos regimes autoritários e levavam em últimas instâncias os valores de ordem e respeito as hierarquias inerentes ao liberalismo.

Para Velloso (2003), no Liberalismo era aceitável o intelectual ser um inimigo do Estado, contudo com o Estado Novo o intelectual se torna um fiel colaborador de um Estado que é capaz de conduzir a sociedade à construção da verdadeira nação brasileira, tornando-os os porta-vozes capazes de captar o subconsciente da coletividade, e neste subconsciente estariam contidas as verdadeiras reservas da nacionalidade.

No entanto, para compreender o processo de condução da política brasileira de uma política liberal para um regime autoritário que culminou com a ditadura do Estado Novo de 1937 é necessário observar o contexto mundial que

acabou por reverberar no cenário brasileiro de modo direto ou indireto. Na Alemanha, acende ao poder em 1933 Hitler com o nacional-socialismo (nazismo); na Itália aumenta o poder do partido Fascista liderado por Mussolini que assume com poderes ilimitados. Alemanha e Itália passavam por sérios problemas financeiros e contestavam a divisão feita pelo Tratado de Versalhes após a Primeira Guerra Mundial, que deixara países com amplas áreas expansionistas tais como Inglaterra e Estados Unidos. Na Ásia, o Japão também possuía fortes desejos de expandir seus domínios para territórios vizinhos e ilhas da região.

A Segunda Guerra eclode em 1939 quando o exército alemão invadiu a Polônia. De imediato, a França e a Inglaterra declararam guerra à Alemanha. De acordo com a política de alianças militares existentes na época, formaram-se dois grupos: Aliados (liderados por Inglaterra, URSS, França e Estados Unidos) e Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

No Brasil, o Estado Novo com a centralização política nas mãos de um Estado autoritário e intervencionista, destinado aos interesses apresentados como nacionais, surge a necessidade de legitimação dessa nova estrutura. Para isso, foi necessário definir a ideologia as ideias estadonovista serviam para legitimar o poder dominante (SCHWAB, 2010). Neste sentido, os intelectuais que são os porta-vozes das massas tomam para si o dever de assumir cargos nos estamentos do poder.

Quando Álvaro Maia reassume o cargo de Interventor pelo Estado Novo, sua missão como intelectual é manter uma retórica que defenda a importância de um Estado que direcione a sociedade à construção da nação. Diante de um cenário externo em meio a um grande conflito, a ideologia por ele pregada não era apenas a da construção da nação, mas a de um governo do qual ele fazia parte que seria o único capaz de permitir que o Brasil passasse por este período turbulento com tranquilidade e estabilidade:

A presente fase econômica inicia-se sob as naturais apreensões do momento, existentes no mundo inteiro, por mais disciplinada qualquer nação, na difícil neutralidade em que, porventura, ainda permaneça²⁷.

²⁷ MAIA. Op. cit. p. 25.

Com a eclosão da Segunda Guerra e a instauração do regime autoritário do Estado Novo; assim, ao mesmo tempo em que contraia empréstimos junto aos Estados Unidos, Getúlio Vargas, conduzia uma política muito próxima aos regimes totalitários da Europa. Essa “neutralidade” foi encerrada em agosto de 1942, quando o Brasil declara guerra à Itália e à Alemanha, após forte pressão do governo estadunidense.

Maia segue afirmando que:

A presente fase econômica inicia-se sob as naturais apreensões do momento, existentes no mundo inteiro, por mais disciplinada qualquer nação, na difícil neutralidade em que, ainda permaneça²⁸.

O tom de crítica ao regionalismo político se revela neste discurso no qual se critica a condução política anterior a década de 1930. Para Álvaro Maia, a maior causa do descaso e da corrupção dos grupos políticos que estavam no poder no período anterior a 30, estava relacionado ao fato de que esses grupos assimilaram um modelo de instituição burocrática liberais, igual aos moldes estrangeiros.

A sua missão como um intelectual que se engajou na política era a de identificar, diagnosticar e propor soluções para estes males sociais, soluções estas que ele deveria ter a missão de pôr em prática. Todavia, esta preocupação dos intelectuais com os problemas nacionais guardava relações com o contexto internacional da época. Desta forma, pensavam e propunham alternativas reinterpretando soluções diante do que consideravam ser a realidade nacional, formulando teorias que mais se adequassem ao contexto social, econômico e político do Brasil. Neste sentido, procuravam valorizar os traços específicos do povo e da história nacional, o que correspondia a uma tendência geral, presente no pensamento europeu, com uma forte dose de nacionalidade e que ganhou espaço no pensamento brasileiro (SCHWAB, 2010).

Todavia, o realismo do pensamento estado novista brasileiro tinha a preocupação de manter uma postura antiliberal e ao mesmo tempo não rejeitar qualquer semelhança com regimes fascistas da Europa. Partindo dessa ideia de que esse modelo era o mais adequado para a realidade brasileira, fugia-se da

²⁸ MAIA. Op. cit. p. 31.

velha prática da adoção de modelos abstratos, assim era necessário camuflar as ideias adotadas sob o rótulo de uma “neutralidade ideológica” (GARCIA, 1999). Assim, pautado nessa ideia de construir a nação, ou do novo Brasil buscava a legitimação do pensamento dominante, para essa tarefa, onde era necessário o apoio da imprensa e a arregimentação de figuras locais que reforçassem o apoio junto às massas, evitando assim a insatisfação popular e possíveis manifestações contrárias que pudessem comprometer a força do regime.

Como o representante da elite intelectual que assumiu a missão de engajar-se em busca da redenção do estado do Amazonas, observa-se que sua retórica revela além de sua autodefesa em sua missão política, o seu papel de educar as massas no sentido de forja-as nos ideais doutrinários do regime:

[...] não temos duvida em assegurar que o Amazonas se enquadrou nos princípios renovadores do Estado Nacional. Readquiriu seu prestígio administrativo, à luz dos atos e algarismos.

Certamente e é conveniente proclamá-lo mais uma vez, essa redenção econômica se deve unicamente às instruções do Presidente Getúlio Vargas, à tenacidade do povo amazonense, às iniciativas industriais e extrativistas. Agora mesmo, neste ano em que se impõe a união fraterna dos brasileiros, o Condutor da Nacionalidade, executando suas anteriores promessas favoreceu a expansão das nossas riquezas, pelas medidas, já decretadas [...]. Devemos ao Grande Presidente a facilitação dos meios para nossos melhoramentos principais [...]²⁹.

Segundo Velloso (2003), as doutrinas do Estado Novo procuravam demonstrar a realização de um corte na História brasileira, mostrando que a nova realidade veio para exorcizar os males do passado. Assim, era comum a utilização de termos que reforcem esta ideia tais como: “Brasil Novo”, “nova ordem”, entre outros; tais termos servem como uma tentativa de marcar o regime como uma fase de redenção, de encontro do Brasil consigo mesmo, uma redenção que só existiu após um período de caos marcado pela importação e implantação de uma política liberal, que segundo os pensadores do Estado Novo foi um verdadeiro desastre para a construção da nação brasileira.

Note que neste trecho do discurso de Álvaro Maia há uma constante exaltação ao regime de Vargas como o verdadeiro fio condutor da nacionalidade

²⁹ MAIA. Op. cit. p. 32.

tão almejada pela *intelligentsia* brasileira. Maia intenta em seu discurso afirmar que a nação já tinha alcançado a renovação administrativa e econômica graças ao novo regime. Os termos “Condutor da Nacionalidade” e “Grande Presidente” são evocados em um tom didático com a missão educadora de inculcar os valores do Estado que conduz as diretrizes da política nacional.

Álvaro Maia possuía uma espécie de discurso que acabava por adquirir uma retórica didática, pois precisava manter uma espécie de “manipulação” em torno de seus admiradores, visto que neste período ele ainda não se submetia ao processo eleitoral, fato que só aconteceu em 1933. O didatismo político, no caso, diz respeito a uma espécie de tradução dos termos internos ao campo político para um público externo (BOURDIEU, 1989). Ele procurava manter, simultaneamente, o discurso corrente aceito por seus pares políticos e um discurso para o público externo, neste caso, os setores mais rebaixados da sociedade.

Voltando a ideia weberiana do carisma como a capacidade fazer com que o grupo acredite em suas ideias, o fato de o príncipe dos poetas fazer uma defesa do governo getulista auxilia no processo ideológico do Estado Novo, uma vez que se o redentor do Amazonas acredita no regime, o povo amazonense pode também acreditar. No entanto, é necessário observar um caráter de ambiguidade, pois essa retórica de intensa defesa serve, também, para manter um discurso em consonância com os grupos ligados à Vargas. Não se pode esquecer que a rede de relações de Álvaro Maia foi um fator muito importante para sua consagração política.

O governo brasileiro de 1930 e em especial durante o Estado Novo apresentava uma postura antiliberal arraigada em um corporativismo que, segundo Schwab (2010), esse corporativismo apregoado pelos ideólogos do regime afirmava que a sociedade brasileira deveria manter relações econômica, sociais e políticas de modo integrado e solidário extirpando assim todos os conflitos políticos ou classistas. O Estado controlaria essas relações, pois, somente um Estado forte e autoritário seria capaz a condução da sociedade, impondo-lhe a direção e lutando em favor do bem comum.

A partir dessas ações o Estado estabeleceria na sociedade a hierarquia, a obediência e a disciplina, afastando a nação das influências estrangeiras. Apesar do corporativismo ter sido influenciado por países europeus, as ideias ao

chegarem eram reelaboradas de acordo com a realidade nacional. Desta forma, o Estado deveria aumentar sua influência e seu poder, de uma forma em que pudesse coordenar e arbitrar as atividades nacionais. Deste modo, assumiria o papel de intérprete da sociedade e a dirigiria em função de um programa nacional.

Segundo Pécaut (1990), a ideia do corporativismo serviria como a forma de mediação que melhor respondesse à questão da união entre “povo/massa” e “administração pública”. Assim o corporativismo pode ser entendido sob três aspectos: o primeiro tem a ver com a distinção entre a questão social e a questão nacional, onde o Estado controlaria todas as relações sociais, partindo do pressuposto de que essa interdição preventiva evitaria os conflitos de classe; o segundo aspecto está relacionado com a questão da cidadania, que funcionaria como uma espécie de cidadania regulada, ou seja, após 1930 a regulação das leis trabalhistas, das profissões e sindicatos estava ligada ao esquema corporativista, pois desta forma submeteria cada categoria à constante controle. O terceiro aspecto está ligado à criação das organizações dos profissionais tais como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselho de Engenharia e Arquitetura, entre outros, que legitimava junto ao Estado os profissionais liberais dando-lhes um caráter de “organização”.

Quando em:

Com os olhos no porvir, conscientes das responsabilidades assumidas para com o regime, saberemos prosseguir com esforço e entusiasmo, obediente às ordens do Chefe da Nação. A época determina compreensão nos gastos, união robusta, sacrifícios pessoais pelo bem de todos, isenção de ânimo para melhor cumprimento da justiça. Não devemos blasfemar em tibiezas: guiado pelo Grande Presidente Getúlio Vargas, o Brasil assume uma admirável projeção internacional [...] dirigindo-se ao Mundo, a sua clarividência de Pensador transformará o Rio na mais nobre tribuna do Novo-Mundo, ao traçar, dentro dos princípios pan-americanos, as diretrizes de um mundo-novo [...] – temos voz de comando no exterior. Tudo isto é uma dívida sagrada ao Grande Presidente, que passará para a História como o nacionalizador, o unificador, o creador do novo Brasil³⁰.

Note o caráter ambíguo de Álvaro Maia ao mesmo tempo em que tece palavras de exaltação ao governo de Vargas, constrói uma autodefesa política

³⁰ MAIA. Op. cit. p. 33.

que ao notarmos ao longo deste discurso é pautada na construção do estereótipo de um aprendiz que possui a humildade de reconhecer que deve ainda aprender com seu mestre o próprio Vargas, sem todavia deixar de transparecer nessa construção desse estereótipo o quanto sua figura política é a mais apta para assumir este cargo. Esse trecho reforça ainda sua imagem do poeta com ares místicos que se sente na obrigação de se engajar na política como um sacrifício necessário para salvar o Amazonas³¹.

Segundo Barroso³², o prestígio intelectual e político de Álvaro Maia não se abalaram em virtude de sua cooptação junto ao regime getulista, ao contrário, além de transmitir um discurso alinhado com os interesses do governo central, matinha uma rede de relações próxima do estadista, foi professor de uma das suas filhas no período em que lecionou no Rio de Janeiro.

Outro ponto importante neste trecho está relacionado com a exaltação do governo de Getúlio Vargas. A ideia de redenção do Brasil após o período de caos causado pela política liberal só seria possível graças a figura do seu estadista, é interessante salientar que os pensadores estadonovistas não tratavam o Estado e o chefe da nação como duas figuras distintas, mas como um só. Quando Álvaro Maia afirma: “Tudo isto é uma dívida sagrada ao Grande Presidente, que passará para a História como o nacionalizador, o unificador, o criador do novo Brasil”³³. É possível observar como constrói-se um estereótipo de que Vargas é o líder que consegue sintetizar a “alma nacional”, ou seja, ele é a personificação da ideia de porta-voz da sociedade e o único capaz de levar a cabo o projeto da construção da nação brasileira sem a necessidade de intermediários.

Uma vez que está no povo e não na elite a alma da nacionalidade, partindo de uma ideia corporativista de intervenção, Álvaro Maia apregoa a ideia da harmonia entre governo e vários setores da sociedade. Este princípio legitima a intervenção do estado na organização nacional:

Há harmonia em todo o nosso território, entendimento entre as autoridades federais, estaduais, municipais, entre militares e civis, entre leigos e religiosos: dentro dessa harmonia, continuaremos o combate permanente na hinterlândia,

³¹ Como já havíamos assinalado no trabalho anterior (RAMOS, 2010)

³² Revista da Academia Amazonense de Letras. Op. cit.

³³ MAIA. Op. cit. p. 33.

explorando-lhe as fontes de produção, a que se prende e alicerça a nossa independência econômica. As autoridades e os funcionários, os jornalistas e homens de pensamento, as classes trabalhistas e os estudantes, os sacerdotes de todos os credos devem ter o evangelho da união, da disciplina, da fraternidade, seguindo religiosamente as instruções do Governo Nacional³⁴.

Álvaro Maia alude que o Estado deve intervir na organização social. A sociedade possui os elementos necessários para a verdadeira construção da nacionalidade. Todavia, o governo com sua condução firme teria a capacidade de organizar e garantir a ordem. Essa ideia reforça a imagem do Estado forte que assume o papel de “pai-grande” e dessa maneira constrói-se um projeto messiânico, no qual o regime iria salvar o povo brasileiro. Tal enfoque acaba por assumir um caráter homogeneizador visto que somente o regime levaria à verdadeira democracia.

O fato de Álvaro Maia, um dos representantes da inteligência brasileira, revelar também como o Estado estava preocupado em converter a cultura como um instrumento para legitimação do regime e assim se tornar um instrumento de dominação, além da cooptação dos intelectuais usando os meios de comunicação em massa.

Segundo Velloso (2003), o Estado na tentativa de aumentar sua consagração através da busca por elementos da nacionalidade evoca, uma campanha na busca de símbolos, tradições e heróis nacionais, tais como Tiradentes e Caxias que demonstram um caráter de luta pela nacionalidade. E nesse quadro não caberia mais o anti-herói com sua preguiça (Jeca- Tatu).

O exemplo da personagem do Jeca-Tatu revela a própria ideia de identidade nacional, pois antes da revolução de 1930 havia uma imagem negativa do povo, sendo atrasado, preguiçoso e indolente, características nas quais as elites pensantes buscavam explicar as defasagens brasileiras em relação aos centros hegemônicos europeus. Com a revolução de 30 e em especial com Estado Novo, o povo deixa de ser visto de modo negativo e por este motivo tal personagem não revela a imagem do brasileiro que passa então a ser visto de modo positivo.

³⁴ Idem. p.33.

No interior do movimento modernista de 1922, atuavam muitas tendências e, dentre elas, surgiram fortes correntes nativistas como os grupos Anta e Verde-Amarelo. Em São Paulo o movimento se caracterizava, inicialmente, pela predominante preocupação com a estética. No Amazonas, por seu turno, tal preocupação centrava-se em uma conotação de natureza política (FARIAS, 2007). Nisto é possível visualizar no Modernismo uma vinculação com o Estado Novo que demonstra o esforço do regime para ser identificado como defensor de ideias arrojadas no campo da cultura. Assim, aderem ao regime os modernistas mais conservadores, bem como as mais diferentes correntes de pensadores. Todavia segundo Velloso (2003), a ideia de associação do Modernismo com o Estado Novo é extremamente limitada na medida em que recupera a doutrina do grupo Verde-Amarelo.

1.6. A ideologia do Estado Novo em Álvaro Maia

Em função da circunscrição do alistamento militar, Álvaro Maia havia proferido o discurso o dia oito de setembro de 1943 em meados da Segunda Guerra Mundial e nele o seringueiro aparece como peça fundamental de sua política econômica como os “bravos heróis do país”. Durante o período da Segunda Guerra, comparava a eles com os soldados que eram recrutados para ir às trincheiras. No entanto, estes soldados não eram arregimentados para a batalha, mas sim para a extração da borracha que, neste momento, teve um surto de revalorização graças à guerra.

A questão social sempre foi alvo de preocupação por vários setores da sociedade brasileira, categorias como “trabalho” e “pobreza”, sempre vieram à tona desde o período da escravatura. Junto com estas questões emergem também as manifestações que buscam reivindicar melhores condições de vida para as classes trabalhadoras. Os setores dominantes e os governos vão aos poucos reconhecendo a necessidade de encarar tais questões, mesmo que, encarem a pobreza como um impasse para o desenvolvimento da nação.

Segundo Gomes (1999), uma vez que a pobreza era entendida no período anterior a trinta como algo útil, pois estimularia o indivíduo a trabalhar, caberia aos “homens bons” a responsabilidade por conduzir a nação ao progresso. Todavia, com o advento da República e a eclosão da Primeira Guerra

Mundial a venda da força de trabalho se desenvolve nas relações capitalistas e o progresso passa a encarar a pobreza como inútil e até perigoso.

A crítica ao “abandono” do Liberalismo em relação a questão social já vinha sendo feita desde a Independência, visto que o Estado brasileiro sempre sofreu as pressões do setor privado por intervenções estatais. Entretanto, no pós-trinta seus críticos defendiam uma maior intervenção estatal na educação, saúde e mercado de trabalho. A intervenção vinda do Estado resolveria o problema das agitações ameaçadoras no meio urbano e a desorganização e o abandono do trabalho rural.

Neste sentido, a estratégia ideológica do Estado para combater a pobreza deveria se pautar na promoção do valor do trabalho. A única forma de retirar o povo brasileiro do abandono em que vivera durante séculos estava no fato de que o Estado poderia garantir uma forma de vida com dignidade. A partir desse contexto, é que se deve atentar para as relações estabelecidas entre as práticas ideológicas do aparelho de Estado após o golpe de 1930, em especial durante regime estadonovista, ou seja, para a construção de um discurso legitimador e suas práticas políticas como a produção de regras legais e a criação de uma polícia política. Essas técnicas repressivas eram utilizadas como formas inibidoras que impossibilitava qualquer tipo de contestação ou oposição contra o regime.

As leis incorporam ao mesmo tempo os princípios ideológicos de um regime ao expor os motivos e os objetivos apresentados nas leis, apresentando um conjunto de penas e sanções aos que se opuserem. O caráter coercitivo e repressivo da lei, não se apresenta claramente de forma negativa, mas defende valores na busca de práticas ideológicas de consentimento. Do mesmo modo, pode-se afirmar em relação à polícia política, pois seus objetivos, bem como relação com o judiciário, podem variar em uma infinidade de procedimentos de sanções políticas e ideológicas. Assim, a produção de uma ideologia política, possui um caráter duplo, pois articula informações e ideais legitimadores, através de seu caráter repressivo, pois atua num processo de exclusão e combate e ao mesmo tempo à veiculação de mensagens opositoras ao regime. Esse processo se dá através da censura.

Neste sentido, as regras legais, como a ideologia política, são mecanismos que organizam o consentimento e controlam o conflito social,

através de várias formas de coesão e coerção. Porém, o processo de produção do consentimento não se sustenta somente através de ideologias, tendo também uma dimensão socioeconômica, pois, se funda em determinados procedimentos que visam assegurar a existência de vantagens materiais efetivas para os dominados. Assim, a legitimidade não advém simplesmente de formas de manipulação e repressão políticas, mas de um processo de incorporação de valores pelos grupos que estão excluídos do poder.

Neste sentido, a propaganda é utilizada como recurso para a construção de uma ideologia e do estereótipo dos agentes envolvidos neste processo de dominação. Durante o período do Estado Novo tal recurso não foi utilizado como um reforço à figura do seu líder Getúlio Vargas, mas também suas principais figuras políticas, que de igual modo reforçavam a ideologia do regime e a legitimação de seu líder em seus discursos e atividades públicas sempre reforçando a imagem de que tal conquista não seria possível sem a ajuda de Vargas e do Estado Novo. Neste sentido, a propaganda, a velocidade das informações graças à imprensa é o instrumento basilar para a solidificação do regime e sua legitimação junto à sociedade.

No Amazonas dentre os representantes do regime estadonovista podemos destacar Leopoldo Peres que foi o Presidente do Departamento Administrativo, Ruy Araújo o Secretário Geral do Estado e interventor interino na ausência de Maia e o Interventor Álvaro Maia. Como foi mencionado anteriormente, a retórica dos discursos de Álvaro Maia além de fazer uma autodefesa de seu capital político que sofre um natural desgaste dentro do campo político, seus discursos também reforçam através de uma exaltação a figura de Vargas como o arauto da mudança, transformando-os em discípulos que apenas seguem o passo de seu mentor político e intelectual. Alves (2009), afirma que esse duplo papel servia para reforçar os ideais do regime, bem como a figura de Vargas em âmbito local (ver figura nº02).

Figura nº 02



Álvaro Maia ao lado do Presidente Getúlio Vargas.
Fonte: O Jornal, nº. 3206, Manaus, 29 de janeiro de 1941. In: ALVES, 2009.

No Brasil, durante o regime, a Imprensa foi fortemente controlada no sentido de reforçar a ideologia dominante, popularizá-la e minimizar as críticas. Assim foi criado o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), com subordinação direta ao executivo. O órgão teve sua ideia formada antes do regime pelo próprio Vargas com o intuito de reprimir a Intentona comunista através de uma “educação mental, moral e higiênica”. Assim, em relação à missão do DIP ela estava ligada a “divulgação, radiofusão, teatro, cinema, turismo e imprensa. Estava incumbida de coordenar, orientar e centralizar a propaganda interna e externa” (VELLOSO, 2003, p. 20). Diante desse extensivo controle, a imprensa local não passaria despercebida e vale ressaltar que os principais jornais da época pertenciam a setores ligados aos grupos políticos no poder, visto que, com a revolução de trinta, não houve um processo de profundas mudanças nos estamentos do poder local. No entanto, a imprensa não se dava apenas de maneira impositiva pois os jornais que manifestassem um claro apoio recebiam do Governo (informalmente) determinadas regalias, entre elas ganhavam cotas de papel, isenções na compra de matérias-primas e algumas vezes o auxílio vinha em dinheiro (ALVES, 2009).

A Amazônia vivia um período de estagnação econômica tal qual o vivido durante o período anterior ao primeiro “boom” da borracha. As principais cidades que foram beneficiadas com o primeiro ciclo, Belém e Manaus, sofreram de forma distinta com a perda do monopólio da borracha amazônica. A cidade de Belém por se tratar de um importante centro com relevância econômica e política na região antes do primeiro ciclo não sofreu com tão duras consequências como Manaus. Esta, após o declínio do ciclo sofre buscando sobreviver apenas com a produção de castanha e de alguns óleos vegetais. Belém, um destacado centro agrícola da região amazônica, com um grande porto fluvial, um centro da Federação mais rico e mais populoso que o estado do Amazonas, irá sofrer menos.

Todavia, com a Segunda Guerra as duas cidades despertam do sono, no momento em que a borracha do Oriente encontrava-se nas mãos dos inimigos. Neste momento, o Governo Brasileiro assinou vários acordos de cooperação no sentido de garantir que a produção não fosse interrompida em tempos de guerra.

O fracasso da primeira fase gomífera na região amazônica se deu em virtude da imprevidência dos comerciantes e políticos da época que empregavam as divisas apenas no embelezamento das cidades, visto que a maior parte do dinheiro voltava para os países de origem destes comerciantes. Na segunda fase, a Amazônia pouco se beneficiou, pois o recolhimento das divisas beneficiou o Governo Central em detrimento da região produtora, que na época era a mais pobre e subdesenvolvida do país.

Em 1942, quando os japoneses tomavam cerca de 97% da produção gomífera asiática, os Estados Unidos centram seus esforços a buscar a produção da borracha artificial na América Latina, onde centram os olhos para a borracha selvagem da Amazônia, região com imensa capacidade produtiva que, contudo, padecia com o fato da borracha estar espalhada em meio à floresta e não possuir mão-de-obra suficiente para a extração.

Outros problemas, entretanto, apareciam quando se tratava de extrair borracha da Amazônia. Alimentação, assistência médica e medicamentos, barcos, petróleo, e acima de todos, mão de obra. Um seringueiro não poderia produzir mais de meia tonelada de borracha por ano. Para se obterem 50.000 toneladas anuais, seriam necessários 100.000 seringueiros. Na

época, trabalhavam em toda região apenas 30.000, no máximo 35.000. Aonde recrutar mais homens para a formidável e ingrata tarefa? (CORREA, 1987, p. 44)

O governo central personificado na figura de Getúlio Vargas mantinha relações de mercado dúbias, pois reproduzia uma postura paternalista, influência de uma postura que se reproduzia na economia brasileira durante séculos. Segundo Andrade (2010), a intelligentsia do Regime durante este período buscou dar uma interpretação “oficial” sobre a Amazônia e tal interpretação reitera alguns posicionamentos já defendidos por Maia ao longo de sua trajetória como homem das letras e homem político.

No Discurso de 1943, a valorização do elemento nativo como membro integrante da Guerra, a importância da Amazônia para a integração do país e a participação do seringueiro na defesa nacional, demonstram que a retórica do discurso alvareano estava em consonância com o Regime. Contudo, algumas ideias que passam a ser defendidas pelos pensadores do Regime, há muito já faziam parte do itinerário das ideias de Álvaro Maia, ideias estas que influenciaram a retórica de seu discurso e que influíram no aumento do seu capital político, possibilitando assim sua consagração neste campo.

Figura nº03



O homem do povo.
Fonte: (ALVES, 2009)

O discurso mantém uma intencionalidade de transmitir que não se trata de um representante de outras plagas a falar para pessoas, ou seja, que nunca conviveu com essa realidade, mas revela um filho da terra conversando com sua gente. A ideia de se autoidentificar como um homem do povo, já aparece nos primeiros trechos deste discurso. Contudo, apesar de construir uma imagem de autoidentificação com o homem simples do povo, ele procura criar a imagem do representante mais adequado para assumir a gestão neste novo momento do Amazonas. Note como a sua retórica messiânica que antes de 30 prenunciava um novo momento para o Estado, onde ele seria o único candidato capaz de conduzir o para essa redenção após o declínio da borracha, se insere dentro do projeto do Estado Novo, no qual tinha a pecha um discurso que defendia um novo momento para o país, livre do fracasso das instituições liberais, um projeto novo, feito para o Brasil por verdadeiros representantes da terra que conheciam, de fato, a realidade local e não mais ideias vindas de fora sendo impostas de forma arbitrária e muitas das vezes sem adequação à realidade local. Assim:

Novamente as praias emergem do prolongado banho invernal para enxugar-se ao sol. Volto ao terreiro de tua barraca de irmão, a fim de conversarmos alguns momentos, na simplicidade de hinterlandinos da nossa Terra Verde³⁵

A intencionalidade da retórica desse trecho revela que segundo o Interventor, o período de abandono já passou. Quando ele afirma que já passou o período de um prolongado inverno está se referindo ao período político anterior, no qual os grupos políticos que se revezavam no poder, buscavam garantir apenas seus interesses pessoais, razão pela qual o Amazonas encontrava-se em uma condição de total descaso pelos políticos locais e pelo Governo Central. O tom de autoidentificação, também está presente quando ele afirma que conversa com seus pares os trabalhadores, o termo “irmão” trouxe o elemento de aproximação necessária para afirmar que se trata de uma pessoa do povo, um trabalhador. O “hinterlandino” Álvaro Maia se colocava na posição de um elemento pertencente àquela situação de esquecimento, que

³⁵ MAIA, Álvaro. Discurso do Interventor Álvaro Botelho Maia, proferido no dia 08 de 1943. Manaus: D. E. I. P., 1943. p.1

compreendia a realidade de seus iguais e por também ser um homem simples do povo, podia conversar compreendendo suas angústias e ser compreendido.

Para Andrade (2010), a política do Regime estava pautada na centralização principalmente das áreas então esquecidas, tais como o Norte do país portanto, era necessário conquistar essas regiões, para de fato fortalecer a nação. Todavia, a legitimação do Regime só se deu a partir de um aparato ideológico, órgãos como o DIP e toda uma intelectualidade que começa a trabalhar em favor do Estado Novo, são os atores fundamentais neste processo. Em relação à Amazônia, Getúlio Vargas constrói uma retórica governamentista pautada na ideia de redenção do caboclo seringueiro, da conquista e do saneamento da região. Essa retórica é reforçada pela propaganda e por viagens que o presidente fez a região. Contudo a produção intelectual dos pensadores do regime foi fundamental nesse processo de construção de um aparato ideológico; revistas como *Cultura Política* publicavam artigos afinados com as ideias do Governo para a região. Neste diapasão Álvaro Maia, como um teórico do regime, contribuiu decisivamente para a legitimação do Estado Novo em solo amazônico.

Diante da grande preocupação varguista de criar uma ideologia que legitimasse seu regime, as propagandas cívicas foram usadas como uma ferramenta fundamental para garantir seu projeto de refutação da importação de qualquer ideologia alienígena, ao mesmo tempo em que procura evitar qualquer tipo de semelhança entre seu regime e os regimes facistas.

Essa retórica política permanece acentuada, quando em 1937, Álvaro Maia assume novamente o cargo de Interventor. Em seus relatórios e discursos a defesa da borracha e do seringueiro aparecem envoltos de alegorias comuns ao príncipe dos poetas, apesar do caráter oficial dos discursos e dos relatórios. Assim no trecho:

Entre alegrias trepidantes, estilizadas em paradas da juventude, concentrações militares, marcha de operários e atletas, houve uma comemoração que não passará despercebida, embora se realizasse no silêncio das florestas, sem as aglomerações das cidades, sem os hinos candenciados por orquestras. Refiro-me a Semana da Pátria na hinterlândia, no recesso dos centros, onde os trabalhadores não ouviram as palavras do Hino, nem sentiram nos olhos o olhar da Bandeira. Os sete dias, entre os quais se inclui o dia máximo do Amazonas, decorreram em esforço maior pela aquisição de matérias-primas. Decorreram

em trabalho: nas cidades houve cânticos e manifestações cívicas; nos seringais, houve articulação para vencer a guerra. Cada árvore era, ao mesmo tempo, mastro e tambor – mastro e bandeira, distribuída nas folhas, em tambor para o baque surdo das facas, na batalha da produção³⁶.

Durante este período o Regime construiu um intenso projeto de formação da identidade nacional brasileira. Todavia antes de observarmos o papel de Álvaro Maia nesse processo de construção da identidade nacional, faz-se necessário compreender o papel das identidades na formação do indivíduo e como as instituições sociais tem papel fundamental nesse processo. Segundo Castells (1999), a identidade é um processo de significação atribuído a um conjunto de atributos culturais no qual o indivíduo assimila ao longo de sua vida. Contudo esse projeto de construção do indivíduo acaba por assimilar e ou se formar a partir de instituições dominantes, portanto, tal processo ocorre no momento em que esses indivíduos as internalizam. Neste sentido, ao mesmo tempo em que uma identidade possui um caráter de individuação que simultaneamente é coletivo, da mesma forma o processo de construção da identidade está ligado a um processo de dominação.

De igual modo, o conceito de nação para Anthony Giddens (2012) é fruto da moderna sociedade industrial, onde o industrialismo cria a necessidade de um sistema de Estado e de Governo mais eficiente, e como o aumento da população e a divisão social do trabalho os homens precisam de um conjunto de ideias que criem nos indivíduos um sentimento de unificação, daí a importância das ideias nacionais. Contudo, tal sentimento de identificação pode estar ligado a um grupo étnico, daí a justificação de que a nação não está apenas relacionada à configuração moderna de Estado.

Neste sentido, o projeto de construção da identidade nacional durante o Regime do Estado Novo, não teve um caráter de espontaneidade, mas apesar das desigualdades sociais, procurou trazer a ideia de “camaradagem horizontal” (ALVES, 2009). O Estado Novo transforma assim o nacionalismo de caráter individualista em coletivista, transformando o “eu” em “nós”, isto é, deixa-se de lado os interesses individualista, uma herança deixada pela primazia liberal e a sociedade passa a funcionar como uma todo harmônico.

³⁶ MAIA. Op. cit. p.2.

O Estado Novo cria assim um discurso, tendo como principais reforços ideológicos a propaganda e a educação. O reforço ideológico criava uma imagem de Novo Brasil, que a sociedade vista agora como uma corporação tinha alcançado, graças a potente mão de seu líder a superação da fase de descaso e degeneração sofrida devido à implementação das instituições liberais.

Álvaro Maia como um dos representantes e ao mesmo tempo, ideólogos deste regime, exalta esse sentimento de nacionalismo, pois quando em seu discurso ele faz comparação aos ritos cívicos da semana da Pátria com o trabalho de extração do látex, ele afirma: “nas cidades houve cânticos e manifestações cívicas; nos seringais, houve articulação para vencer a guerra”³⁷. É interessante observar que a retórica deste trecho faz uma exaltação ao nacionalismo, bem como procura inculcar no povo a ideia de que o seringueiro é um soldado com a mesma missão de um soldado no front, ao extrair o látex, o “soldado da borracha” deve se abnegar até da alegria de participar das festividades cívicas em favor de uma causa maior, tratando essa função como um sacrifício nos momentos de guerra no qual Brasil enfrentava ao assumir uma aliança com os Estados Unidos. Álvaro Maia alude o labor da borracha como uma batalha na produção, a significância na qual ele emprega no processo da extração é a mesma ³⁸empregada para os soldados no front, servindo para inculcar nos seringueiros e nos amazonenses um sentido de integração para com o resto do país. Quando Álvaro Maia afirma:

Celebram a independência do Brasil, não apenas o grito do Ipiranga que se esvai, na admiração geral, mas a formação do Brasil em mais de um século, até esta manhã em que nasce como potência pela força interna e pela expansão econômica

Quando a ideologia do regime passa a ser propagada nas classes subalternas, através da propaganda, na educação e nos discursos dos seus representantes era importante reforçar a diferença entre o novo regime e as ideologias passadas, era necessário formar uma nova concepção de sociedade brasileira que traça de forma clara as diferenças entre passado e presente. Assim, a retórica deveria reforçar que os programas e metas do Governo eram um resultado natural da evolução da realidade brasileira (GARCIA, 1999).

³⁷ MAIA. Op. cit. p. 2.

³⁸ MAIA. Op. cit. p.3.

Note a conotação do discurso quando se refere a um novo amanhecer no qual o Brasil nasce como uma potência econômica, a ideia de novo dia está ligada a essa nova temporalidade qual o país passa a viver sob a égide do Regime. Já no Amazonas, jornais que tinham uma tradição oposicionista, não levantavam críticas em relação à economia, visto que as políticas econômicas para a região tanto da parte de Getúlio, como do Interventor primavam pela estabilidade dos cofres do estado. É interessante salientar que a crítica do Estado Novo em relação ao liberalismo, não tangenciava o liberalismo econômico, a intervençãoismo estado-novista deveria derrubar toda e qualquer relação com o liberalismo político, assim em relação ao liberalismo econômico a intervençãoismo apenas deveria evitar os excessos, mas não deveria negar o direito ao uso da propriedade privada (ALVES, 2009).

Entretanto, além de todo o investimento ideológico ligado à imagem do Estado Novo era necessário um reforço através das festividades cívicas. Assim essas festividades gerariam na população um sentimento de nacionalismo, defesa do regime e unidade. Esse reforço ideológico aparece de forma clara na intencionalidade do discurso alvareano, onde a exaltação cívica, além de buscar a legitimação do regime, busca reforçar a ideia do seringueiro como um soldado de guerra, quando Maia afirma:

Finda a semana em que vagiu a Pátria, sêgue-se o batismo de sua adolescência, consubstanciado no Serviço Militar. Urge, desde logo, explicar aos jovens do interior que a conquista da caderneta militar é a certidão de batismo da cidadania. Aos reservistas ocupados no labor dos seringais foi facultado o protelamento da convocação às fileiras, porque estão em trincheiras abertas, combatendo pela vitória das Nações Unidas³⁹

Graças ao projeto de integração da Amazônia através do Estado Novo, o antigo projeto alvareano de valorização do seringueiro, cria novos contornos. Agora o seringueiro não é apenas o representante ideal para povoar e desenvolver a Amazônia, mas é também, um importante ator no projeto de segurança nacional.

A ideia de Amazônia como terra inóspita cai dentro do discurso varguista, como uma das áreas a serem “conquistadas”, a fim de que saiam do atraso em

³⁹ MAIA. Op. cit. p. 3.

que se encontravam. O projeto dos soldados da borracha cumpriria duas importantes missões, que já há muito faziam parte do discurso de Álvaro Maia: primeiro, a ocupação das terras e a inserção dessa região na economia capitalista de guerra, assim o levantamento de um contingente de mão-de-obra era fundamental a eficácia deste projeto. Note como o ideário de Álvaro Maia defendido antes mesmo de sua consagração no campo político se encaixa de forma clara com o projeto de centralização de Getúlio Vargas, do mesmo modo em que este último enxergou no príncipe dos poetas um representante ideal para seu projeto de centralização do poder, sendo que Álvaro Maia foi um dos representantes consultados antes do Golpe.

Para a eficácia desse propósito era necessário uma mudança no discurso sobre a própria ideia de Amazônia, neste sentido o reforço ideológico caminhou lado a lado com a política de valorização do seringueiro –o soldado da borracha. A produção intelectual local e nacional começa um processo de desconstrução da ideia de natureza selvagem e inóspita, neste momento retoma-se uma das pechas de Álvaro Maia em comparar a região com o Eldorado, ou seja a terra da fartura, o discurso alvareano tão intensificado em décadas anteriores passa a ser assimilado pelo discurso oficial, com o ingresso do Brasil na Guerra e o coroamento dessa ação através da assinatura dos Acordos de Washington⁴⁰.

O Discurso do Rio Amazonas, proferido por Getúlio Vargas, marcou para o Estado Novo e para os seus representantes na Amazônia, uma inflexão nas políticas do poder central em

⁴⁰ Acordo entre Brasil e Estados Unidos no dia 3 de março de 1942, obtido após a Terceira Reunião dos Ministros de Relações Exteriores dos países americanos. O acordo previa entre outros pontos:

- 1- O uso de borracha no Brasil, ficaria restrito ao essencial.
- 2- A venda aos Estados Unidos de toda a produção brasileira de borracha até 31 de dezembro de 1946.
- 3- A criação de uma repartição do governo brasileiro para monopolizar as compras e vendas de borracha.
- 4- A estabilização do preço do produto em 39 centavos de dólar por libra peso, para conseguir melhor qualidade de borracha lavada a seco, não somente destinada à exportação para os Estados Unidos, como, também, para consumo no mercado interno. Mais tarde, em maio de 1942 este preço foi reajustado para 45 centavos por libra peso.
- 5- O estabelecimento de um bônus de 2 ½ centavos por libra peso, para toda borracha adquirida acima de 5.000 toneladas anuais, e um adicional de 2 ½ centavos, por toda compra acima de 10.000 toneladas, a ser pago pelo governo norte-americano.
- 6- O estabelecimento de preços, para o excesso de produtos manufaturados de borracha exportável.
- 7- O consentimento da “Rubber Reserve” à criação de uma fundo, de US\$ 5.000.000, para incentivar a produção de borracha (MIRANDA CORREA, 1987, p. 81-82).

relação ao vale amazônico. Esta fala presidencial, repetida pelos agentes do Estado, principalmente na pessoa dos interventores⁴¹ dos maiores Estados amazônicos (Amazonas e Pará), era, como tantos outros eventos, fabricada para mostrar à população a figura de um grande líder preocupado com os caminhos adotados pela pátria. De resto, fazia ainda a apologia do sistema ditatorial imposto pelo Estado Novo, já que asseverava que somente por intermédio de uma liderança forte e presente, como a de Vargas, a Amazônia e o Brasil ocupariam um lugar de grandeza no concerto das nações mundiais (LIMA, 2013, 58).

Segundo Miranda Correa (1987), durante o período da Segunda Guerra com a tomada da borracha asiática pelos japoneses, os aliados voltam-se para a borracha amazônica, todavia a produção gomífera brasileira era insuficiente para as necessidades da guerra, mesmo ainda em sua fase de apogeu a produção da região era complicada e dispendiosa, com as dificuldades naturais ao Vale Amazônico; os dois Governos Norte-Americano e Brasileiro precisavam primeiro sanar questões ligadas a extração do látex na floresta (as árvores ficavam espalhadas no meio da floresta) e a arregimentação de mão-de-obra suficiente.

Com os acordos firmados entre os dois países o governo norte-americano institui a *Rubber Development Corporation* como o principal órgão responsável pela aquisição de borracha, onde brasileiros e americanos trabalhavam na compra e embarque da borracha. Segundo o próprio Getúlio Vargas o fracasso do primeiro ciclo da borracha deu-se em virtude do caráter nômade dos seringueiros, que exploravam a região apenas em busca de riquezas e depois a abandonavam. Para mudar essa realidade o governo brasileiro criou órgãos responsáveis pela arregimentação desses novos seringueiros e dentre os principais órgão podemos destacar o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia (SEMTA).

Segundo Santos (2013), ao assumir a interventoria pela segunda vez Álvaro Maia buscou criar um programa que conciliasse os interesses das elites conservadoras locais e do Estado Novo. O interventor defendia uma produção racional da borracha, para esse propósito e, também, para evitar o êxodo no

⁴¹ O papel dos interventores na propagação das ideias do Estado Novo foi fundamental no processo de legitimação do regime em âmbito local.

interior do estado, o programa que arregimentava os “soldados da borracha” veio ao encontro das suas propostas.

Neste trecho Maia afirma:

Quando falamos em exército, o nosso pensamento abrange, num instantâneo de recordações, o Exército do Império, que manteve a disciplina no Continente Sul, e o Exército ativo que se ramifica pelo país inteiro, amparando-o cabalmente, através de suas regiões militares. Devemos pensar que outro admirável Exército está em vigilância nas trincheiras, envergando indumentárias civis, mas aparelhado à primeira investida pela convocação necessária. São os reservistas, são os quadros honrosos a que terás de pertencer, meu conterrâneo do interior⁴²

Note o tom de didatismo no qual Álvaro Maia situa a questão da arregimentação de novos seringueiros, ao fazer uma alusão entre o serviço militar e os trabalhadores da borracha. Defensor da doutrina trabalhista, a valorização do seringueiro, veio de encontro com os interesses do regime, ao passo que garantia legitimação para Álvaro Maia junto à população do interior e aos setores dominantes do estado.

Ao longo do regime, a imagem construída sobre a Amazônia está relacionada ao futuro auspicioso garantido graças à preocupação que o Governo passara a lhe reservar. Todavia, a mudança da retórica teve como atores fundamentais a elite pensante que reinterpreta a Amazônia. Álvaro Maia como um de seus representantes, buscava em sua produção literária e em seus discursos dar um novo rumo a uma das principais temáticas ligadas a região: a eterna luta entre natureza *versus* homem. Como um antigo defensor da ideia de paraíso verde, seu pensamento se encaixa na corrente de pensadores que busca dar uma nova reinterpretação para a Amazônia, exorcizando de uma vez por todas a velha ideia de terra caluniada e inóspita. O Vale Amazônico passa agora a condição de Eldorado, que com a ajuda do Governo será conquistado, colonizado e integrado ao resto do país, assim na medida em que contribui para o projeto de segurança nacional, a região se desenvolve.

Segundo Andrade (2010), o pensamento social durante este período não via mais o caboclo e o nordestino como indolentes, reflexo do pensamento em décadas anteriores, mas como responsáveis pela sobrevivência da região. Para

⁴² MAIA. Op. cit. p. 2-3.

Ricoeur (1997), o passado é construído a partir da intencionalidade que damos a interpretação destes fatos, neste sentido, o pensamento social do regime, no qual o próprio príncipe dos poetas fazia parte, buscava dar um novo significado. Sob a égide do Governo não seria mais a terra de uma natureza hostil fadada a nunca se desenvolver. A partir deste período, todos os elementos que eram representados como resultado desse doloroso processo natural passam a ser vistos como uma fonte de renovação e sobrevivência; o caboclo e o nordestino que prefiguram como os principais responsáveis pela sobrevivência da economia da região, vistos antes como os culpados por seu empobrecimento, são tratados neste momento pelos pensadores do regime como o grupo seletivo responsável pelo processo racional de ocupação da região.

Vale ressaltar que, essa ideia que passa ser assimilada pelos pensadores do regime, de responsabilizar os seringueiros pela ocupação, o saneamento e o desenvolvimento da região, já havia sido defendida por Álvaro Maia ao longo de sua obra, e em Euclides da Cunha que apesar da pecha determinista, o seringueiro é visto como o agente vital para o processo de integração da Amazônia.

Quando em: “O Ipiranga, como expressão de independência nacional e, em todo esse território, devem estar vigilantes os elementos de reação imediata”⁴³. Com o contexto de guerra, antigas questões são retomadas no sentido de ser reforçada em um momento de políticas centralizadoras, a defesa da integração da região toma novos contornos ligados à política de desenvolvimento da região e sua inserção na econômica capitalista de guerra. Um dos argumentos de Álvaro Maia é que o fracasso da economia gomífera estava ligado ao descaso dos setores dominantes. Com a nova política de valorização da borracha graças aos Acordos de Washington, o projeto de integração da Amazônia através da borracha, ganha um duplo contorno, pois ao passo que coloniza-se a região, atende-se, ao mesmo tempo, os setores econômicos tradicionais.

Para Schwab (2010), o tom didático de Álvaro Maia assim como de outros pensadores do regime varguista ocorre em virtude da função que os próprios intelectuais assumem durante este período, pois além de produtores de

⁴³ MAIA. Op. cit. p. 5.

ideologias, o intelectual tem a função, também, de educar as massas. É interessante observar, como um bloco de ideias de Álvaro Maia, tais como a “valorização do seringueiro e da borracha”, a “integração da Amazônia ao resto do país”, perpassaram sua trajetória desde a sua juventude, e do modo como essas ideias se encontram com o ideário do Estado Novo.

Como parte essencial da vida moderna, a borracha se torna parte do discurso oficial do governo, como uma das mais importantes contribuições do Brasil para os esforços de Guerra. Assim, quando Álvaro Maia conclama a população à sua participação cívica na batalha da borracha, ele carrega uma retórica com dupla intencionalidade, um discurso alinhado com os interesses da economia local e ao mesmo tempo responde aos interesses do regime, seu tom messiânico procura atribuir ao amazônida um papel vital para o processo de segurança nacional e internacional e uma redenção do próprio estado, até então esquecido pelo resto do país e seus governantes. Assim o discurso alvareano procura encarar essa missão como o primeiro passo da arrancada do Amazonas rumo ao desenvolvimento: “Conterrâneo: aperto-te as mãos calejadas pelos remos que vencem as correntes, mãos amazônicas e corajosas”⁴⁴.

Note a referência a figura do trabalhador do Amazonas- o trabalhador forte e corajoso, porém esquecido, a redenção viria com o auxílio de dirigentes que pudessem enxergar nesta terra toda a sua riqueza e potencial, e criar condições para que ela seja devidamente desenvolvida. Neste contexto, a criação de políticas para a arregimentação de pessoas aptas a explorá-la seria o primeiro passo para o seu desenvolvimento. Com um tom fortemente carregado de patriotismo esse discurso procura enaltecer o migrante nordestino, como um representante que já demonstrou aptidão em outros momentos (primeiro ciclo da borracha). Segundo Santos (2013), ao longo da interventoria de Álvaro Maia havia uma defesa pela migração do nordestino como um agente importante para evitar o êxodo da população rural e assim também evitaria possíveis sentimentos separatistas, ao passo que resolveria o problema do aumento dos sem-trabalho⁴⁵ na cidade de Manaus.

⁴⁴ MAIA. Op. cit. p. 5.

⁴⁵ Segundo Lima (2013), muitos desses “soldados” arregimentados não chegavam ao seu destino final: o seringal, ficando pela cidade em busca de um trabalho em que pudessem permanecer na cidade ou obter o recurso suficiente para retornar a sua terra natal. Esse arigós (termo usado de forma pejorativa) eram vistos com maus olhos pela sociedade manauense, por seu

Quando em:

[...] Pertencendo ao Brasil, és soldado exclusivo das Americas, soldado da Humanidade. A Pátria generosa a que pertences, foi chamada a assegurar a concordia e a emancipação de outras pátrias. Como os apóstolos de Cristo passas a ser também um soldado do mundo, manejando o fuzil para a defesa das causas justas⁴⁶

A retórica mística sempre fez parte do poeta que se inseriu na política, com a missão de salvar o Amazonas do estado de abandono e esquecimento em que se encontrava outrora. Segundo Ramos (2010), foi justamente o perfil construído no mundo das letras como “poeta” que acabou sendo aceito pelos seus pares políticos, e posteriormente pelos seus eleitores. Assim, o poeta investido de uma aura mística que sempre fazia divagações religiosas em suas poemas permanecia com a mesma retórica em seu discurso político.

Neste sentido, todo aquele que imbuído de um sentimento de patriotismo, em especial os migrantes nordestinos pelas suas virtudes especiais, pode assumir a função cívica de defender a causa amazônica, não sendo movido por um espírito aventureiro, como em outros tempos o vale amazônico já havia experimentado, mas por um conjunto de bravos soldados que assumiriam a missão de solucionar os problemas amazônicos, sendo guiados pelo braço forte do Estado.

De acordo com as ideias apresentadas por Vargas, para enfrentar as agruras do vale amazônico e fixar-se a terra para inclui-la no caminho do progresso da nação, só o povo escolhido que havia dado prova de seu valor. O migrante nordestino por sua índole de bravo e de homem calejado pela história e pela geografia de sua região, não fugiria aos problemas do vale amazônico, ao contrário, iria até lá solucioná-los, desde que instruído e amparado pelo Estado, não mais, segundo ele, com o espírito de aventura, mas sim, de amor patriótico e de fé nos destinos da nação (LIMA, 2013, p. 61).

comportamento arruaceiro. O Governo criou várias medidas para conter o aumento do número dos sem trabalho, dentre as principais escolher um ponto provisório na cidade de Manaus bem afastado da região central, até serem deslocados para o interior; além de criar programas de migração que facilitasse o deslocamento do seringueiro e toda a sua família, facilitando assim a fixação deste indivíduo a terra.

⁴⁶ MAIA. Op. cit. p. 6.

O movimento de ocupação da Amazônia, encontrou no contexto de guerra uma oportunidade única de manejar os grupos regionais, construindo uma política afinada com os interesses das elites econômicas tradicionais do estado, ao passo que legitimava o regime de governo, a conotação militar tinha a função de ativar o patriotismo desses trabalhadores e assim garantir sua adesão:

-“O homem cuja casa está próxima a um grande incêndio – são palavras do Grande Unificador, na oração de ontem – não pode pensar noutra coisa que não seja apagá-lo. Quaisquer desvios de atenções, quaisquer discussões com outros objetivos são condenáveis e nocivas”⁴⁷

Segundo Alves (2009), a associação da imagem de Álvaro Maia a do grande líder era reforçada pela propaganda da época e pela retórica dos discursos alvareanos. Neste sentido, constrói-se uma ideia de que somente Getúlio Vargas poderia solucionar os problemas amazônicos tendo em seu auxílio um homem de “cultura e ação” e juntos, seriam responsáveis pelo ressurgimento do Amazonas. Todavia, segundo o autor apesar do auxílio que a vinculação à imagem de Vargas influenciara no capital político de Maia, é inegável seu carisma junto ao povo, devido à sua antiga campanha de valorização do elemento nativo: o seringueiro, além de sua capacidade intelectual e política que atraía a elite intelectual e econômica contemporânea.

É interessante salientar, que ao aclamar o povo amazonense à luta nos seringais, faz-se uma referência ao caráter trabalhador e patriótico do amazonense e essa ideia desconstrói as antigas ideias evolucionistas e raciais de décadas anteriores que tratava o homem do norte como indolente e preguiçoso.

Assim o trecho acima, procura inserir o amazonense como um ator imprescindível nos esforços de guerra, reconhecendo que este povo pela sua bravura, não fugiria a luta e contribuiria para que a Nação saísse vitoriosa desse período conflituoso, eles eram encarados como membros importantes desta grande corporação chamada Brasil, e por este motivo as divergências ou críticas seriam postas de lado em favor de uma causa maior.

⁴⁷ Idem. p. 6.

CAPÍTULO 2

A Amazônia em Álvaro Maia

2.1. Breve história da Literatura Brasileira na primeira metade do século XX

A primeira metade do século XX é marcada por inúmeras transformações no campo literário. Deve-se destacar um esforço pessoal dos intelectuais em incorporar à temática nacional um tom de didatismo e ao mesmo tempo de engajamento social.

Durante as décadas de 1900 à 1920, observamos uma literatura que buscava se ajustar com o *modus vivendi* da sociedade burguesa em ascensão. Com a desestabilização do Império e a consolidação definitiva da República, a dissolução da sensibilidade romântica, a crescente mecanização da vida e o aumento da tecnologia e da ciência, a vida social passou a ser essencialmente urbana apresentando um ritmo muito acelerado. Com isso, a concorrência da literatura com o jornalismo e a ciência ficou mais evidente, visto agora como um processo definitivo que modificou a posição social da literatura.

A *Belle Époque* homogeneizou definitivamente o padrão burguês, e os literatos constatarem um processo de banalização e neutralização da força cultural e social da literatura brasileira. Segundo Williams (2011), a literatura burguesa ancorou de forma muito específica no secular e social em comparação com a literatura anterior. Assim, a personagem e a ação são profundamente influenciadas pelo ambiente, seja ele social ou natural. O idealismo contemplativo é deixado de lado, pois segundo o autor a base intelectual da construção das personagens está assentada em uma profunda influência do ambiente social. Este processo trata da culminação específica de uma tendência das ideias e práticas burguesas.

No Brasil a literatura se torna, neste período, um lugar facilmente identificável por um repertório limitável de clichês, ou seja, a construção literária aparenta uma pesada feição uniforme onde a idealização do amor feminino agora é substituída pela busca material, pelo status e pela busca incessante pela mercadoria. Neste contexto, o próprio campo literário e o público criam uma expectativa de um lugar comum na literatura brasileira.

Segundo Candido (2006), a literatura brasileira durante as primeiras décadas da República Velha estava carregada de formas vazias, tendendo sempre para a superficialidade e ao gosto médio, sofrendo de uma espécie de banalidade. Contudo, graças a ação estabilizadora da Academia Brasileira de Letras que durante as duas primeiras décadas do século XX, teve seu funcionamento bem ajustado, possibilitou a literatura, o público burguês e a oficialidade uma convivência harmoniosa e mediana.

Em 1922, o movimento do Modernismo surge como uma reação a crítica da qual sofriam os literatos de estarem demasiadamente presos à regras fixas, transpostas dos procedimentos científicos, e pouco à intuição e ao sentimento, tidos como indispensáveis à realização de uma obra de arte. O Modernismo rompe com a corrente literária estabelecida, pois, munido de um caráter heroico liberta-se de uma série de recalques históricos, sociais e étnicos. Isto revela uma clara intenção de findar com a posição de inferioridade, condição ainda herdada de um sentimento colonial em relação a metrópole Portugal.

Os representantes deste movimento tinham como principal preocupação solucionar os problemas de ambiguidade em nossa cultura, pois a identidade nacional surge de uma cultura latina, com forte herança europeia, mas etnicamente mestiça influenciada por heranças indígenas e africanas. Diante desta constatação construía-se um certo tom de constrangimento e de inferioridade que se resolvia pela idealização. O tratamento dado ao índio demonstrava essa ideia, o índio era europeizado nas suas virtudes e costumes, ignorava-se a mestiçagem e a paisagem era amaneirada. Neste contexto, o Modernismo rompe com esta estrutura ao transformar as *deficiências* da cultura brasileira, sejam elas supostas ou verdadeiras, e passam a ser reinterpretadas como *superioridades*. A mestiçagem se torna objeto de estudo e de inspiração; o primitivismo torna-se fonte de beleza e não é mais tratado como um empecilho à elaboração da cultura. Trata-se de um processo de aceitação dos elementos recalcados da nacionalidade brasileira.

Um elemento de grande importância na escrita destes literatos é a figura do gênio nacional. Essa noção seria encarnada pelo escritor que encararia a originalidade brasileira, interpretando a história nacional e guindando-a um destino singular. Neste sentido, buscou se desvencilhar a verdadeira interpretação do país que estava engessada pelo artificialismo da ciência e da técnica.

Após a Primeira Guerra o Brasil se encontrava mais ligado ao Ocidente europeu, estando conectado e participando dos problemas sociais e econômicos do período. As agitações sociais também traziam uma forte consciência literária de inspirações populares. Inspirado nas ousadias de Picasso, Brancusi, Max Jacob, entre outros, os modernistas brasileiros rapidamente plasmaram a vanguarda europeia, criando um hábito de fetichismo do negro, dos tipos ideais regionais, da poesia folclórica. Assim reencontraram a influência europeia por um mergulho no detalhe brasileiro. Além desse processo de assimilação, identifica-se um nacionalismo acentuado, diferente do patriotismo ornamental do período anterior, há uma certa preocupação e empenho em mostrar o quanto somos diferentes da Europa e por este motivo devemos ver e expressar as coisas de modo diferente. O folclórico é mais profundo e baseado em dados etnográficos, marcado por uma crítica mais profunda. Assim, de uma forma bem-humorada, a abordagem sobre a miscigenação e os recalques da civilização são tratados no sentido de demonstrar as qualidades específicas do povo. O principal exemplo deste processo é livro *Macunaíma* de Mario de Andrade, em 1928.

Na década de 1930, a literatura brasileira não está tão presa aos padrões científicos e/ou estéticos europeus, cria-se um nacionalismo e realismo fortemente engajado politicamente. Ideias de direita e esquerda política refletem na literatura, o laicismo e a arregimentação católica invadem a produção literária.

Há um predomínio da temática rural e urbana, através das questões sociais e ideológicas, que foram conhecidas como romance de denúncia, ou romance social. A década de 1930 é um desdobramento, na verdade, do movimento modernista da década anterior. Segundo Candido (2006), surgiram as condições para realizar, difundir e “normalizar”, uma série de aspirações e inovações da década anterior. Neste sentido, a literatura assentou-se em uma preocupação maior pelo projeto ideológico do que pelo projeto estético. Em relação ao projeto ideológico a consciência política assume um caráter de engajamento político por parte dos literatos. Mesmo os que não se definiam explicitamente, assumiam algum tipo de inserção ideológica em suas obras.

As décadas de 1930 e as posteriores, até a Segunda Guerra Mundial, são marcadas pela aceitação crescente das obras e do espírito modernista. Segundo Candido (2010), os anos 20 são de luta para o Modernismo, no qual pelejava pela liberdade de expressão. Nos anos 30, lucrando com essa luta por

liberdade o movimento encontra no Brasil terreno favorável para se difundir. A década de 30 é o período de modernização geral nas ciências, nas artes, no ensino, na edição, na crítica e na produção literária.

Segundo Velloso (2003), o período do Estado Novo manteve uma relação harmoniosa com o movimento Modernista, pois ambos defendiam a literatura como veículo da nação. Nesta defesa surge o escritor engajado (ou ao menos inspirado por uma temática nacionalista), e um projeto cultural embasado na ideia de brasilidade. As doutrinas estado-novistas se apropriam dos ideais do modernismo e este acaba parecendo como uma espécie de prenúncio ao estabelecimento do Estado Novo, cria-se então a ideia de que este movimento é inacabado, imaturo e incompleto e que justamente o projeto de construção da nação através do Estado Novo vem de fato construir o Brasil, com toda a sua grandiosidade e pujança.

Para comprovar e situar o Modernismo como o prenúncio do Estado Novo, surge um empenho pelos literatos do Estado Novo em demonstrar a superioridade da literatura inspirada nos ideais do regime, do mesmo modo que reforçava os equívocos tomados pelo movimento. Surge então um discurso de que a literatura do Estado Novo seria mais nacional, por ser fruto da Revolução de 30, demonstrando de fato os anseios e aspirações da sociedade brasileira, enquanto que o movimento modernista, surge do impacto da Primeira Guerra Mundial, refletindo muito mais influências externas do que internas.

Também surge a crítica estado-novista de que a literatura modernista gerava um nacionalismo meramente sentimental e livresco; o sentimentalismo se justificaria por uma supervalorização das coisas da terra; o livresco tratava de um movimento feito e destinado apenas para um pequeno grupo de intelectuais. Já o Estado-Novo criava um nacionalismo que era “objetivo e realista”, visto que estava alinhado com os anseios sociais.

Para os ideólogos do Estado, o romance de 30 representa a verdadeira literatura brasileira, voltada para a construção da nacionalidade. Assim, unia o naturalismo moderno da tradição do movimento modernista e a literatura adquire novamente uma função social onde o literato reassume a posição de guia, encarregado de cumprir sua missão de salvar a nação. Neste sentido surge uma sacralização da arte atrelada a uma obrigação política.

Durante as décadas de 1930, 1940 e meados de 1950, ainda sob os efeitos da “libertação literária” do Modernismo, há uma fase da maturidade, tanto na prosa quanto na poesia. Sem no entanto romper com as conquistas das gerações anteriores, mas também sem defender suas ideias propostas, essa geração é caracterizada por uma acentuada maturidade literária e também pelas pesquisas em torno da linguagem. Testemunhas do Estado Novo, da eclosão da Segunda Guerra Mundial e o estabelecimento social, econômico e político de um novo modos vivendi ligado ao capitalismo industrial.

No campo literário, os escritores permaneciam com as críticas sociais e o regionalismo, características da geração de 30, mas a grande novidade das obras produzidas girava em torno da própria linguagem literária, característica marcante desta nova geração, que através de pesquisas estéticas surgem com a renovação das formas de expressão literária.

Um dos grandes problemas da literatura brasileira e de sociedades latino americanas durante a primeira metade do século XX, foi sua relação com o público, devido a um público leitor extremamente pequeno. Devido às altas taxas de analfabetismo da população, o produto literário ficou reduzido a determinados segmentos da sociedade, diferente de nações que estavam em outra etapa de desenvolvimento do capitalismo, tais como a Inglaterra, nas quais existiam já nos séculos XVIII e XIX vários públicos de leitores e consumidores de produtos culturais em diversos segmentos da sociedade, possibilitando a construção de pesquisas para auferir qual o tipo de produtos culturais e gostos de acordo com a classe social (WILLIAMS, 2011). Em relação a situação a literatura da América Latina durante a primeira metade do XX conferir Antônio Candido⁴⁸ (1989).

Contudo, devido a um crescente interesse do governo de implementar programas educacionais, o índice de analfabetismo no Brasil caiu de cerca de 84% da população em 1890, para 57% em 1940. Neste contexto, os literatos brasileiros precisam forjar condições para se adaptar à criação desse novo público, concorrendo com novos meios de comunicação como o cinema, o rádio, as histórias em quadrinhos, onde os literatos ou tornariam a literatura uma

⁴⁸ Com efeito, ligam-se ao analfabetismo as manifestações de debilidade cultural: falta de meios de comunicação e difusão (editoras, bibliotecas, revistas, jornais); inexistência, dispersão e fraqueza dos públicos disponíveis para a literatura, devido ao pequeno número de leitores reais (muito menor o número já reduzido de alfabetizados). (p.143).

espécie de produto que pudesse concorrer com os outros meios de comunicação, contudo correndo o risco de se tornar uma presa fácil de desígnios morais, político e propagandísticos em geral. Ou esses literatos manteriam uma posição saudosista, separando-se da vida e de seus dilemas.

2.2. Maia e a literatura no Amazonas

Com o fim do período áureo da borracha, a literatura amazonense é marcada por uma tentativa de explicar e/ou entender a “depressão” pela qual a região passava, a missão era compreender o que “restou” do Amazonas; a crise econômica, política e social foi o pano de fundo de inúmeras produções literárias deste período. Apesar de um certo atraso em relação à época, suas obras foram inspiradas em tendências parnasosimbolistas, modernistas e naturalistas. Criou-se uma produção literária que buscava compreender e identificar a verdadeira Amazônia, por este motivo o elemento nativo era amplamente enfatizado nas obras das décadas de 1920 a 1950.

O seringal surge como um tema recorrente nas obras dos escritores dentre eles Ferreira de Castro, Alberto Rangel e Álvaro Maia. O grande destaque de Maia ao abordar o seringal dentro de sua obra é o fato de ter conhecido esse mundo, não como alguém de que veio de fora, mas que nasceu nele.

A obra literária de Álvaro Maia reflete a constatação de um modo de vida que ainda está se adaptando ao processo de modernização. Nesta pesquisa, dividiremos a obra literária de Maia em duas fases para compreender melhor as condicionantes externas e internas que influenciaram a construção de uma ideia de Amazônia, e a formação de seu pensamento político que se refletiu em uma ação política voltada para a defesa da borracha, como foi trabalhado no capítulo anterior. A primeira fase vai do primeiro decênio do século XX, com a publicação de seu primeiro poema *Cabelo Negros*, em 1904, até a década de 30, esta é fase marcada pela publicação de vários poemas e sonetos em diversos jornais e revistas.

Segundo Sevcenko (1999), o ingresso dos literatos no jornalismo nos primeiros anos da República Velha revela uma mudança na condição social do artista. Com a ativação mercantil advinda na República e as oscilações sociais e econômicas, obrigavam os escritores a buscarem postos mais “estáveis”. Com

um alto índice de analfabetismo, impedia um desenvolvimento mais amplo do mercado editorial, relegando os escritores a procurarem postos nos jornais, no funcionalismo e na política. Segundo o autor, as sociedades de profissionais para a defesa dos interesses de classe, se tornavam uma instância de consagração, ao mesmo tempo que garantiam uma espécie de proteção para sua inserção no mercado editorial. No caso do Amazonas, devido as condições de precariedade da produção editorial, os jornais serviam para os literatos não apenas como uma forma de “garantia de estabilidade”, mas também, uma instância de consagração.

A segunda fase começa na década de 1940, com a publicação de seu primeiro livro *Na Vanguarda da Retaguarda*, em 1943, e se estende até o final de sua vida. Neste período Maia dedicava-se além do mundo das letras para atividades políticas, tais como interventor, governador, deputado federal e senador, sendo este posto que assumira no mesmo período em que publicou seu último livro *Nas Tendas de Emaús*, em 1968, meses antes de sua morte.

Segundo Ramos (2010), A linguagem alvareana em sua primeira fase mescla elementos da realidade amazônica (a floresta, os rios, o caboclo, o seringueiro) com elementos comuns ao simbolismo. Portanto, é possível perceber que a obra poética de Álvaro Maia nas primeiras décadas do século XX, além de estar envolta por um manto de engajamento social e político, apresenta características do Simbolismo.

No entanto, ao analisar a obra literária de Álvaro Maia, não devemos tratar com um todo autônomo, não devemos tratá-la como sobretudo um instrumento para engajamento social e político, pois corremos o risco de construir uma interpretação errônea, ou cair em uma superficialidade. Segundo Skinner (2005), para compreender os principais debates enfrentados pelo político e escritor Álvaro Maia, enquanto circulava nos espaços políticos e literários da primeira década do século XX, é necessário reconstruir os “atos da fala” tecidos em sua obra literária, no intuito de compreender para quem Maia escrevia? Com quem e quais eram os seus interlocutores? Quais suas intenções ao escrever seus textos literários e poéticos? Compreendendo que sua obra literária não era meticulosamente construída no sentido de lhe garantir uma legitimação política, visto que ele realmente acreditava naquelas ideias. E por fim, a última questão que tentaremos elucidar é se sua missão como intelectual

inserido dentro de um projeto nacional se modificou devido as grandes mudanças que ocorreram dentro do sistema político brasileiro nesta primeira metade do século.

Partindo deste pressuposto, seu discurso literário não estaria isento de seu projeto político, ao mesmo tempo em que constituía uma espécie de intervenção nos conflitos ideológicos de seu tempo em plano local e regional. O ponto a se entender é se essa intencionalidade iria reforçar sua posição de ambiguidade ora mantendo uma postura reformista e até revolucionária, ora matéria uma postura conservadora, defendendo a manutenção do *status quo*, isto é, como ele se posicionava diante dos conflitos ideológicos de seu tempo, tanto no plano da ação política como nas ideias.

Neste sentido, surge o seguinte questionamento: qual a ideia de Amazônia para Álvaro Maia, uma vez que o que estava em jogo era a própria construção de um projeto nacional e como a intelectualidade se posicionaria diante deste processo. No caso da Amazônia, esta região se insere dentro deste processo, ou seja, Maia fazia parte de um conjunto de intelectuais que pretendiam mostrar que a região fazia parte do território brasileiro, e para isto era necessário mostrar sua realidade histórica e cultural, a partir de quando e sob quais condições ocorreu esse processo de inserção.

As divagações religiosas sempre fizeram parte dos escritos e dos discursos de Maia, fortemente carregado de tendências parnasianas e simbolistas, todavia, para nossa análise sociológica, é importante salientar que existe relação entre a obra e a estrutura social. Num contexto de transformações sociais políticas no período da Primeira República, sua obra surge também como instrumento de transformação social.

O fato de manter uma retórica fortemente ligada a um misticismo, além de reforçar a imagem de líder messiânico, está ligada a um ascetismo que o colocaria numa posição de imunidade a degeneração na qual a sociedade burguesa passava. Segundo Sevcenko (1999), um grupo de intelectuais, que não conseguiram a grande consagração, e por isto eram marginalizados, mantinham uma postura inconformista contra a ordem social vigente, apregoando e mantendo uma atitude reformista. Este grupo compostos por homens públicos, profissionais liberais e políticos, que decidiram transformar sua obra em instrumento de ação pública e mudança social.

A religiosidade em Maia pode ser considerada como uma reação a degeneração humana, e ao mesmo tempo, um instrumento de luta no sentido de buscar a redenção da humanidade, o retorno aos valores perdidos, pela busca incessante pelos bens materiais, seja no plano ideológico, seja no plano político.

As divagações refere-se também, sobre sua própria posição no campo simbólico ao qual está inserido e qual a sua real missão como literato na sociedade. No conto *Ilusão de Natal* (1924), Maia indaga sobre o real motivo desta data para o homem do norte, o texto faz uma crítica às transformações ocorridas em relação a esta celebração.

As celebrações tradicionais sofreram fortes mudanças com o advento do capitalismo, passando por um processo de ressignificação e de reificação. Com as mudanças de valores da sociedade moderna, ocorre uma perda dos valores transindividuais e a grande questão passa a ser: se essas celebrações ainda servem para reforçar os laços de solidariedade entre os grupos sociais.

Durante o período da República Velha, os literatos ao mesmo tempo em que buscavam sua inserção dentro desta nova estrutura social usavam suas obras como instrumento de engajamento social e político. Buscavam, ao mesmo tempo, compreender esses dilemas e procuravam mesmo que no plano simbólico, uma espécie de redenção para essa perda de valores e a busca incessante pela vida mundana.

Lévi-Strauss, em o *Suplício do Papai Noel* (2008), aborda um evento polêmico que ocorreu na França, em Dijon, em 1951. Onde as padres e pastores protestantes denunciavam a “paganização” do natal, onde a festa estava perdendo o seu real sentido; assim no dia 24 de dezembro padres queimaram um boneco do *papai noel* nos átrios da catedral de Dijon, na frente de várias crianças de um orfanato. O ato foi alegado como uma que a simbologia ensinada às crianças estavam ocupando um espaço cada vez maior que o real propósito desta festa cristã, logo a polêmica se espalhou pelos jornais de toda França. Contudo, o ponto fundamental da análise, não se trata do porque as crianças gostarem de *papai noel*, mas qual o real objetivo de seus pais inventarem este mito. O que está de fato em jogo é uma manifestação sintomática de uma acelerada mudança de crença e costumes.

Álvaro Maia denunciava que esta festividade estava deslocada do verdadeiro propósito quando se questiona em relação à importância da árvore

de natal. Segundo o autor, o homem do interior não atribui a mesma significação para este símbolo natalino do que lhe confere o homem moderno da cidade. Maia indaga a importância deste símbolo natalino, grafado com letras maiúsculas alegorizantes (característica comum ao Simbolismo), num cenário amazônico de rios e florestas, onde a relação com a natureza também está ligada com a sua religiosidade.

A minha Arvore de Natal...Vejo-me a uma enorme distancia, entre florestas selvagens, num rio nervoso e barrento, cujas as águas rolavam em epithalamios, sacudindo em adeuses os arbustos mergulhados às margens. Os brinquedos eram as nuvens que se esfarrapavam ao vento, as irrealidades que se desfiavam a um olhar...⁴⁹

Todavia, deve-se observar que o confronto travado entre o uso ou não de novos elementos simbólicos nesta celebração, não pretende criar uma espécie de projeto revolucionário contra o *modus vivendi* da sociedade burguesa, sua crítica dentro do plano do próprio campo intelectual está relacionada a sua própria luta por legitimação. Durante os primeiros anos de sua trajetória inicial buscava sua consagração no campo literário, por este motivo, sua relação com seus pares na cidade, desvelava as angústias de um caboclo nascido no seringal que tinha que se adaptar à cidade e a um novo estilo de vida. Durante este período Manaus, ainda sob a aura da *Belle Époque* refletia um novo estilo de vida alinhado com a cultura das grandes metrópoles. Neste sentido, os dilemas da relação com o interior no qual Maia nasceu revelava as angústias de um escritor que buscava o reconhecimento nos restritos círculos de seus pares.

Segundo Ramos (2010), a obra alvareana na trajetória inicial estava passando por uma construção em relação a sua própria identidade intelectual. Assim ele reflete uma espécie de registro de um período cujos ciclos econômicos trouxeram tempos de prosperidade e desenvolvimento e também de crise e desolação e, ao mesmo tempo, em que Maia começa a expressar seus anseios e projetos como uma alternativa para o contexto social e político da época. Nesse diapasão, a construção de sua própria imagem de intelectual vai ganhando

⁴⁹ MAIA, Álvaro. A Ilusão de Natal, 1924. In: BAZE, Abrahim Sena. **Álvaro Maia, memórias de um poeta**. 4ª edição. Manaus: Novo Tempo Ltda. 1998. p. 61.

contornos mais claros ao tentar se inserir no campo e apostar que suas tomadas de posição lhe garantam o sucesso intelectual e político.

Maia sofreu dilemas comuns aos outros escritores deste período, sua obra teria um caráter puramente idealista e voltada às inquietações do espírito, ou se renderia à matéria e às coisas mundanas, ou seja, se ele iria fazer de fato uma “arte pela arte”; não deixando de levar em consideração que o campo literário sofria neste momento uma forte ingerência de outros campos, tais como o político, o jornalístico e a ciência.

Contudo, não se deve esquecer que o processo de consagração intelectual e política em Maia estava intrinsecamente ligado à construção de uma rede de relações com os setores dirigentes do Amazonas, como podemos destacar na sua atuação como editor chefe da *Revista da Associação Comercial do Amazonas* durante a década de 1920, ao assumir postos como este, Maia além de reforçar sua imagem de líder político capaz de assumir o papel de porta-voz de setores economicamente dominantes que estavam alijados do poder, ao mesmo tempo em que conferia-lhe uma espécie de imunidade em relação às sanções do mercado.

Esse processo de sociabilidade evidente ao assumir um posto nesta revista é importante pois revela os resquícios ainda coloniais de uma formação política construída a partir de uma rede de clientelas, senhorios e compadrios, formando assim indicações ligadas pela proximidade com o “poder”. Neste sentido, o intelectual neste período sempre estava ligado ao político, e por mais sofrida que seja, sua obra estava marcada de um engajamento social.

Na continuidade do conto *Ilusão de Natal* (1924), Álvaro Maia enfoca um dos temas centrais em sua obra literária e em seu pensamento político. A borracha, a principal característica da abordagem de Maia ao tratar deste tema é o enfoque no indivíduo, sendo ele o ator central deste processo econômico, daí a presença constante do seringueiro nos escritos literários e em seus discursos.

Nesse poderoso cenário, Jesus errava em som e perfume, esparso nas mareas e nos arvoredos, e accendia preces nos casebres rústicos, debruçados nos barrancos. A alegria borbulhava à noite, ao tremor das estrelas, quando homens rudes, seringueiros retardatários, davam cerradas descargas de rifles, despejando relâmpagos na escuridão. Dentro, na sala

maior, todos se ajoelhavam ante a imagem em tosco oratório, de onde pendiam fitas de varias côres que rememoravam o arco-iris. Sim, o arco-iris, na terra em que nasci, é um traço de união entre os homens e o Senhor. Quem peccar será condenado pelas suas côres, que sorverão os rios e incendiarão as selvas...⁵⁰

Este trecho retrata a exploração da borracha sob a ótica do seringueiro, o agente fundamental para a produção desta riqueza, sem todavia se preocupar com grandes disputas que ocorriam no plano internacional. Álvaro Maia estava tentando demonstrar que apesar da rudeza esses homens tinham a sensibilidade e fé, fé esta que o autor critica por se perder com a modernidade. Para ele o verdadeiro natal ainda é celebrado, por isso retrata esta celebração com profundo saudosismo em uma descrição que trazia guardada em sua memória como um homem do interior que viveu essa mesma pureza de crenças.

O tom de autoidentificação do texto é importante para a construção de Maia como líder intelectual e político, contudo pode revelar ainda a preocupação de Maia com a própria visão sobre o processo de desbravamento e civilização das áreas amazônicas. Este aspecto aparece de forma mais clara em suas obras da segunda fase através do realismo e a crônica histórica, onde o político consolidado, o intelectual consagrado e o homem maduro, já poderia se despreocupar em ousar ou conter suas palavras ou ideias. Sua obra já está mais livre destes ditames sociais e simbólicos. Entretanto não se deve esquecer que mesmo em suas obras da segunda fase o autor sempre tenta amenizar a crueldade, onde as causalidades sobre os maus-tratos nos quais o seringueiro passava por uma série de ambiguidades neste tratamento, ora construindo seringalistas cruéis e desumanos, ora atribuindo a *culpa* ao descaso dado pelo Governo Central em relação ao trabalhador no interior do estado, tal como veremos mais adiante.

A Amazônia retratada em Álvaro Maia passa apenas por uma preocupação em retratar a realidade local, para uma realidade que se torna um instrumento de engajamento social. Como homem político, buscou criar uma política voltada para minorar as péssimas condições das camadas mais baixas da sociedade, apesar de que, segundo Santos (1996), a valorização do

⁵⁰ MAIA, Op. Cit. p. 61.

seringueiro uma das suas principais pechas políticas não saiu do plano do discurso.

A Amazônia retratada em suas obras, é fruto de sua intensa relação com o interior, por isso sua obra literária não dá muita ênfase a cidade de Manaus. O sistema de produção da borracha e os dilemas do homem do interior são o foco de atenção do autor, daí a riqueza nas descrições sobre a realidade interiorana do estado e seu ambiente natural, como no trecho: “florestas selvagens, num rio nervoso e barrento, cujas águas rolavam em epithalamios”⁵¹

O retrato fiel de um tempo perdido na memória do autor entra em confronto com a realidade moderna, daí a crítica a árvore de natal, a corporificação da transformação dos valores, que como o próprio título da obra sugere uma ilusão, que não retrata a real intenção e o verdadeiro simbolismo desta celebração, por este motivo, Maia afirma que esse era seu natal, o natal do verdadeiro homem amazônico e não uma cópia mal feita dos novos padrões consumistas importados de fora.

A busca por uma remissão dos seus erros não é mais a maior preocupação desta nova celebração, o autor faz uma evocação aos elementos da modernidade mostrando como estava transformando as relações sociais, quando ele refere-se a riqueza e o ornamento da árvore de natal, a luz elétrica e os brinquedos representados como pombos de pratas, essas palavras revelam uma problema que, segundo Williams (2011), está justamente em delimitar aquilo que provém da natureza e aquilo que não é natural, dentro da literatura burguesa. Neste sentido é possível aferir que Maia estava justamente criticando um dos maiores dilemas da modernidade: até que ponto pode-se mensurar o condicionamento que a natureza ainda exerce sobre o homem. Com a predominância do materialismo e do pensamento humanista torna mais difícil compreender o que seria esse condicionamento.

No trecho Maia afirma qual seria a verdadeira árvore de natal:

“-Dando-te o sonho e a crença, dou-te tudo. Ao seu fulgor, erguerás a tua Arvore da Vida: à sombra de seu galhos e à sipidez de seus fructos, sentirás a passagem dos dias, como aguas corrente entre bambuaes que se abraçam em abóbodas, num fim de estio maravilhoso... Abriste as pupilas ao mundo, e ao teu berço era escuro. Construíste o teu edificio pedra a pedra,

⁵¹ MAIA Op. Cit. p. 61.

sem amparo de um braço, sem um arrimo de uma palavra. Na escalada pela montanha ingreme, ainda sofrerás: gotas de suor, como perolas, envolverão tua cabeça de uma fulgido diadema. Que queres? A sorte tece de paina o leito de alguns para abandonar outros à borda dos abysmos. Em compensação, tens o condão do sonho. Sonha, e tudo fulgirá no chãos e na treva, luarizando o teu caminho. Levantarás assim a tua Arvore de Natal, alongando pelos annos afóra os galhos robustos e amenos, a cuja sombra poderás viver⁵².

O tom de engajamento social é retomado, o autor conclama a sociedade intervir e deixar de lado a passividade em relação as transformações sociais recorrentes, nota-se uma crítica a sociedade urbana, que experimentou uma surto de riqueza e desenvolvimento no período áureo da borracha, mas que foi obtido graças ao árduo trabalho do homem do interior.

A forte evocação aos temas religiosos presente nesta e em outras obras do autor reflete a construção de uma imagem de místico que foi oportunamente manejada para o plano político. Segundo Ramos (2010), o misticismo e a religiosidade presentes em Álvaro Maia, deixam transparecer em seus versos sua intencionalidade política, conclamando o povo para uma guerra santa (como uma espécie de missão divina) para se manifestar e retirar o povo desta prisão na qual ele se encontra – a miséria.

Segundo Miceli (1979), a relação entre a igreja Católica e a política na primeira metade do século XX é interessante pois reflete as inúmeras tentativas da igreja de recuperar o status de sócios privilegiados do poder político que haviam desfrutado até a queda do Império, mantendo uma posição semelhante em relação ao regime Vargas. Eles se sentiam ameaçados com as reformas educacionais do governo que importavam métodos pedagógicos inspirados no pragmatismo, com o risco de gerar uma sociedade profundamente humanista, daí a necessidade de expandir sua ação para o ensino, a produção cultural e o enquadramento institucional dos intelectuais. Essa postura mais ativa da igreja Católica, bem como de seus intelectuais simpatizantes⁵³, parte de um

⁵² MAIA. Op. Cit. p. 62.

⁵³ Somente no final de sua vida na publicação do livro *Nas Tendras de Emaús* (1967) que Álvaro Maia apresenta uma postura mais crítica em relação a Igreja Católica, aproximando-se da doutrina kaderista, no entanto, apesar dessa mudança seus registros biográficos revelam relações estreitas entre o autor e vários representantes do clérigo na região, este assunto desenvolveremos adiante.

direcionamento do Vaticano promulgado pelo Papa Leão XIII, de que a igreja deveria manter uma postura mais ativa em relação ao problemas sociais.

Neste sentido, Maia conclui:

Amanhã, quando te curvares ao ventre da terra, em gestos de filho carinhoso, fitarás tudo, agitando milhares de recordações, que te embalarão para o sonho supremo com uma doçura e uma bondade vindas do céu. No entanto, ellas vêm do passado. E, levantando os olhos pasmos de saudade, abençoarás os pasmos de saudade, abençoarás os pomos duradouros de tua Arvore de Natal, penduraste, dia a dia, à ponta de ser verdes ramos tremulos... Aqui,- quanto é lindo este fructo!- é uma lembrança de amor: uma supplica, uma lagrima, um beijo, um adeus,- um cyclo de angustias. Alli, - um recanto de floresta, ainda beijos... e o pecado. Mas não falemos nisto. Natal é sagrado, e comove. Olha aquelles galhos em que o verde é mais tenro, um verde de folhas novas. E uma caricia mais doce, amis pura, talvez de noiva ou de mãe. Sonha! O acaso se manifesta pelas oportunidades felizes. Nunca deixes de tornar uma ilusão em realidade⁵⁴.

Álvaro Maia deixa revelar sua inconformação com a realidade social, no interior não havia as facilidades, belezas e modernidades da cidade moderna, todavia, havia a inocência e firmeza de convicções que para o autor são características excepcionais, exaltando o homem interiorano, o seringueiro, que em meio as precariedades encontram soluções para enfrentar os problemas, assim a sociedade deve se espelhar na dureza e ao mesmo tempo a sensibilidade destes homens que enfrentam sem titubear os problemas e as transformam a seu modo.

O autor cita a ilusão como uma estado que deve ser provisório e nunca permanente, o novo modo de vida capitalista trouxe para a região uma falsa ilusão de prosperidade e desenvolvimento, falsa pois não conseguiu atingir todas as camadas da sociedade e breve, mais ainda assim deixava poucos bravos e corajosos a insistirem em permanecer nesta região. Com o fim do período áureo da borracha, muitos grupos sociais que se aventuram a tentar explorar a borracha desapareceram, iludidos com a possibilidade de enriquecerem nessa região. Para esse grupo o autor critica por virem seduzidos por essa ideia de prosperidade e ao primeiro sinal de crise abandonarem a região.

⁵⁴ MAIA. Op. cit. p.62.

Ele compara esse primeiro momento do ciclo da borracha como uma grande ilusão, sendo simbolizada por esta celebração e corporificada pela árvore de natal, como o elemento máximo desse novo momento de prosperidade, contudo, diante da realidade de crise, não se pode manter uma postura passível de seduções ideológicas visto que a própria realidade social exigia uma transformação. O seringueiro é então exaltado, como o representante que melhor retrata essa capacidade de transformação da realidade, o autor conclama que a sociedade reaja transformando a sua realidade, transformando a crise em oportunidade.

Colhe-a sempre, onde quer que te encontres; transforma em beleza os menores factos e as menores scenas. Todo homem póde construir, dentro de si proprio, a sua Arvore de Natal. Tens sonho, e sonho é ouro⁵⁵.

Durante as décadas de 1920, o Amazonas encontrava-se em uma crise política e econômica, facções políticas locais estavam descontentes com os grupos que se revezavam no poder, segundo Ramos (2010), o governador Cesar do Rego Monteiro, foi empossado mediante manobras políticas, enfrentando um governo em pleno processo de desvalorização da borracha, principal produto agroexportador do estado, além de sofrer com o descaso do governo central. Diante deste contexto, o governo permanecia mantendo uma política paternalista para com seus aliados na capital e no interior do Amazonas em detrimento da realidade social do resto da população amazonense.

Álvaro Maia surge como uma liderança, apta a representar os ideais de mudanças, que os setores oligárquicos espriados do poder ansiavam, ao passo que sua figura de escritor e poeta místico conferia-lhe a condição de líder intelectual garantindo assim o carisma necessário para uma possível consagração política, no ano anterior a publicação deste conto Maia proclama no Teatro Amazonas seu mais famoso discurso: *Canção de Fé Esperança* (1922), a partir deste pronunciamento o líder místico se consolida e o poeta passa por um processo/ritual de *iniciação política*, isto é, a partir deste momento, começou a inteirar-se da lógica do campo político, manejando a prática do dizível e do que é pensável dentro desse microcosmo social peculiar que é o campo do

⁵⁵ MAIA. Op. cit. p. 63.

poder. Neste sentido, Álvaro Maia passa então a tomar o cuidado ao tecer críticas, a fim de que não se colocasse em uma situação desconfortável ante as elites conservadores do estado.

O conto revela a intencionalidade de Álvaro Maia em construir uma auto imagem de porta-voz capaz de assumir os postos de representação destes setores, ao mesmo tempo em que tece críticas tomando o cuidado de “desagradar” determinados setores dominantes e para este objetivo a linguagem do Simbolismo surge como um instrumento muito eficaz para o autor elaborar sua crítica social. Quando ele afirma que todo homem pode transformar seus sonhos, está conclamando a população a uma reação em relação ao contexto político deste período.

Segundo Paiva (2007), o clima de inquietação intelectual e política que cercava o começo do século XX, não repercutia apenas na Europa e nos grandes centros culturais brasileiros, mas também refletia na Amazônia, no qual muitos jovens intelectuais transformavam o Simbolismo na primeira opção para demonstração do desagrado em termos literários. Em relação às crises econômicas, convinha uma postura de renovação mais ampla que atingira inúmeros setores da sociedade, daí o apoio a rebeliões seja de forma direta ou indireta, tais postura dos jovens intelectuais amazônicos nos quais podemos destacar além de Álvaro Maia, Abiguar Bastos, entre outros

No ano de 1924, ano da publicação deste conto, ocorre em Manaus um levante armado encabeçado por um grupo de militares, fruto de um profundo descontentamento de diversos setores da sociedade amazonense em relação ao contexto político da época e o processo de sucessão eleitoral. No entanto, alguns grupos civis apresentam um comportamento ambíguo ao se mostrarem solidários ante o motim realizado pelos militares, sem contudo, que sua posição se mostrasse desfavorável aos interesses do governo central; assim, muitos opositores ligados à facção dos Nery, dentre os quais podemos citar o próprio Álvaro Maia, manifestaram apoio aos revoltosos, fosse em suas publicações em jornais, fosse em discursos pronunciados.

2.3. O lugar da região amazônica na obra de Álvaro Maia

A Amazônia imprime uma série de perspectivas e contrariamente ao que se imagina, a região não foi descoberta, mas inventada pela historiografia greco-romana a partir da construção da Índia (cf. GONDIM, 2007, FREITAS PINTO, 2008). O Oriente sempre exerceu fascínio sobre o pensamento Ocidental como um lugar de encantamento e possuidor inúmeras riquezas. Neste sentido, o pensamento ocidental consolidou o desenvolvimento das noções de democracia, liberdade individual e sociedade civil em contraposição a ausência da geografia política e social oriental. As Índias foram retratadas principalmente durante o século XIX, por este motivo a visão encantadora pela Índia revela que apesar de toda a sua beleza e poesia, tal sociedade não se desenvolveu no sentido de assumir a força da razão para organizar e administrar a vida e as coisas do Estado, determinando assim incapacidade desse povo que lhe conferia a condição de servidão e degradação.

Tal ideia, norteou as impressões dos primeiros viajantes da Amazônia e criou as primeiras impressões sobre raça, maravilhas e monstruosidades indígenas, a natureza, o progresso entre outros. Somente com a borracha começa a surgir a inclusão da região como fornecedora dos mercados europeus e norte-americanos. Em contraposição a essa ideia, surge uma série de autores que acreditavam que a valorização do elemento regional e do indivíduo da região eram os agentes mais capazes de transformar a região, na medida em que desconstruíam as pechas deterministas.

Segundo Rosa Brito (2001), Álvaro Maia descreve o viver e o fazer do homem amazônico. É interessante salientar, que Maia faz parte dos intelectuais que pretendem construir outra ideia de Amazônia, diferente da ideia consolidada de que a região é carregada de exotismo, selvagem e inóspita. Ao abordar a temática da borracha, ele pretende construir uma Amazônia que possui condições suficientes para o seu desenvolvimento, através do investimento no indivíduo, que conseguiria a adaptação e por isso seria capaz “domar” este meio. Como podemos confirmar através da afirmação de Maia de que suas obras são fruto dos relatos de pessoas que viveram o ciclo, desde seu apogeu até seu declínio, passando pela desconfiança em relação ao segundo ciclo.

A ênfase na borracha e a riqueza de detalhes de suas descrições sobre a Amazônia são transpostas para sua missão política. Álvaro Maia não acreditava que o papel do intelectual era apenas descrever a realidade social.

Era necessária uma atuação efetiva para que houvesse uma mudança na realidade social. Como testemunha ocular do apogeu e do declínio da borracha, ele compreendia que era necessário ser também um homem de ação, para de fato desenvolver a Amazônia.

Contudo, ele era consciente do fato de ser apenas um representante do interior salientando a importância de sua origem e da potencialidade da região em suas obras. Para obter a consagração política, era necessário apreender os mecanismos e dinâmicas do jogo político, e por este motivo ele construiu uma rede de relações para obter o reconhecimento entre os pares políticos.

Outro ponto importante com relação a construção da ideia de Amazônia em Maia, segundo as descrições feitas em sua obra literária e reforçada em seus discursos políticos, o primeiro apogeu da borracha deu-se exclusivamente a esforços individuais dos verdadeiros desbravadores, o seringueiro, não havendo, jamais, um ordenamento oficial. No livro *Defumadores e Porongas* (1966), o autor revela o processo de fixação do homem no solo amazônico, vencendo as doenças, estabelecendo-se nos beiradões e enfrentando as forças das águas, que são as verdadeiras estradas nesta região:

O remo, a vela e o motor impulsionaram a marcha para o interior amazonense, em capítulos lentos, do oceano às fronteiras, durante os vários anos de penetração extrativista. Foi uma conquista pelas águas, remando ou com os velames ao vento⁵⁶

Desbravamento do interior da Amazônia constitui-se de uma silenciosa vitória do brasileiro anônimo, que não obteve o apoio oficial, sendo direcionado apenas pelo desejo de conquista (BRITO, 2001). Por este motivo, sua atuação política seria no sentido de dar um caráter sistemático e racional a essa produção extrativista, e protegendo de fato os verdadeiros agentes desse desenvolvimento, o seringueiro.

Segundo Neide Gondim (1999), Álvaro Maia ao relatar o meio amazônico incidindo sobre os personagens, não o faz sob uma rigidez em um fatalismo naturalista, o realismo de Maia transforma os desbravadores desta região saudosos de sua terra natal, que graças a Mundo Novo modificam suas vidas de aventuras e atropelos, sem as mesmices do cotidiano no agreste nordestino.

⁵⁶ MAIA, 1966, p. 30.

Álvaro Maia não apresenta um discurso determinista. O autor apresenta em sua obra literária e em seu pensamento político uma heroificação ao caboclo seringueiro, desconstruindo a ideia de indolência e covardia (LIMA, 2009). Maia se diferencia de outros autores do ciclo ficcional da borracha por não focar no aspecto negativo da incidência do meio amazônico na formação do povo, o meio não é tratado a partir da ideia do infernismo. Álvaro Maia descreve de forma muito clara a violência e a espoliação, que seriam fruto de uma sociedade em formação. Álvaro Maia, assim como Arthur Cezar Ferreira Reis, sendo este último secretário de Educação no governo de Maia, acreditava que estes comportamentos concupiscentes são fatores naturais de um processo de colonização ou de uma sociedade em formação.

A ideia de que o Brasil é pobre é uma construção relacionada ao processo de desenvolvimento do sistema capitalista, onde ao longo da nossa história a formação da sociedade de classes e as relações de trabalho capitalistas, nas quais as classes dominantes sempre impediram a consolidação da democracia e da cidadania, criando assim a concepção de que o povo brasileiro, não era vocacionado a questões de âmbito público e interesses coletivos, daí a ideia de atraso e primitividade. A Amazônia é um exemplo dessa pobreza e atraso, neste sentido é necessário identificar o ponto em que a percepção sobre a região não se desenvolveu como “sociedade civil”, que segundo o autor são os elementos básicos para que a região pudesse ter de fato uma “sociedade” ao molde da modernidade e da racionalidade capitalista urbana (FREITAS PINTO, 2008).

Neste sentido, para compreendermos o processo de construção da ideia de Amazônia em Álvaro Maia, convém nos debruçarmos em um breve levantamento sobre a representação da região amazônica na formação do pensamento social e na literatura.

Gondim (2007) mostra que desde os relatos dos primeiros viajantes a região era retratada como fantástica, com povos estranhos, a fonte da juventude e de riquezas, todavia essa percepção vinha carregada das mitologias clássicas, tais como as indianas e as greco-romanas que descreviam a Amazônia como o Novo Mundo.

Assim a busca de riquezas e do *Éden* instigavam as novas expedições em busca do El Dorado, e outros mitos. Neste contexto, muitos relatos estavam

impregnados das noções de *paraíso*, acreditando que havia um paraíso igual ao descrito na bíblia, o jardim do *Éden*. O *inferno* também surge nesse contexto no imaginário sobre a região, devido ao processo de choque etnocêntrico entre os colonizadores europeus e as populações nativas, essa noção de *inferno* toma novos contornos anos depois, se ligando a própria floresta, tema que será retomado na produção do pensamento social séculos depois, no qual Álvaro Maia aparece um crítico ferrenho sobre esse estigma. Como ele afirma no soneto Paraíso Verde encontrado no livro *Buzinas dos Paranás*⁵⁷ (1997), que faz uma coletânea de sonetos e poemas produzidos por Maia ao longo de sua vida:

Paraíso verde! Verde em várzeas e ladeiras,
Possuis, como exceções abertas ao porvir,
Praias, campos gerais, queimadas e clareiras.
No entanto, quanto dói, no verde sem fronteiras,
Ver a árvore tombar, ver a floresta ruir...

Nas queimadas sem-fim, caem a folha e a flor no
Palude: enfrenta o galho o sol, a morrer de
Febre- pulso que expela a combustão de um forno,
O lobo é verde , a espuma é verde, a morte é verde.

Paraíso! Em teu inferno é verde a luz da aurora...
Verde a esguia palmeira, abrindo-se em troféus.
Mas no verde triunfal, que exuberava em pletora,
A água atinge o seu apogeu, no ardor de quem devora,
Destrói as plantações, ameaça os próprios céus...⁵⁸

Note nos versos (01 e 10), os termos *paraíso* e *inferno* não são para Maia a fonte de destruição e atraso da região, ele faz uma contraposição através da linguagem simbolista e parnasiana, no lugar da ideia de *inferno* e *escuridão*, abre-se o espaço para a luz de um novo tempo. Assim, o autor pretende afirmar que a região é repleta de possibilidades para o desenvolvimento e para a modernização.

Na revista *Redempção* (1924), Maia inspirado na ideia de *inferno verde* desenvolve uma crítica elaborando a ideia de *paraíso verde/eldorado verde*, a partir da justificativa que o Amazonas não poderia ser concebido com um *inferno*, visto que não é um cárcere que prende todo aquele que pretende adentrá-lo. Entretanto, por se tratar de um lugar onde habitava um povo simples, se tornou

⁵⁷ MAIA, Álvaro. Buzina dos Paranás. Manaus: Ed Sergio Cardos, 1958. p. 37.

suscetível à entrada daqueles “desbravadores” que na intenção de dominar, defraudaram a moral deste povo. Essa ideia vem de encontro com a percepção de estado de natureza elaborada por Rousseau, no qual o estado pré-civil era um estado puro, um estado de inocência, e foi justamente com o surgimento da propriedade privada que surge a ganância e a corrupção do homem.

A própria condição do solo que outrora seduziu estes *tarados* irá fulminá-los. Para Álvaro Maia, é impossível conceber a ideia de que o Amazonas levaria à morte todo aquele que tentasse desbravá-lo, pois quando destaca o papel do seringueiro, aquele que penetra a selva, derrubando-a para construir os primeiros sinais de civilização, consegue, apesar de se encontrar em pleno estado de solidão, consegue modificar a paisagem, demonstrando um primeiro esboço da vitória do homem sobre a natureza.

Neste sentido, esse *paraíso verde*, através da atividade solitária do seringueiro encontramos um traço mesmo que embrionário da nacionalização do brasileiro. Para Álvaro Maia são justamente estes pequenos gestos de homens simples que levarão o progresso aos lugares mais longínquos do Brasil.

A Amazônia nos séculos XVI e XVII era a terra das possibilidades, por este motivo provocava tamanho interesse. A ideia de Amazônia surge diante de um contexto de modernização da sociedade europeia, todavia a mentalidade desse europeu ainda estava enraizada no pensamento medieval como afirma Gondim (2007, p. 97): “[...] diante do rio e da mata amazônicas, quase genericamente, nenhum se isentou de externalizar sentimentos que variavam do primitivismo pré-edênico os infernismo primordial”

Segundo Freitas Pinto (2008), pensadores naturalistas como La Condamine e o padre João Daniel, pioneiros em inventariar a Amazônia, acreditavam que os povos nativos eram débeis e apáticos, devido a sua inaptidão e inadaptabilidade ao meio, por este motivo não teriam condições de serem os agentes responsáveis para o desenvolvimento e modernização da região.

Essa visão sobre a Amazônia surge inspirada nas ideias de Buffon, a respeito de diferenças entre climas e localização geográfica sendo estes fatores de diferenciação entre o comportamento, temperamento, índole e capacidade inventiva das população do mundo. Neste sentido, o clima inóspito determinaria a debilidade do povo amazônico e o contato com as populações europeias

auxiliariam-nos na assimilação de alguns valores da civilização e assim sairiam da barbárie.

Alberto Rangel e Euclides da Cunha, autores do início da Primeira República, ainda sob forte influência do determinismo europeu e do darwinismo social, elaboram uma nova perspectiva sobre a relação homem e natureza. Rangel com sua obra ficcional *Inferno Verde* (1908), e Cunha publica uma série escritos jornalísticos e crítica social, que posteriormente foram compiladas no livro *Paraíso Perdido: Ensaios Amazônicos* (1976). Esses autores incluem um elemento novo para a compreensão da região amazônica: o caboclo. Segundo Euclides da Cunha, assim como o sertanejo no nordeste, o caboclo seringueiro seria o agente mais capacitado, para o projeto de integração nacional. Para Alberto Rangel, no entanto, essa percepção é fortemente ambígua, pois fica claro em alguns trechos de sua obra a capacidade do homem nativo de se adaptar as condições naturais e em outros trechos, há um reforço da ideia de subjugação as condições impostas pelo meio.

Todavia, não se deve esquecer que esses autores apesar de serem influenciados pelas “ideias vindas de fora”, estavam inseridos num contexto político e social de patriotismo e construção de um projeto nacional, daí a ênfase no elemento nativo, como o agente capaz completar o projeto de construção da identidade nacional:

Percebe-se a valorização do nativo: é ele o elemento moderador, o que limita o conflito. O ribeirinho, abrigado em torno dos lagos, consegue afastar-se da corrupção representada pela força do comércio da borracha. Assim, o nativo da Amazônia é colocado como elemento fundamental na construção do tipo brasileiro (BUENO, 2002, p. 60).

Na década de 1930, Gilberto Freyre ao lançar o livro *Casa Grande e Senzala* (1933), parte da perspectiva de uma existência simbiótica entre a natureza e o homem, onde o processo de adaptação e/ou assimilação deram elementos para uma relação harmoniosa entre homem e a natureza. Como afirma Bastos (2014, p. 43): “A natureza influi sobre o homem e a cultura humana altera a natureza, muitas vezes de modo profunda”.

Essa nova mudança na ideia de Amazônia ressoa na obra e no pensamento alvareano no sentido de compreender que não foi o sistema extrativista, ou a inaptidão sob as condições geográficas os motivos do atraso

da região. Segundo Tereza de Sousa Ramos (2012), autores como Araújo Lima e Leandro Tocantins, já argumentavam sobre a impossibilidade do meio geográfico e o clima, alterar o comportamento humano, visto que o homem não é uma máquina inerte. Neste contexto, Leandro Tocantins afirmava que a região amazônica não havia ainda construído uma cultura econômica que criasse elos com a nação, não por culpa do homem ou da natureza, segundo o autor haveria várias atividades que sendo bem administradas poderiam propiciar o desenvolvimento da região. Neste sentido, a fragilidade ou não fixidez da economia amazônica se deu somente pelo fato de a região se deter em um único produto.

Mario Ypiranga Monteiro (1976), partindo desta ideia, afirma que o panorama socioeconômico do ciclo da goma elástica diverge de outros ciclo extrativos no Brasil. No caso do ciclo do cacau houve uma fixidez através da implantação e não pela transplantação. A economia do cacau é a representação legítima da expressão do sedentarismo burguês, o homem médio burguês. Através da construção da casa grande, como muitas janelas e confortável, uma representação da nacionalidade. Já o panorama social oriundo da economia da borracha surge como algo diferente e perturbador. Os barões da borracha não se fixaram ao solo, apresentando costumes fortemente urbanos, enquanto que o outro, o fazendeiro, produzia não apenas o cacau, mas tinha em sua propriedade pequenas criações e plantações para o consumo doméstico e isso lhe dava um sentimento de fixação à terra. Assim, outros personagens surgem no cenário gomífero e também não apresentam essas características de fixidez, pois sempre estão em constante transitoriedade - o guarda-livros, o caixeiro aviador, o seringueiro, todos esses personagens não cultivam tradições que lhe confeririam raízes, ao contrário do sedentarismo da feitoria do cacau.

Outro ponto que destaca essa falta de fixidez está relacionado ao próprio ofício do seringueiro, diante de um cenário que o prende a um isolamento prolongado. Este homem acaba por perder a satisfação pela vida, retirando-lhe o sentimento de dignidade moral, condicionado ao sofrimento, gera um inconformismo assim como a descrença de encontrar no Vale Amazônico um paraíso que o faça esquecer das tristezas do sertão.

Enquanto o coronel cacaulista é patriarca e conservador, religioso e saudavelmente ponderado nos gastos, o coronel ou o barão da borracha é femeeiro, político famanado, republicano sem saber por quê, meio ignorantaço e rude quando não é totalmente, gastador inconsequente (MONTEIRO, 1976, p. 129).

Neste contexto, os estudos sobre a região amazônica, criaram novos contornos, nos quais os pensadores da região, durante o período de 1920 a 1950, dariam maior ênfase ao elemento regional. Esses intelectuais faziam parte de um projeto de construção da visão “nativa” sobre a região, na qual Álvaro Maia surge como referência intelectual, em especial para o campo intelectual local (PAIVA, 2002).

Assim a Amazônia ainda exercia um ambíguo processo de encantamento ligado ao *Édenismo* e ao *infernismo*, todavia o discurso regionalista ao enfatizar determinados traços, elementos, típicos de uma regionalidade, atrelados às ideias de adaptabilidade do homem com o meio natural, formavam agora a ideia de cultura amazônica ou cultura cabocla.

Neste sentido, a Amazônia passa a fazer parte do pensamento social da região, e a partir da década de 1930 a região se torna uma preocupação política, a partir do governo Vargas. Contudo, a *intelligentsia* local, já vinha desde de 1920, mobilizando um movimento de construção de uma identidade verdadeiramente amazônica. Maia surge neste contexto, como um escritor que se insere no projeto de construção da identidade amazônica, ressaltando a importância dos elementos locais para a própria construção da identidade nacional, entretanto esse posicionamento apresenta inúmeras ambiguidades, pois ele soube manejar esse posicionamento intelectual para um plano político.

Para Candido (1989), os intelectuais tomaram consciência das massas como elemento constitutivo da sociedade brasileira. Neste sentido, a consciência popular passava por um processo de amadurecimento, e ao mesmo tempo a *intelligentsia* tomava ciência disto. Esse alargamento em direção ao temas populares e os problemas sociais contribuiu para um engajamento maior por parte deste grupo não apenas no plano das ideias, mas também na ação, levando alguns representantes deste grupo a uma postura mais inclinada ao radicalismo.

2.4. Temas Amazônicos na Literatura Alvareana

Em Álvaro Maia, as descrições sobre a realidade econômica, social e política da região estão presentes em toda sua obra literária e em seus discursos pronunciados e embora escritas em momentos diferentes de sua trajetória, referem-se ao auge e declínio do ciclo da borracha.

Os livros publicados por Maia estão circunscritos a um tempo entre 1943 a 1966, marcadamente ancorados num estilo nativista e realista. Essa obra também revela um período específico da vida política de Maia que vai do fim do Estado Novo, passando pelo período de afastamento político durante a década de 1950, até início do período da Ditadura Militar, quando foi eleito para o Senado em 1966, pela legenda da Aliança Renovadora Nacional (Arena), quando falece em 1969 em pleno exercício do cargo.

Neste sentido, apesar desta contextualização histórica da obra literária de Maia, ela não se difere muito em conteúdo. Por este motivo, no presente estudo não vamos obedecer a ordem cronológica das publicações, mas uma ordem lógica, com o objetivo de compreender melhor a abordagem dos temas e de que forma reverberavam em seu pensamento e ação política.

O livro *Beiradão* publicado em 1958, trata do apogeu e declínio da borracha. Segundo Lima (2009), trata-se de um romance que apresenta uma diversificação na abordagem do ciclo da borracha, o livro apresenta as visões de mundo do autor, nas quais podemos observar que pouco divergem de seus postulados políticos defendidos ao longo de sua trajetória política. Todavia, segundo a autora o livro, traz uma espécie de proposta política de alternativa econômica para o Amazonas. Neste sentido, dava pouca ênfase ao diálogo com os outros ficcionistas da borracha.

É interessante observar que no mesmo ano de publicação do *Beiradão*, Maia também lança *Nas Barras do Pretório*, um livro que faz uma espécie autobiográfica de sua vida política, diferente do seu primeiro livro publicado em 1943, *Na Vanguarda da Retaguarda*, onde apresentou uma coletânea de crônicas políticas, onde o então Interventor aborda a Campanha da Borracha feita por Getúlio Vargas. No segundo livro de Maia de natureza política, Maia então afastado das atividades políticas e após sofrer derrota nas urnas, lança um livro auto-biográfico de autodefesa de suas ações políticas. O livro é repleto de documentos e depoimentos em seu favor.

Portanto, *Beiradão* se encaixa na proposta de Maia de recuperar seu capital político e literário perdido com o fim do Estado Novo. Entretanto, pelo fato de neste dado momento não exercer a função de político profissional há uma certa liberdade na divulgação de algumas ideias, que servem até como uma espécie de oposição aos governadores que o sucederam tais como Plínio Ramos Coelho (1955-59) e Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo (1959-63), governos populistas. Plínio Ramos Coelho tinha vínculos políticos com Álvaro Maia, porém torna-se oposição a ele sucedendo-o por uma diferença mínima de votos. Junto a Gilberto Mestrinho consolidou o populismo no Amazonas. Neste sentido, tanto Coelho como Mestrinho tentam desvencilhar-se da imagem dos grupos políticos conservadores que o próprio Álvaro Maia representava, assim apresentando-se como modernizadores do estado.

Em *Beiradão*, o seringueiro é tratado como o verdadeiro desbravador, o agente responsável pelo projeto de “conquistar” a região, adentrando os bamburrais e os beiradões, onde se estabeleciam, construindo seus barracões e fazendo plantações a fim de se estabelecerem com suas famílias. Desta forma, dava-se as verdadeiras iniciativas civilizatórias na região amazônica, segundo Álvaro Maia. No livro *Na Vanguarda da Retaguarda* (1943), primeiro livro publicado por Maia, apresenta uma coletânea de crônicas feitas no seu período de interventoria. Maia representa o seringueiro como a vanguarda desbravadora, e apesar do despontar do processo de industrialização da Amazônia, não perdeu seu papel de destaque.

O sistema de extração da borracha serviu de tema para inúmeras ficções e estudos sociológicos. Este tema torna-se uma referência para a formação do movimento de valorização do elemento nativo na literatura e no pensamento social amazônico. Temas como o mundo do seringal, o sistema de aviação, a relação entre o seringueiro e o patrão eram temas fortemente enfatizados nestas obras e foi amplamente explorado no final do século XIX passando por décadas do século XX.

O enfoque destas obras tem uma particularidade: ou enfocavam o sistema de um ponto de vista macro, ou sob a relação entre o seringalista e o seringueiro. Segundo Lima (2009), o enfoque dado ao tema acentua mais um ambiente do que outro. Para a autora a abordagem do ciclo da borracha ressaltando o *infernismo* do processo extrativo, reforçando a exploração da

região e a exploração da tragédia humana em torno da relação de trabalho entre seringalistas e seringueiros. Como ele afirma no trecho do livro *Beiradão*, “[...] o proprietário não pagava os saldos, furava as meninas impúberes, enfeitava os seringueiros, principalmente com dívidas, eram os juros de mora”.⁵⁹

O tratamento dado ao seringueiro, gira em torno da submissão e subserviência em relação ao patrão e a barbárie daqueles homens que sem valoração alguma sucumbem a sedução da possibilidade de riqueza através do ouro negro. Ainda no mesmo trecho do livro Álvaro Maia afirma: “o cangaço daqui é revolta e tragédia”⁶⁰, referindo-se a ideia de que nesta região as relações entre os patrões e os empregados são pautadas por leis próprias, que às vezes beiravam a selvageria.

Os brabos como são denominados os seringueiros novatos e os mansos os seringueiros experientes, reforçavam a construção dos estereótipos que brutalizam esses indivíduos. Álvaro Maia, além do tom realístico que muito se assemelha às abordagens anteriores sobre o seringueiro, traz como novidade a esse tratamento o argumento de ser apenas o narrador das experiências vividas por eles, ao afirmar que os seringueiros que ele trata em sua obra fazem parte das histórias recolhidas ao longo de trajetória, sendo ele mesmo um filho do Madeira (referência a sua região de origem em Humaitá).

Álvaro Maia revela uma intencionalidade ao assumir o papel de narrador das histórias publicadas nesses livros e se coloca na condição de porta-voz das camadas mais populares eximindo-se assim de inúmeras acusações que vinha sofrendo sobre sua atividade política. Afirmava no livro *Nas Barras do Pretório*, publicado em 1958: “Quando tomba um governante, vencido por adversários nos embates eleitorais, iniciam-se a execração e a cremação. [...] Imagina-se a situação de um ex-governante sem trincheiras defensivas”⁶¹

Quando ele se coloca na condição de apenas um narrador e compilador das histórias, ele assume uma condição de proximidade com o seringueiro, neste sentido ele se exime da acusação de ser apenas mais um dos intérpretes do *infernismo*, no qual tanto seringueiros como seringalistas fazem parte por serem os únicos degenerados ao ponto de se submeterem a essas condições inóspitas

⁵⁹ MAIA, Álvaro. *Beiradão*. Manaus. 2º ed. Manaus: Valer/UA, 1999. p. 120.

⁶⁰ *Ibidem*. p. 121

⁶¹ *Ibidem*. p. 14.

em busca de riquezas, movidos pela mais vil paixão mundana. Como justificou na introdução do livro *Gente dos Seringais*⁶²:

Ouvi as narrativas dêste livro, dedicado aos seringueiros, atendendo a uma dessas buzinadas, que traziam, nas modulações, a poesia dos paranás largos engarçados nas distâncias.

Prometi reduzi-los a escrito, na própria linguagem simples dos domadores de rios, quando relatavam a ferocidade das tapioras, de pés de burro e mãos de onça, e dos janaís vermelhos, furtando crianças nas rêdes das barracas.

Tentei realizar o que vocês me pediram, seringueiros de "Goiabal". Linguagem que a gente entenda, mesmo sem saber ler. As narrativas obedeceram a tessitura ductil dos narradores, fugindo, quanto possível, ao "latim do padre e do advogado", que a gente da roça tolera na missa e no júri. Modifiquei também, os motivos e o colorido das tragédias passionais, declamadas em gesto e períodos fesceninos.

Elas vos pertencem, porque vossas, e eu fui um mero compilador, substituindo, às vezes, nomes de lugares e personagens.

Essas relações de trabalho se estabelecem de modo distinto, mas complementares, diferente dos barões da borracha, mais ligados às cidades de Belém e Manaus. Revivendo o luxo e ostentação das grandes metrópoles, os seringalistas abordados também fazem parte do cenário do seringal e criam junto com o seringueiro um *modus vivendi*. Todavia, essa relação era marcada por um regime que beirava a escravidão como ele retoma no livro *Beiradão*:

Os patrões conservavam rigoroso segredo sobre os preços, numa época sem telégrafo e navegação. Não explicavam o preço das cotações, como os dos gêneros principais que vinham de Manaus, acrescidos de fantásticas despesas nos trajetos pelo rio, adicionando-lhe de 100% a 200%. Não tinham direito a passagens nos batelões, nem favores de medicamentos, mesmo adoecendo em serviços de campos ou expedições a seringais inóspitos⁶³.

Álvaro Maia quando aborda os dois personagens em seu romance em outras obras, ressalta os aspectos da adaptabilidade deles ao meio. Partindo da noção darwiniana de seleção natural, a dicotomia manso e brabo já reflete como esse processo de seleção natural já invadiu a imaginação literária e o próprio imaginário popular, quando se pensa nos grupos sociais envolvidos neste

⁶² MAIA, Álvaro. *Gente dos Seringais*. Rio de Janeiro: Bosol, 1956. P. 13-14

⁶³ MAIA. Op. cit. p. 104.

processo, assim a ideia de que somente os mais fortes e mais aptos conseguiriam se adaptar às florestas, os igarapés, os braços do Madeira aparecem de modo bem delimitado nos relatos de Maia.

Todavia, como pertencente ao movimento nativista, Maia não partiu da perspectiva de que os agentes mais aptos seriam apenas pessoas vindas de fora, partindo daquela ideia raciológica de que as raças brancas desenvolvidas e civilizadas seriam as mais aptas para dar cabo ao projeto de desenvolvimento da região.

O sofrimento forja o espírito e a autonomia do norte. Até lá, morrerá muita gente por estes igapós. Muita gente também ficará, abrindo seringais, varadouros, constituindo famílias. E ainda se queixam dos brabos, que são desordeiros, que trazem facas, que praticam assassinatos...Crêem em Deus e Deus os perdoará!⁶⁴

Segundo Leandro (2014), o ciclo da borracha impulsionou definitivamente o interesse pela região amazônica, inclusive na literatura, ou seja novos interesses pelo Norte, através da identificação dos processos de modernização, ruínas, conflitos, dramas humanos, ampliando assim o sentido de nacionalidade brasileira a partir do olhar amazônico.

O seringueiro é abordado por Álvaro Maia a partir de um enfoque de heroificação. Em sua poesia o seringueiro heroificado é comparado à mitologia grega através da figura de Hércules. No entanto, não devemos esquecer de que a valorização da figura do seringueiro sempre fez parte do programa político de Maia, portanto, apesar de enfatizar o processo de adaptabilidade entre os brabos e os mansos, ele ressaltava que esse processo não era apenas um condicionamento ambiental, mas uma ausência de investimentos e assistência política. Em sua trajetória inicial, o seringueiro hercúleo não tinha o principal motivo de luta as condições inóspitas, nem a falta de investimentos tecnológicos por parte dos comerciantes, mas ele atribui como principal causa para a desvalorização do seringueiro a falta de assistência política em que os seringueiros extraíam o látex.

Outra ideia relacionada para enaltecer essa força do seringueiro está ligada a força do aço, comparando a força humana com aço, um dos metais mais

⁶⁴ MAIA. Op. cit. p. 104-105.

fortes e resistentes. Segundo o autor este tipo de força foi fundamental para sua contribuição na construção da nação brasileira. No entanto, a origem da força do seringueiro, na qual faz referências a Hércules e ao aço, também estão ligadas e elementos étnicos, entre os quais ele destaca a contribuição do índio, como afirma no trecho do livro *Na Vanguarda da Retaguarda*: “brota com a resistência do aço, e embora provindo de outros elementos étnicos de conquista, parece com o índio, que pouco fala e age sempre”⁶⁵

Além do seringueiro enaltecido por sua força e bravura, Maia critica a relação de alienação entre o seringueiro e a propriedade privada, pois o uso da terra não lhe permite um sentimento de pertença, visto que não são os detentores dos meios de produção, a estes seringueiros apenas o uso de sua força de trabalho, comparado pelo autor com os titãs da mitologia grega como encontramos no poema *Jangada de Cedros*, publicado no livro *Buzinas dos Paranás*⁶⁶:

[...] onde a levais, bebendo horizontes,
Na sucessão das águas,
Seringueiros-titãs de brônzeas frentes?
Entre ribas azues e grandes águas
E com a saudade a uivar nos horizontes,
A jangada de cedros, no Amazonas,
Vae para longe,
Muito longe.

Tal relação entre o seringueiro, os rios e floretas expressa também a realidade de expropriação na qual este trabalhador faz uso da terra, no entanto com a delimitação da propriedade privada o seringueiro não encontra um lugar para si. Neste sentido lhe resta o lamento de ser uma parte essencial do sistema sem porém encontrar um espaço legitimamente seu.

No período da publicação do *Beiradão*, Maia com uma carreira política já consolidada, estava passando por uma espécie de “exílio político”, e já não podia atribuir a culpa ao descaso os grupos políticos do passado. No entanto, apesar de atribuir para si uma *mea culpa* em relação ao seringueiro, ele aborda a vida no interior através de apadrinhamentos, manobras políticas, disputas e

⁶⁵ MAIA, Álvaro Botelho. *Na Vanguarda da Retaguarda*. Manaus: DEIP, 1943. p. 293.

⁶⁶ MAIA. Op. cit. p.79.

abusos de poder, isso reflete o tempo político em que Maia publica esse romance, período em que estava afastado das atividades políticas.

Diante de um contexto de instabilidade política, com o fim do Estado Novo e período de redemocratização, podemos observar em Álvaro Maia o processo de interdependência entre a arte/literatura e política, pois são duas dimensões diferentes que se entrecruzam ao atingirem diferentes dimensões da vida humana (CHAIA, 2007). Isso se dá porque os sujeitos, perante os desafios presentes nas relações sociais, tais como as crescentes mudanças da modernidade, o fim da Segunda Guerra Mundial e a inserção do Brasil no capitalismo globalizado, procuram agir no intuito de intervir nos acontecimentos sociais através de respostas às questões com que se deparam. Para Maia, a produção literária e o engajamento político surgirem como formas de tentar compreender e transformar esta realidade.

Segundo Goldmann (1967), o processo de adaptação da realidade a partir das conveniências sociais faz com que os indivíduos tornem seus comportamentos em espécies de estruturas significativas e coerentes. Essa estrutura ocorre a partir da interação do grupo social, procurando dar respostas às suas expectativas. Assim, a criação artística torna-se uma forma significativa e articulada de expressão das possibilidades objetivas que estão nesse grupo social. Para o autor, a mediação constitutiva surge através da possível consciência da coletividade social que se encarna de forma coerente na obra literária. Neste sentido o autor afirma: “[...] criação de um mundo cuja estrutura é análoga à estrutura essencial da realidade social” (p. 195).

Podemos entender que Álvaro Maia elaborou suas visões de mundo como parte de suas experiências na vida política e na vida pessoal, que necessariamente essas mesmas visões eram compartilhadas com um ou mais grupos sociais. Isto significa que sua obra literária foi se construindo coletivamente. Os literatos são portanto, formuladores de ideias, vinculando visões de mundo que são construídas coletivamente, sendo esta a função de intelectuais dos escritores dentro da sociedade.

A partir desta ideia, compreende-se que a relação entre o texto literário e a realidade social se dá através de uma visão de mundo. Assim é necessário perceber na obra literária a homologia entre a estrutura da visão de mundo do grupo social que pertence o autor e a estrutura histórica do texto. Nesse sentido,

o autor se torna uma espécie de mediador (FACINA, 2004), pois a partir de estruturas que fundamentam as visões de mundo da obra cria-se um processo de concepção da obra literária ou artística e o espaço social mais abrangente.

No entanto, ao analisar a trajetória de Álvaro Maia observamos que essa estrutura relaciona a sua obra literária com determinadas condições de produção, dadas pela estrutura de campo literário e pelo contexto social mais abrangente em um dado período histórico. Isto é, essas condições são determinantes para compreendermos por exemplo, mudanças inclusive nas visões de mundo deste autor, ora para reforçar um *status quo*, ora para se manifestar contrário a este. Em sua trajetória inicial, Maia publicava seus poemas, crônicas e contos em jornais e em revistas, devido ao fato de que o mercado editorial ainda não ser totalmente autônomo, e as condições de vinculação e cooptação dos escritores ainda estarem ligadas à imprensa.

As estruturas sociais, literárias e políticas são constituídas por diversos atores, que de uma forma individual ou organizada coletivamente, produzem diferentes posições sociais e políticas que convergem e se opõem entre si. Assim, a estrutura social, sua posição no campo literário e no campo político está intimamente ligada a sua trajetória: os grupos sociais com quem se articulava, o tipo de público de suas obras, o modo de recepção de seus textos, etc (BOURDIEU, 1996a). No período da publicação de seus livros o mercado editorial já possuía uma consolidação diferente do que no período de sua trajetória inicial. Outro ponto importante é que durante a década de 1950, período em que ele mais publicou livros, foi também o período em que Maia sofria inúmeras oscilações políticas entre mandatos e perdas de mandatos, somente na década de 1960 que ele retorna ao cenário político com um mandato biônico.

Neste sentido, observamos que não há a prioridade de um fator sobre os outros, ao contrário, a partir da ideia de Maia como um mediador da realidade social, entende-se que o contexto sócio histórico, político e literário tanto na trajetória inicial como nas décadas posteriores revelam um processo intimamente imbricado de uns aos outros dentro da obra de arte. Neste sentido, conseguimos fugir da ideia simplista de que a atuação literária de Maia servia como uma espécie de recuperação de capital político, tanto em sua trajetória inicial, como nos anos posteriores onde já tinha uma carreira política consolidada. Segundo Goldmann (1967), as atividades intelectuais, políticas,

sociais e econômicas quando agrupadas nas estruturas de conteúdo da obra literária, possibilita estabelecer entre elas o conjunto de relações inteligíveis que a mensagem do texto mostra que são as homologias.

Isto significa que sua obra não servia apenas ao ditames de um determinado grupo. O foco do nosso presente estudo são seus livros publicados no período posterior à sua inserção na política os quais revela, também, que Maia estava preocupado em revelar os acicates e as contradições presentes no sistema gomífero. O tom realístico e de denúncia com que aborda o ciclo da borracha e as relações de trabalho entre seringueiros e seringalistas, demonstram uma preocupação muito maior do que apenas um retorno ao cenário político da região, ele estava preocupado em revelar a nação os dilemas em torno da borracha.

Em Álvaro Maia as descrições antropológicas sobre o homem dos beiradões, bamburrais e seringais, encontradas em sua obra servem para auxiliar no processo de identificação da identidade do caboclo. Fruto de um processo de miscigenação, quase sempre foi diminuído e desprezado pelos preconceitos regionais, que tendiam a ocultar essa identidade. Ao tipificar o caboclo, na obra alvareana, podemos encontrar um forte elemento de valorização regional, onde o labor junto a *hévea* seria um destino que estaria intrinsecamente relacionado, isto é, apesar de mostrar a forte presença do nordestino como na personagem de Fabio Moura ou Sedagais no livro *Beiradão*, ou dos índios através da personagem Narcisa, que aparece neste livro e em outras obras de Maia, inclusive no poema Narcisa.

Para a autora a identificação do caboclo surge justamente nos contraste com outros grupos sociais. Entre suas principais características está o fato deste homem, que seria o ser verdadeiramente amazônico, ter um contato mais profundo com a terra e com a água e por este motivo apresentava a capacidade de executar tarefas em diversos ambientes da região, ou seja uma característica anfíbia.

O desapego a atividades que não visam lucro, está mais ligado a satisfação de suas necessidades básicas. Com um temperamento tranquilo, sabe lidar com uma natureza extremamente perigosa, possui inúmeras características herdadas e adquiridas do nordestino, todavia parece mais com o índio em resistência e fixação à terra: “O homem do rio é a antítese do homem

da seca. Um caminha em função do pé e da pata, o outro vive em razão do remo e da canoa. Mas a vida com seus paradoxos, colocou um em face do outro” (BRITO, 2001, p. 105).

Em seu programa político no período do Estado Novo, já tipificava o seringueiro como o soldado caboclo, o autor usa o termo o novo seringueiro, no livro *Na Vanguarda da Retaguarda* (1943). Fruto dos primeiros desbravadores da região (primeiros seringueiros), assumirá seu papel cívico nas trincheiras da borracha, contribuindo para a segurança da Pátria e o desenvolvimento da região.

A presença nordestina é recorrente na obra de Álvaro Maia, como podemos observar em três personagens marcantes no livro *Beiradão*: Firmo Segadais, Padre Silveira e Fábio Moura, sendo este último uma importante representação sobre o seringueiro e o seringalista, pelas suas características de humanidade e a forma como trata com os seringueiros. A construção dessas personagens busca desconstruir a imagem estigmatizada ainda em Alberto Rangel sobre o homem dentro do espaço amazônico, como um produto social condicionado. Assim, com base nas circunstâncias, seja a busca aventureira por novas riquezas, seja a fuga de crises em sua terra de origem, este indivíduo foi obrigado a reaprender tudo, adaptando-se ou desaparecendo. Neste contexto, Monteiro (1976) afirma que a literatura amazonense criou uma espécie de mito em torno da participação do nordestino na ocupação da Amazônia. Houve certo exagero, pois apesar de sua inegável participação no processo de desbravamento do imenso *vale verde*, para essa região vieram brasileiros das mais diversas regiões do país, bem como bolivianos e imigrantes de outras partes do mundo.

A personagem de Fábio Moura em muito pode revelar as lutas enfrentadas no campo de produção literária. Ao fazer uma análise mais profunda da personagem, podemos entender a partir da teoria de campo de Pierre Bourdieu (1996a) que a personagem revela inúmeros antagonismos presentes no campo literário local. Neste campo seus agentes utilizam-se de diversas estratégias com o intuito de garantir sua conservação e/ou transformação. Essas estratégias presentes nas obras literárias surgem em função de um maior ou menor volume de capital simbólico. A personagem de Fábio ao longo da história é uma testemunha ocular do processo de conquista, civilização, e

estabelecimento na região amazônica, procurando meios para resistir e se adaptar as transformações econômicas, sociais, políticas e ambientais. Isto revela o próprio posicionamento de Maia, que ao longo de sua trajetória criou inúmeras estratégias para garantir sua consagração e permanência nos campos literário e político.

Nos estudos de Rosa Brito (2001) e Luciene Gomes Lima (2009), Fábio Moura é descrito pela sua resistência em conseguir permanecer no Amazonas desde o apogeu ao declínio da borracha. Todavia, o ponto central que podemos observar ao estudarmos essa personagem é a identificação com o próprio autor.

Fábio Moura nascido no Crato, estado do Ceará, estudava para ser seminarista e veio para o Amazonas trabalhar na abertura de seringais. Junto ao coronel Moreira trabalhava no recenseamento e fiscalização destes seringais. Ao adquirir um bom “saldo” retorna ao Nordeste, onde reencontra a família e os amigos, todavia já tinha sido seduzido pelos bamburrais e queria morrer nas terras amazônicas.

Ao regressar adquire um pequeno seringal e se casa com a filha de um seringalista, apesar do desejo de isolar-se nos beiradões até sua morte, atuou em atividades públicas ligadas ao processo político interiorano, no qual criava-lhe certa repulsa a determinadas práticas políticas. Esse período reflete o apogeu da borracha. Com a queda dos preços da borracha, começa o período de declínio econômico da região e Fábio sempre muito próximo dos seringueiros, que os tratava como amigos dando-lhes conselhos e lendo suas cartas, decidiu junto a sua mulher morrer naquelas terras, ao contrário de seu amigo Firmo Segadais que retorna ao nordeste definitivamente. A ideia da resistência representada por Fábio Moura, vem de encontro a uma das principais pechas políticas de Maia, ao afirmar que foi a falta de uma produção racional que levou ao primeiro declínio gomífero, como ele afirma no livro *Defumadores e Porongas*⁶⁷: “[..] o corte empobrecia as selvas entupido as estradas de seringueiras com as árvores caídas e galharias quebradas. Acontecia isso em seringais sem direção”

Partindo da ideia da própria estruturação do campo intelectual na primeira década do século XX, podemos observar que Maia manejava diversas

⁶⁷ MAIA, Álvaro. *Defumadores e Porongas*. Manaus: Imprensa Oficial, 1966. p. 207.

estratégias para sua conservação e permanência no campo. No entanto, o campo é um espaço de tensões, onde há uma constante luta entre diferentes posições antagônicas em função da conservação ou transformação do campo em si. Partindo desta perspectiva bourdieusiana ao estudar um autor específico e a produção de uma obra como de Maia podemos compreender a própria estruturação do campo intelectual deste período e a contribuição de diferentes agentes para a construção e autonomização deste campo, não esquecendo que as ingerências do espaço social mais abrangente vão repercutir no próprio campo e no projeto de criação pessoal do autor.

Segundo Paiva (2002), o movimento nativista regional surgia como uma resposta da elite oligárquica decadente, no sentido de criar uma estratégia para ainda participar do campo do poder, através da valorização do elemento nativo. Surge o movimento da *Caboclitude*, no qual Maia era um dos principais representantes. A construção da personagem de Fábio Moura em muito revela a angústia do autor em construir um posicionamento que possa atingir a dimensão subjetiva das relações humanas e do poder e ao mesmo tempo, manter uma ótica realista da própria estruturação e autonomia do campo cultural e político, assim é possível identificar essa ideia de resistência:

Não sairia apesar de tudo: esperava novos tempos através de todas as crises. O igarapé tem peixes, a ilha reverdece em canaviais, o gado engorda no campo, os porcos em pleno mato. Não iria recomeçar longe, somente porque a borracha caiu no preço. Provaria, que sem borracha, o mundo não estava perdido. Produziria de qualquer modo, para comprar café, fósforo e os gêneros essenciais. Não abandonaria tudo, só porque brabos não vêm mais, seringueiros fogem, aviamentos diminuem ou não chegam. Até no deserto Deus providencia. E aquilo, em tamanha fartura, não era um deserto. Deserto queimado, sim, viu no Ceará, na seca, sem vegetação, sem água, sem alimentação. Vento e sol queimando, chão árido, árvore sem folhas. Ali havia águas, matas, fartura. A questão seria ter fé e trabalhar. Unias, seu irmão, temperado em ferro escandido, declarava que ali permanecia até a morte. Companheiro de desbravamento, - José Brasil, Joaquim Correa resistiriam também em seus seringais. Iria chamar os seringueiros.

A primeira conta é de velho Chico Aleixo, corajoso nas explorações do Rio Preto. Nada devia e podia partir; esforçado e honesto, nada lhe faltaria por aí afora. A segunda era de Fabrício, boto do baixo Amazonas, sempre disposto a auxiliar a todos...

Riram-se Chico Aleixo, alto e magro, enrolava o chapéu de carnaúba nas mãos e olhou fixamente Fábio.

-Eu é que não vou. Para onde é que eu vou? Vocemecê não está botando para fora. Fico aqui mesmo.

-Nem eu!

-Nem eu!

Repartiram-se as declarações daqueles homens rudes, calejados na trabalhadeira tropical. Era o reverso dos grandes seringais. Queriam permanecer, correr o mesmo risco, afrontar a hora tremenda e enfrentar os temporais.

Ficariam. Evolveram as contas e se sujeitaram aos parques aviamentos; meteram-se pelos varadouros, pelos caminhos dos campos e barracas, calmos como se a crise desabasse somente em outras paragens.

Fábio abraçou os companheiros de solidão. Começaria vida mais apertada. Infância, engenho, seminário, secas, embarque, seringal, índios, Cuniã, Machado, Rio Preto, beiradão. Nova fase de luta: batizado pelo sofrimento, aceitava-o sem penitência, com uma benção do céu...⁶⁸

Ainda durante a década de 1950, surge no Amazonas um movimento *Clube da Madrugada* (1950-1960) inspirado no modernismo da década de 1920, que tinha como objetivo a mudança dos padrões estéticos, afastando-se da proposta regionalista de recuperação dos traços tradicionais que constituiriam um espécie de identidade nacional, para os modernistas era necessário uma “leitura” da realidade nacional a partir de uma perspectiva universal. Esse grupo afirmava que a literatura do Amazonas fixou-se em uma espécie de saudosismo em relação à *Belle Époque*.

Com o declínio da borracha a elite social amazonense, composta em boa parte por funcionários públicos, buscava através do jornalismo e da literatura uma estratégia para permanecer nos estamentos do poder, ao mesmo tempo em que buscava reforçar sua própria condição como elite dirigente local. O Clube da Madrugada reflete um processo de ruptura com essa ordem social, na medida que não contestam apenas os padrões estéticos vigentes, o embate era sobretudo um embate político, na medida em que este grupo contestava o próprio papel da literatura na sociedade, assim se opunham que a literatura amazonense se libertasse do papel de política literária, ou ainda que exercesse o papel de literatura para a política (SILVA, 2008).

As restrições ao surgimento de agremiações literárias já revela esse processo de controle e cooptação político ideológico. Neste sentido, o controle varguista pode se revelar através da centralização das publicações pelo

⁶⁸ MAIA. Op. cit. p. 289-290.

Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), onde podemos citar o primeiro livro publicado por Maia *Na Vanguarda da Retaguarda*, em 1943. A Imprensa Oficial do Estado também publicou crônicas do autor neste período, bem como de outros intelectuais.

Em seu primeiro livro *Na Vanguarda da Retaguarda*, publicado pelo DIP, as crônicas políticas de Maia, enaltecem a figura de Getúlio Vargas como o único condutor capaz de concretizar o projeto de Nação, projeto este que foi mal sucedido pela Primeira República, tal ideia era recorrente em seus pronunciamentos, onde ele também se colocava na condição de um discípulo que contribuiria e apoiaria neste projeto, com o auxílio do estadista: “[...] Getúlio Vargas, que nas horas da alma retorcida num horto sem consolação, não olvida um só instante a Pátria, cuja unidade salvou”⁶⁹.

Diante deste contexto, o Clube da Madrugada e os representantes do regionalismo no Amazonas tais como o próprio Álvaro Maia durante a década de 1950, podem revelar lutas nos quais o campo literário amazonense estava se reconfigurando neste período. Sendo assim, a ideia da resistência da personagem de Fábio Moura no livro *Beiradão*, que diante de um cenário de crise dos preços da borracha passa a investir em meios alternativos como a agricultura e pequenas criações, revela a própria tentativa de resistência do autor na manutenção de estrutura social e econômica diante de um cenário que começa a se reconfigurar a partir do fim do Estado Novo e a redemocratização.

Surgia um período de mudanças e a resistência de alguns grupos de intelectuais se revela em suas produções literárias. Segundo Miceli (1979), o período “populista” que compreende de 1945 a 1964, ocorreu uma ampliação das carreiras nos estamentos do poder destinados aos intelectuais e ao mesmo tempo intensificou-se o recrutamento de especialistas tais como sociólogos, economistas, entre outros. Muitos desses intelectuais alcançaram postos-chaves na administração do Estado. Neste processo de reconfiguração dos postos públicos outros grupos de intelectuais foram alijados do poder, restando-lhes apenas resistir à implementação das diretrizes e programas adotados pelo governo.

⁶⁹ MAIA. Op. cit. p. 335.

Álvaro Maia aborda a questão do processo de desbravamento da Amazônia através da abertura de novas estradas de seringueiras, o tom saudoso com que aborda os relatos sobre o desbravamento da Amazônia, exalta a força hercúlea dos seringueiros que foram os agentes responsáveis por dar continuidade ao processo civilizatório na região. A obra alvareana demonstra a crueza deste projeto civilizatório, bem como cenas de completa barbárie das vinganças e traições ao longo do Madeira.

Djalma Batista⁷⁰, em sua preocupação em torno do papel dos intelectuais amazonenses para a formação da identidade nacional, apontava na cultura o elemento central para a formação social. Álvaro Maia é citado como um intérprete das crônicas das atrocidades do Madeira, como uma espécie de cultura da violência.

Partindo da ideia de sociedade em formação, o tom realístico com que trata esse contato com a floresta selvagem ou com os índios traz uma interessante abordagem sobre a gênese desse agente que seria, segundo o autor o responsável legitimado por desenvolver a região: o seringueiro. Como ele afirma no livro *Beiradão*:

[...] Uns sujeitos apressados já escreveram que os lenhadores devastam as matas. Esquecem que as clareiras são necessárias à saúde. O Amazonas não pode permanecer matéria cheia de bichos e carapanãs. Derrubar é civilizar nos primeiros tempos. Quem dera que abrissem campos nestes beiradões para boiadas sucessivas, plantações de mandioca e bananeiras. O porto de lenha é um claro de socialização. Os navios abastecem-se, enquanto aguardam toneladas de borracha. Além do mais, espalham algum dinheiro, inclusive ao comandante⁷¹.

O processo civilizatório foi necessário segundo Maia para que a região de fato se inserisse no capitalismo mundial. Apesar de tardiamente e tentando desconstruir a ideia de impossibilidade ligada as condicionantes climáticas, o autor aponta que a tarefa foi muito bem executada pelo seringueiro, de origem nordestina, que tinha as plenas condições para pôr em prática o projeto nesta região:

[...] Era a imensidão com verdor e vida. Nova missão surgia aos nordestinos- desbravar o Amazonas, incorporar os seringais ao

⁷⁰ Cf. FREITAS PINTO, 2007

⁷¹ MAIA. Op. cit. p. 79.

movimento econômico do Vale. Teria de enfrentar indígenas, morrer nos entreveros do paludismo, assassinar ou ser assassinado, mas, de qualquer forma, auxiliaria a plantar as sementes de redenção nessa imensidade. [...] Seguir para os seringais, naquela época, era voluntariar-se para o desconhecido- deixar o berço natal, abandonar a família para submergir em perigos⁷².

Segundo Norbert Elias (1994), a ideia de civilização está relacionada a um longo processo de aprendizagem “involuntária” no qual os indivíduos transformaram suas relações com os corpos, sentimentos e suas próprias estruturas sociais. Com o advento da modernidade, essa transformação dos comportamentos humanos seria um processo destinado apenas às camadas mais altas da sociedade, tal processo era comum a todos os indivíduos, ideia que vai de encontro às intenções expansionistas desses grupos europeus em especial, os franceses e ingleses, com o seu estilo de vida de cômico que influenciaram os colonizadores das terras amazônicas - portugueses e espanhóis.

Esse processo de transformação tomou um caráter universalista, portanto quando pensamos no seringueiro como um agente civilizador, partimos da ideia de universalizar esses costumes. No caso da relação abordada por Álvaro Maia entre o seringueiro e sua missão desbravadora e os índios, observamos como essas transformações ocorreram no cotidiano amazônico. A índia Narcisa retratada no Beiradão e em outras obras do autor revela esse processo de transformação no qual retirou-os da barbárie e da incivilização.

Nessa ocasião, como presente e cumprimento de palavra entregou Narcisa.

-O resto você sabe, Padre Silveira. Foi você que a batizou. Deixou uma filha que uniu as duas raças- o cearense e o índio, o sertão e a selva, o nordeste e o norte. Amamentou o menino mais velho, em seus seios selvagens, que traziam o sangue forte da solidão. Concentrava-se, numa gota de leite, o mistério amazônico. [...] Como não vigiar Narcisa, em sua paixão pelo curumim, que lhe retribuía o mesmo sentimento, ouvindo-lhe as histórias de lobisomem e índios em luta? Ensinavam-lhe, por outro lado, o Padre-Nosso, a Ave-Maria, e ele crescia entre as orações a Deus verdadeiro do Padre Silveira e ao Tupã de Narcisa⁷³

⁷² MAIA Op. cit. p. 171-172.

⁷³ Ibidem. p. 206-207.

Note neste trecho a apresentação da personagem como sem cultura, exilada em suas próprias terras, na função de ama-de-leite de um menino branco, surge um florescimento de suas raízes ao contar sobre a bravura de seu povo, ou sobre as lendas do lobisomem. No entanto, o processo civilizatório que como o próprio Maia afirmava foi feito à base de violência, constringia os comportamentos da velha índia.

Em 1925, Álvaro Maia publica o soneto *Narcisa*, primeira publicação referente a essa personagem. Neste soneto o autor fala de um amor platônico e idealizado, representado por sua amada *Narcisa*, mostrando toda luta por ele travada para não perdê-la. O soneto, fortemente carregado de características simbolistas, onde o misticismo era uma das marcas principais do “príncipe dos poetas” nas primeiras décadas da Primeira República. O regionalismo aparece através de uma valorização do elemento nativo, o mesmo demonstra elementos que foram por ele reconvertidos para um capital político posterior que possibilitou sua consagração política na década de 1930.

Quando, alva e loura vital me dava,
minha Mãe, entre a selva e o céu nevoento,
também me dava o trom do oceano ao vento,
das galeras valsando na onda em lava...
Mas minha vida em fumo se apagava:
Germinara e cahira em soffrimento...
E tive a salvação, tive o tormento
nos seios de Narcisa, uma índia brava...
Dessas correntes em meu sangue, sinto
Galeões em rota por um mundo extinto,
Tribus em lucta pela mesma terra,
E, ora em doçuras, ora em rebeldias
Labios christãos ciciando Ave-Marias,
Rudes almas pagãs medindo a guerra...⁷⁴

A temática de um amor que o deixa dividido, por meio do contraste entre o amor que pode ser tão sagrado quanto o amor maternal (verso 2), também se torna seu principal tormento. Note a afetividade entre a personagem e o autor, referindo a figura materna, no livro *Beiradão*, Narcisa é uma ama de leite e o menino, filho de um seringalista nutre mais afeto pela índia velha do que pela mãe. A relação entre o amor a esta “segunda mãe” pode estar interligado a sua terra natal- o Amazonas; a palavra *Mãe* posta em letra maiúscula no soneto

⁷⁴ (apud BAZE, 1998, p. 68)

demonstra uma grande importância para o autor, que pode ser uma alusão a mãe terra, o Amazonas, sua terra natal, bem como é importante salientar através desta personagem a preocupação do autor em manter uma relação de proximidade com o povo, mesmo sendo de origem abastada.

Segundo Ramos (2010), o soneto revela uma série de angústias do autor; durante a publicação do soneto em 1920 estava dividido entre dedicar-se apenas a sua carreira de poeta ou adentrar de forma definitiva nos estamentos do poder, ou seja, Álvaro Maia deixa entrever esses dilemas no âmbito do espaço social mais abrangente, assim como os possíveis posicionamentos em função da necessidade de uma “definição” em sua vida como intelectual e político. Todavia, suas publicações da década de 1950, revelam que esses sentimentos o percorreram ao longo de sua trajetória, a missão de engajar-se na política e não fazer uma “arte pela arte” propriamente dita, fora uma escolha mais acertada para a sua vida.

O estranhamento entre os comportamentos apresentados através da índia Narcisa revelam o próprio choque civilizatório. Tal estranhamento refere-se a um dos sentimentos dominantes do processo civilizador, ou seja, causa-nos mal-estar tudo que se refere ao “incivilizado” ou “bárbaro”, conforme ele afirma:

[...] a natureza do mal-estar que nos causa a “incivilização” ou, em termos mais precisos e menos valorativos, o mal estar ante uma diferente estrutura de emoções, o diferente padrão de repugnância ainda hoje encontrado em numerosas sociedades que chamamos de “não-civilizadas” (ELIAS, 1994, p. 72).

Ao analisar a personagem de Narcisa, observamos que a catequização foi o recurso utilizado para que seus comportamentos e emoções passassem de um estranhamento para os padrões considerados aceitáveis. Nos versos (12 e 13) do soneto e no trecho do romance acima, nota-se um conflito entre a dedicação à crença ocidental (Cristianismo) e suas crenças tradicionais que ainda estavam impregnadas em suas práticas religiosas, ou seja, ora agindo como uma cristã civilizada, ora agindo como uma pagã selvagem.

No entanto, Maia também buscou em seu tratamento sobre os índios tentar despi-los desse estranhamento, na medida em que reduzia o exótico a uma perspectiva de índios que no final das contas conseguiam assimilar uma

série de comportamentos “aceitáveis” universalmente, isto é, deixando de bárbaros e passando a conviver em ambiência civilizada.

Quando se refere a ideia de uma quebra desse exotismo, o autor está criando uma valorização deste grupo, criando uma perspectiva otimista em relação integração deste grupo dentro do projeto civilizatório. Descontruindo as antigas ideias deterministas de uma região inacabada.

Segundo Brito (2001), o índio do beiradão incorporou-se aos serviços dos seringais, as índias, por exemplo, foram cooptadas para os barracões desempenhando um importante papel dentro do processo de formação da sociedade amazonense – a “mãe-Índia”, que segundo a perspectiva freyriana está relacionado a um processo harmonioso de assimilação inter-racial, dada a aproximação tipicamente comum do processo de desenvolvimento do povo brasileiro entre a “casa grande e a senzala”. Neste sentido, o autor afirma que além dos irmãos de sangue, pela família, passaram a existir no Madeira os irmãos de leite, pelo convívio dos primeiros meses como a mesma mãe, tratava-se de índias verdadeiras ou com sangue de índio, vindas de tribos, transplantadas para a civilização atraídas a princípio pelos processos de catequização e posteriormente influenciadas pela possibilidade de educação.

Além das descrições sobre o processo civilizador indígena na região, a própria relação entre patrão e seringueiro perpassa por uma cadeia produtiva que descreve o processo modernizador na região amazônica. Tal processo, no plano simbólico, buscou desde sua concepção no Renascimento em um constante progresso às sociedades, que seria capaz de transformar a vida humana cada vez mais confortável e segura. No entanto, esse projeto modernizador sempre esteve cercado de ambiguidades. Pois em nome dessa modernidade “pacífica e segura” houvera o extermínio de inúmeras populações tradicionais, dentre as quais povos indígenas e etnias, com a simples justificativa de uma padronização de usos e costumes.

A vida no seringal descrita por Maia, possuía uma dinâmica social própria, extemporânea às leis do Estado. No seringal quem determinava as leis era o seringalista, assim o uso da violência servia como compulsão para docilizar os comportamentos dos seringueiros (BENJAMIN, 1986).

No livro *Banco de Canoa: cenas de rios e seringais da Amazônia* (1997), o realismo das histórias sobre a sociedade em formação na Amazônia,

demonstra como a degradação e aviltamentos cercaram as relações de entre patrões e empregados no seringal, descrevendo a barbárie envolvida no processo civilizatório da região. As descrições dos castigos dos seringalista sobre os seringueiros “rebeldes”, ou os crimes sexuais cometidos contra as *cunhãs* pelos patrões, demonstram os requintes de crueldade, ao passo que demonstram a falta de ingerência das leis do Estado brasileiro em determinadas regiões, em pleno período republicano:

Estes seringueiros (seringalistas) levam a vida de fazendeiros ricos ou aristocratas rurais, cercados,- à moda de barões medievais,- por serviçais indígenas e suas famílias. Essa vida patriarcal é esplêndida em muitos aspectos. Tais homens eram senhores absolutos de seus peões⁷⁵

Walter Benjamin (1986) reflete sobre a pobreza das experiências envolvidas no projeto civilizador. Se o processo civilizador foi pensado para tornar as pessoas melhores, os meios para se alcançar tal objetivo não são dos mais redentores, em favor do “atual”, a humanidade empenhou um alto preço, ficando a mercê de inúmeras crises econômicas e guerras: “[...] a tenacidade é hoje um privilégio de um pequeno grupo de poderosos que, Deus sabe, não são mais humanos que a grande maioria; geralmente são mais bárbaros, mas não no bom sentido”⁷⁶. Neste sentido, Álvaro Maia revela que esse processo foi adquirido sob um alto preço, marcado pela violência e pela barbárie em nome da modernidade.

Álvaro Maia então revela essa relação sendo marcada por um civilizador (o seringalista), trapaceiro, desumano e criminoso enquanto que seringueiro é o trapaceado, diante dos “contratos” entre esses dois agente. No entanto, o seringalista não deverá ser responsabilizado por tais condutas, pois faz em nome da civilização, ou seja, trata-se da vitória da civilização como podemos observar na descrição sobre a personagem do Coronel Terêncio do livro Banco de Canoa:

[...] Comeu as mulheres dos seringueiros, tirou os três vinténs das cunhãs de treze anos, furtou no peso das mercadorias, negou remédio na hora-da-morte, matou e incendiou. [...]

⁷⁵ MAIA, Álvaro. Banco de Canoa: Cenas de rios e seringais do Amazonas. 2º Edição. Manaus: UA, 1997. (p. 77).

⁷⁶ *Ibidem*. p. 133.

Inutilizado para as cunhãs, mandava pegá-las pelo Nicó, pretalhão da cozinha, e ria, mas parecendo um corujão⁷⁷

Neste sentido, a sociedade amazônica conformou-se e deixou-se ser vencida pela moderna sociedade ocidental, representada aqui pela figura do seringalista, transformando sua própria relação com a natureza, que outrora se mantinha por uma sociabilidade ligada ao valor de uso, agora incorporada a lógica do capitalista tem suas relações exclusivamente ligadas aos valores de troca, que transformaram todo o processo de sociabilidade na região. Diante deste cenário, a representação da sociedade moderna feita pela figura do seringalista na obra alvareana já traz consigo um processo de mudança na representação sobre acontecimentos e práticas sociais, que para os grupos tradicionais passavam por outro tipo de significação, essa modernidade trata todas essas práticas (crenças, hábitos, padrões morais) como antigas e portanto devem ser vencidas e/ou substituídas.

Todavia, Álvaro Maia denuncia a ambiguidade envolvida neste processo pois apesar da imagem positiva de transformação das relações sociais e econômicas na Amazônia através do desenvolvimento do ciclo da borracha, com a existência de inúmeros seringalistas tais como o Coronel Terêncio que com suas medidas punitivas garantiam as relações de poder e dominação no interior dos seringais, afirmando que deveriam ser distribuídas lambadas aos malandros, pois não ficaria endividado na praça ou engordaria vagabundos. Tais expressões refletem as novas visões do mundo moderno, o mundo do trabalho, e estes como os legítimos representantes da propriedade privada, estavam legitimados a aplicar tais sanções. Neste sentido, a oposição a esse tipo de autoridade torna-se insubordinação às leis do Estado, no qual esses patrões eram também os representantes, ou seja, eram os detentores do uso da força e da violência e ao mesmo tempo os representantes domésticos do poder coercitivo e civilizatório do Estado.

As críticas políticas, e em especial a política interiorana, estão fortemente retratadas na obra literária alvareana após a década de 1940. Lima (2009) afirma que as relações de poder surgem no *Beiradão* e em outros livros de Álvaro Maia através das descrições de situações cotidianas entre os pobres,

⁷⁷ *Ibidem.* p.159.

os figurões poderosos e o religiosos. Neste sentido, Maia critica as manobras políticas, os apadrinhamentos políticos e as disputas e pelo poder. Assim o autor afirma: “Há nas histórias abordando as relações políticas interioranas a predominância da noção de que a não aderência a um grupo político pode resultar em perseguições e enxovalhamento”⁷⁸

É interessante observar o posicionamento crítico de Maia em sua produção literária durante as décadas de 1950 e 1960, uma vez que já não contava com a harmonização política obtida durante a Interventoria no Estado Novo, com um sistema extrativista enfraquecido e aumento do êxodo rural. O autor tinha que manter uma posição de imunidade diante do processo de desagregação da borracha, onde já vinha sofrendo duras críticas a desorganização em relação aos programas de produção da borracha durante a década de 1940 (SANTOS, 1996).

Partindo da lógica weberiana de que o Estado é uma fonte de poder e que o político invariavelmente busca o poder, o que estava em jogo para Álvaro Maia, durante este período era a forma como manejava a literatura como mais um recurso para adquirir esse poder, seja para cumprir sua missão de intelectual com uma proposta para a formação da identidade nacional, seja para gozar de certo prestígio então enfraquecido como o fim do Estado Novo. Esse processo faz parte da própria condução da luta política.

Note o posicionamento ambíguo de Maia em torno da condição do seringalista em relação a política no interior, abordada neste livro assim como em outros de seus livros, a crítica ao governo é tratada no livro *Beiradão*, na medida em que exime da culpa o patrão seringalista, das condições de abandono e falta de assistência social no qual a população pobre do interior do Amazonas viveu ao longo da primeira década do século XX:

Diabo de governo, que faz o sujeito perder a alma, de tanta indignação. Homens que defendem as fronteiras com o próprio sangue, abandonados assim! Heróis obscuros, ignorantes do próprio sacrifício, nesse desleixo, morrendo à mingua, sem mínima assistência oficial. Porque os patrões fizeram o que puderam. E alguns não entendem de responsabilidades imediatas, porque, na maior parte, são também pioneiros, que exploram as glebas, sob o arrojo da audácia e da sorte. O velho

⁷⁸ MAIA. Op. cit. p. 93.

Gusmão, português de nascimento, ampara mais essa gente com suas pílulas do que toda mentirada oficial⁷⁹

A compreensão de qualquer afirmação, é necessário compreender a motivação que levou o autor a fazê-la, ou seja, qual a pergunta que afirmação supostamente pretende responder: “Se quisermos compreender aquilo que foi afirmado, teremos de identificar exatamente (sic) qual a posição defendida pelo seu autor” (SKINNER, 2005, p. 162). Neste sentido, essa abordagem dada por Maia onde a culpa do descaso com relação às camadas mais baixas da população amazonense, em nada tinha a ver com as relações entre patrões e empregados durante na extração da borracha, mas estava relacionado ao descaso com que o governo central tratou o homem do interior e suas particularidades. Assim ele coloca quando constrói a personagem do velho Gusmão, no livro *Beiradão* como um seringalista que se tornou uma espécie de “curandeiro” tentando suprir uma necessidade básica da população que vivia em completo descaso.

O ponto central da intencionalidade política presente na obra literária de Maia, é mostrar como na sua condição de líder intelectual responsável pela construção do projeto de modernização conservadora, todavia não se deve achar que a produção literária dele servia apenas para essa finalidade. Como um líder carismático, Maia sabia que não seriam apenas o manejo das condicionantes simbólicas, o suficiente para a sua permanência no campo político. Weber (2001), afirma que o poder da crença em um líder carismático não se configura como a única forma de garantir a disputa nesse jogo político. Antes reside na natureza dos meios que o político dispõe para exercer sua autoridade, isto é, ele necessita de meios materiais e conhecimento administrativo para exercer seu domínio.

Portanto, a passagem de Álvaro Maia pela política tratou-se de uma realização prática de seu projeto de modelagem moral da prática do poder, e ao mesmo tempo de uma construção de rede de relações e tomadas de decisões que possibilitaram-lhe sua permanência, na medida em que se tornou porta-voz de um grupo que também defendia proteção dos interesses de determinado segmento econômico.

⁷⁹ MAIA. Op. cit. p. 111.

Essa ideia da moralização da política surge no tom crítico em relação as práticas políticas interioranas:

As eleições não tinham para Euzébio o menor valor. Antigamente, ainda havia cerveja e vinho, distribuição de roupas chapéus de palha para toda família.

-Hoje é sovínice. O governo está mesmo se desmoralizando. Às vezes o pessoal se diverte, como no caso do doutor Pedro Valdemar, medico, que tem mais votação do que eleitores. Tratava de graça de casa em casa, nada cobrava e ainda dava remédios. Nas vésperas das eleições, ia fazer cobrança; distribuía chapas com seu nome e de seus amigos. Votavam duas, cinco vezes, por gratidão. Era o que o chefe permitia- fazer propaganda. Com o José Lobato, o caso mudava. Nas vésperas do pleito, o coronel mandava fazer rigorosa inspeção. Tomava os pepelinhos, substituindo-os por outros. Havia falação, aqueles papeis borrados eram a democracia e a justiça!⁸⁰.

Já no livro *Banco de Canoa* (1997), as descrições sobre a política local, revelam uma nítida preocupação do autor em descrever os “tipos de políticos” que enriqueciam em detrimento do “pobre” trabalhador do seringal. Como um representante da elite tradicional, Maia procurava tipificar esses tipos sem vinculá-los ao grupo político do qual ele fazia parte. Apesar de que nas décadas de 1950 e 1960, sua legitimação política sofrera com os novos grupos vinculados ao populismo, Maia procura nessa formação da identidade cabocla uma estratégia de recuperação de sua posição política, na medida em que as mudanças econômicas e políticas pelas quais o estado passava, tornavam seu discurso antiquado e retrogrado. No entanto, a estratégia de permanecer como um defensor da política tradicional em muito pode ser revelada através da construção de suas personagens nas últimas décadas de sua vida. Neste período o representante de uma elite decadente gomífera, que cresceu num cenário político de uma geração preocupada em delimitar uma identidade legitimamente cabocla, e deste modo conservar a estrutura política tradicional.

No entanto, apesar das transformações políticas que o estado Amazonas sofrera na primeira metade do século XX, houve apenas um rearranjo de poder no qual o próprio Maia é um exemplo, no sentido de que permaneceu no poder ao longo desse período.

⁸⁰ MAIA. Op. cit. p. 142.

No capítulo sobre as farsas politiqueras do livro *Banco de Canoa*, Maia inicia com uma citação de Affonso Henriques sobre o cenário político brasileiro após a década de 1930, no qual critica o sistema eleitoral implementado após 1930 visto que, a grande massa da população ainda se *seduzia* por pequenos “presentes”, em uma nota explicativa antes da apresentação das crônicas o autor afirma que os pleitos no interior eram constituídos por inúmeras irregularidades e uso de violência. O voto do cabresto era uma pratica comum no interior do Amazonas.

A personagem do Coronel Pedro Pilão deste livro, descreve o modo como as eleições no interior do Estado eram feitas, sendo marcadas por irregularidades, punições severas aplicadas aos opositoristas, como no caso das professoras opositoras que seriam esculhambadas pelos guris, que receberam ordens de depredar a sala de aula, ou o turco do regatão que pagaria alta multa. Neste sentido, o tom crítico, revela também um deslocamento entre a realidade política local e a política central, pois os regionalismos políticos demonstravam uma dissonância e falta de integração no projeto republicano brasileiro: “Nada se fazia sem ouvir Pedro Pilão. Resolvia a seu bel-prazer, alegando instruções secretas de chefões. Rasgava inquéritos, prendia e soltava”⁸¹

Segundo Mario Ypiranga Monteiro (1976), a literatura amazonense nas primeiras décadas da República Velha tratava o seringueiro enriquecido com um tom de deboche, atribuindo-lhe certa estupidez, pois não havia um preparo para o convívio junto a sociedade burguesa. Álvaro Maia descontrói esse estereótipo ressaltando a importância deste tipo de seringalista para um projeto de construção da identidade nacional, na medida que os coloca na posição de desbravadores, tanto quanto o seringueiro. Trata-se de uma desmistificação do anti-herói, que surge como um movimento de rebeldia contra as construções dos tradicionais estereótipos de alguns literatos que escreviam sobre esses temas.

Neste sentido, o papel de narrador dessas histórias, confere-lhe uma posição segura dentro do processo de construção da opinião pública, pois sua missão como intelectual é construir a consciência sobre o atraso nacional, não mais pautado na ideia de um “país novo”, mais ligado a um subdesenvolvimento

⁸¹ MAIA. Op. cit. p. 180.

que precisa ser combatido a partir de uma nova tomada de consciência por parte da sociedade brasileira.

Assim o autor afirma que:

Os tempos estão mudando para pior. Antigamente os rábulas não tinham questões no foro e levavam peia. Inventava-se que estavam conquistando na rua da Palha e era o bastante. Tudo está mudando. É à-toa que se enseba couro de peixe-boi. Serve, quando muito, para aquecer o lombo de algum cabra safado, que se embriaga e vende borracha. As ultimas eleições deram o que fazer. Na contagem dos votos, não houve equilíbrio. Ia vencendo um opositorista. Tivemos de rasgar e fazer tudo de novo. Diabo de Partido Republicano! O escrivão teve de ser removido. Comeu umas tacadas de peixe-boi e alguns dias no xilindró para aprender o serviço. Com gente assim, o Brasil não vai pra diante e cai na indisciplina.

Padre Silveira e Fábio indignavam-se, mas baixavam a cabeça. Brigar com o coronel importaria arruinar a vida de todos. Era implacável nessa história de eleições⁸².

Note a intencionalidade de Álvaro Maia em descrever as eleições no interior do estado, quando o candidato da oposição vence, são rasgados todos os votos e refeitos impossibilitando a tentativa de mudança da ordem vigente, onde até o escrivão é punido severamente. Tais medidas servem para organizar politicamente as sociedades interioranas e manter a ordem e a disciplina: “Com gente assim, o Brasil não vai pra diante e cai na indisciplina”⁸³. O autor usa de ironia para afirmar que em determinadas regiões do Brasil o projeto republicano falhou e a política ainda é regida pelo coronelismo. Neste sentido, o discurso de defesa da ordem e da disciplina surge como uma estratégia dentro do jogo político para a permanência dos grupos oligárquicos que ainda resistiam no poder, através de feudos políticos.

O tom de lamento se mistura à obra ficcional, demonstrando que o autor já apresentava sinais de desilusão em relação ao projeto político local. Deixando o líder místico messiânico das primeiras décadas da República Velha constata que o fracasso da *Belle Époque* reverberou aproximadamente por meio século na história do Amazonas, só retomando o folego econômico com o surgimento da Zona Franca de Manaus.

⁸² MAIA. Op. cit. p. 143.

⁸³ Idem. p. 143.

O drama do seringueiro é retratado no livro de crônicas *Gente dos Seringais*, publicado em 1956. Neste livro Álvaro Maia pretende dedicar ao povo do interior, retratando o mito em torno da conquista financeira da borracha, com detalhes sobre os ofícios e as dificuldades em suas execuções no imenso Vale amazônico.

A sociedade moderna capitalista reproblematisa o papel da literatura na sociedade, que acaba assumindo um caráter de ambiguidade, pois esta pode ser a expressão de valores favoráveis a manutenção da alienação, ou usada para oferecer as condições para a emergência da transgressão e da resistência. Todavia, Chaia (2007) afirma que o papel do criador é fundamental para compreender o próprio sentido da arte e sua finalidade social, por serem linhas muito tênues, o engajamento social pode incidir de inúmeras maneiras processo da criação. Ou seja, a posição política assumida pelo artista não subjuga sua obra que ainda mantem suas qualidades estéticas. Neste sentido, é justamente a capacidade deste em transmitir de forma poética e sensível a sua arguta percepção da realidade. Portanto, Álvaro Maia ao produzir sua obra literária, buscava mostrar antes de mais nada, suas visões sobre a realidade do povo amazônico e o modo como o jogo político se conduz no sentido de garantir a permanência de determinados grupos no poder.

A postura literária de Maia sofreu duras críticas de outros escritores deste período devido ao forte cunho ideológico de obra literária convertida a um engajamento político. O escritor amazonense Mario Ypiranga Monteiro no livro *Fatos da Literatura Amazonense* (1976), afirma que Álvaro Maia, abordando a problemática do seringueiro, envereda pelo engajamento social na medida em que assume a temática na qual trata o drama vivido pelo seringueiro a partir de uma espécie de ajuste de conta do freguês contra o patrão. Monteiro compara a abordagem de Álvaro Maia com a abordagem trabalhada por Francisco Galvão, no livro *Terra de Ninguém* (1934) que também apresenta um forte cunho ideológico. No entanto, para Monteiro, Francisco Galvão consegue ser mais corajoso em sua empreitada de descrever as relações de poder dentro do seringal, denunciando como o projeto burguês civilizatório fracassou na Amazônia na medida em que o homem não consegue romper com o processo de atomização da modernidade.

No plano político a obra de Francisco Galvão enfoca a crítica à política local amazonense. Todavia é interessante salientar a ironia feita ao posicionamento político de Maia, que notadamente manejava seus poemas no sentido de que seu engajamento político saísse da esfera do simbólico literário e entrasse na esfera prática. Assim, quando Francisco Galvão elabora a personagem Alberto Maia, essa personagem é uma caricatura de Álvaro Maia que reflete a convergência ideológica no plano literário de ambos, ao criticar as facções políticas tradicionais, mas ao mesmo tempo revela as divergências em termos de posicionamento político, pois quando aborda a personagem Alberto Maia (um referência as iniciais de Álvaro Maia), o retrata como um poeta imbecil de melenas enormes e ideias curtas (SIQUEIRA, 2013).

Maia traz uma abordagem crítica e realista à questão da modernidade e o desenvolvimento no Amazonas, no livro *Gente dos Seringais* (1956) temáticas como a integração da região ao resto do país, o uso da aviação para atender as áreas mais afastadas, novas propostas para o agronegócio surgem nestas crônicas, juntamente com a ideia de valorização da borracha.

A partir da Segunda Guerra Mundial, a lógica dos países industrializados, modificou-se no sentido de difundir o “processo civilizatório” em escala global, encabeçado pelos Estados Unidos com uma estratégia para frear o avanço do socialismo soviético, através do Plano Marshall e influenciado pela Doutrina Truman. Assim, esses países usam a ideia de desenvolvimento como recurso ideológico para a reafirmação de seus interesses econômicos e políticos nos países pobres.

Segundo Candido (1989), a ideia de desenvolvimento e a consciência de que o Brasil encontrava-se em estado de subdesenvolvimento é posterior a década de 1950, todavia na década de 1930 a mudança de consciência pautada por uma orientação regionalista já dá os primeiros sinais, ao deixar de lado o tom mais ameno em relação ao homem do interior, e passando a utilizar um tom realista de denúncia.

Neste contexto, o Brasil procura atingir o desenvolvimento guiado pela lógica global capitalista, acreditando ser necessário atingir as mesmas etapas pelas quais os países ricos passaram. O Estado atuaria como o principal agente condutor deste processo, ora sinalizando os rumos econômicos e direcionando os investimentos, ora investindo em setores fundamentais da infraestrutura de

determinadas regiões. As regiões norte e nordeste foram consideradas críticas, visto que o desenvolvimento não conseguira acompanhar o ritmo de outros estados do país, tais como São Paulo que se encontravam adaptados a lógica capitalista global, apresentando uma industrialização e um crescimento econômico condizentes com os padrões globais. Portanto, uma das principais metas do Estado brasileiro em seus programas econômicos pautou-se na redução das desigualdades regionais (CANDEAS, 2010).

Em *Gente dos Seringais* (1956), Maia além da defesa da borracha fazia uma análise crítica sobre as possibilidades de modernização para o Vale Amazônico. É interessante notar que Maia traça nestas crônicas um projeto de modernização para região amazônica, totalmente ligado às ideias de integração da região ao resto do Brasil. Todavia, a valorização da borracha não é vista com um tom de desalento. Ela enfatiza a contribuição modernizadora dos patrões e dos seringueiros, na abertura das matas e no processo civilizatório, transportando para o descaso do governo central o declínio deste sistema extrativo.

A busca por um projeto modernizador que se adeque aos interesses dos grupos economicamente dominantes no Amazonas, ao passo que reflitam as mudanças econômicas, sociais e políticas das décadas de 1950 e 1960 foram uma das preocupações de Álvaro Maia, pois, com o fim do Estado Novo e o natural desgaste do discurso de valorização da borracha era necessário que Maia redimensionasse sua abordagem literária no sentido de manter essa dualidade entre a tradição e a modernidade.

Neste sentido, a intencionalidade de Maia no livro *Gente dos Seringais* (1956) reflete essa preocupação em dar uma visão nova para o desenvolvimento da região sem contudo, desagradar os setores politicamente tradicionais. Assim, faz uma compilação de histórias sobre o velho Amazonas, dos seringais e barracões e o novo Amazonas, dos aviões e da abertura de estradas para o escoamento da produção. Com a ascensão de uma classe média urbana, as temáticas regionais do autor precisam agora retratar o interior em seu dado momento histórico, pois apesar do atraso em relação a sua adaptação aos meios modernos e tecnológicos, a própria dinâmica cultural os forçou a se adaptarem aos novos meios.

Corajosos e generosos, êsses aviadores enfileiram-se à coorte dos bandeirantes, que descobriram o Amazonas; concluem a trabalhadeira dos sertanistas e mateiros, alinhando cidades e seringais, que, a canoa e a pé, a remo e a terçado, abriram à civilização.

[...] Regiões de imensas áreas, a Amazônia considera os aviadores como patrulhas da nacionalidade, os vigilantes das fronteiras, - e as cidades interiores, por menores e humildes, têm sempre um sorriso e uma casa para receber os jovens, que, nestes derradeiros anos, escreveram novos capítulos em sua história econômica social⁸⁴

Segundo Afonso (2010), o estado do Amazonas encontrava-se em total estado de abandono durante as décadas de 1950 e 1960, em virtude da crise deixada pelo ciclo da borracha. Assim, buscava-se alternativas ao mesmo formato econômico da borracha, para retornar a posição de foco do mercado mundial através da exportação de matérias primas.

Além da crise econômica o Amazonas, apresentou uma continuidade entre o regime autoritário de Vargas e o período de redemocratização. Álvaro Maia representava essa continuidade, pois segundo Santos (1996), não houve o desmantelamento da estrutura política do Estado Novo e, também, não houve rupturas ou mudanças radicais nos grupos políticos dominantes. Os governos democráticos de Álvaro Maia, Plínio Coelho e Gilberto Mestrinho não revelam um processo de cisão em que se alinhariam com as mudanças nacionais pretendidas através dos governos defensores do nacional-desenvolvimentismo.

Todavia, Álvaro Maia reflete em sua obra literária uma tentativa de alinhar os discursos tradicionais que o tornaram um místico líder intelectual e político com as novas demandas sociais, buscando dessa maneira conciliar suas ideias tradicionais com as mudanças em curso na sociedade brasileira que exigiam novas posturas menos discursivas dos políticos profissionais, bem como novas abordagens temáticas na produção literária, apesar de que Maia ficou conhecido por um ufanismo exacerbado, sendo acusado inúmeras vezes de não produzir personagens com densidade literária, beirando apenas a uma compilação histórico documental, fortemente ligada a ideais políticos.

A ênfase dada por Álvaro Maia a esses elementos modernos pode ser observada através da figura do aviador, como um agente de modernização da Amazônia, onde as aeronaves conseguem chegar a destinos dentro do imenso

⁸⁴ MAIA. Op. cit. p. 38-41.

Vale que até então eram de difícil acesso, trazendo assistência social e contribuindo para o desenvolvimento da região. O Catalina que trabalhava em favor do processo produtivo da borracha, e sua especial atuação no segundo ciclo da borracha, durante a Segunda Guerra Mundial como transporte da borracha servia também para inúmeras atividades econômicas políticas e sociais como ele retrata no caso do salvamento da menina morena:

[...] O transporte aéreo importava num incalculável serviço, naqueles ferozes dias de guerra, em que a borracha amazonense também voava céleremente, rumo as usinas norte-americanas. [...] Não havia autorização para pouso extraordinário, em avião lotado de borracha, disciplinado as operações no interior. A vida de um pequenino brasileiro valia mais do que a borracha para a guerra⁸⁵

Partindo de uma ideia de ambiguidade, Álvaro Maia não propõe de fato um uso de elementos literários que proponham uma estética de vanguarda, como propunha os escritores pertencentes ao Clube da Madrugada, sua aquisição de elementos modernos refere-se ao uso do rádio para a comunicação, do avião para facilitar o escoamento da produção. Isso faz com que sua obra se aproxime de um novo grupo social que está em ascensão nas décadas de 1940 a 1960 - a classe média urbana, que passa a ser a nova consumidora de sua obra literária. Neste sentido, a própria obra literária concorre com novos produtos culturais na Amazônia restando ao literato adaptar-se a esses novos recursos, tais como o rádio, cinema, etc.

Neste sentido, a personagem do piloto de avião revela uma preocupação do autor em estar integrado à modernidade na qual a sociedade amazonense estava se inserindo. Ao mesmo tempo seu caráter valoroso, sacrificando o próprio posto para salvar a vida de uma pequena brasileira, em muito revela a retomada da retórica de Maia em se colocar na condição de um intelectual que se “sacrificou” em favor do bem estar amazonense ao assumir a posição de engajar-se na política. Neste sentido, o emaranhado de eventos narrados ligados a essa máquina busca através da construção de várias histórias, relatar a condição da população do interior do Amazonas vítima do descaso e do esquecimento em pleno século XX, ou seja, em uma espécie de autodefesa, ele assume a condição de um intelectual e político que assumia o

⁸⁵ MAIA. Op. cit. p. 293.

risco de sacrificar-se no sentido de criar uma identidade cultural amazônica e ao mesmo tempo contribuir para o seu desenvolvimento. No livro *Nas Barras do Pretório*, em 1958, Álvaro Maia afirma que Vargas, já morto, se sacrificou em favor da nação, esse sacrifício foi feito em favor do próximo, não o deixando imune às críticas vindouras, sendo este então o legado deixado por Vargas aos seus descendentes, do qual o próprio Maia era um destes. Inspirado no legado recebido por Vargas, Maia tentava demonstrar uma certa despreocupação com possíveis críticas.

Na medida em que Álvaro Maia usa esses elementos reais/ e ou sociais esses deixam de serem usados como elementos externos da obra e se tornam parte da própria estrutura (CANDIDO, 2006), ou seja, o aspecto simbólico do uso do avião na tradicional atividade extrativa da borracha, em muito revelam críticas sociais ao próprio modelo extrativo, no qual a máquina assume um caráter salvador em uma realidade social esquecida do resto do país.

Do mesmo modo, Maia aborda a questão da abertura de estradas para a integração da região amazônica. Quando ele descreve o difícil processo de abertura das rodovias pelas próprias condicionantes geográficas, ele busca adaptar determinados termos ao processo de desenvolvimento do capitalismo para a realidade tradicional da economia amazônica, como no caso da indústria extrativa, sediada no seringal, o autor critica a criação de novas rodovias como um empreendimento inadequado para região amazônica, acreditando serem os rios e os aeroportos as alternativas mais viáveis para o desenvolvimento econômico da Amazônia. Neste sentido, o autor critica no livro *Gente dos Seringais* que muitos projetos nacionais para a região foram criados em dissonância com a realidade local: “[...] por muitos anos, os rios e os aeródromos serão as únicas válvulas do comércio e do movimento no Amazonas”⁸⁶.

Durante a década de 1950, o Congresso Nacional cria o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que criava uma série de serviços e obras públicas para a região com o objetivo de minimizar a dependência regional da cultura extrativa e fomentar a agricultura racional, bem como a industrialização da região. Todavia Tereza Ramos (2012), afirma que os projetos de desenvolvimento para a Amazônia durante as décadas de 1950 e 1960, que

⁸⁶ MAIA. Op. cit. p. 157.

visavam a integração ao resto do país não obtiveram êxito, pois não se adaptavam as pluralidades ambientais e culturais da região, sendo somente com a implementação da Zona Franca de Manaus na década de 1970 que o Amazonas consegue se inserir na industrialização. Todavia, apesar deste projeto do governo central ter sido mais “exitoso” em relação a outros projetos destinados a integração e desenvolvimento da região, a Zona Franca não conseguiu garantir um amplo desenvolvimento econômico para o interior do estado, concentrando-se prioritariamente na cidade de Manaus.

No entanto, a valorização da borracha ainda era encarada por Maia como a única alternativa mais viável para a economia da região como ele justifica em seu livro de autobiográfico em defesa de sua atuação política, *Nas Barras do Pretório*⁸⁷:

Num Estado como o nosso, onde o extrativismo representa a base de nossa economia, não é possível incorporasse ao preço o valor do Vargas tributo, trasladando-o para frente, dado que os nossos produtos não têm mercados certos, e estarem sempre sujeitos às oscilações do mercado internacional e às leis protecionistas do Estado. Nenhum dos nossos produtos poderá ser imposto aos mercados consumidores, não só porque a nossa produção é gravosa, como também por não serem produtos imprescindíveis ao consumo e terem a concorrência de outros países. O único nosso produto, em que a procura é maior que a oferta é a borracha, cujo o preço se matem amparado pelo Governo Federal.

A crítica de Álvaro Maia em *Gente dos Seringais* (1956) sobre a condução desses novos projetos de desenvolvimento da Amazônia, sendo justificadas em notas autobiográficas, além de ser uma crítica ao projeto modernizador do nacional-desenvolvimentismo é uma tomada de posição do autor em acreditar, que apesar das eventuais incertezas ligadas a produção da borracha, ainda assim se configurava como o produto amazônico de maior relevância para o mercado capitalista, cabendo aos governantes criarem meios de adaptarem este produto as novas demandas do mercado internacional. Maia não apresenta portanto, apenas um discurso mecanicamente ligado aos setores econômicos produtores deste produto, ele realmente acreditava que apesar das

⁸⁷ MAIA. Op. cit. p.116-117.

incertezas ligadas a sua produção, a borracha ainda era uma alternativa viável para o desenvolvimento da região.

Neste sentido, é possível romancear e encontrar um tom poético na centralidade da temática da borracha na obra de Álvaro Maia, partindo de uma ideia desenvolvida por Vick Baum (1946 apud Gondim 2007), ao encararmos a *borracha* como o denominador comum, atuando como herói e vilão, o assassino e a vítima, o explorador e o explorado, ou seja, como o verdadeiro e principal personagem na obra alvareana, ligando assim suas crônicas, poesia, contos e romances, ao seu ideário de ação política. Onde o político a via como uma estratégia de desenvolvimento social e econômico para a região e o escritor via como um tema que explicava a Amazônia, sua verdadeira ocupação e processo civilizatório. Integrando-a à moderna civilização ocidental e encerrando de uma vez por todas a pecha preconceituosa e determinista de que a sociedade que aqui se estabilizou não evoluiu gerando um povo apático e indolente. Maia ao tratar em sua obra sobre a borracha, demonstra a superioridade do povo amazônida, demonstrando além de plena capacidade econômica de desenvolvimento, como a ascensão de uma intelligentsia “filha da terra”, capaz de identificar a cultura desta gente e sua contribuição para o desenvolvimento da sociedade.

Se a preocupação dos intelectuais dos primeiros anos da República Velha até 1945 era forjar a nação para identificar os sinais de caráter e temperamento da população, se era ainda necessário um Estado forte para forjá-la, não havia mais dúvida de que existia uma nação brasileira nas gerações posteriores até o Golpe Militar (PÉCAUT, 1989). A sociedade brasileira já possuía identidade própria, com interesses econômicos próprios, vontade política e cultura. Uma vez que havia criado um projeto de organização social e política de forma consolidada, não poderiam mais falar de uma formação nacional, o projeto Estado-Nação teve tempo suficiente para ser experimentado internamente e externamente. O sentimento de identidade nacional foi substituído pelo de confronto, onde o povo começa a se identificar como povo. Não havia mais a necessidade da missão dos intelectuais de décadas anteriores de serem os representantes do projeto de nação, a fusão entre povo e nação selou-se definitivamente com os episódios da criação da Petrobrás e o suicídio de Vargas em 1954.

A cultura regional ainda aparece nas abordagens de intelectuais tais como Maia, como uma manifestação literária, política e social de seu tempo. Todavia, essa abordagem faz parte de um retrato das transformações sociais ocorridas em meio urbano, principalmente a partir da década de 1950 quando se viu surgir uma realidade brasileira de concentração populacional em metrópoles (com o êxodo rural) que trouxe uma complexidade nas relações sociais ainda não vista nas cidades brasileiras. Diante deste contexto, o autor revela como as “gentes dos seringais” lidavam com transformações econômicas, políticas e sociais, nas quais pouco ouviam falar e das quais eram os principais impactados. Há um desinteresse pelas eleições presidenciais. Apenas despertavam-lhe interesse os pleitos municipais e estaduais. A política nacional eram coisas lá do sul, por exemplo, o seringueiro não conhecia quem era o Presidente da República. Note uma mudança no tom de crítica de Maia que em seu período de interventor no Amazonas, enaltecia o governo do presidente Vargas por atender as necessidades do homem do interior.

Neste sentido, o livro *Gente dos Seringais* (1956), mescla histórias sobre o período áureo da borracha e o papel heroico dos primeiros seringueiros nos primeiros anos do ciclo da borracha, bem como o seringueiro da metade do século XX, que ouvia o rádio e era leitor de almanaques vindos de Manaus, que segundo o autor, uma leitura menos tediosa do que os jornais que só falavam de política. Diante do cenário de transformações no setor do comércio e indústria na cidade de Manaus, o beneficiamento da borracha e de outros produtos regionais tais como a castanha, consolidaram o capital com que iniciou a construção da Refinaria de Petróleo de Manaus, no período de 1955/1956, inaugurada oficialmente pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, no dia 3 de janeiro de 1957.

A temática sobre a cultura popular surge nessa caracterização desse homem do interior, cenas de festa de padroeiros, de lendas de botos, as rodas de danças que assimilam elementos da cultura nordestina, tais como a “desfeiteira”. A descrição da dança apresenta uma forte e diversificada simbologia, que reflete-se em uma linguagem e em imagens do povo, ou seja, o autor estava preocupado em retratar este povo amazônico e suas tradições. Todavia, ao assumir o papel de narrador Maia passa a se “intrrometer” nessas histórias e por este motivo vão passar por um conflito interno no qual o autor vai

descrever as sobrevivências da vida cotidiana do homem interlândio, ao passo em que vai conflitar com seu próprio sistema de pensamento urbano sofisticado. Neste sentido, trata-se de estratégia de captar o sentido e o conteúdo dessa tradição oral, elaborando uma espécie de refinamento literário, no qual o autor por sua herança erudita de homem das letras, possibilita ao leitor⁸⁸ reencontrar o Amazonas através da herança cultural dos tipos de seringueiros descritos na sua obra.

Podemos notar essa ambiguidade quando Maia retrata a cobra-grande. Elemento das lendas amazônicas, trata-se de uma grande cobra que habita em áreas profundas dos rios, e seus olhos lançam chamas de fogo, que o pescador que olhar diretamente poderá enlouquecer:

A cobra-grande, boiuna em outras regiões, permanece na ponta-da-ilha, gozando a aposentadoria de bicho bom, sentinela do seringal, onde cresceu e envelheceu. Poderá dormir na praia, cintilando como um pedaço de bronze polido, à lua nova, descer do rio com a cabeça à moda de motor, ou comer algum capado ou bezerro, que se atolem na bôca do igarapé. Tornou-se uma vigilante protetora e quem tiver a ousadia de tocá-la, num tiro de traição, ficará sujeito à perseguição dos botos tucuxis e vermelhos e à vingança dos seringueiros⁸⁹

Neste sentido, a literatura alvareana assume uma função artística de reproduzir a realidade de um povo, isto é, do povo amazônico e de sua memória. Esse papel da apreensão desta memória popular serve para compreender os acicates que levaram uma crescente individualização do homem moderno burguês, uma vez que o processo civilizatório deu uma ênfase a singularização dos indivíduos, através da formação do pensamento ocidental.

Segundo Ricouer (1994), é dever da memória “curar” as feridas do corpo político de uma sociedade, apaziguando um passado de sofrimento e de lutas que jamais seria esquecido. Quando, Maia recupera a poesia e as canções destes trabalhadores frutos do ciclo gomífero do Amazonas, ele não pretende apenas fazer um relato documental da cultura extrativa na região, mas “pagar a dívida” com aqueles que foram esquecidos dentro do processo, equacionando de forma crítica o processo de degradação do homem durante o período de

⁸⁸ O público consumidor da obra alvareana era exclusivamente amazonense, isso nota-se pela origem de suas publicações e pelos depoimentos em veículos de comunicação local, como o jornal.

⁸⁹ MAIA. Op. cit. p.353.

implementação do sistema capitalista na Amazônia. Neste contexto, livros como *Gente dos Seringais* (1956), apresentam um retrato das condições dos seringueiros num contexto de transformações econômicas e políticas no qual a região passava e ao mesmo tempo revela que esse grupo social acusado de débil e docilizado, por este motivo sem condições de desenvolver a região, criara meios para revelar a identidade elaborando subjetivamente sua realidade:

“Tu és um botão de rosa,
Que há-de abrir no dia seis...”
Humildemente te peço ano-bom, festas e reis.
“Não ande na casa alheia,
Não ande fazendo mal,
Senão acaba acabando
Na ponta de meu punhal...”⁹⁰

Ao retratar essas canções, que segundo o autor foram inspiradas por histórias do nordeste, histórias de amor e crimes, reconstrói os elementos da etnicidade deste povo, através de valores, crenças que geraram um sistema multiétnico de relações sociais e simbólicas (BRITO, 2007).

Na caracterização de Lukács (1966), a consciência histórica do romancista fala mais do que apenas uma representação do passado. A partir dessa consciência é que o escritor estará habilitado a conhecer adequadamente o seu povo para extrair desse conhecimento a “verdade histórica”. Essa, transfiguração, garante a totalidade ideal do romance tal como é encontrada exemplarmente nos grandes mestres do século XIX. Neste sentido, Maia só conseguiu construir uma literatura “realista” da Amazônia a partir da tomada de consciência sobre as forças históricas que estavam em disputa, assim o autor conseguiu construir personagens extraídos das disputas e interações desse cotidiano, sendo este um sujeito médio que experimenta forte vínculo com seu grupo social.

De que maneira os intelectuais marginais manejavam o nacionalismo estatal? e/ou posteriormente o nacionalismo populista seja denunciando ou amenizando as contradições da sociedade capitalista. Para este propósito, a literatura foi tomada para revelar a degradação das classes mais baixas da sociedade. Enquanto algumas parcelas da sociedade, entre as quais podemos citar a classe média, modernizavam-se e atingiam os patamares de cidadania e

⁹⁰ Ibidem. p. 268.

civilidade, havia porém um grupo que estava de forma ambígua encontrando-se materialmente à margem deste processo moderno civilizador, todavia experimentava simbolicamente uma inserção cultural e política. Álvaro Maia busca desvelar no homem interiorano da Amazônia essa relação ambígua com a modernidade.

Diferente de outros escritores da borracha, os detalhes sobre o labor na extração gomífera não era o principal interesse de Maia e sim as relações sociais e de poder que se desenrolam a partir desta cultura extrativista. Pois são através destas relações que o autor procura encontrar o indício da crise da civilização burguesa, e em esfera local as atitudes e ideias sociais brasileiras formaram uma classe média urbana totalmente inserida neste processo. O homem do campo, todavia, aparece de modo deslocado nesse processo.

A “anomalia social” criada pelas condições sociais e políticas no interior do ciclo da borracha na Amazônia, privava ao seringueiro oportunidades de respeitabilidade do trabalho assalariado que obrigava a buscar seu sustento em relações de proteção e clientelismo. Neste sentido, como esse caboclo interiorano poderia ser moderno e civilizado dentro das condições geradas pela economia gomífera? Para Maia a resposta se dava pela construção de uma ordem social diferente no interior, ligada a cultura popular, as relações políticas e econômicas locais, que imprimiam um modelo reduzido da sociedade brasileira, no entanto, que revelava o verdadeiro retrato do Brasil: a caboclitude.

Os livros *Defumadores e Porongas* (1966), *Gente dos Seringais* (1956), *Banco de Canoa* (1997), fazem uma compilação de crônicas, ou narrativa de pequenas histórias, nas palavras do autor sobre a vida no seringal. Essas crônicas possuem temáticas e personagens que se repetem como a condição pioneira dos trabalhadores da borracha, o papel singular dos padres nos seringais amazônicos cujas condições sociais, ecológicas e econômicas transformavam o processo de catequização, a relação do homem com os mitos e lendas amazônicas e as relações políticas e de poder no interior do estado, entre outros temas mais gerais tais como os impactos sociais, econômicos e políticos da aviação, da abertura de novas estradas e outros impactos modernos na região. Deixam desvelar a crítica do autor em compreender como a modernidade e suas transformações impactaram a região que se encontra na periferia do sistema capitalista, que durante a primeira metade do século XX se

encontrava em vertiginosa expansão. Todavia, no Amazonas, o homem interiorano, o seringueiro, o indígena, o padre, entre outros, sofreram profundos impactos.

Neste sentido, ao qualificar esses atores sociais Álvaro Maia apresenta um retrato das transformações sociais nas quais o Brasil passava, a partir do olhar das “bordas” de um processo global. Ou seja, o autor retratava uma realidade vista pelos olhos e pelas vozes silenciadas e/ou alienadas do processo de modernização. Álvaro Maia foi considerado pela análise literária específica atual um autor que construía personagens planos e produzia uma construção literária fortemente carregada de maniqueísmos, ficando sua obra literária presa mais ao cunho documental do que ao ficcionista. Sua obra, apesar de manter um laureamento junto aos seus pares da época, estava ligada também a uma consagração conquistada na esfera política, tangenciando-se assim de construções literárias comuns aos dos grandes cânones, por este motivo o autor foi estereotipado como uma figura a ser “engolida” mais pela sua condição social política do que pelo valor de sua arte⁹¹.

No entanto, o objetivo desta pesquisa não trata de fazer uma defesa ou acusação sobre a “qualidade” literária ou política da obra alvariana, mas de compreender como a obra literária em si na medida em que busca uma subjetivação, já mostra um caráter de objetividade e portanto, reflete a própria sociedade na qual está inserida, portanto seus livros podem não somente refletir as ingerências de um campo sobre outro, mas também o sujeito (eu) é o agente fundamental nesse processo, pois quando abandona a linguagem está por inteiro nela, isso porque não só o indivíduo está socialmente mediado, ou os seus conteúdos são sempre e ao mesmo tempo sociais, mas também ao contrário, a sociedade somente se forma e vive pelos indivíduos de que é a essência (ADORNO, 1975).

Em outras palavras, sua obra literária é um reflexo da sociedade em que o autor vive, revelando de que forma a arte pode ser uma expressão da inquietude do espírito humano, mas ao mesmo tempo tratar-se de uma experiência social, assim sua debilidade estética pode revelar ao mesmo tempo

⁹¹ Nos últimos anos as análises literárias especializadas, vem colocando Álvaro Maia na condição de um escritor marginal, pela qualidade de suas obras e a forte ingerência política.

a força real das experiências econômicas, sociais e políticas nas quais o autor está inserido.

Neste sentido, sua obra é um retrato social e por ser um retrato vai revelar as visões de mundo que o autor quer identificar, qual a intenção do autor ao redigir tais ideias (SKINNER, 2005) e as representações simbólicas nas quais seu público (pares e leitores) identificam através da construção de temas, personagens ou relações humanas, pois estas construções cumprem uma função social, pois criam um espaço de interação de valores sócio históricos entre os sujeitos aí envolvidos (autor e leitor); a literatura só existe através desse intercâmbio social (BOURDIEU, 1996a).

A obra literária não é mero reflexo da consciência coletiva ou individual, mas a concretização das ações sócio culturais tomadas por um grupo social na definição da consciência coletiva: a produção literária corresponde à estrutura mental de um determinado grupo social. Desse modo, a obra literária de uma dada sociedade e época é o resultado de diversas práticas, pressupostos, concepções expressas em valores e posturas reconhecidos enquanto tal pela coletividade.

Nas décadas de 1940 e 1950 houve outro surto do movimento regionalista (LEONEL & SEGATTO, 2009), como na obra de Érico Veríssimo e Guimarães Rosa, o regionalismo deste período se diferenciava do movimento de 30 por expor a miséria humana da população do sertão e suas mazelas oriundas das relações sociais e de poder. Esse processo ocorre como um elemento de contraponto ao contexto econômico e político desse período. Após a queda do Estado Novo, o Brasil experimentou um período de supervalorização do nacionalismo, os intelectuais acreditavam que era o período de experimentar a democracia “real”, onde o povo e não mais os ideólogos do Estado se identificavam com a identidade nacional, assim o desenvolvimento atrela-se a ideia de autoafirmação da identidade nacional (PÉCAUT, 1989). No entanto, apesar da construção desta ideia de nacionalismo popular fortemente carregado da pecha desenvolvimentista, o Brasil ainda sofre com uma forte centralização econômica e política focada nas regiões do centro-sul e sudeste, apesar da criação de inúmeros programas com a finalidade de integrar e desenvolver as regiões mais longínquas (SPVEA no caso da região amazônica). Neste sentido, com poucos elementos da identidade nacional, ainda sofremos neste período

com regiões que apresentam um grau de desenvolvimento diferenciado, ressaltando que a ideia de vários *brasis* ainda não tinha sido superada.

A literatura ascende com a segunda fase do movimento regionalista, agora marcada por um *super* regionalismo que busca valorizar o elemento regional, que se confrontava a outras manifestações estéticas como o surrealismo, e o *super* realismo e o naturalismo, entre outras. Onde a obra de Guimarães Rosa representa essa valorização de uma espécie de naturalismo onde objetivo central era o de encontrar a universalidade da região.

Com a publicação do livro *Banco de Canoa: cenas de rios e seringais do Amazonas*, em 1963, é possível observar a representação de um retrato fiel da condição do homem interiorano, onde o seringueiro é a representação do claro abandono no qual um sistema econômico extrativista, gerido de modo desordenado e sem a assistência do governo central, deixou este trabalhador perdido e desprotegido. Este livro, publicado na década de 1960, apresenta um forte tom de desilusão, apresentando um Maia já velho que perdera o natural otimismo e esperança em relação a possibilidade de recuperação do estado.

A preocupação de Maia em criar uma linguagem literária que criasse um identificação específica para as relações sociais existentes na Amazônia, ou seja um trabalho de nomeação dos aspectos particulares dos laços de solidariedades, das relações econômicas e de poder, que eram específicas à cultura e aos hábitos dos povos amazônicos. Neste sentido, o autor se preocupou em nomear⁹² as narrativas por ele colhidas no sentido de tornar esses elementos da cultura local em universal, daí a presença de glossários no final dos livros do autor para identificar os termos que fogem dessa linguagem formal e universal.

⁹² Segundo Brasil (2004, p. 31) o processo de nomeação é um processo semântico no qual os autores brasileiros e latino-americanos na primeira metade do século XX davam nomes as coisas que deveriam ser conhecidas pelos habitantes de outras partes do globo, por exemplo as árvores, os animais, entre outros. Brasil afirma que essa preocupação com a nomeação se dá pela necessidade de se reconhecer os elementos próprios da região, pois quando a literatura europeia descreve um jardim clássico francês, por exemplo, não há a necessidade de maiores descrições pois imagens de Versailles estão ilustrando esse cenário desde as clássicas pinturas, até calendários ou capas de cadernos, já no caso brasileiro ao se falar de um ser mitológico como a cobra grande, é necessário fazer uma descrição específica a fim de que os leitores consigam compreender como esse ser raro possa se tornar um código acessível ao olhar humano.

Havia também as andejas⁹³, que se aboletavam nas rua-da-palha, altos-do-bode das sedes municipais e percorriam certas barracas dos seringueiros, disfarçando as viagens com a venda de bugigangas. Evitavam, por esse engano ingênuo os comentários, as intrigas e as proibições da roça⁹⁴.

Esse processo de construção semântica, possui no plano simbólico uma necessidade do autor de assumir aquele espaço regional para si. Uma apropriação do espaço do interior amazônico e, também, daquele tempo que no caso do autor na maioria de suas obras dava uma ênfase ao passado, especialmente ao período áureo do ciclo da borracha. Neste sentido, esse tipo de regionalismo nomeador torna-se um tipo de estratégia literária para concorrer com os paradigmas europeus e norte-americanos, tais como o exotismo.

No entanto, a Amazônia retratada pelo autor encontra-se na margem do processo de modernização global, assim sua posição marginal lhe desloca dos espaços onde os fluxos, o desenvolvimento da ciência, da técnica e da informação, mais comumente identificadas nos processos de interação que giram em torno do centro. Essa dependência expressa de subordinação, a ideia de que o desenvolvimento dessas regiões estão submetidas (ou limitadas) pelo desenvolvimento de outros países e não eram forjadas pela condição agrário-exportadora ou pela herança pré-capitalista dos países em estado de subdesenvolvimento, mas pela forma de desenvolvimento capitalista do país e por sua inserção no capitalismo mundial.

Neste sentido, escritores da margem, escrevendo sobre a margem criam novas estratégias universalizantes e novos posicionamentos culturais entre as “zonas ocultas” das histórias centrais (SARLO, 2010), neste sentido, cria-se uma nova visão sobre o Pensamento Social Amazônico, pois ao invés de compreendê-los sob o uma ótica estrangeira, é possível assumir uma análise sob um ponto de vista interno, periférico, ou seja, uma recusa de compreender Maia a partir do centro como um lugar de emanção da verdade.

A obra de Álvaro Maia no plano simbólico produziu um discurso sobre a identidade do seringueiro que, segundo o autor, seria a maior representação da caboclitude. Daí a relevância desta personagem. Os capatazes, os escreventes,

⁹³ Andeja: mulher fácil, servindo aqui e ali (Fonte Glossário de Maia 1997, p. 371).

⁹⁴ MAIA. Op. cit. p. 94.

entre outros, eram personagens secundários em sua obra. A formação da identidade do seringueiro a partir de sua relação de trabalho foi um dos temas centrais para o autor. Inspirado na negritude de Sartre, Maia se torna um dos maiores interlocutores do movimento da Caboclitude da literatura amazonense. A negritude em Sartre surge como um movimento de recuperação da linguagem do povo negro, contra imposições imperialistas da própria linguagem que dominavam as raças através da linguagem. Partindo deste princípio, Maia se apropria da linguagem cabocla criando ontologicamente “ser-no-mundo” do caboclo.

Essas narrativas e historietas, colhidas entre os seringueiros nos bancos de latadas e canoas, são verídicas ou produtos da imaginativa popular.[...] A linguagem foi um pouco modificada e atenuada nas expressões fesceninas, inerentes aos primeiros exploradores e aos atuais moradores. Falharia à verdade se torcesse suas palavras e pensamentos. Demais, é um livro de crônicas seringueiras e operários da selva. Espécie de folclore pioneiro- caboclitude para imitar negritude, qualidades comuns às atitudes e às condutas dos caboclos do interior

[...]

O caboclo, o amazônida, não foge a esse conceito magistral, próprio aos grupos que se misturam, se confundem, se plasmam ou se perturbam, na formação do homem robusto de amanhã, egresso do heroísmo e cobardias na conquista dos novos continentes.

Caboclitude Amazônia, caboclitude planiciária...⁹⁵

Neste sentido, Álvaro Maia cria uma linguagem identitária regional, o papel de representante da caboclitude lhe conferiu o uso de determinados meios discursivos nos quais lhe foram autorizados o uso através da institucionalização destas posições sociais, pois uma vez que o autor recebe do grupo social o papel de locutor, por sua vez irá comandar o acesso a esse discurso. Este processo lhe confere uma abertura institucional a expressão e representação deste discurso e portanto, a própria participação no quinhão da autoridade institucional (BOURDIEU, 1996b).

Todavia, a publicação dos livros *Banco de Canoa e Nas Tendões de Emaús*, ambos na década de 1960, revelam uma crueza e desilusão diferente das publicações das décadas. O autor então com 70 anos, já não demonstra tamanha preocupação em “amenizar” as desigualdades sofridas pelo

⁹⁵ MAIA. Op. cit. p.8.

trabalhador do seringal, nesse sistema de extração que predominou na região amazônica. Identificando-se com a índole do ribeirinho, procurou neste momento se afastar de qualquer tipo de política corrupta que degradava o homem do interior, como ele afirma em seu livro auto-biográfico *Nas Barras do Pretório*⁹⁶: “Minha vida sempre foi simples, até por filosófica índole de ribeirinho”.

O misticismo que era uma característica marcante na trajetória inicial de Álvaro Maia, retorna em suas obras finais revelando um Maia reflexivo, reavaliando sua vida literária e política. É interessante salientar que tais características vem de encontro com o período em que sofre sucessivas derrotas eleitorais. Em carta à Álvaro Maia, o escritor João Leda revela surpresa e admiração com a forma com que o político encarava as acusações de enriquecimento ilícito: “Eu, de mim, confesso que jamais atingiria aquela placidez espiritual na tosquia de cerdos”⁹⁷. Note a referência a capacidade de sofrer as acusações sem demonstrar um revide contra seus algozes, Leda ainda afirmava nesta carta que não possui tamanha serenidade, por seu temperamento mais explosivo, diante de acusações “injustas”.

Mendonça de Souza⁹⁸ (1969), na polianteia sobre a morte de Álvaro Maia, também registrou a admiração com a qual Maia encarava as críticas contra sua atuação política, sempre mantendo uma atitude discreta e não revidava com as mesmas armas seus inimigos políticos. O homem místico respondia através de sua literatura com um tom espiritualista sobre sua atuação política. O uso desse discurso reforçava a imagem do líder místico, que depois de décadas na política não poderia mais encarar o estereótipo de líder messiânico, mas o de mártir que se sacrificou em nome da causa do bem.

No livro *Tendas de Emaús* (1967), Maia dedica-se a temas sobre a espiritualidade, no conto *Os santos não precisam de médicos*, escrito originalmente em 1954, no seringal do Goiabal, o autor faz uma reflexão sobre sua atuação literária e política como uma espécie de missão divina, que apesar de sofrer duras críticas, faziam parte de um propósito divino escolhido para apenas alguns “virtuosos”, que estariam predestinados a se sacrificar em nome da humanidade assim como Jesus Cristo o fizera, Maia começa a usar então a

⁹⁶ MAIA. Op. cit. p. 88.

⁹⁷ Ibidem. p. 42.

⁹⁸ Cf. Revista Da Academia Amazonense De Letras. Op. cit.

ideia de sacrifício em nome de uma grande causa como uma justificativa para seu desgaste político nas décadas de 1950 e 1960.

No entanto, as mensagens de Maia, já velho, revelam também um escritor mais soturno, com um forte apego à melancolia e ao desejo do encontro com o paraíso, as mensagens deste livro já revelam um tom de despedida ou de balanço de sua participação terrena. É como se a morte, com todo o seu mistério, mexesse com todas as suas crenças de origem católica e não tendo como depositar sua melancolia, ele encontrasse um refúgio no além da vida, onde ele receberia a sua recompensa. Neste sentido, sua missão de engajar-se na política poderia ser justificada pela condição de mártir.

Tecendo críticas à história do catolicismo, ele se questiona quem são realmente os santos? Que em nome de Deus cometeram as maiores atrocidades da História da Humanidade, divinizando conflitos (Guerra Santa, entre outros), onde conquistavam povos e os prendiam pela fome e pela fé, golpeando em defesa de um idealismo cristão. Assim, o processo de constituição dos países democráticos segundo o autor foram construídos debaixo de vários crimes e perda de vidas, e os tratados e convenções a respeito de direitos universais, legitimados por representantes de Deus, não geraram a liberdade entre as classes, apenas fomentaram regimes escravistas e ditatoriais.

Em tom catequizador o autor propõe uma reflexão sobre a vida, o Estado. Suas divagações constatam que as ideologias que fundamentaram o estado brasileiro e a política do Amazonas não geraram todas as transformações que ele imaginava, apesar de ter sido acusado de criar ideologias para garantir os interesses de grupos ligados a extração gomífera, devido à sua literatura nativista e seus programas econômicos serem voltados para a valorização da borracha. Entretanto, o discurso possui duas dimensões ilocutórias: uma dimensão voluntária, ou seja no caso alvareano os atos voluntários imbuídos no interior de seu discurso (literário ou político), isto é suas intenções; e a outra dimensão ligada às convenções linguísticas existentes, ou seja, os grandes discursos formados dentro da ambiência intelectual e política na qual o autor estava envolvido (SKINNER, 2005).

Assim a produção literária de Maia com um forte apego espiritualista revela, que ele lia constantemente a Bíblia e dela retirava vários versículos, personagens, inclusive ideias, como no trecho: “Envio-vos como cordeiros na

mão dos lobos. Aprendei de mim a sêr mansos; si vos baterem numa face, apresentai a outra, e si vos tirarem a túnica, abandonai também o manto”⁹⁹. O trecho contém citações dos livros de Lucas 10:3 [Envio-vos como cordeiros na mão dos lobos]; Mateus 11:29 [Aprendei de mim a sêr mansos]; e Lucas 6:29 e encontrado também em Mateus 5: 39b, 40 [Si vos baterem numa face, apresentai a outra, e si vos tirarem a túnica, abandonai também o manto], esse versículo também se encontra No Evangelho Segundo o Espiritismo de Allan Kardec (1866), esse trecho revela a similaridade das divagações espiritualistas de Álvaro Maia com o espiritismo.

No capítulo *Oração de São Francisco*, Maia revela seu posicionamento mais claro sobre a fé cristã, e tece críticas a igreja católica, propondo um maior sincretismo entre as religiões, criticando a vaidade de alguns padres. Observamos essas críticas veladas à igreja católica através do uso das expressões “túnica comprida”, “batinas vaidosas”. Segundo Brum (2009), na literatura brasileira encontramos vários escritores, dentre os quais Machado de Assis, Manoel Bandeira, entre outros, que não se identificavam ideologicamente com o catolicismo, mas utilizavam a religião católica para compreender alguns dilemas do homem através da religiosidade. Neste sentido, não podemos identificar Álvaro Maia como um anti-católico. Em seu livro auto-biográfico *Nas Barras do Pretório* (1958), menciona cartas sobre sua relação com inúmeros clérigos do Amazonas, dentre os quais Dom Pedro Massa, da ordem dos Capuchinhos, entre outros. Neste sentido, o fato de Álvaro Maia produzir tais críticas neste livro revela-o com autor ligado aos problemas e assuntos de seu tempo.

Em sua obra Maia sempre construiu diversos personagens do clero, com características “mundanas”, que revelam no entanto a proximidade desses comportamentos descritos com o próprio processo de religiosidade no interior do Amazonas, onde os pecalhidos eram tolerados, caso contrário ninguém permanecia na Igreja, como podemos destacar na personagem de Padre Silveira no livro do *Beiradão*, o padre tinha um filho; Padre Luís em *Banco de Canoas*, que tolerava os comportamentos pecaminosos do Coronel Terêncio por ser um homem poderoso, ou o Padre Silveira e suas inúmeras afilhadas (amantes).

⁹⁹ MAIA, Álvaro. *Nas Tendas de Emaus: Temas espiritualistas*. Manaus: Editora Sergio Cardoso; 1967. p. 98.

Afinal era fruto de seminários brasileiros que não eram tão rigorosos quanto os europeus, no livro *Banco de Canoa*. Note-se que apesar das condutas “pecaminosas”, foram os padres significativos para autor, para a formação da religiosidade do homem interiorano, a atuação desses padres nessas comunidades ultrapassavam a função de clérigo, eram farmacêuticos, faziam partos, conselheiros políticos, assim adquiriam o respeito e a admiração da população, portanto, essas personagens não foram construídas de maneira depreciativa por Maia, ou não estava tão preocupado com a essência do sacerdócio, mas essas personagens revelam a realidade de seu tempo.

Do ponto de vista estético os textos são fortemente carregados de Simbolismo com o uso de letras maiúsculas para destacar determinadas palavras tais como: “Médico Supremo” referindo-se a figura de Jesus, como o único agente capaz de curar os males da humanidade, ou a expressão “TUA Mão”, no qual o autor justifica sua motivação por um engajamento político devido ao direcionamento divino. Neste sentido, Maia reforça a construção de que sua atuação política foi um sacrifício feito em favor salvação do Amazonas, tal qual Jesus Cristo o fez com a crucificação em favor da salvação da humanidade, por este motivo, as críticas feitas à sua política fazem parte do preço que ele deve pagar por ter assumido essa missão divina.

Saindo da usual temática sobre Amazônia, e da valorização da borracha, Álvaro Maia então com setenta anos demonstra uma mudança temática, apesar do tema místico estar presente ao longo de sua obra, estaria preocupado com seu leitor usual? Ou com as representações políticas que marcaram sua ideologia e programa político? O ponto central é que através da leitura do livro *Nas Tendas de Emaús*, podemos ainda identificá-lo com suas temáticas tradicionais, e ao mesmo tempo observar uma preocupação com a transcendência, no entanto, essa preocupação do ser-no-mundo possui um caráter social, pois torna-se uma crítica ao discurso cientificista e racionalista no qual o próprio autor estava imerso, daí o tom irônico com que hermenêutica alvareana apresenta. Segundo Gadamer (2004), as representações contidas nos símbolos gráficos, os significados implícitos do texto, nos auxiliaria em encontrar um elo entre o signo e o significado, ou seja, Maia ao propor esse tipo de transcendência reconstrói um tipo de discurso e conhecimento sobre o homem e seu objeto de conhecimento.

Assim ao utilizar a Bíblia como elemento legitimador de sua ideia de transcendência, revela que suas reflexões sobre sua vida particular, e sobre o estado do Amazonas, mostram uma tentativa do autor em demonstrar as bases da sua missão terrena, a política e como essa missão alcançou seu êxito, pois ele semeou uma ideia que agora se propagaria no terreno fértil do coração de homens bons:

Deves ser o agricultor das boas plantações. Ensina teu irmão a semear grãos de generosa produção, que alimenta e dessedenta semelhantes. Procura evitar as negras sementeiras do ódio, que aniquilam e calcinam, matando os canteiros e pomares

Se êle fincar o ódio, vai arrancá-lo, mesmo que não o veja, nem espere recompensa.

Estuda as criaturas com quem vives, estuda-lhes os recalques, os sentimentos, os motivos que deflagram em raivas incontidas. Não acendas o fosforo, perto da pólvora, nem o atires aos capinzais em resclado. Há corações feitos de pólvoras e de capinzais ressequidos.

Há os que se consideram intocáveis, intocáveis os do mesmo sangue. Deixa insultar, ferir, sofre pelos pequenos, humilha-te pelos humilhados, - e estarás servindo a Jesus¹⁰⁰.

Assim, através da transcendência espiritual ele propõe que todas as religiões levam a Deus, e que por isso não devem ser menosprezadas. Esse novo tipo de evangelho de Cristo, de inspiração kardecista, revela a preocupação do autor em demonstrar que em um contexto de transformações políticas e sociais, nas quais ele testemunhou guerras, crises econômicas, ditaduras e democracias, era necessário uma relação de verdadeira união entre pessoas, para a construção de uma sociedade melhor e mais humana.

Portanto, diante das inúmeras temáticas encontradas na literatura alvareana, é possível perceber em Álvaro Maia que como um leitor de seu tempo, ele tentou denunciar as mazelas do homem, como no caso dos sofrimentos do seringueiro. Como um intelectual que via na literatura sua missão, ele pretendia construir uma sociedade verdadeiramente democrática, para isso saiu do plano das ideias e se engajou na política. Como um amazônida, buscou nos elementos nativos construir a identidade de um povo. E como um político, viu na literatura uma possibilidade de legitimar suas ideias políticas e se tornar um representante de um grupo.

¹⁰⁰ MAIA. Op. cit. p. 192.

Capítulo 3

O Projeto Político e Intelectual de Álvaro Maia

Gramsci (apud MONASAT, 2010) inicia seus escritos sobre o papel dos intelectuais na sociedade moderna a partir de um questionamento: “Os intelectuais constituem um grupo social autônomo e independente ou cada grupo social possui sua própria categoria especializada de intelectual?” (p.92). A partir desta arguição o autor italiano procura identificar através dos intelectuais uma função orgânica de consolidação de um *status quo* ou de uma perspectiva de mudança.

Neste sentido, surge um questionamento em relação ao projeto político e ideológico de Álvaro Maia para o Amazonas, como foi abordado nos capítulos anteriores desta pesquisa. Maia empreendeu inúmeras ações políticas no sentido de garantir sua inserção e permanência no campo político, quando se insere em 1930 no cargo de Interventor até seu último mandato como Senador na década de 1960, em plena Ditadura Militar.

Concomitante a esta trajetória política, teve uma extensa produção literária, que passou pela publicação de crônicas políticas, romances, poesia entre outros. Por este motivo, quando se analisa as mudanças de intencionalidades literárias e ideológicas e a persistência em determinados programas políticos, compreendemos que tais posicionamentos em muito se assemelham ao de intelectuais brasileiros da primeira metade do século XX, que construíram um esforço explicativo, para compreender o atraso nacional, levando a uma necessidade de envolvimento político direto no sentido de tentar sanar as feridas deixadas pelo colonialismo.

Todavia, a preocupação em forjar a nação através do engajamento político não daria conta de responder, como Maia, um representante dos setores economicamente dirigentes ao longo de sua vida política. Continuou a publicar livros que revelavam a dura realidade do seringueiro, mostrando a crueza das condições na quais o homem do norte foi envolvido pelo processo civilizatório na Amazônia. Apesar de sua obra literária ser repleta de ambiguidades, pode ser considerada como um estudo social sobre as relações de trabalho do principal sistema extrativo no Amazonas na primeira metade do século, com um forte caráter etnográfico e sociológico, tornando-se um retrato fiel de seu tempo.

Segundo Norberto Bobbio (1997), o intelectual é um agente capaz de fornecer os princípios-guias para a sociedade. Neste sentido, a atividade política e intelectual de Álvaro Maia expressavam essa intencionalidade. No entanto, o posicionamento intelectual na sociedade não serve como única chave explicativa para compreender sua trajetória. A intencionalidade de Maia nas suas publicações literárias e em sua atuação política sofreu inúmeras ingerências, dentre as quais a relação com as elites políticas locais, servindo também como uma fonte explicativa sobre o modo como se deu o processo de profissionalização de um literato no Amazonas.

A militância política de Álvaro Maia refletiu no projeto literário de construção da identidade cabocla, uma complementação no plano prático. Ou seja, o seu engajamento político a partir da década de 1930 não significou um corte de interesse em sua trajetória literária e intelectual. Sua inserção na política vem de encontro à missão dos intelectuais deste período de forjar a nação, ao passo que a indicação ao cargo de Interventor no período do governo varguista, tornou-se uma estratégia do estadista no sentido de ampliar o espectro de sua administração. Maia se consolidou na política através da defesa dos setores ligados ao comércio e o extrativismo, ao passo que mostrava-se adepto de causas populares e cívicas.

Em seu primeiro mandato como Interventor observamos uma preocupação com a moralização política. Apesar de sua exoneração em 1931, após o incidente com Tribunal de Justiça¹⁰¹, Maia revela uma ação política de caráter modernizador. Defensor de um liberalismo progressista, como uma oposição ao liberalismo individual, conservador e oligárquico. Maia buscou

¹⁰¹ Após a decisão do Superior tribunal de Justiça de deferir um pedido de habeas Corpus em favor de Abdon Villareal, colombiano, acusado de estupro. Tal decisão causou diversos protestos populares, que desagradou ao então interventor Álvaro Maia que decretou o ato 699, de 25 de junho de 1931, no qual dissolvia o Superior Tribunal de Justiça:

“26 de junho de 1931 (Diario Oficial) n°10.853

(Acto) n°699

O Cidadão ÁLVARO MAIA, Interventor Federal do Estado do Amazonas, por nomeação do Governo Provisório da República,

Resolve

Art. Único- Dissolver o actual Tribunal de Justiça do Estado, ficando aposentados os seus membros, de acordo com a legislação em vigor, revogadas as disposições em contrario.

Palácio Rio Negro, 25 de Junho de 1931.

Álvaro Maia

Interventor Federal

Francisco Pereira

Secretário de Estado” (apud GARCIA, Etelvina. O poder Judiciário na História, 2002. p. 51)

conciliar as políticas de valorização da borracha, com um planejamento estatal. Neste sentido, o discurso de garantias individuais do trabalhador, faria parte da agenda pública, e deste modo serviria de parâmetro regulador da ação governamental. Apesar de que essa inclusão dos novos grupos sociais ampliando sua participação política, ficou mais em um plano ideológico do que verdadeiramente prático.

Essa perspectiva revela uma contradição entre sua ideologia política e sua ação política, pois nos livros publicados, principalmente na década de 1950, Maia critica as práticas políticas no interior, denunciando os votos de cabresto, ou as eleições compradas. Neste sentido, o uso da valorização do seringueiro servia como um discurso legitimador, no entanto sem focar soluções concretas. Por este motivo, não podemos encontrar nas ações políticas de Maia, uma ação que o colocasse de fato em uma condição de diferenciação dos grupos políticos tradicionais que ele criticava.

Como explicar a influência que Maia continuou exercendo sobre as classes políticas e intelectuais mesmo após o fim do regime varguista, do qual foi um dos maiores representantes no Amazonas? Além da intensa dedicação e da atividade mantida por ele, mesmo sem assumir cargos na administração, visto que após seu último mandato de governador do estado, só retorna ao poder no cargo de Senador em 1967, três anos antes de sua morte. Álvaro Maia continuou exercendo influência moral sobre a classe política amazonense como podemos observar na atuação intelectual e política de Arthur Cezar Ferreira Reis.

3.1. Uma elite política amazonense

Durante a década de 1930, Álvaro Maia participou de inúmeras atividades políticas. Foi Interventor do estado do Amazonas durante o período de 1930 a 1931. Nas eleições elege-se para a bancada amazonense à Constituinte. Sua atuação na Constituinte foi decisiva para o fortalecimento de seu capital político, elegendando-se em 1934 Governador Constitucional. Tais atividades possibilitaram sua nomeação ao cargo de Interventor em 1937, no período do Estado Novo.

Na década de 1930 sua atuação política se encaixa em uma espécie de personificação do varguismo no Amazonas. Apesar de manter uma política em

consonância com os interesses do governo central, Maia procurou construir uma política de equilíbrio em relação ao orçamento público. Segundo Santos (1996), baixou setecentos atos, no sentido de regularizar situações indesejáveis ou tomando providências reivindicatórias. Sob a égide da centralização política do governo central, unificou os serviços públicos do município e do estado. Pleiteou insistentemente junto ao Delegado Militar do Norte uma política nacional de defesa e valorização da borracha, aos moldes das políticas de defesa do café. Anulou várias concessões latifundiárias, atuando no combate à lepra e investiu em melhorias na educação (cf. NORMANDO, 2014).

Como um representante de setores tradicionais da economia do Amazonas, ele mostra neste tipo de ações uma preocupação em modernizar e racionalizar a *máquina pública*, visto que durante a década de 1920, seu discurso criticava justamente a ineficiência da administração pública, pela sua morosidade e corrupção.

O cenário da borracha na década de 1930, era preocupação em virtude do aumento da produção asiática. Desde 1910, junto aos primeiros sinais de crise da exportação da borracha silvestre, o governo do estado e a Associação Comercial não deram a real importância ao problema, acreditando ser uma fase passageira. Em 16 de março de 1930, em assembleia geral da Associação do Comercial do Amazonas, criaram um comitê para a defesa da borracha silvestre, inspirado na tese de Cosme Ferreira Filho apresentada no mês anterior¹⁰². A finalidade deste comitê era promover a conferencia sul-americana da borracha, a fim de debater soluções para a crise e a desvalorização da hévea na região. Neste sentido, nota-se que tanto o governo do estado do Amazonas como

¹⁰² As seis teses defendidas por Cosme Ferreira Filho junto à Associação Comercial do Amazonas, em 1930 foram:

“1-Estabelecer o ponto de vista brasileiro na questão internacional da borracha.

2-Promover, em virtude desse ponto de vista a independência econômica e técnica da borracha silvestre amazônica.

3- Transformar a referida borracha em manufactura, nas praças de Manaós e de Belém, como único meio de obter-se a desejada independência técnico-econômica.

4- Converter o ponto de vista sul-americano, de maneira a interessar os demais países limítrofes, produtores de borracha silvestre.

5- Promover a reunião de um congresso internacional dos países produtores de borracha silvestre, para examinar e adoptar o ponto de vista brasileiro.

6- Convocar, finalmente, para esse congresso, que deverá reunir-se no Rio de Janeiro, a Bolívia, o Perú, a Colombia e a Venezuela, e assentar, com esses países, todos os planos necessários à realização do ponto de vista sul-americano, em todos os seus aspectos e detalhes.” (Revista da Associação Comercial do Amazonas, 1930, s/p).

Associação Comercial, não tomaram medidas práticas no sentido de intervir no problema econômico, como fizeram os produtores do café no sudeste.

Somente em 1943, organizou-se a Conferência da Amazônia para a “batalha da borracha”, sediada em Belém, com a presença de Maia então interventor do estado do Amazonas. Esta iniciativa foi fortemente motivada pelo aumento do preço, devido o impedimento do fornecimento asiático por conta da guerra.

Álvaro Maia surge como interventor em 1930 num cenário de tensões políticas, em todo o país. No Amazonas além da instabilidade do contexto nacional, à crise da borracha somava-se a insatisfação em relação ao cenário político, com a centralização das elites oligárquicas no poder. Com o governo provisório de Vargas começa a política dos interventores que objetivava por homens de confiança de Vargas em todos os estados, afim de centralizar o poder na esfera federal.

Segundo Pandolfi (1980), os interventores federais do norte, representavam o modelo ideal de interventor. A escolha se dava a partir dos seguintes critérios: ser estrangeiro, ser militar ou ser neutro politicamente. O caso de Álvaro Maia se encaixa nestes requisitos devido a sua neutralidade política. Segundo a autora a escolha era feita em virtude da falta de identificação com os grupos políticos que se espriavam no poder, antes de 1930.

Álvaro Maia, apesar de vinculado aos grupos dominantes, neste momento se apresentava como um agente destituído de raízes partidárias, por surgir durante a década de 1920 como uma liderança intelectual e esse perfil se encaixa com os interesses de Vargas de criar uma política de centralização do poder.

Diante do desafio de construir uma política de centralização alinhada com o governo central e a crise da borracha, passou a nomear todos os prefeitos dos municípios, sendo que entre estes, nomeou seu irmão Antônio Botelho Maia (entre 1937-1938). Quando pressionado a rever sua decisão em relação a dissolução do Superior Tribunal de Justiça, inconformado, exonerou-se do cargo e afastou-se provisoriamente da política local, permanecendo no Rio de Janeiro na condição de inspetor de ensino secundário e professor do Ginásio São Bento e da Escola Alemã.

A trajetória política de Maia está intimamente atrelada à estruturação do sistema econômico do extrativismo durante este período. Foi um dos políticos que desenvolveu uma política de defesa da cultura extrativa para a região, ao passo que nessa década o Brasil já experimentava seus primeiros investimentos na área da industrialização.

A economia da Amazônia já nasce com um perfil extrativista, exportador e dependente para mercados externos. Em 1800, a Amazônia não consegue impulsionar a exportação de outros produtos em outras regiões do país como o caso do café, fumo, cana-de-açúcar, entre outros, coube a borracha o papel de produto dinamizador da economia local. Em seu período de apogeu da borracha, 50% da renda do setor primário vinha dela e de outros setores da economia (indústria, comércio e serviços) que estavam ligados direta e indiretamente à essa cultura extrativa. Durante o período de 1920 até meados de 1940, a região passou por um novo estímulo de demanda por este produto, mas sem o fôlego do primeiro ciclo. Além de um aumento de diversificação de produtos que resultou no aumento das receitas do estado do Amazonas, sem contudo apresentar a recuperação necessária que o estado ansiava.

Álvaro Maia construía uma política conciliatória entre os setores dominantes da economia gomífera e os interesses do governo central. Segundo Codato (2008), as elites políticas que estavam no poder, passaram por um processo de reorganização do exercício do poder, com a ascensão de um novo tipo de profissionalização da política, fortemente atrelada a burocratização da máquina pública. Neste sentido, as medidas tomadas por Álvaro Maia durante este período, revelam uma tentativa do interventor em racionalizar o governo do estado.

A atuação política alvareana foi longa, no entanto alguns momentos foram decisivos para compreender seu processo de profissionalização política. Neste capítulo procuraremos nos deter nas vezes que assumiu o cargo de executivo do estado, pois reflete o processo de legitimação e de maturidade política, observando que se coloca como uma força política, que consegue conciliar diversos setores sociais.

Todavia, no ano de 1930, Maia ainda sofria com a falta de autonomia entre uma espécie de desarmonia entre suas condições sociais de produção no campo político e social, isto é, ele ainda construía sua autonomia no jogo político.

O golpe de estado de 1930, trouxe um contorno diferente para o processo de institucionalização política brasileira, pois criava uma institucionalização burocrática e tentava construir uma separação entre o poder político e o poder econômico. Contudo, neste período não houve no Brasil uma política institucional de fato, com os trâmites deste processo tais como: eleições, partidos parlamentares, entre outros.

Segundo Bobbio (1986), em uma sociedade sempre existe um pequeno grupo, que de alguma forma é a detentora do poder, sendo este grupo capaz de reunir condições estratégicas de exercer o controle do poder decisório no campo político, ideológico e econômico. Essa elite política detém o controle do campo político na maioria das sociedades tradicionais e modernas, organizando inclusive institucionalmente.

Em sua busca por conservação do poder essa elite política engaja-se na manutenção das estruturas sociais a fim de garantir seu prestígio, através do monopólio do poder político, ou ainda incentivando determinadas condições de transformações nas relações econômicas, políticas e sociais, com a finalidade de garantir a manutenção de sua posição de comando. A década de 1930 sofreu transformações que revelam esse processo, pois havia um conflito entre a tradição agrária e a modernidade urbano industrial. Neste contexto, os grupos detentores do poder que buscavam incentivar essas transformações eram manejados no sentido de melhor garantir os interesses dessa elite política.

Durante este período cria-se uma ideologia da racionalização das práticas administrativas, mesclando dois tipos de ideias próximas do antigo notável¹⁰³ (oligarca rural) e o especialista (o profissional liberal urbano: advogados, médicos, engenheiros, etc). Neste sentido cria-se um novo tipo de grupo político, o grupo transitório, entre esses dois tipos ideais. A principal tarefa deste grupo era manter seus mecanismos de participação e engajamento dentro de um contexto de centralização política. Por este motivo, a região e a territorialidade tornam-se o discurso desta elite no sentido de manejar as

¹⁰³ Segundo Max Weber em seu livro *Economia e Sociedade* (1999), ao estudar o gentileman na Inglaterra burguesa, os notáveis seriam um grupo que por sua posição social e econômica, encontram-se em condições de dirigir e administrar, tendo a política como profissão secundária, não tendo na prática política a forma principal de aquisição de seus rendimentos.

relações de poder em âmbito regional e assim não perderem seu status de grupo dominante.

Esse tipo político entre o bacharel e o coronel predominou na elite política brasileira, neste período, em um ambiente social onde predominava social e ideologicamente a oligarquia. Maia representa, portanto, uma figura de transição, era um notável (no sentido weberiano), pois sua carreira política ainda na década de 1920 se inicia sem o usufruto das rendas da máquina pública. No entanto na década de 1930, quando se apropria da dinâmica do jogo político, se tornou uma espécie de profissional em transição entre o burocrata, o bacharel e o não-partidário (conforme Mills, 1981). Apesar destas definições servirem apenas como aporte teórico no sentido de elucidar as ambiguidades envolvidas no processo de legitimação e de profissionalização política de Álvaro Maia.

O regime varguista procurou “descasar” a classe economicamente dominante da classe dirigente, constituindo assim uma classe política de profissionais intelectuais (CODATO, 2008). Álvaro Maia incorpora em seu discurso político a lógica da eficiência, neutralidade e objetividade na prática política. Por este motivo, em seus livros denunciava a política do coronelismo ainda muito forte principalmente no interior do Amazonas. Neste contexto, a inserção do político profissional de transição é resultado do fortalecimento do Estado federal forte e centralizado.

A elite amazonense representa de forma clara esse processo de transformismo e readaptação do campo político brasileiro. No Relatório Anual do presidente da diretoria da Associação Comercial do Amazonas (ACA), apresentado na sessão de assembleia geral, em 15 de março de 1931. O então presidente da ACA Aluízio de Araújo, declara o apoio ao novo governo ressaltando que manterão uma relação de harmonia com o governo atual, bem como demonstraram em relação ao governo anterior, o governador militar o tenente-coronel Floriano da Silva Machado, assim mostravam seu apoio a Álvaro Maia e ao governo de Getúlio Vargas:

Tanto da Junta Governativa, como dos demais chefes do governo do Estado, tem esta Associação Commercial recebido provas inequívocas de consideração e apreço, às quaes tem procurado retribuir, não servindo, porém, isso, de entrave às reclamações justificadas que tem apresentado à consideração dos governantes, visando sobre os altos interesses do

commercio que representa. Agora mesmo pendem de soluções diversas reclamações apresentadas ao digno sr. dr. Álvaro Maia, Interventor Federal que prometeu estudal-as com o maior interesse e, estamos certos, a sua decisão será favoravel, porquanto esta Associação sempre tem timbrado em fazer solicitações justas e rezoáveis¹⁰⁴

É interessante salientar o processo que cooptação dessa elite local, pois esta transita entre garantir os interesses da comunidade local, bem como questões mais amplas do Estado e da nação (MILLS, 1981). No caso da elite amazonense, aqui representada pela Associação Comercial do Amazonas (ACA), buscava garantir a valorização dos produtos agroexportadores tais como a borracha, a castanha, entre outros, ao passo que demonstrava uma relação afinada com o processo de integração do estado do Amazonas à nação centralizada e o Estado forte e autoritário. Apesar de que, essa demonstração de apoio possa se revelar também como uma estratégia para não perder sua condição de elite dominante, diante de um cenário de transformação dos atores políticos.

No Amazonas, as elites tradicionais precisaram superar seus interesses arcaicos, voltando-se para a inovação e tal processo se deu pela ascensão de um grupo do qual o próprio Álvaro Maia pertencia. Neste sentido, era necessário que se legitimasse o Estado autoritário como uma instituição legal, para isso o reforço ideológico na ideia de nação, ao passo que a elite regional oportunamente manejava sua participação e engajamento no poder.

Dorineth Bentes (2008), atenta para o fato de que essas elites criaram uma série de políticas de embelezamento da cidade de Manaus, como um projeto de modernização para a região. Os sucesso das décadas de 1910 e 1920, onde o estado do Amazonas enviou representantes para grandes eventos na Europa e no sul do país, reforçava a convicção das autoridades locais quanto aos rumos do desenvolvimento urbano do Amazonas.

A profissionalização de Álvaro Maia na política se reflete, a partir do processo de investidura que perpassou pela sua própria relação com a elite política local, bem como a forma como construiu uma rede de relações que se alinhavam aos interesses do governo de Vargas. Sua legitimação construída nos

¹⁰⁴ Revista da Associação Comercial, 15 de março de 1931. s/p.

anos de 1920, conferiu-lhe uma notoriedade no mundo das letras que convergia com sua própria missão intelectual de engajar-se na política. No entanto, é necessário compreender que a primeira Interventoria de Álvaro Maia, fazia parte, de uma espécie de “depuração” do seu capital político.

Durante a década de 1920, a partir do momento da proclamação do discurso *Canção de Fé e Esperança* (1923), Maia fez uma espécie de *investidura* política, que segundo as palavras de Bourdieu (1989, p. 192) trata-se de um “acto propriamente mágico de instituição pelo qual o partido consagra oficialmente o candidato oficial a uma eleição e que marca a transmissão de um capital político”. No período de sua primeira nomeação ao cargo de interventor, Álvaro Maia ainda possuía capital político suficiente para garantir sua total consagração no campo. Por este motivo sua exoneração do cargo em 1931, reflete um processo de *depuração* do seu capital político, onde se deu a compreensão do processo de estabelecimento da elite local no sentido de que não haveria uma total substituição por outra. Neste sentido, Maia amadurecia na lógica do jogo político local, ao mesmo tempo em que criava um discurso afinado aos interesses do governo central.

Durante os anos de 1930 a 1933, a região norte sofreu intensa instabilidade política. Havia uma preocupação por parte do governo provisório de Getúlio Vargas de que essa instabilidade enfraquece o governo central, devido a uma forte campanha dos revolucionários do norte em relação ao sul ou ao centro do país. Queixosos das diferenças econômicas regionais, fruto do próprio desenvolvimento da economia capitalista no país, esse grupo além das reivindicações econômicas, passa a fazer reivindicações políticas, dentre as reivindicações a principal seria a oposição a convocação da uma Assembleia Nacional Constituinte, que retornaria o país ao regime anterior a 1930. Assim enquanto outras frentes únicas como a gaúcha e paulista questionavam o caráter não-constitucional do governo provisório, o grupo do norte apoiava justamente esse regime de exceção (DELFI, 1980). Dentro deste contexto Álvaro Maia, após sua exoneração em outubro de 1931, permanece no Rio de Janeiro, envolvendo-se na campanha de reconstitucionalização do país.

Figura nº 04



Álvaro Maia e Getúlio Vargas
Fonte: (BAZE, 2006)

A escolha dos interventores durante o governo provisório trouxe insatisfações às elites locais, pois houve um desajuste entre as forças sociais locais e os “vindos de fora”. No Amazonas, após a interventoria de Álvaro Maia, houve uma série de substituições no cargo de interventor federal, sendo somente Waldemar Pedrosa (14/06/1932-10/10/19320), um típico representante das elites locais, os demais interventores eram todos militares¹⁰⁵. Tal crise se dava pelos elementos tenentistas descontentes com a conciliação entre interventores e os grupos oligárquicos locais, como pelos próprios grupos políticos locais insatisfeitos com sua pouca representatividade nas interventorias federais.

Segundo Delfi (1980), diante desse cenário de crise Getúlio Vargas, escolhia os interventores nortistas obedecendo ao seguinte critério: ser militar, “estrangeiro”, ou ser neutro politicamente. Substituíam os interventores assim que se instalava uma crise na região, deste modo atendia às reivindicações locais, sem abrir mão da centralidade de sua decisão. Deste modo as forças políticas locais lucravam com as substituições dos interventores. No entanto, esse processo era realizado e decidido sob a arbitragem do governo central, que desta forma controlava as crises em seu âmbito e em suas repercussões.

¹⁰⁵ Santos (1996).

Essa relação de forças entre os grupos políticos regionais e o poder central, revelam a própria dinâmica do poder, apresentando uma complexa e ambígua relação entre região e nação. Segundo Bourdieu (1989), o regionalismo e/ou nacionalismo faz parte das lutas simbólicas de um grupo de indivíduos organizados ou coletivamente, que lutam entre si para conservar ou transformar as relações das forças simbólicas correlacionadas (material ou simbolicamente) à identidade social.

A reivindicação regionalista é uma luta contra a estigmatização, pois devido a distância econômica e social da região em relação ao centro, há uma privação de capital (material e simbólico) e neste sentido esses grupos locais lutam contra as características dominantes, centralizando as características locais. No caso dos grupos políticos amazonenses, essa luta se dava na permanência de políticos locais no cargo de interventores federais.

O retorno político de Álvaro Maia na campanha das Constituintes se deu em torno do delicado posicionamento da região norte para o governo varguista. Os interventores do norte defendiam o “espírito puro” da Revolução de 1930. Diante de um cenário de transformação política, não havia mais lugar para o absenteísmo político marcante no posicionamento dos grupos políticos amazonenses no período anterior à revolução. Essa conduta deveria ser substituída por uma interferência mais efetiva nos mecanismos político-partidários.

Em virtude do envolvimento com o tenentismo e a campanha contra a constitucionalização nos anos anteriores, Juarez Távora inicia um trabalho junto aos grupos políticos locais, com uma proposta de unificação do norte e inserção na política nacional. Para esse propósito aconselhava os interventores a criar uma campanha em favor do alistamento eleitoral e as articulações em favor da formação de um novo partido político nacional, sendo reformulada para a criação de um partido em nível estadual. No entanto tais partidos deveriam ter o espírito da revolução (DELFI, 1980).

Neste cenário, Maia permanece no Rio de Janeiro após sua exoneração em 1931, envolvido na campanha pela Constituinte. Em 1932 foram instalados os Tribunais Regionais Eleitorais, fruto do primeiro Código Eleitoral Brasileiro, promulgado em 24 de fevereiro de 1932, através do Decreto 21.076. O código

regularia o alistamento eleitoral, assim como as eleições federais, estaduais e municipais em todo o país.

Em 1933, fundou-se a União Cívica Nacional, uma coligação de diversas correntes da revolução cujo primeiro passo seria a formação do partido nacional. A UCN tinha como principais defesas a representação de classes, o apoio aos sindicatos que estivesse alinhados com a legislação vigente; o apoio à eleição indireta do Presidente, o comparecimento dos ministros ao Congresso e unidade processual e organização do poder judiciário. Vários partidos estaduais filiaram-se a UCN, a região norte estava coesa com o governo central e com Getúlio Vargas, nos estados do centro-sul contavam com o apoio dos Partidos Progressista e Republicano Liberal, no entanto caberia a UCN incluir São Paulo entre os apoiadores e garantir assim o apoio efetivo do congresso para Vargas.

Álvaro Maia retorna para Manaus no final de 1932, com a convocação de eleições para a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte e para organizar a União Cívica Amazonense (UCA), partido filiado à União Cívica Nacional, criada em março do mesmo ano. No pleito realizado em maio de 1933, foram eleitos três dos quatro integrantes deste partido da bancada amazonense à Constituinte, dentre eles Álvaro Maia. No Amazonas, dos quatro candidatos eleitos somente um não fazia parte do partido, o representante da Aliança Trabalhista Liberal.

Note-se que o envolvimento político de Álvaro Maia nas Constituintes de 1933, se alinha com os interesses de Getúlio Vargas de aglutinar políticos que apoiassem a sua candidatura para presidente e desta forma, formar uma coesão entre os grupos políticos locais e o poder nacional. Neste sentido, a participação de Maia, além de lhe conferir legitimação política, lhe confere a condição de portador de uma linguagem autorizada (BOURDIEU, 1996b) para legitimar o novo regime que se constituía.

A linguagem autorizada está ligada a capacidade de se fazer escutar, isto é, além de Maia procurar ser compreendido em seu discurso ideológico, buscava ser obedecido, acreditado, respeitado e reconhecido. Álvaro Maia buscava impor nas situações reais as condições de outorgar aquilo que deveria ser obedecido, no contexto da década de 1930, o discurso do autoritarismo e centralização do poder sobre um grupo onde dominava a oligarquia.

O que estava em jogo nesse processo, era o fato de quem iria receber esse discurso. Segundo Bourdieu (1996b. p.6): “não falamos a qualquer um; qualquer um não toma a palavra”. Supõe-se que todo discurso possui um emissor legítimo que se direciona a um receptor legítimo, esse processo está relacionado à crença, ou seja, escutar alguém é crer nele. No caso de Álvaro Maia, quando ele passou pelo processo de *depuração* durante a década de 1930, seu discurso alcançou a legitimação junto às elites, e em especial as elites locais, uma vez que já tinha alcançado a condição de porta-voz de diversos setores da sociedade durante a década de 1920 (RAMOS, 2010). Neste sentido, trata-se de uma luta pela imposição de uma visão legítima, em um cenário fortemente impregnado pelas oligarquias locais, um Estado autoritário e centralizado necessitava de um discurso por parte de seus representantes que conferisse o reconhecimento necessário para sua permanência como sistema político.

Após passar o ano de 1934 como deputado pela Constituinte, Maia foi eleito em 1935 como governador do estado do Amazonas. Álvaro Maia soube manejar a arte da persuasão política, pois fez com que os eleitores acreditassem nos ideais de um Estado autoritário sem saber de fato, os riscos e incertezas que envolviam um regime ditatorial (MARTIN, 2014). Na publicação do *O Jornal*, Álvaro Maia era mencionado pela publicação como o portador das grandes esperanças da população sendo recebido com grande comoção pública:

Pelo avião da carreira da Panair do Brasil S. A., aquatisado as 16,40 no porto desta cidade chegou à Manaós o dr. Álvaro Botelho Maia governador constitucional. Assim que o aparelho foi avistado, girandolas fenderam os ares, enquanto tiros de morteiros eram disparados em diversos sectores urbanos e suburbanos. A multidão que enchia as ruas da cidade, se apressou ao descer ao **roadway** de Manaós Harbour e adjacências, para homenagear o chefe do executivo amazonense, que é portador das esperanças do povo de sua terra, no desempenho das funções de mais alto magistrado do Estado. Na ponte de desembarque tornava-se quasi impossível a decida, tal a massa compacta que ali se acotovelava para ovacionar o illustre amazonense, que é uma das mais brilhantes expressões da intelligescia desta terra e um de seus filhos mais dilectos, cujo o passado é uma pagina fulgurante de honradez e de civismo¹⁰⁶.

¹⁰⁶ O Jornal, 19 de fevereiro de 1935. p.1.

A força carismática com a qual Maia é apresentado nos registros de jornais deste período, revelam que em seu processo de profissionalização política a elite política local, passou a esperar que essa influência demagógica da personalidade de Maia, proporcionasse a esse grupo a recompensa esperada, do ponto de vista simbólico a satisfação de trabalhar com uma entrega pessoal, por um homem e não por uma causa abstrata de um partido (WEBER, 1999), ou seja, trabalhar pela causa que um líder defende e não um conjunto de interesses medíocres de um partido. Tal elemento “carismático” foi a força motriz de sua liderança.

Em grau latente e num cenário de constante luta estava a política brasileira. E em um cenário de instabilidade política, entre vários conflitos regionais os principais atores eram determinadas pessoas que falavam em nome de seus estados, e seus estados se encarnavam nessas pessoas (CAMARGO, 1999).

A capacidade de persuasão de Álvaro Maia de criar um discurso conciliatório que alinha os interesses das elites nacionais e estaduais e a grande massa, no entanto é a partir da retórica que a prática da persuasão revelará seu caráter político. O que estava em jogo era a capacidade de Álvaro Maia usar sua condição de líder intelectual e político e moldar os julgamentos do grupo. Nos registros dos jornais deste período, tais como *O Jornal*, sempre é referido como o portador de um discurso doutrinador, onde ele próprio sempre enfocava que o estado do Amazonas vivia naqueles dias, tempos de redenção, onde Vargas e o próprio Maia se colocavam na condição de agentes desta redenção.

A nomeação de seus assessores, secretários e prefeitos e o fato de serem oriundos do próprio estado, procuraria liquidar as divisões entre as facções políticas. Segundo Codato (2008), Vargas cria uma solução política a fim de solucionar o conflito entre pró-governo e contra governo. Ao invés de simplesmente nomear cada conjuntura política, submeteu as elites políticas regionais à sua política servindo-se dos quadros provenientes de sua própria elite.

Assim, foram indicados elementos marginais para o cargo de interventor federal como o caso de Benedito Valadares, em Minas Gerais, Agamenon Magalhães em Pernambuco, o próprio Álvaro Maia no Amazonas, entre outros. Neste diapasão, a estratégia de um equilíbrio de forças criada por Vargas sendo

que o mesmo princípio valeira também seus interventores. Neste sentido, sua política era guiada mais por conveniências do que por atitudes definidas ou princípios definidos. É interessante salientar no trecho do jornal abaixo o caráter conciliatório de Maia e forma como busca demonstrar sua relação com os grupos políticos opositores:

[...] uma vez ascendendo ao poder estivesse alheado da política, que significa um bem de governar e que geralmente se tem confundido com politicagem. Esse um dos grandes erros da revolução. Estaria dentro da política da ordem, do trabalho, da liberdade e da justiça. As oposições são necessárias, pois são o clarim que anuncia as victorias. Mesmo dentro dessas correntes, não teria adversarios. Seria um funcionario do povo¹⁰⁷.

A relação entre Álvaro Maia e os grupos opositores, era ambígua pela própria condição de definição explícita de oposicionismo partidário na região, Manoel Severiano Nunes eleito juntamente com Álvaro Maia para o cargo de deputado federal em 1934, que comumente tecia inúmeros elogios e palavras de apoio a Maia, sendo que receberam inclusive homenagem e a inauguração de um retrato no salão principal da sede do Partido Socialista quando foi eleito governador em 1935.

A figura de Álvaro Maia passa a ser tratada como um depositário das esperanças, como no trecho a seguir do jornal sobre sua posse como governador Constitucional em 1935:

Eis ahi, em traços largos, a grande significação da posse do novo governo, a sua physionomia mais preponderante. O sr Álvaro Maia continuando sua trajetoria politica, foi o homem novo escolhido pelas novas esperanças do Amazonas para tomar sobre os hombros generosos essa investidura prestigiosa¹⁰⁸

Essa imagem é reforçada por um personalismo; o personalismo político de Maia se dava pela prevalência de seus atributos políticos. Contudo, segundo Codato (2008), durante este período há uma espécie de personalismo institucionalizado; Vargas ascende ao poder a partir de uma série de limitações jurídico-formais que regulamentariam seu respectivo cargo.

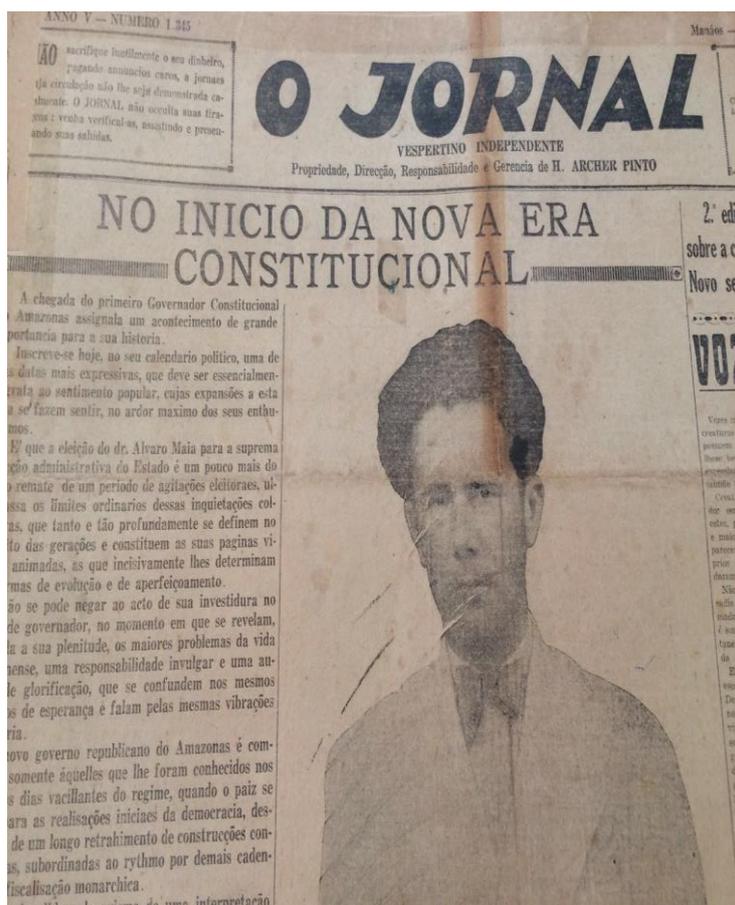
¹⁰⁷ O Jornal. 19 de fevereiro de 1935. p.1.

¹⁰⁸ Ibidem. p.1.

Esse personalismo institucionalizado, vai além das capacidades de carisma, persuasão política ou outros atributos. O presidente confundia os recursos e/ou os interesses da instituição estatal com seus próprios recursos e/ou interesses. Maia encarna no plano regional essa característica. Daí, a partir de 1933 consegue superar os períodos de instabilidade de capital político. Não se deve esquecer que em 1934, diferentemente do que acontece em 1931, o processo de burocratização já havia atingido um grau maior de desenvolvimento na política brasileira, assim, os *funcionários dos partidos* submeteram-se com relativa facilidade aos traços fortes deste demagogo, pois seus interesses estão ideal e materialmente concatenado com a influência esperada dele sobre o poder do partido, pois criou uma política de defesa dos interesses do comércio e do extrativismo.

O patrimonialismo durante este período possui características próprias, cedendo lugar a um tipo de governo baseado em um personalismo, no qual o poder pessoal do líder é excessivo ou absoluto. Esse tipo de política feita por Vargas e por seus governantes, dentre os quais o próprio Álvaro Maia, é repleta de ambiguidades, pois de um lado uma política intimista arraigada de paternalismo onde a sociedade se vincula aos partidos não por ideias ou interesses, mas sim por sentimento e deveres (HOLLANDA, 1990).

Figura nº 05



Álvaro Maia sendo retratado pelos jornais como o libertador.
Fonte: O (Jornal, 1935)

Assim, Álvaro Maia e sua liderança são retratados, e não a presença do partido apesar da forte relação entre o partido e Getúlio Vargas, assim como entendedores das angústias nas quais o Amazonas estava passando, sua lealdade não era ao cargo, e isso tentou provar ao pedir sua exoneração em 1931, mas sua lealdade e dever era com o povo. Neste sentido, começa a criar uma política fortemente populista, mantendo uma relação direta com as massas, arraigada em um vínculo emocional, como veremos mais adiante.

Álvaro Maia constrói um corpo administrativo que burocraticamente forte, para que desta forma ele pudesse impor as suas decisões em nível local e assim encaminhar suas decisões para o governo central. Não queremos aqui fazer uma longa digressão sobre os mecanismo de recrutamento deste grupo (origem, formação, profissão), o que nos interessa neste momento é compreender como essa escolha reforçou a legitimação e permanência de Álvaro Maia no governo do estado do Amazonas, por quase uma década.

Neste sentido, ao atentarmos para a escolha dessa grupo, compreendemos como esse processo de sociabilidade tecido pelo próprio líder, reforçou a circulação das ideias e valores do governo varguista e ao mesmo tempo conferia a Álvaro Maia uma investidura política. Assim, criou-se uma elite estratégica que servia como um reforço social, ideológico e político. E também nesse sentido, vamos fazer um comparativo entre o secretariado escolhido em 1935 e em 1937, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 01

SECRETARIADO DO GOVERNO DE 1935		
PROFISSÃO	NOME	CARGO
Político, advogado, magistrado e jornalista	Manuel Severiano Nunes	Secretário Geral do Estado
Advogado, magistrado	Marcionillo Lessa	Chefe de Polícia
Advogado	Helly Nunes de Lima	Diretor da Fazenda Pública
Médico e Político	Deoclydes de Carvalho Leal	Diretor da Saúde Pública
Professor, jornalista e político	Arthur Cezar Ferreira Reis	Diretor da Instrução Pública
Professor e jornalista	José Chevallier Carneiro de Almeida	Diretor da Imprensa Pública
Político e Agrônomo	Antônio Maia	Oficial de Gabinete
Professor	Carlos Mesquita	Diretor do Ginásio Amazonense Pedro II
Professor	Themistocles Pinheiro Gadelha	Diretor da Escola Normal
Político	Alfredo Lima Castro	Prefeito de Manaus

Fonte: Santos, 1996 (adaptado).

Quadro 02

SECRETARIADO DO GOVERNO DE 1937		
PROFISSÃO	NOME	CARGO
Magistrado e Político	Rui Araújo	Secretário Geral do Estado
Político e Agrônomo	Antônio Maia	Prefeito do Município de Manaus
Advogado	João Fabio de Araújo	Chefe de Polícia
Professor	Julio Uchoa	Diretor de Departamento de Estatística e Publicidade
Advogado e Magistrado	Marcio Lino Lessa	Diretor do Departamento das Municipalidades
Advogado	Heli Nunes de Lima	Diretor Geral da Fazenda Pública
Jornalista	Raimundo Nicolau da Silva	Diretor da Secretaria Geral do Estado
Professor	Almir Pedreira	Diretor do Departamento de Saúde Pública
Engenheiro e Geógrafo	Lourival Muniz	Diretor de Serviços Técnicos
Professor	Temístocles Gadelha	Diretor do Departamento de Educação e Cultura
Professor	Ricardo Amorim	Diretor do Ginásio Amazonense
Professora	Eunice Teles de Souza	Diretora da Escola Normal
Professor	Maximiliano Corrêa	Diretor do Instituto Benjamim Constant
Maestro	João Donizetti Gondim	Diretor do Teatro Amazonas
Tenente-Coronel	José de Rodrigues Pessoa	Comandante da Força Policial
Jornalista	Américo Nogueira Ruivo	Oficial do Gabinete do Interventor
Jornalista	Clovis Barbosa	Oficial-Chefe do Expediente de Gabinete do Interventor
Funcionário Público	Jorge Carvalhal	Procurador Geral
Jornalista e Advogado	Huascar de Figueiredo	Procurador Fiscal
Advogado	Virgílio de Barros	Sub-Procurador Fiscal

Fonte: Santos, 1996 (adaptado).

Ao atentar para formação do quadro de administradores do governo Maia, é possível perceber que ele buscou mesclar integrantes do grupo político (políticos profissionais) com outras profissões, note a presença de professores, que tiveram na docência a ocupação principal, como o caso de José Chevallier Carneiro de Almeida e do próprio Arthur Cezar Ferreira Reis, que apesar de suas incursões na política ao longo de sua trajetória, seu ofício principal sempre foi à docência, como veremos adiante.

No quadro 2, podemos observar a presença de seu irmão Antônio Botelho Maia para o cargo de prefeito. Segundo Bourdieu (1996b), como detentores dos meios de produção a estratégia da representação política é também uma estratégia de manutenção do poder destas famílias. Neste sentido, quando os grupos passam a se identificar por uma espécie de espírito familiar, alicerçados em um capital cultural herdado, ocorre uma dinâmica de reprodução e distribuição desse capital, no caso o político, ou seja, uma estratégia para a manutenção do poder da família de Maia, que outrora era oriundo do poder econômico da economia gomífera, será então reproduzido pela escolha de seus familiares aos cargos públicos. Essa estratégia de reprodução política, tem por finalidade perpetuarem-se na reprodução de uma ordem social.

Neste sentido, este laço simbólico serviria para reforçar a estratégia de Maia de racionalizar a máquina pública ao mesmo tempo em que por formação semelhante, ou por laços sociais e familiares vinculadas a oligarquia local, este grupo assumiria um sentimento de pertença que traria a coesão necessária para a manutenção e legitimação de seu líder.

Álvaro Maia em seu governo de 1934 demonstra uma capacidade de integrar os grupos oligárquicos locais necessários para a sua permanência no campo político. No entanto, sua capacidade de se consolidar como ideólogo do Estado está ligada também a sua função de intelectual, pois a partir de um aporte intelectual Maia vê na profissionalização política a forma de pôr em prática as ideias de forjar a nação e desenvolver a região.

Assim Maia, um defensor da caboclitude literária, procura criar uma política regional que possa apresentar a modernidade burocrática racional, como ansiava o governo de Vargas, mas ao mesmo tempo procurava criar uma política de desenvolvimento para a região a partir das potencialidades tradicionais locais, como o comércio e o extrativismo.

Com o fim do governo provisório através da promulgação da Constituição de 1934, a nova Constituição, elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte, introduzindo ao país uma nova ordem jurídico-política pautadas em princípios a democracia, tais como o voto direto e secreto (inclusive para mulher), da pluralidade sindical, regime de mandatos alternados no poder, dos direitos civis e da liberdade de expressão dos cidadãos. Contudo, três anos depois, antes da primeira eleição que elegeria o novo presidente se realizasse Getúlio Vargas deu um golpe mantendo-se no poder e instaurando um regime ditatorial, o Estado Novo.

Assim, em 1937, foi outorgada uma nova Constituição, elaborada pelo ministro da Justiça, Francisco Campos. Na nova Constituição foram incluídos vários dispositivos semelhantes aos encontrados em constituições de regimes políticos autoritários vigentes em países na Europa, tais como na Itália e Espanha entre outros. Assim, o governo de Vargas se conduziu sem a possibilidade de que a oposição pudesse se expressar de forma legal, devido ao fechamento do Congresso Nacional fechado e com o decreto de diversas e rigorosas leis de censura.

Dentre as manifestações de oposição em 1935, o levante Comunista, foi uma tentativa de golpe contra o governo. Liderada pelo Partido Comunista Brasileiro em nome da Aliança Nacional Libertadora, sendo imediatamente combatida pelas Forças de Segurança Nacional. Após esse levante, Vargas declara estado de sitio e em 1937, estabelece o Estado Novo. Durante este período Getúlio Vargas governava a partir de emendas Constitucionais. Assim o período do Estado Novo pode se configurar como uma espécie de estado de exceção.

Segundo Agamben (2004), em determinados momentos de crise e necessário que o Estado suspenda a Constituição. A partir da ideia de necessidade, o autor afirma que em momentos de crise como os eventos anteriores ao estabelecimento do Estado Novo, tais como a intentona comunista, a medida extrema de suspender as leis que regem o país, seria o único meio para garantir a manutenção da vida política brasileira que estava sendo infectada pelo vírus comunista.

O texto da Constituinte aprovada dizia que o presidente poderia declarar estado de guerra em caso de comoção com finalidades subversivas das

instituições sociais e políticas (MARQUES, 2013). Neste sentido, além de equiparar o estado sítio ao estado guerra, o texto constitucional dava amplos poderes a Vargas, suspendendo assim os direitos civis, neste processo o limite entre o político e o jurídico foram suprimidos e assim gerando uma repressão política sob a alegação de estarem em estado de guerra contra o novo Brasil.

Contudo, uma vez que muitas das garantias constitucionais foram suspensas, o que era uma exceção passou a se tornar a regra. Pois, no Brasil durante o período do Estado Novo, tais medidas foram tomadas no sentido de transformar em legal, o que não pode ser legal, a constituição negava a si própria, e assim o uso da força física perdia gradualmente o critério do que é constitucional e o que é inconstitucional. O governante assume para si todas as decisões, esse processo revela inúmeras ambiguidades pois além do critério do que é constitucional ou não, a lei não suspenderia as imunidades parlamentares. No entanto em situações de crise o presidente, quando julgar serem subversivas, poderia prender os parlamentares e suspender a Constituição.

As reformas constitucionais sofreram com o crivo direto das negociações regionais, e Maia como conhecedor deste jogo tornava-se uma espécie de mediador nessas negociações entre o poder central e as elites regionais. Neste sentido, surge então um paradoxo entre a hegemonia varguista de um lado, personificada na região através da figura de Álvaro Maia, e o controle dos pares e dos antigos companheiros, de outro.

Um aspecto interessante que podemos identificar através dos jornais do período do Estado Novo referente a profissionalização política de Maia, foi o forte cunho populista de seu governo. O governo de Álvaro Maia no Amazonas era fortemente marcado por um misticismo, subordinando a ideologia de mudança vinculada à figura do líder. Essas características se assemelham a própria imagem populista construída por Vargas e outros líderes latino-americanos durante este período.

Segundo Ianni (1989), esse aspecto no governo de ambos revela uma das principais características dos governos populistas na América Latina, que é o caráter demagógico e carismático em relação ao líder e a massa, apresentando um forte cunho emocional, personalizado da ideologia do Estado, ou seja, a sujeição da redenção e do renovo do sistema de governo a figura daquele líder.

Com o golpe do Estado Novo, toda a ideologia de Estado vigente foi totalmente alterada e implantado um novo sistema de forma súbita. As tradicionais instituições responsáveis pela manutenção ideológica do *status quo* (escola, família, igreja, sindicato), não tiveram tempo para se adaptar a essas mudanças, cabia então a imprensa e a propaganda o papel de auxiliar neste reforço ideológico (GARCIA, 1999).

Notamos na imprensa amazonense, em especial em *O Jornal*, sendo usado com uma ferramenta não apenas para a manutenção desta ideologia do Brasil Novo, criada sob um ponto de vista macro na imprensa brasileira durante o período como um apoiador do regime varguista, mas também, com um reforço do governo populista de Maia, pois reforçava a ideia de uma revolução das expectativas depositadas. Quando a imprensa o trata como o “depositário de todas as esperanças do povo” ocorre uma espécie de deslumbramento em relação ao próprio status de representante local de um governo centralizador e autoritário, neste sentido, apesar do país viver um sistema de governo no qual havia o desprezo das liberdades civis e com fortes traços de um nacionalismo retórico, o líder local seria o agente capaz de modificar definitivamente o cenário político e econômico local, que se encontrava em completa crise.

Assim, a propaganda auxiliou Álvaro Maia na tarefa de ampliar e difundir as mensagens legitimadoras do regime do Estado Novo no estado do Amazonas, ao passo que contribuiu para a construção da sua própria legitimação como líder populista.

A retórica de um líder pode refletir a opinião do povo, a forte presença popular atrelada ao uso de imagens de civismo representava um discurso persuasivo que construiriam assim a opinião popular legitimadora. Assim, a persuasão é usada para deliberadamente manipular e tornar convincente um discurso. Segundo James Martin (2014), nem toda linguagem é retórica persuasiva e nem toda retórica é exclusivamente linguística, podendo envolver imagens e gestos.

Podemos observar esse processo através das publicações do *Jornal do Commercio de 1937*, onde se reforçava a ideia de que o Brasil vivia um estado de Guerra contra o comunismo. É interessante observar, que diferente de *O Jornal*, que mantinha uma postura mais enfática na exaltação a figura de Maia como um líder populista, o *Jornal do Commercio* mantinha uma postura mais

neutra e por vezes crítica em relação à política local, uma vez que concentravam os grupos políticos aliados do poder. Neste sentido, temendo sofrer represálias, o jornal decidiu assumir uma postura que beirava a indiferença em relação ao cenário político local (ALVES, 2009).

No entanto, apesar da postura mais neutra, esse jornal inevitavelmente serviu como um reforço ideológico no sentido de legitimar o posicionamento de Maia totalmente alinhado com os interesses varguistas, como na edição de dois de novembro de 1937, onde noticia a troca de mensagens de apoio entre o então governador Álvaro Maia e o governador mineiro Benedicto Valladares ao estado de guerra decretado por Getúlio Vargas contra a intentona comunista. Note o posicionamento de Maia e o tom de exaltação ao presidente:

[...] Tenho a honra de congratular-me com vossencia pela oração pronunciada na Radio Inconfidência denunciando a infiltração extremista nas fileiras de alguns partidos que apoiam as candidaturas presidenciaes. O governo do Amazonas empregará todo o sacrifício para a segurança da ordem, apoiando o senhor presidente da República e as classes armadas. Saudações cordiaes. (a) Álvaro Maia¹⁰⁹.

A imprensa e a imagem foram fundamentais para a legitimação de Maia. No entanto, é inegável a influência da retórica para a construção do papel do político. Se a política é a prática de comunicar e convencer, Maia sabia da importância de reproduzir uma imagem na imprensa conciliatória aos interesses do governo central que o colocasse numa condição de agente condutor das mudanças em âmbito local, assim ao demonstrar seu apoio a ideia de crise e possibilidade de guerra orquestrada pelos comunistas, se colocava localmente como o defensor da segurança do estado do Amazonas.

A política depende das dimensões socioeconômica e ideológica para delimitar o que deve ser dito e feito, e uma das tarefas de governos de caráter populistas é criar um discurso homogêneo. Segundo Ianni (1989), o modelo do Estado Novo, uma espécie de populismo autoritário, surge com a migração da população pobre do campo para a cidade, surgindo assim as massas, um grupo altamente docilizado que se encontrava em um processo de ressocialização e ressignificação para um comportamento urbano e democrático.

¹⁰⁹ Jornal do Commercio. 16 de maio de 1937. p. 1.

No caso do Amazonas, a população urbana e do interior que estava acostumada com uma política voltada para o coronelismo e os interesses dos grupos oligárquicos, vê em Maia um líder com forte apelo popular atraindo as massas e as incorporando que se encontravam marginalizadas da vida política, daí sua forte atuação e defesa em discursos, propagandas e participação em eventos populares.

Esses grupos foram facilmente manejados uma vez que não haviam instituições políticas adequadas para a mobilização e incorporação dessas massas. Arelado a um vazio político deixado pelos grupos oligárquicos da Primeira República, surgiu um terreno propício para a ascensão de líderes como Getúlio Vargas e o próprio Álvaro Maia que conseguiram criar uma política que obscurece as linhas das classes sociais e homogeneizasse todos em massa, como nos princípios do organicismo e do corporativismo, como vimos em capítulos anteriores.

Assim, o caráter persuasivo da política alvareana foi fundamental para a consolidação do regime autoritário na região, pois como no campo político deve-se delimitar o dizível e o feito, esse processo não se dá apenas na esfera da composição das leis, mais também na forma como se constroem as ideias que formarão tais leis.

Segundo Martin (2014), a persuasão é necessária para não tornar a política apenas tecnocrática. Os discursos persuasivos servem para a manutenção de um *status quo* e da definição de estruturas sociais, econômicas e políticas. No entanto, esse processo não está cristalizado, envolve um contexto histórico específico, assim o discurso de Maia se encaixa e se torna mediador em nível local dos interesses do Estado Novo. Como podemos observar na resposta do então governador ao ser notificado da dissolução do Senado e da Câmara e pelo ministro da justiça Francisco Campos:

[...] Tenho a honra de accusar o despacho numero de 10.937, aprez-me communicar acabo dirigir-me senhor presidente Getulio Vargas, hypothecando integral solidariedade seu governo e às gloriosas classes armadas pela solução patriótica e elevadas que proporciona ao paiz medidas enérgicas salvação publica, necessárias realizações seus grandes destinos e accordo momento e aspirações nacionaes. Sciente promulgação nova Constituição, dissolvendo a camara e o senado, formulo

votos a Deus tranquilidade, grandeza nossa patria. Saudações cordiaes (a) Álvaro Maia¹¹⁰.

É interessante observar o modo como a perda das principais conquistas civis, que são a base do projeto moderno liberal foram assimiladas de modo que representasse um novo passo no processo de modernidade brasileiro. Getúlio Vargas vislumbrou a modernidade brasileira embutida num país tradicional, e retomou o centralismo político do período do Império.

Neste diapasão, o caráter persuasivo dos agentes políticos envolvidos na construção deste novo regime foi fundamental para legitimação deste regime. Álvaro Maia neste contexto, soube manejar as ideias e os argumentos ligados ao populismo autoritário de Vargas, situando-os as circunstâncias políticas e econômicas locais para forjar coalizões regionais e assim advogar alternativas possíveis para liberalismo econômico em um cenário fortemente arraigado na produção extrativista, onde os setores tradicionais exerciam forte ingerência.

Neste sentido, Álvaro Maia surge com um tom conciliatório entre esses setores e ao mesmo tempo, sua produção intelectual, o reforço da imprensa criaram uma nova forma de pensar e fazer política. Não devemos esquecer que como um líder intelectual, o agora interventor do estado não deixou de ser um ideólogo. Na disputa pela batalha das ideias e por atuar na militância política adquiriu um poder ideológico. Segundo Bobbio (1997), o poder ideológico é exercido pelos intelectuais e diferente do poder econômico e o político, o poder ideológico se exerce sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, símbolos, visões de mundo, ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra.

Weffort (2006) afirma que o regime do Estado Novo encontrou nos fracassos econômicos das oligarquias agrárias a oportunidade de criar um novo rumo de desenvolvimento e modernização para o país. Contudo, esse projeto só teve eficácia uma vez que se atentasse para a cultura e a política. Era necessário a construção de um pensamento que estivesse adequado a esse período de transição de um país estritamente agrário para um país industrial.

Neste contexto, Maia como um ideólogo precisava estar alinhado com as ideias de emergência de um Brasil moderno, no entanto, como um político de uma região na qual a economia ainda estava intimamente atrelada ao

¹¹⁰ Jornal do Commercio, 11 de novembro de 1937. p. 1.

agronegócio e ao extrativismo, sua retórica estava situada numa argumentação conciliatória atrelada a um momento e a um local específico, deste modo, suas ideias eram manejadas com certa força e direção a fim de ganhar a aprovação do grupo local.

Segundo Martin (2014), o discurso persuasivo trata-se de uma criativa articulação de vários tempos e espaços. O tempo e o local da ocasião da fala, no caso de Maia o momento que deu origem e a ocasião da entrega, onde o discurso de uma iminente guerra feita pelos comunistas, só seria salvaguardado através do apoio a um regime autoritário. O tempo e o espaço da mensagem, sua mensagem apresentava um sentido de urgência, em nome de uma defesa imediata da segurança nacional, era necessário o fim de determinadas liberdades individuais. E por fim, o tempo e o espaço de eventos mais amplos em que intervém, ou seja, como os efeitos de seu apoio poderiam influenciar de forma duradoura sobre a política no futuro, isto é, como um Álvaro Maia getulista poderia contribuir para a longo apoio à Getúlio Vargas no Amazonas, sendo isto revelado pelas vitórias nas eleições diretas de Álvaro Maia na década de 1950.

Ao longo de quase uma década o regime getulista consegue se estabelecer no poder partindo de um equilíbrio de forças entre vários setores. No entanto, seu governo começa a se fragilizar a partir da Segunda Guerra Mundial. Com o naufrágio dos navios brasileiros pelos submarinos alemães em 1942, a população passou a pressionar Getúlio Vargas a declarar guerra contra os alemães. Sem opções, precisou declarar que o país era contrário ao governo de Adolf Hitler. No entanto, tal postura revelou um grande paradoxo uma vez que o próprio Getúlio Vargas mantinha um regime autoritário ditatorial e entrou na guerra para combater o regime que ele mesmo praticava.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, aumentava também a rejeição ao governo de Getúlio Vargas. O presidente se viu forçado a conceder anistia para os presos políticos, a permitir a liberdade de organização partidária, convocando uma nova Assembleia Nacional Constituinte e novas eleições. Os setores favoráveis a Vargas ainda articularam o movimento do Queremismo, no entanto sua imagem já se encontrava desgastada e foi deposto do poder no dia 29 de outubro de 1945.

Com a queda de Getúlio Vargas, em 1945, assume temporariamente a presidência república o presidente do Supremo Tribunal Federal José Linhares,

enquanto seriam realizadas novas eleições nas quais se elege o general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra no governo de Getúlio Vargas, pelo PSD (Partido Social Democrático). Os opositores da UDN (União Democrática Nacional, lançaram o nome de outro militar, o brigadeiro Eduardo Gomes. No entanto, Dutra, com apoio de Vargas, foi eleito com uma ampla vantagem de votos, assumindo o governo em janeiro de 1946. Paralelamente à sua posse, organizava-se uma Assembleia Constituinte, responsável pela elaboração de uma nova Constituição, que vigoraria de 1946 até o Golpe Militar, em 1964. Com a nova Constituição foi estabelecida a divisão do poder em três poderes (executivo, legislativo e judiciário), o mandato passa a ser de cinco anos para cargos executivos e o voto feminino para maiores de 18 anos. O governo de Dutra enfrentou um período transitório e de instabilidades na política internacional, entre o fim da Segunda Guerra Mundial e os primeiros sinais da Guerra Fria.

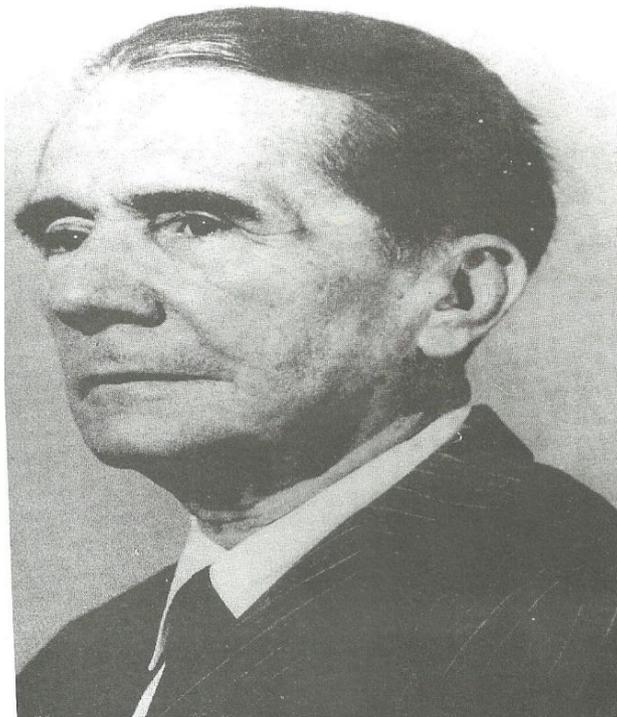
Getúlio Vargas se elege ao cargo de presidente da república, em 1951. O retorno de Vargas ao poder se deu após um período em que o político optou por se afastar do campo político, devido ao enorme desgaste de capital político dos anos que findaram o Estado Novo. Foi senador entre 1945 e 1947, sem uma atuação expressiva. E retornou as eleições presidenciais em 1950, utilizando em seu discurso velhos bordões e estratégias que elogiavam o seu antigo governo, exaltando o nacionalismo e o patriotismo.

Neste contexto, Álvaro Maia, como um dos representantes regionais do Estado Novo, passou pelas mesmas instabilidades políticas sofridas pelo regime. No final de 1944, enquanto a Segunda Guerra Mundial encaminha-se em favor dos Aliados, no Brasil as pressões pela redemocratização ganhavam força. O governo federal orientou os interventores a organizarem um partido político nacional que apoiasse Getúlio Vargas na transição do regime. Nasce o Partido Social Democrático, fruto das articulações locais, sendo Maia um dos fundadores no Amazonas.

Sendo substituído por Emiliano Estanislau Afonso no governo, Álvaro Maia candidatou-se e foi eleito senador constituinte pelo PSD. Devido a desentendimentos entre os dirigentes do Partido Social Democrático, a disputa foi para as urnas. Onde a disputa se deu entre Maia, e pela união UDN-PTB

lançando como candidato Severiano Nunes, onde Maia venceu a disputa em 1950.

Figura nº 06



Maia na década de 1950

Fonte: (BAZE, 2006)

Álvaro Maia ancora sua campanha eleitoral em cima do slogan “o libertador”, inspirado no nome da coligação na qual fazia parte a Frente Libertadora. O slogan reforçava a ideia de que após a saída de Maia do governo do estado, a população ficou desprotegida e os problemas do estado se arrastavam com o decorrer dos anos sem uma pronta solução.

Álvaro Maia cumpria o papel de repositório de uma capacidade que transcendia a satisfação das exigências da vida econômica cotidiana. Seu carisma surgia principalmente em momentos atípicos da vida social amazonense, em momentos de crise; a força de seu carisma estava ligada a setores que viam nele os traços de uma liderança salvadora, portador de um poder mágico. Seu retorno ao governo do estado revela a força desse poder sobre o grupo. Assim observamos que Maia transitou em momentos de uma vida política fortemente ligada aos seus dons carismáticos e outros momentos de uma liderança “natural” burocrática, onde ele se mantinha no poder mais pela sua

capacidade de tecer uma rede de relações, do que pelo poder de suas crenças, como no caso de sua atuação como senador no período de 1946 a 1950.

É interessante salientar que o retorno de Getúlio Vargas, bem como de Álvaro Maia ao poder por vias democráticas em 1950, se deu em virtude da constituição de um cenário político institucional e partidários que não conseguiu criar uma alternativa ao projeto de nação criado durante o período do Estado Novo.

Segundo D'Araújo (1992), a sucessão presidencial foi uma continuidade de um sistema e não uma ruptura. Diante da fragilidade da institucionalização partidária que não possuía capacidade de criar um consenso diante de uma liderança que expressasse a “união” dos interesses dos diversos setores da sociedades, as eleições de 1950, revelam a tentativa de manutenção do sistema de poder vigente, enquanto que nas eleições de 1945, o elo que unia todos candidatos ao governo era a negação em maior ou menor grau do governo anterior.

Em 1950, devido a incapacidade de apresentar um candidato que representasse os interesses dos partidos, as figuras políticas que representavam uma liderança paternalista e carismática ganham força. Outro fator foi a contínua atuação dessas antigas lideranças junto às massas, reforçando assim a mobilização popular. Neste sentido a pressão da opinião pública foi fundamental para o retorno de Maia ao cargo de governador do estado do Amazonas.

As eleições se deram diante de um contexto de total abandono da região, o Amazonas ainda carecia de provimento de energia elétrica, a população vivia em extrema pobreza. Em Manaus, a energia produzida pelo terminal do Porto, era distribuída para uma pequena parcela da população. O governador Leopoldo Neves, que renunciou ao cargo para concorrer ao cargo de senador, deixou o estado em condição de miséria.

No entanto, o jogo político se constrói em torno da composição de alianças e no caso específico de Álvaro Maia de clarificar que sua atuação política possui como única intencionalidade o bem estar do povo e para o povo. Apesar de que, em 1946 sofreu duras críticas em relação a Batalha da Borracha, o programa do governo para arregimentação de nordestinos para a produção de borracha no interior, que culminou com uma série de denúncias sobre a desorganização, improvisação e desordem administrativa (SANTOS, 1996).

De 1946 a 1950, Maia ficou envolvido em atividades de defesa da produção da borracha, que o colocava ainda na condição de defensor da cultura extrativista na região. Neste sentido, seu nome ainda se colocava como um candidato viável a representar os interesses dos setores dominantes. Apesar de manter uma postura de neutralidade beirando a críticas veladas, o *Jornal do Commercio* ainda fazia campanhas para a produção de novas mudas de seringueira para assim atender a demanda da produção industrial interna brasileira.

Neste sentido, Álvaro Maia soube manejar esse período de instabilidade política e de críticas e retorna ao executivo. Segundo Weber (1999) a criação de uma liderança carismática é resultado de situações extremas, sejam econômicas, políticas, entre outras, onde um grupo excitado pela entrega ao heroísmo e ao conteúdo profético cria uma entrega fiel ao líder, e este por sua vez se entrega por completo a esta missão, no entanto, ao passar este primeiro momento em estado burocrático, por exemplo, esse grupo de “fieis”, passam a ser os “cidadãos” expostos as condições da vida cotidiana e aos poderes que a dominam, em especial os econômicos. E assim o líder “espiritual” e suas “profecia” também, estarão expostos a esse processo de rotinização. Cabe ao líder conseguir manter sua legitimação diante deste processo de interferências exteriores.

Álvaro Maia retoma velhos recursos de aquisição de capital simbólico para sua permanência neste terceiro mandato no executivo do Estado. Assim o jornal é utilizado como um reforço ideológico para reforçar o populismo trabalhista, bem como sua figura de líder intelectual. A revista *Sintonia* surge como uma importante ferramenta para a manutenção desta legitimação.

Além de dar ênfase aos ganhos materiais de seu governo, onde segundo Maia uma real defesa dos interesses da borracha, bem como o fato de Maia incluir neste discurso a presença do seringueiro como o elemento basilar para o desenvolvimento da região, ou seja, ele aproximava o povo e os tornava coparticipantes do desenvolvimento econômico. Outro ponto fundamental para compreendermos a ascensão de Álvaro Maia em 1950, se dá pelo fato de que o poder de sua liderança carismática não pode ser transferido para outro sucessor. Segundo Weber (1999, p. 333), “não se pode nem pensar em uma livre ‘eleição’ do sucessor, mas apenas um ‘reconhecimento’ da existência do carisma no

pretendente à sucessão”. Após sua interventoria em 1945, sucederam sete governadores ao executivo do estado apesar de já estarmos em regime de democracia representativa, sendo o maior mandato o do governador Leopoldo da Silva Amorim Neves (1947-1950). Neste sentido, os políticos que o sucederam buscavam se desvincular de Maia, e este ponto foi retomado em sua campanha eleitoral no sentido de personificar em si a capacidade de resolução dos problemas econômicos e políticos do estado. Daí a ênfase na ideia de libertação, atrelada a campanha eleitoral de Vargas, como o pai da nação que auxiliará Maia no processo de reconstrução de um estado, que após sua saída sofrera um retrocesso em termos de desenvolvimento e modernização.

Contudo, não devemos esquecer que apesar do retorno político de Maia ao governo do Amazonas, associado ao retorno de Vargas à presidência do país. No Amazonas houve uma continuidade dos setores economicamente dominantes ligados a cultura extrativista, sendo esses políticos claros representantes.

Sua política governamental seria a favor do povo em detrimento dos interesses das elites que apenas desconstruíram os caminhos da salvação deixados por Maia, a constante presença dos termos “povo” e “libertador” surgem como estratégias da revista Sintonia para associá-lo aos interesses das camadas populares, como podemos verificar no seguinte trecho:

O povo do Amazonas que saiu vitorioso na revolução branca de 3 de Outubro, pela redenção do voto livre, regozijou-se com a data festiva e manifestou ao Libertador, em expansões de entusiasmo, a satisfação de vê-lo empossado, norteador a nau do Governo com rumo certo, desvencilhando-a dos escolhos que semearam em seu roteiro, para soçobra-la, os impatrióticos que desbarataram em proveito próprio o patrimônio estatal. Nada impedirá, entretanto, que o insigne homem público reconduza com descortino o batel desarvorado à esteira de glórias, que cercará a administração paradigmática que imprimirá ao seu governo de braços com o povo¹¹¹.

Note-se como a revista se torna um meio de sustentação dos princípios doutrinadores que orientavam a política alvareana. Sua política de valorização da borracha era um meio de fazer justiça social, onde era um defensor, aquele que retorna ao jogo político para defender o povo, sua eleição tem uma

¹¹¹ Revista Sintonia, março de 1951. p. 5.

conotação espiritual com o retorno definitivo para trazer justiça ao povo. Contudo, esse discurso salvífico e messiânico do terceiro mandado no executivo do estado, não demonstrou um programa político com o mesmo dinamismo do período da interventoria.

A referência ao povo demonstra o caráter populista que o governo de Maia imprimia. No entanto, essa ideia de incorporar as massas ao jogo político se daria apenas no plano simbólico, pois a ação política de Maia no executivo permanecia conciliatória aos setores dominantes da região.

A massa é o ponto fundamental para a legitimação de Álvaro Maia onde as múltiplas identidades são postas de lado e todos assumiriam ou seriam reduzidos a uma única identidade, com reações possíveis, sendo facilmente moldáveis às ideologias totalitárias (ARENDR, 2005), como no período do Estado Novo.

Neste sentido, é possível observar como a imprensa foi utilizada no sentido de massificar a sociedade, através de um discurso populista, que retirava a consciência política e ao mesmo tempo tornava-a um grupo amorfo, neste sentido a liderança carismática e personalista de Álvaro Maia, associado a um descontentamento diante do governo anterior possibilitou o retorno deste político ao poder.

A *Revista da Associação Comercial* de março de 1951, demonstra uma posição favorável ao retorno de Álvaro Maia ao governo do estado, este fato demonstra uma consonância entre o político e os setores conservadores da região, note a ênfase na sua liderança intelectual:

Pela segunda vez o illustre amazonense assume a responsabilidade do poder no Amazonas, sendo licito esperar de seu patriotismo e de sua cultura tudo o que actualmente se necessita para o estado do empenho de um governante probo e conhecedor dos múltiplos problemas administrativos e econômicos da região¹¹².

A participação popular se restringia ao apoio aos candidatos indicados pelas cúpulas políticas, o apelo popular do governo de Maia estava essencialmente subordinado ao consentimento dos grupos políticos. A posição conciliatória com os interesses das camadas conservadoras de Maia reflete o

¹¹² Revista da Associação Comercial. 15 de março de 1951. (s/p).

próprio posicionamento do governo getulista durante a primeira fase de seu governo democrático.

Segundo D'Araujo (1992), além do nacionalismo que culminou uma ação econômica governamental voltada mais para os interesses internos do que externos, como no caso do monopólio estatal do petróleo, com a criação da Petrobrás, esse processo revela uma intencionalidade em equilibrar os interesses dos grupos conservadores, aliado a um discurso com forte caráter nacionalista. Somente na segunda fase do governo de Getúlio Vargas que sua atuação política foi mais popular através do trabalhismo e da atuação sindical (sem essa atuação ser de fato uma liberdade sindical).

Getúlio Vargas em seu segundo governo criou um modelo de desenvolvimentismo que busca fomentar a industrialização nacional através de um dirigismo estatal, com forte caráter nacionalista e uma aproximação com o capital estrangeiro. A Amazônia aparece como fruto dos interesses de desenvolvimento regional, com criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, criado em 1953, que tinha por objetivo o desenvolvimento da região através do extrativismo, da agricultura e da pecuária, daí a ênfase na propaganda de Maia em focar sua atuação política na construção de estradas, que serviriam para o escoamento da borracha. No entanto, a SPVEA é substituída pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, por falta de infra-estrutura, uma das acusações ao governo de Maia.

No momento em que seu governo passa a enfrentar várias acusações a revista *Sintonia* é usada no sentido de defender sua legitimação, que já apresenta uma série de dificuldades no sentido de se conciliar com os interesses dos grupos dominantes, com a ascensão da figura política de Plínio Coelho, dono do jornal *O Trabalhista* na década de 1940.

Homem com a mais bela concepção da bondade, nunca chegou ao absurdo dos excessos afim de repelir agressões ou injustiças a seu nome. Nele, há, o sentido sublime da tolerância e, por se tornar sereno e espiritualmente superior, não há quem não fique vencido pela extraordinária refulgência de sua grandeza¹¹³.

¹¹³ Revista *Sintonia*, março de 1954, p. 5.

As elites políticas locais passaram a acusar Maia de ser um político demagogo questionando o mínimo de participação das lideranças em nível democrático. No Estado Novo as lideranças foram escolhidas em consonância com os interesses de Maia, como podemos observar na escolha de seu irmão Antônio Maia para o cargo de prefeito de Manaus em 1938.

A permanência de um líder carismático está intimamente relacionada com a obediência e a dominação sobre os setores economicamente dominante. Na década de 1950, diante de um inchaço populacional na cidade de Manaus, a escassez de energia e a extrema pobreza de determinadas áreas; era necessária a obediência da ação humana de Maia diante dos portadores do poder legítimo.

Mediante esse tipo de obediência são feitas as disposições sobre os bens concretos necessários para o processo de dominação: o quadro administrativo e os recursos administrativos materiais. A obediência do quadro administrativo está ligada a recompensa material e a honra social e não apenas aos dons espirituais do líder (WEBER, 1999). O serviço dos *funcionários* do líder possui um duplo sentido além da crença espiritual e as lutas externas do campo político, está ligado aos interesses externos do espaço social mais abrangente (BOURDIEU, 1989).

Assim, os *funcionários* precisam de meios administrativos que também são motivos de disputas materiais e simbólicas, esses meios servem como motivação para a obediência e fidelidade ao líder.

Álvaro Maia conseguiu ascender ao poder com o apoio das massas, mas a duração da permanência no cargo dependia de sua relação com os setores dominantes. Neste sentido, Maia teve dificuldades de permanecer no poder em sua terceira vez no cargo de governador, pois já não conseguia alinhar e equilibrar os interesses dos grupos políticos dominantes com os seus próprios interesses políticos, diante de um cenário crescente no Brasil da política das massas, e a crise do governo de Getúlio Vargas, que culminou com seu suicídio em 1954. O nome de Maia passou a ser considerado demagógico e arcaico e após esse mandato só retornará ao campo político de forma indireta como senador biônico em 1967.

3.2. O legado intelectual e político de Álvaro Maia: uma luta pela permanência no campo

Álvaro Maia obteve relevância no mundo das letras, sendo um dos principais representantes do movimento do nativismo. No campo político, devido a sua liderança no campo intelectual e um discurso carismático consonante com os interesses das elites agroexportadoras, foi o governador que mais tempo esteve na frente do Executivo do estado do Amazonas. Neste sentido, é possível compreender que ao longo de sua trajetória Maia em muitas vezes se afasta do romantismo literário e se aproxima do pragmatismo político, alinhado ao nacionalismo e o civismo de um pensamento político conservador e autoritário.

Em um contexto de inúmeras transformações políticas e sociais nos quais a sociedade brasileira vinha sofrendo interna e externamente, tais como a Revolução de 1930, o Estado Novo, a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria, entre outras, convém compreender como um intelectual e político amazonense expressa suas visões de mundo, assumindo a missão de *forjar* a nação, seja no campo das ideias, seja no engajamento político, bem como é importante compreender como seu pensamento e ação política influenciou seus pares no campo intelectual e político.

Nos capítulos anteriores nos detemos em compreender o pensamento político de Maia e de que modo reverberou em sua obra literária e nos seus discursos pronunciados. Constantemente acusado pelos estudos atuais, em especial os estudos literários, de produzir uma obra literária de forte cunho ideológico torna-se necessário neste momento compreender a originalidade da atuação intelectual e política de Álvaro Maia. Para este objetivo, nos atentaremos para a trajetória política e intelectual de Arthur Cezar Ferreira Reis, a fim de compreender a influência de seu pensamento e ação política. Arthur Reis foi outro intelectual de destaque na região que, no entanto, obteve projeção nacional e é fonte de vários estudos atuais sobre a História do Amazonas, bem com sua contribuição para o Pensamento Social Brasileiro sobre a Amazônia.

Neste sentido, devemos atentar para quais lances da trajetória de Reis contribuíram para sua legitimação, a fim de compreender em Álvaro Maia quais fatores contribuíram para o baixo número de pesquisas referentes a esse autor.

Arthur Reis nasceu em Manaus, em 1906, filho do jornalista Vicente Torres da Silva Reis, estudou em Manaus sua formação básica, viajando para Belém para cursar direito, transferindo-se posteriormente para Rio de Janeiro onde concluiu seus estudos, graduando-se em bacharel em Direito. Em 1923, tornou-se o redator da Revista Amazonense ainda com dezessete anos, dirigida por Álvaro Maia.

Ao retornar a Manaus, assumiu o cargo de redator-chefe do Jornal do Correio, jornal de seu pai. Em 1935, assumiu o cargo de professor da Faculdade de Direito, ainda neste mesmo ano tornou-se sócio correspondente do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e foi nomeado pelo então governador Álvaro Maia para o cargo de Diretor da Instrução Pública do Amazonas.

Em 1938, mudou-se para Belém, onde lecionou em vários colégios, e foi colaborador dos jornais O Estado do Pará e Folha do Norte, posteriormente mudou-se para o Rio de Janeiro. Em 1953, foi convocado pelo presidente Getúlio Vargas para o cargo de diretor da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), permanecendo no cargo até 1955, no ano seguinte assumiu a presidência do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA). Dentre outras funções públicas, exerceu o cargo de diretor do Departamento de História e Divulgação do estado da Guanabara (1961) e diretor do Departamento Nacional da Indústria.

Em 1964, foi eleito para o cargo de governador do estado pela Assembleia Legislativa. Após o término do mandato, integrou o Conselho Federal de Cultura, no Rio de Janeiro, no qual foi presidente. Ainda no Rio de Janeiro foi professor na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ) e na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Dentre sua vasta produção bibliográfica, podemos destacar *História do Amazonas* (1931), quando tinha vinte e cinco anos. Este livro se tornou um marco para a historiografia do Amazonas. Em 1934, publicou o livro *Manaus e Outras Vilas*, por sugestão de Capistrano de Abreu, seu preceptor no Rio de Janeiro. Em 1939 publicou o livro *A política de Portugal no Vale Amazônico*, fruto de intensa pesquisa nos Arquivos Públicos de Belém, no período em que foi professor nesta cidade. Lançou *O seringal e seringueiro* em 1953, ano em que assume a direção da SPEVEA, este livro surge como uma reconstituição do processo de produção e do desenvolvimento da região.

A relação entre os dois autores e as posições que ocuparam no campo, refletem o modo como investiram estratégias no sentido de alcançarem a legitimação no campo intelectual. A forma como ambos guiaram suas atividades em um espaço de possibilidades, revela os contatos que estabeleceram criando redes de relações e redes institucionais.

Gramsci (1982) afirma que o intelectual tem a função de organizador e de elaborador da consciência de um determinado grupo social. Esse organizador da consciência dedica-se a tornar uma determinada visão de mundo mais “simples” para as massas, uma espécie de *tradutor* que explica ao grupo de forma simplificada. No caso de Álvaro Maia, além de dedicar-se a função de elaborador e organizador da consciência, deteve-se também na tarefa de transformar essas “ideias” simples em ações prático-políticas.

No entanto, ao atentarmos para a trajetória de Arthur Reis observamos que esse intelectual, assim como Álvaro Maia também esteve envolvido em diversas tarefas junto ao Estado, sendo inclusive governador do estado do Amazonas em 1964, durante a Ditadura Militar. A questão fulcral é compreender como dois intelectuais contemporâneos que tiveram trajetórias intelectuais e políticas semelhantes, recebendo determinado laureamento em vida, tiveram uma recepção diferente de suas obras e de seus posicionamentos políticos, apesar de ambos apresentarem um pensamento conservador autoritário.

Segundo Sousa (2009), Maia o “evangelizador das gerações moças” como era conhecido pela sua liderança carismática no Ginásio Amazonense Pedro II, implantou em Arthur Reis as ideias de civismo e nacionalismo, ideias essas que Reis levou a construção de seu livro *História do Amazonas* (1931), para sua atuação como Diretor da Instrução Pública em 1935 e para a própria pesquisa historiográfica sobre a região amazônica. Neste contexto, se constrói o projeto intelectual de Reis, tendo no ensino da História um modelo educativo para as gerações futuras como proclamava Maia em sua “*Canção de Fé e Esperança*”.

[...] a história escrita por Arthur Reis, [...], visava um fim prático na medida em que pretendia implantar nas novas gerações o ideal de civismo proclamado por Álvaro Maia, sendo necessária a representação de figuras históricas portadoras de virtudes e de caráter inquestionável. A História do Amazonas visava incorporar novos valores à sociedade através da história, na

mais perfeita expressão da história magistral vitae. Através desta proposta, Reis se distanciou da moderna busca da verdade proclamada por Capistrano de Abreu, próximo que estava de Álvaro Maia, e num contexto mais amplo das proposições de Francisco Adolfo de Varnhagen (SOUSA, 2009, p. 87).

Inspirados nas ideias de Olavo Bilac; Maia e Reis acreditavam que o projeto de cidadania e de construção da nação brasileira partiria primeiramente do letramento das camadas mais baixas da sociedade. Enquanto exercia o cargo de Diretor da Instrução Pública durante o governo de Álvaro Maia, Reis cumpriu sua função como membro do IGHA, de levar ao ensino de base a história do Amazonas, uma construção da identidade local, motivado pelo desejo de autonomia em relação ao Pará, sem todavia causar qualquer questionamento sobre o pertencimento ou papel político que o Amazonas podia desempenhar no regime varguista (NORMANDO, 2014).

A construção da nação se daria através da educação, esta seria o instrumento fundamental para equacionar a vida social e econômica do Brasil, através dela o homem organizaria sua vida material e produtiva, somente a educação organizaria de fato o projeto republicano, trazendo ao brasileiro a consciência necessária para a formação da sua cidadania. Esta era a missão intelectual de Álvaro Maia: criar uma modelagem moral na sociedade.

Neste contexto, os discursos *Canção de Fé e Esperança* (1923) e *Pela Glória de Ajuricaba* (1930) fazem referências aos personagens locais que representam o verdadeiro caráter nacional. A exaltação destes heróis teria uma função pedagógica de dar subsídios para que as novas gerações conhecessem através da história a identidade de seu povo, somente através desse didatismo seriam corrigidas as falhas morais dos que de alguma forma adentram a região apenas em busca de benefícios próprios e contribuíram para o estabelecimento da crise econômica e política que assolava o Amazonas. Reis resgatava em sua obra os elementos regionais que reforçavam esta ideia. Assim a construção do caráter de seus personagens históricos, onde os heróis deveriam ser copiados como exemplo de força e aspecto moral assim como os vilões deveriam ser conhecidos, contudo, não devendo serem imitados (SOUSA, 2009).

Figura nº 07



Álvaro Maia e Arthur Cezar Ferreira Reis

Fonte: (BAZE, 2006)

Uma vez que fica clara a influência do pensamento político de Álvaro Maia sobre a obra e ação política de Arthur Reis, o questionamento se funda no sentido de compreender os caminhos que levaram Maia a uma recepção intelectual diferente da recepção de Reis. Para isso, é necessário atentar para a singularidade da obra alvareana, a partir de uma ideia de pluralidade (o espaço das obras de seus contemporâneos), ou seja, qual era a concorrência intelectual de ambos? Ou Maia e Reis eram concorrentes? A partir da ideia de concorrência na produção de bens simbólicos, entendemos que esse processo nunca é dotado de total neutralidade, existindo tensões e conflitos.

Como contemporâneos ambos viveram seu tempo. Os problemas sociais que os afligiam, suas ideias não eram opostas ao seu tempo, ou díspares à sua classe social de origem. Neste sentido, como explicar o posicionamento e a recepção de Maia, que não chegou a ser um intelectual esquecido como Manuel Bonfim (AGUIAR, 2000), nem tampouco atingiu o reconhecimento de Arthur Reis, outro intelectual amazonense que se engajou na política.

Contudo, não se deve esquecer que Álvaro Maia engajou-se na política motivado por uma missão, que beirava a espiritualidade, devido ao fato de crer que a ação política seria o único meio viável para que suas ideias se tornassem ações práticas, ou seja, o *ethos* político (WEBER, 1999) de Álvaro Maia estava assentado no sentido de viver sua prática política como uma missão pessoal¹¹⁴. Por este motivo, em seu livro *Nas Tendas de Emaús* (1969), Maia justifica sua missão política como um sacrifício que não fora compreendido pelos seus pares, mas necessário para a redenção de seu povo, fazendo uma analogia a sua missão política a missão terrena de Jesus Cristo.

Neste sentido, o engajamento de Maia tornou-se uma ação intrínseca a sua condição de intelectual e não paralela. Outro aspecto que não deve ser deixado de lado, o fato de que o campo intelectual ainda sofrer ingerências de outros campos¹¹⁵ e do contexto social mais abrangente, os ganhos simbólicos em outros campos serviam também como instâncias de consagração no campo intelectual (MICELI, 1979).

Arthur Reis estava submetido às mesmas ingerências e as mesmas pressões que Álvaro Maia. No entanto, no âmbito das especificidades é importante compreender como foram dispostos o mercado de produção específico para cada autor. Maia ao longo de três décadas publicou sua obra literária em jornais e revistas especializadas, como vimos nos capítulos anteriores, somente em 1943 aos cinquenta anos de idade publica seu primeiro livro *Na Vanguarda da Retaguarda*, apesar de ter recebido em 1925, o título de príncipe dos poetas pela revista *Redempção*. Arthur Reis, no entanto, lança seu primeiro livro em 1931, *História do Amazonas*, com apenas 25.

Durante as primeiras décadas da República Velha, o mercado editorial encontrava-se em vias de autonomização, haviam poucas editoras, não havia uma cultura no Brasil de ler livros, visto que grande parte da população era analfabeta. Chalmers (1994) afirma que determinada teoria prospera quando as oportunidades objetivas são facilmente dispostas, ou seja, o campo historiográfico em que Reis estava inserido conferiu-lhe oportunidades para suas publicações, portanto, o desenvolvimento de sua pesquisa esteve submetido a

uma série de condições materiais e sociais, impedindo-lhe de fazer uma ciência propriamente pura.

O campo literário¹¹⁶ onde Álvaro Maia estava inserido, assim como o campo científico e sofria com as inúmeras ingerências materiais e sociais que o impediam que fazer uma “arte pela arte”. No entanto, como intelectuais locais, ambos estavam submetidos às mesmas condições de acesso a produção de seus bens simbólicos, apesar de suas especificidades literárias e historiográficas respectivamente. Maia só publica seu primeiro livro em 1943, pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, DIP, enquanto que Reis, publicou seu primeiro livro doze anos antes, pela Editora Augusto Reis, uma editora local.

Contudo, não se deve esquecer que o processo de legitimação está ligado a rede de relações em que cada autor estava envolvido. Maia antes de se tornar um político profissional na década de 1930, participou ativamente da criação da Academia Amazonense de Letras da qual foi um dos fundadores, seu vínculo com a intelectualidade local foi notadamente reconhecido. Do mesmo modo Arthur Reis, membro do Instituto Geográfico Histórico do Amazonas, sendo posteriormente escolhido como correspondente do Instituto Geográfico Histórico Brasileiro, neste sentido ambos mantinham vínculos institucionais com seus pares.

O fato de se tornar um correspondente do Instituto Geográfico Histórico Brasileiro foi fundamental para a legitimação intelectual de Reis. Segundo Schwarcz (1993), os “guardiões da história oficial”, passavam por um critério de escolha que tinha como premissa central o culto à ciência em sua totalidade. O processo hierárquico do Instituto revela o processo de consagração de uma elite intelectual: haviam os efetivos (residentes na Capital federal e com trabalhos comprovados sobre história); os correspondentes dentre os quais Arthur Reis era um membro (possuía a mesma condição de idoneidade intelectual dos primeiros); honorários (homens distintos com determinada idade avançada); beneméritos (geralmente sócios que tinham feito doações financeiras

¹¹⁶ O processo de legitimação política de Álvaro Maia dependeu de sua incursão e reconhecimento no mundo das letras nos anos de 1920, o que lhe permitiu acumular como chama Bourdieu (1996b) de capital simbólico que posteriormente se converteu em capital político. Neste sentido, o campo político pode ser entendido como um espaço de lutas para garantir a dominação, que tem no capital simbólico, ao mesmo tempo, como meio e como o fim.

relevantes); e o presidente honorário conferido aos Chefes de Estado ou chefes de outras nações.

Assim, este aparato institucional conferiu visibilidade a seus membros, em nível local e nacional. A escolha não levava apenas em conta a produção intelectual e muitos eram selecionados pelas suas redes de relações sociais. Bourdieu (1989) afirma que a instituição confere um lugar sobre determinado grupo. O processo de institucionalização no qual os mandatários recebem o poder para fazer o grupo. Neste contexto, é possível perceber em Arthur Reis uma dedicação ativa no processo de institucionalização, ou seja, seus investimentos não estavam diretamente ligados ao público em geral, mas em alcançar uma legitimação junto ao grupo, que ocorre com a escolha do cargo de correspondente do Instituto Geográfico Histórico Brasileiro. Neste momento se torna um porta-voz institucional, uma espécie de ministro.

No entanto, Álvaro Maia apesar de sua consagração intelectual e de sua atuação na Academia Amazonense de Letras estava detido com suas tarefas políticas buscando assim uma legitimação junto as massas, das quais tornou-se porta-voz e organizador da “simples” consciência, ao passo que se colocava como o dirigente deste grupo. Este processo lhe possibilitou transitar com fluidez entre o grupo político, o grupo intelectual e o grande público.

Outro ponto está relacionado ao intenso envolvimento de Álvaro Maia com o regime varguista ao longo de quase vinte anos, que com a queda do regime passou a ser estereotipado como apenas um ideólogo do regime e não um literato. Enquanto que Reis esteve envolvido em inúmeras atividades institucionais, além do jornalismo e da docência.

Em termos práticos, o que está em questão eram quais ganhos eram esperados por cada um, a partir de seus investimentos no campo intelectual. Contudo, é inegável que o fato de Arthur Reis se tornar um porta-voz do IGHA e membro do IGHB foi fundamental para a construção de sua carreira intelectual.

Álvaro Maia obteve uma ascensão no campo político onde sua profissionalização política, passou a demandar-lhe maior dedicação e tempo. Contudo, Maia não deve ser caracterizado como político-escritor, pois este tinha uma produção no sentido de minimizar sua cooptação, fundando sua obra em um nacionalismo exacerbado. Maia, no entanto, estava preocupado em criar uma identidade nativa, por este motivo o elemento regional era recorrente em

sua obra. Apesar de certas contradições e inconstâncias de suas ideias quando se tornou um político profissional, não se deve esquecer, ele estava envolvido na dinâmica do jogo político, carregada de disputas por permanência, e assim muitas de suas ideias tiveram que passar por um filtro no campo político do que é dizível ou não.

À Guisa de Conclusão

Álvaro Maia constrói sua trajetória intelectual e política no Amazonas em um contexto demarcado pela busca por diretrizes regionais, onde os círculos intelectuais defendiam a formação de um pensamento oriundo da sua própria realidade no qual surge a defesa dos elementos nativo. Durante a primeira metade do século XX, o Amazonas vivia uma crise econômica e política. E, movimentos como a cabocliteude, no qual Maia era um dos principais representantes servia como uma defesa a criação de uma identidade verdadeiramente regional.

Com a queda do preço da borracha, o Amazonas vivencia o descaso e falta de apoio do governo central onde os grupos economicamente dominantes que estavam vinculados a uma produção extrativista e agrária, procuravam manter na política representantes que defendessem seus interesses. Maia surge como um típico representante destes grupos, defensor de uma política que protegia os interesses dos grupos conservadores. O *príncipe dos poetas* surge na década de 1920, como um conselheiro político para tempos de crise, um defensor da moralidade perdida por uma política fortemente assentada em interesses dos grupos oligárquicos. Neste contexto, as elites políticas, encontram em Maia um líder que defende os interesses de sua classe, sem estar vinculado diretamente aos velhos grupos oligárquicos.

No entanto, seu ingresso no campo político fez parte de um projeto intelectual no qual seu pensamento político sairia do plano das ideias para a ação. Essa inserção foi comum a inúmeros intelectuais de países periféricos, que além de tentar recriar a formação e o refinamento de um pensamento social semelhante aos grandes centros, buscavam compreender o processo de modernização nos quais seus países estavam vivendo. Neste sentido, a posição de ambiguidade de Álvaro Maia em seu pensamento e sua atuação política pode ser explicada, devido a própria condição destes intelectuais, pois este agiam ora como reforçadores do *status quo*, ora como opositores (RIBEIRO & MIRANDA, 2011). A afirmação de uma identidade regional serve como uma estratégia que foi levada a efeito por inúmeros intelectuais para compreender o processo de modernização sob o olhar da “periferia”, ao mesmo tempo em que lhes conferiam uma espécie de legitimação na qual, como os conhecedores do saber social,

seriam os mais aptos a dar cabo ao projeto de construção da nação (PÉCAUT, 1990).

Na década de 1920, os discursos de Álvaro Maia já revelam a preocupação em desconstruir as ideias de exotismo e indolência que criaram uma imagem determinista sobre a Amazônia, onde seria impossível seu desenvolvimento. Ele se torna um ideólogo que vê na figura do seringueiro a representação da capacidade do homem de desbravar esta região e desenvolvê-la, pois em seu árduo labor sobre a extração da hévea, eles já demonstravam os primeiros sinais de vitória do homem sobre a natureza. Maia defendia a ideia de que o Amazonas era um eldorado/ paraíso verde, referência irônica a ideia de que a Amazônia era o inferno verde de Alberto Rangel.

Assim como outros intelectuais deste período, Maia estava preocupado em forjar os traços exclusivos da nação brasileira, daí a valorização dos elementos nativos. Ao mesmo tempo, seu papel como intelectual era o de compreender o processo de modernização e os principais dilemas criados por uma modernização em um país periférico. Neste sentido, a ideia do atraso nacional precisava ser equacionada e sua ação política recebia a legitimação necessária.

No entanto, não se deve esquecer que a sua profissionalização política além de um fundamento ideológico, deu-se em função de um rede de relações construídas em sua trajetória inicial (RAMOS, 2010). Com a revolução na década de 1930 e posteriormente o estabelecimento do Estado Novo, os intelectuais brasileiros já não buscam em seus estudos identificar a identidade nacional. Uma vez superados tais questionamentos, buscou-se compreender de que maneira as instituições liberais falharam. Por este motivo o Estado Novo é visto como um recorte com o passado, um reencontro consigo mesmo, um Brasil Novo. Os intelectuais brasileiros, bem como o próprio Maia foram cooptados pelo Estado para tornarem-se seus ideólogos. Assim, ao invés de tentar explicar o atraso nacional, buscou-se criar elementos que reforçassem a ideia de que a própria sociedade seria apta a criar esse novo Brasil. E, para esse projeto era necessário um Estado forte, com um líder que seria capaz de guiar a nação para essa nova fase da história brasileira.

É interessante salientar a ambiguidade presente nas ideias de Álvaro Maia, de reforçador das ideias de modernização das instituições liberais, crítico

do projeto liberal e defensor do autoritarismo. Os pensadores do liberalismo demonstravam certa tolerância às ideias de regimes autoritários, essas ideias em última instância, levavam os valores de ordem e respeito às hierarquias inerentes ao liberalismo.

Do mesmo modo que em seus discursos, seu projeto literário não estaria isento de um projeto político e a Amazônia retratada em sua produção literária serviria como um reforço ideológico para o seu engajamento político. Maia faz uma descrição do meio amazônico incidindo sobre os personagens, sem no entanto, um fatalismo naturalista e uma fixidez comuns as produções deste período. O seringueiro, um dos personagens centrais das obras alvareanas, sempre era tratado a partir de uma heroificação e esse tratamento irá reforçar a ideologia de valorização da borracha que foi o carro chefe de seu projeto político. Nisto podemos identificar a intencionalidade dos “atos da fala” de Álvaro Maia (SKINNER, 2005), no momento em que escrevia.

A partir do momento em que fica claro que a produção literária de Álvaro Maia não foi meticulosamente construída no sentido de garantir sua inserção no campo político, podemos compreender que, como um dos representantes do movimento do regionalismo, via na literatura nativista uma forma de construir uma identidade verdadeiramente amazônica. Contudo, segundo Paiva (2007), este grupo conhecido como *Caboclitude* surge também como uma estratégia da elite conservadora decadente em permanecer no poder.

De origem abastada, Álvaro Maia procurava manter um discurso conciliatório com os grupos economicamente dominantes da região. As décadas de 1950 e 1960, no entanto, revelam um posicionamento mais crítico de Maia em sua produção literária. Não se deve esquecer que já não contava com a harmonização política obtida durante a Interventoria no Estado Novo. Durante este período sua atuação política passou por uma profunda instabilidade.

Contudo, a produção literária de Álvaro Maia buscou compreender como a modernidade e suas transformações impactaram a região amazônica criando dilemas, sendo que o homem interiorano, o seringueiro, o indígena, o padre, entre outros personagens criados pelo autor, refletem o nível destes impactos.

Uma vez que estava inserido no campo político, Álvaro Maia precisava obedecer aos ditames deste grupo, no sentido de garantir sua legitimação e permanência. Na década de 1920, esse processo foi fundamental para sua

iniciação política, onde a liderança intelectual lhe conferiu a visibilidade necessária para a inserção no campo político e sua profissionalização.

O regime varguista foi fundamental para a profissionalização política de Maia, onde o seu carisma se adaptava aos ditames do jogo político e aos interesses das elites, que passavam também por um processo de transformação, onde perde força a figura do coronel e ascende a do bacharel. Assim, apesar de representar as transformações e modernização necessárias ao aparelho burocrático durante este período, seu processo de profissionalização passa por uma espécie de *depuração* onde sua prática política deve estar em consonância com os interesses da elite política regional bem com os interesses do governo central. Esse processo deu-se em virtude das elites tradicionais amazonenses, pois esta transita entre garantir os interesses da comunidade local, e de lidar com questões mais amplas do Estado e da nação (MILLS, 1981).

O engajamento político de Maia garantiu um laureamento que ultrapassou o mundo das letras, sua profissionalização política em muito foi motivada pelo projeto de forjar a nação. Álvaro Maia continuou a exercer uma influência moral em outros intelectuais e políticos amazonenses.

O estudo deste intelectual nos propiciou uma compreensão da própria formação de uma *intelligentsia* amazônica e a formação do Pensamento Social Amazônico. E através do estudo de sua trajetória podemos entender os posicionamentos e os caminhos assumidos para uma intervenção política. Neste sentido, a contribuição fulcral do pensamento político de Maia se dá em torno da compreensão dos processos e estruturas que articulam a Amazônia ao resto do Brasil e ao mundo.

Aguiar (2000), afirma que a *História do Pensamento Social* é excludente, omitindo a importância de alguns autores. O estudo sobre este intelectual serve para compreender a contribuição política e moral, de um autor, por muitos considerado “menor”, que no entanto produzia ideias totalmente ligadas ao seu tempo e vinculadas à sua classe. Portanto, o engajamento político de Maia não pode ser considerado o responsável pela maior ou menor relevância de seu posicionamento na formação do Pensamento Social.

Neste sentido, este estudo se torna esclarecedor para compreendermos a própria posição da produção do pensamento social da Amazônia no cenário nacional. A *intelligentsia* local, diante condições semelhantes de ideias de

intelectuais de outras regiões, tiveram e vem mantendo uma recepção diferente das produções de determinadas regiões. Portanto, convém compreender qual a intencionalidade dos grupos de maior recepção em não “articular” ou não “aceitar” a produção vinda da Amazônia. Esse posicionamento reflete um preconceito ou mesmo uma motivação em não tornar claras as ideias que muitas vezes justificam ou explicam o atraso da nossa região diante do resto do país ou ainda, a pouca receptividade da produção intelectual local nos dias atuais refletindo o processo de dominação sobre a nossa região e tentando demonstrar a incapacidade local de criar meios teóricos ou práticos para o seu desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor. Discurso sobre lírica e sociedade. In: LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da literatura em suas fontes**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- AFONSO, Lucyanne de Melo. Panorama da Cidade de Manaus: crise, progresso e cultura na década de 1960. **Somanlu**, ano 10, n 02, jul/dez 2010.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Tradução: Iraci D. Poleti. 2º Ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGUIAR, José Vicente de Sousa. **Manaus: praça, café, colégios e cinema nos anos 50 e 60**. Valer: Manaus 2002.
- AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- ALVES, Hosenildo Gato. **Imprensa e Poder: A Propaganda Vargasista Na Imprensa Amazonense (1937-1945)**. Dissertação de Mestrado em História (Instituto de Ciências Humanas e Letras)- Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.
- ANDRADE, Rômulo de Paula. "Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta": Getúlio Vargas e a revista "Cultura Política" redescobrem a Amazônia (1940-1941). **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, n. 2,v.5,mai.-ago.2010.
- ARENDT, Hanna. **A Condição Humana**. Tradução: Roberto Raposo. 10º Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- BASTOS, É. R. & PINTO, R. Os Intelectuais e a questão regional. In: BASTOS, É. R. & PINTO, R. (Org.). **Vozes da Amazônia: Investigação sobre o pensamento social brasileiro**. Manaus: Valer/ EDUA, 2014.
- BAZE, Abrahim Sena. **Álvaro Maia, memórias de um poeta**. 4º edição. Manaus: Novo Tempo Ltda. 1998.
- BENJAMIN, Walter. **Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos**. Seleção e apresentação Willi Bolle; tradução Celeste H.M.Ribeiro de Sousa (et al.). São Paulo, Cultrix/Edusp, 1986.
- BENTES, Dorinethe dos Santos. **Outras faces da História: Manaus de 1910-1940**. Dissertação (Mestrado em História- Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas). Universidade Federal do Amazonas: Manaus, 2008.
- BITTENCOURT, A. **Dicionário amazonense de biografias**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução de marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. Tradução de marco Aurélio Nogueira. São Paulo: editora Unesp, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.

_____. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 1996b.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL, Luiz Antonio de Assis. Entre a universalidade e o particular: a literatura ante as identidades regionais. In: SHÜLER, Fernando Luís & BORDINI, Maria da Glória (Orgs.). **Cultura e Identidade Regional**. Porto Alegre: EDIPURCS, 2004.

BRITO, Rosa Mendonça de. **O homem amazônico em Álvaro Maia: um olhar etnográfico**. Manaus: Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2001.

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil – 1900**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 2005.

BRUM, Fernando Machado. **Literatura e Religião: Estudo das referências religiosas na obra de Machado de Assis**. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira- Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, 2009.

CANDEAS, A. **Trópico, cultura e desenvolvimento: a reflexão da UNESCO e a tropicologia de Gilberto Freyre**. Brasília: UNESCO, Liber Livro, 2010.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro, Ouro Azul, 2006.

_____. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gehardt. Volume 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CODATO, Adriano Nervo. **Elites e Instituições no Brasil: Uma análise contextual do Estado Novo**. Tese (Doutorado em Ciência Política- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas). Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2008.

CORREA, Luiz M. de Miranda. **A Borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial**. Manaus: SCA/Ed. Gov. do Estado do Amazonas, 1987.

CUNHA, Euclides da. **Amazônia um paraíso perdido**. Manaus: Valer, 2003.

CHAIA, Miguel. Arte e política: situações. In: _____. **Arte e Política**. Rio de Janeiro: Azougue, 2007.

CHALMERS, Alan F. **A fabricação da Ciência**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **O Segundo Governo de Vargas 1951-1954: Democracia**. São Paulo: Editora Atica, 1992.

DINIZ, Almir. **Acadêmicos: imortais do Amazonas; dicionário biográfico**. Manaus: Uirapuru, 2002.

FACINA, Adriana. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FALCÃO, Charles Maciel. Mario Ypiranga Monteiro e a relação entre o jogo político e a esfera cultura. In: BASTOS, É. R. & PINTO, R. (Org.). **Vozes da Amazônia: Investigação sobre o pensamento social brasileiro**. Manaus: Valer/ EDUA, 2014.

FARIAS, Élson. Álvaro Maia. **Revista da Academia Amazonense de Letras**. Manaus, número 27, janeiro 2007, p. 166-171.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: Historiografia e História** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FOUCAULT, M. **O que é um autor**. Lisboa: Passagens, 1992.

FREITAS PINTO, Ernesto Renan. **Viagem das ideias**. Manaus: Valer. 2008.

GADAMER, H.G. (2004). **Verdade e método II**. Petrópolis: Vozes.

GIDDENS, Antony. **Sociologia**. Tradução Sandra Regina. 6ª edição. São Paulo. Editora Penso. 2012.

GARCIA, Etelvina. **O poder Judiciário na História**. Manaus: Norma, 2002.

GARCIA, Nelson Jahr. **O Estado Novo, ideologia e propaganda política**. Santa Maria: UFSM; Bauru: EDUSC, 1999.

GOLDMANN, Lucien. **Origem da dialética**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: **Repensando o Estado Novo**. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 1999.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1994.

GOULART FILHO, Alcides. A Questão Regional no Brasil: Uma Introdução ao Debate. **Textos de Economia**, Florianópolis, v.9, n.1, p.09-22, jan./jun.2006.
GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.

IANNI, Octávio. **A Formação do Estado Populista**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **A ideia do Brasil Moderno**. Editora Brasiliense. São Paulo. 1992.

LEANDRO, Rafael Voigt. **Os ciclos ficcionais da borracha: e a formação de um memorial literário da Amazônia**. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade de Brasília. Brasília, 2014.

LEONEL Maria Célia & SEGATTO, José Antonio. O sertão-mundo de Guimarães Rosa. In: Legua & Meia: **Revista de Literatura e Diversidade Cultural**, v 7, nº5, 2009.

LEPENIES, W. **As três culturas**. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp, 1996, p. 199-343.

LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha: das Vivências do Passado às Lutas Contemporâneas**. Dissertação de Mestrado em História (Instituto de Ciências Humanas e Letras)- Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

LIMA, Luciene Gomes. **Ficções do Ciclo da borracha**. Ed. EDUA; Manaus, 2009.

LUKÁCS, Georg– **Estética: la Peculiaridad de lo Estético**. Vol. 1: Questiones Preliminares y de Principio. Traduzido por Manuel Sacristán. Barcelona: Grijalbo 1966.

MAIA, Álvaro. **Buzina dos Pararás**, 2º edição, Universidade Federal do Amazonas/Governo do estado do Amazonas, 1997.

_____. **Na Vanguarda da Retaguarda**. Manaus: DEIP, 1943.

_____. **Gente dos Seringais**. Rio de Janeiro: Bosol, 1956.

_____. **Banco de Canoas: Cenas de rios e seringais do Amazonas**. 2º Edição. Manaus: UA, 1997.

_____. **Defumadores e Porongas**. Manaus: Imprensa Oficial, 1966.

_____. **Nas Barras do Pretório**. Manaus: 1958.

_____. **Beiradão**. Manaus. 2º ed. Manaus: Valer/UA, 1999.

_____. **Nas Tendas de Emaus: Temas espiritualistas**. Manaus: Editora Sergio Cardoso; 1967.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARQUES, Raphael Peixoto de Paula. Estado de Execução e Mudança (IN)Constitucional no Brasil (1935-1937). **Revista Historia Constitucional**. N. 14, 2013. Disponível em: <http://www.historiaconstitucional.com>. Acessado em: 12 de Julho de 2016.

MARTIN, James. **Politics and Rhetoric: A critical introduction**. New York & London: Routledge, 2014.

MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia; os intelectuais e a política no Brasil: 1920 a 1940. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, ANPOCS, nº 4, v. 2, jul./1987, pp. 65-87.

MARTINS, Wilson. **História da Inteligência Brasileira**, vol VII. São Paulo: Cultrix, 1979.

MICELI, Sérgio. Poder, sexo e letras na República Velha (estudo clínico dos anatolianos). In: **Intelectuais à brasileira**. São Paulo. Companhia das Letras. 2001, p. 15-68.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel. 1979.

MICELI, Sergio. O Que ler na ciência social brasileira. ' (19704995) | Sergio Miceli (org). - São Paulo : Editora Sumaré : ANPOCS : Brasília. DF: CAPES. 1999.

MILLS, C. Wright. **A elite do Poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MONASATA, Attilio. **Antônio Gramsci**. Tradução de Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MONTEIRO, Mario Ypiranga. **Fatos da literatura amazonense**. Manaus: Universidade do Amazonas, 1976.

_____. **Mocidade Viril 1930. O Motim Ginasiano**. Manaus: Nheenquatiaria. 1996.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira**. Editora Ática: São Paulo. 1977.

NEIBURG, Federico. **Os Intelectuais e a Invenção do Peronismo**. São Paulo: Edusp, 1997.

NORMANDO, Tarcisio Serpa. **Clio em seu artesanato local: Cultura e saberes escolares sobre História no Amazonas (1930-1937)**. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia-Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas). Universidade Federal do Amazonas: Manaus, 2014.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: um tentativa de ascenso político. In: GOMES, Angela Maria de Castro (Coordenação). **Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituinte nos Anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. **Identidade regional e folclore amazônico na obra de Mário Ypiranga Monteiro**. Manaus: Valer, 2002.

_____. Um modernista do avesso: a Amazonia na prosa de ficção inaugural de Abguar Bastos. In: BASTOS, É. R. & PINTO, R. (Org.). **Vozes da Amazônia: Investigação sobre o pensamento social brasileiro**. Manaus: EDUA, 2007.

PÉCAUT, Daniel. A geração dos anos 1920-40. Tradução de Maria Júlia Goldwasser In: **Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática. 1990.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas, 1880-1920**. Tese de Doutorado em História. São Paulo: PUC, 2001.
PONTES, Kassius Diniz da Silva. **Euclides da Cunha, o Itamaraty e a Amazônia**. Brasília: Funag, 2005.

RIBEIRO, Gilvan Procópio & MIRANDA, Waldilene Silva. Intelectuais “da periferia”: uma análise das performances de Ferréz. **Ipotese: Revista de Estudos Literários. Volume 15, nº 2, 2011**.

RICUPERO, Bernardo. Da Formação à Forma: Ainda as “Ideias Fora do Lugar”. **Revista Lua Nova**, São Paulo, 73: 59-69, 2008.

RAMOS, **Graciliano; Relatórios** (organização Mário Hélio Gomes de Lima). Rio de Janeiro: Record, 1994.

RAMOS, Paula Mirana de Sousa. **Da Poesia à Política: a trajetória inicial de Álvaro Maia**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal do Amazonas. Amazonas. 2010.

RAMOS, Tereza de Sousa. **A Amazônia de Leandro Tocantins**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal do Amazonas. Amazonas. 2012.

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tomo III. Tradução Roberto Loal Ferreira. Campinas: Papyrus, 1997.

RINGER, Fritz K. **O declínio dos Mandarins Alemães**; a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2000.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia**. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas). Universidade de São Paulo. São Paulo. 1996.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. A longa Interventoria de Álvaro Maia. **Fronteiras do Tempo: Revista de Estudos Amazônicos**, nº 4, 2013, p. 45-63.

SARLO, Beatriz. **Modernidade Periférica: Buenos Aires 1920 e 1930**. Tradução Júlio Pimentel. São Paulo: Cosac & Naif, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

SILVA, Marilene Corrêa da. **A questão nacional o marxismo**. São Paulo: Editora Cortez/ Editora Autores Associados, 1989.

SILVA, Marilene Correa da. A Amazônia e o pensamento social brasileiro contemporâneo. In: BASTOS, É. R. & PINTO, R. (Org.). **Vozes da Amazônia: Investigação sobre o pensamento social brasileiro**. Manaus: EDUA, 2007.

SILVEIRA, Daniel Barile da. **Patrimonialismo e a Formação do Estado Brasileira: uma releitura do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Oliveira Vianna**. Disponível em: www.conpedi.org/manaus/arquivos/Anais/Dnaiel Acesso em: 08 de setembro de 2015.

SODRÉ, Weneck Nelson. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SOUSA, Lademe Correia de. **Arthur Reis e a História do Amazonas: um início em grande estilo**. (Mestrado em História- Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas). Universidade Federal do Amazonas: Manaus, 2009.

SOUZA, Marcio. **A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo**. Amazonas: Alfa-Omega, 1978.

SCHWAB, Mariana de Castro. **Os Intelectuais no Estado Novo (1937 - 1945). A Trajetória de Paulo de Figueiredo e as Revistas Cultura Política e Oeste**. Dissertação de Mestrado em História (Faculdade de História). Goiânia, 2010.

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas: forma literária e o processo social nos inícios dos romances brasileiros**. 34ª edição. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKINNER, Q. "Meaning and Understanding in the History of Ideas". **History and Theory**, vol. 8, no 3, pp. 3–53, 1969.

_____. **Visões da política**. Miraflores: Difel, 2005.

SILVA, Allison Marcos Leão da. **Representações da natureza na ficção amazonense**. Tese (Doutorado em Letras/Literatura Comparada- Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

SIQUEIRA, Marklize Santos. O romance social de Francisco Galvão: Expressões de uma representação da cultura na Amazônia. In: **Revista Elaborar**. Vol. 02, ano 3, n 1, 2015. Disponível em: www.periodicos.ufam.edu.br/view. Acessado em: 08 de agosto de 2016.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os Intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano: O Tempo do Nacional-Estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Vários autores. **Revista da Academia Amazonense de Letras**. Manaus. ano XLVII. n° 14. 1969.

WEBER, Max. A política como vocação. Tradução de Jean Melville. **Ciência e Política duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2001. p. 59-124.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e Karem Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

WEFFORT, Francisco C. **Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens**. São Paulo: Ática, 2006.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. Tradução André Glaser. São Paulo: Unesp, 2011.

Documentos Consultados:

MAIA, Álvaro. **Discurso do Interventor Álvaro Botelho Maia, proferido no dia 08 de 1943**. Manaus: D. E. I. P., 1943.

_____. **Após a Campanha**. Manaus. Livraria Clássica, 1929.

_____. **Nota Oficial**. Manaus, Imprensa Pública, 1942.

_____. **Em nome dos Amazônidas**. Manaus: Imprensa Pública, 1927.

Jornais e Periódicos Consultados:

MAIA, Álvaro. Em campo aberto. **Redempção**, Manaus. Ano 01, nº1, nov de 1924. p. 5.

_____. Paraíso Verde. **Redempção**, Manaus. nº11, Ano 01, dez de 1924. s/p.

Jornal do Comercio. Domingo, Nº 11.174, Ano XXXIV. Manaus, 16 de maio de 1937.

_____. Quinta Feira, Nº 11.327. Ano XXXIV. Manaus, 11 de novembro de 1937.

O Jornal. Terça Feira, nº 1345, Ano 5. Manaus, 19 de Fevereiro de 1935.

Revista da Associação Comercial. Ano XXI. Nº 170. Manaus, 10 de Fevereiro de 1930.

_____. Ano XXII. Nº 173. Manaus, 15 de Março de 1931.

_____. Ano XXXII. Nº 773. Manaus, 15 de Março de 1951.

Revista Sintonia, nº 44. Ano 03, Manaus, Março de 1951.

_____.Ano 06, nº 150. março de 1954. Manaus.